



ISSN 1682-1106
9 771682 110004

27

Edição Internacional
International Edition

Revista de Cultura
Review of Culture



RC

Revista de Cultura
Review of Culture

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau



International Edition 27
Edição Internacional 27 Julho/July 2008

ARMAS, FORTALEZAS
E ESTRATÉGIAS
MILITARES
NO SUDESTE
ASIÁTICO - II

WEAPONS,
FORTS AND
MILITARY
STRATEGIES
IN EAST ASIA - II



EDITOR
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO
Editorial Board
Heidi Ho, Marie MacLeod,
Luís Ferreira, Charles Lam,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR
Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO
Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA
Graphic Design
Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES
Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO
Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM
Print Run
1500

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996322
Fax: (853) 28366806
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a Revista de Cultura

Subscribe to
Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996322

Fax: 853-28366806

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 27, IIIª Série, 3.º Trimestre 2008

RC, no. 27, IIIrd Series, 3rd Quarter 2008

TEXTOS

Texts

António Rodrigues Baptista

David Brookshaw

Jin Guo Ping

José Eugénio Borao

Lúcio de Sousa

Maria João Pacheco Ferreira

Rui Manuel Loureiro

Sun Laichen

Wu Zhiliang

TRADUÇÃO

Translation

PHILOS - Comunicação Global, Lda.

(Português-Inglês; Inglês-Português)

REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),

Luís Ferreira (Português),

Cathryn Clayton (Inglês)

AGRADECIMENTOS

Acknowledgements

Arq. José Lico, Lisboa

Fundação Abel de Lacerda – Museu do Caramulo

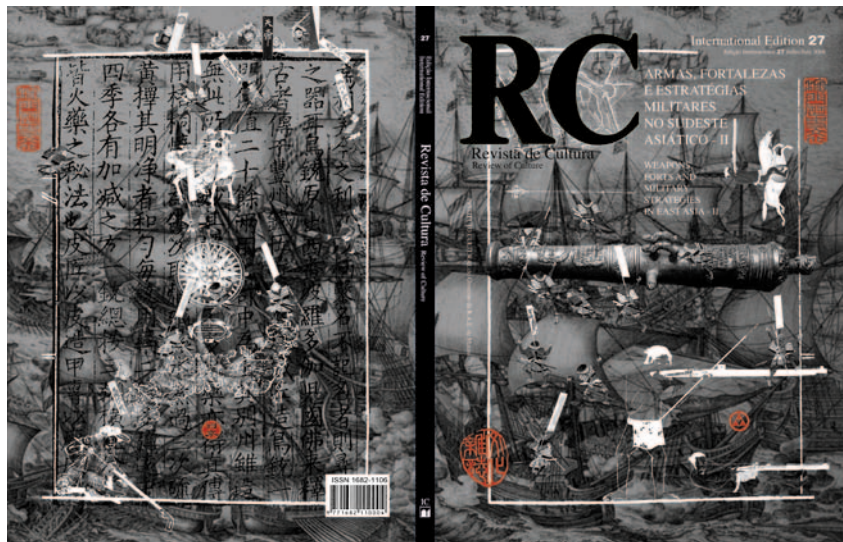
Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., Lisboa

National Museum of Japanese History, Sakura

Réunion des Musées Nationaux, Paris

Trustees of the British Museum, Londres

V&A Images/Victoria & Albert Museum, Londres



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Como sugere o *degradée* da nossa capa, acrescentamos na presente edição mais uma camada ao tema “Armas, fortalezas e estratégias militares no Sudeste Asiático”. Desta feita, autores como Rui Manuel Loureiro e José Eugénio Borao debruçam-se sobre fortificações de matrizes europeias no Extremo Oriente, enquanto que Jin Guoping/Wu Zhiliang e Sun Laichen tratam fontes e artefactos que relatam e ilustram a utilização das armas de fogo europeias e orientais na região dos mares da China, do Japão ao Vietname, onde provas arqueológicas primárias revelam o uso de espingardas de estilo chinês, durante os séculos xv e xvi. Lúcio de Sousa, por sua vez, analisa as estruturas “privadas e oficiais” no contexto das estratégias militares de protecção das rotas marítimas portuguesas na região e, mormente, a rota Macau-Nagasaki, recorrendo a fontes ibéricas, italianas, holandesas e japonesas. Num quadrante oposto do encontro Oriente-Occidente, a presente edição inclui um trabalho inédito, sobre o espólio de sedas e bordados sino-portugueses que repousa quase ignorado no Victoria & Albert Museum, em Londres.

OUR COVER

The hazy cover image hints at another layer of information to be unveiled in the theme of “Weapons, Forts and Military Strategies in East Asia”. Authors Rui Manuel Loureiro and José Eugénio Borao look at European fortresses in the Far East, while Jin Guoping/Wu Zhiliang and Sun Laichen consider sources and artifacts illustrating how European and oriental weapons were used in the seas around China, Japan and Vietnam, where archaeological remains indicate the use of Chinese-style rifles in the 15th and 16th centuries. Using Iberian, Italian, Dutch and Japanese sources, Lúcio de Sousa analyses private and official structures in the military defense of Portuguese sea routes in the region, particularly between Macao and Nagasaki.

A contrasting East-West encounter is provided with a study on Sino-Portuguese embroideries and silks held in the collection of the Victoria & Albert Museum in London.

SUMÁRIO

Index

ATRIUM



ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II* WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

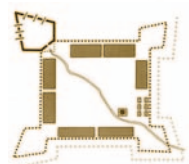
- 6 NOVA TRADUÇÃO DE *TEPPOKI* (CRÓNICA DA ESPINGARDA). UMA NOVA PERSPECTIVA.
SOBRE AS DATAS DO DESCOBRIMENTO DO JAPÃO
《铁炮记》新译：有关发现日本的日期之新视角
Jin Guo Ping & Wu Zhiliang



- 25 AS QUESTÕES MILITARES NO COMÉRCIO ENTRE MACAU E NAGASÁQUI EM 1587
1587 年澳门与长崎贸易中的军事问题
Lúcio de Sousa



- 42 CHINESE-STYLE FIREARMS IN DAI VIET (VIETNAM). THE ARCHAEOLOGICAL EVIDENCE
越南的中国式枪炮：聚焦考古证据
Sun Laichen



- 60 THE FORTRESS OF QUELANG (JILONG, TAIWAN): PAST, PRESENT AND FUTURE
鸡龙要塞 (台湾基隆)：过去，现在与将来
José Eugenio Borao

- 78 HISTORICAL NOTES ON THE PORTUGUESE FORTRESS OF MALACCA (1511-1641)
马六甲的葡萄牙炮台历史记录 (1511-1641)
Rui Manuel Loureiro



HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

- 97 LUÍS FRÓIS EM MACAU
路易斯·弗洛伊斯在澳门
António Rodrigues Baptista

- 108 OS TÊXTEIS BORDADOS SINO-PORTUGUESES DO VICTORIA & ALBERT MUSEUM
在维多利亚与阿勒伯特博物馆现存的中葡刺绣纺织品
Maria João Pacheco Ferreira



LITERATURA * LITERATURE

- 135 A COLONIAL DIASPORA BETWEEN EMPIRES. THE MACANESE AND THE FICTION
OF HENRIQUE DE SENNA FERNANDES
帝国之间的殖民散居族裔。土生葡人和飞历奇的小说
David Brookshaw



RESUMOS

ABSTRACTS



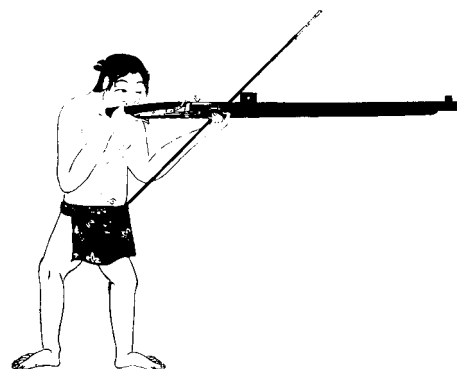


Ilustração do *Sanjuni-so Ezu* (Trinta e duas posições de tiro), manual de instrução da Escola de Tiro de Inatomi, c. 1600.
Cortesia do Museu Nacional de História Japonesa, Sakura.

Nova Tradução de *Teppoki* (Crónica da Espingarda)

Uma Nova Perspectiva sobre as Datas do Descobrimento do Japão

JIN GUO PING* E WU ZHILIANG**



1. LIAMPÓ E A TRINDADE MARÍTIMA SINO-LUSO-NIPÓNICA

Embora o ano de 1543 seja, de um modo geral, aceite como a data “oficial” da chegada dos portugueses ao Japão, até agora só foram exploradas algumas das muitas fontes japonesas, ibéricas e chinesas disponíveis para o estudo desta temática. Pese embora a existência duma bibliografia internacional considerável sobre o tema, a(s) data(s) da chegada dos portugueses às terras nipónicas continua(m) aberta(s) a novos debates, assentes em novas fontes documentais, sobretudo chinesas. Se pensarmos que os chamados “wako” 倭寇 (piratas japoneses) eram compostos essencialmente por três grandes grupos – chineses, japoneses e portugueses (mais outros povos asiáticos, euro-asiáticos, os escravos asiáticos e africanos) – parece estranho que as fontes chinesas coevas não tenham merecido até aqui a mesma atenção atribuída às fontes nipónicas e ibéricas. Neste trabalho, de forma a colmarmos esta lacuna, pretendemos realizar uma nova tradução anotada de

Teppoki 鐵炮記 (Crónica da Espingarda),¹ juntamente com a revelação de uma fonte chinesa, pouco conhecida, publicada em 1592, sobre a introdução da espingarda e o fabrico de pólvora em Bungo.² O objectivo desta investigação é apresentar uma nova perspectiva sobre a chegada dos portugueses ao Japão.

Apesar de não oferecerem testemunhos directos sobre os primeiros desembarques lusos no Japão, as fontes chinesas são riquíssimas em todo o tipo de informações adicionais, sem as quais é impossível conhecer profundamente as redes comerciais asiáticas em que os portugueses se movimentavam. Estas fontes permitem-nos igualmente contextualizar os contactos comerciais realizados entre os chineses e os japoneses no fim da década 1530 e início da década seguinte. Outro dos aspectos salientados nesta documentação são as circunstâncias em que o comércio “clandestino” se realizava entre a China, o Japão,³ o Sudeste Asiático e a Índia Portuguesa, num período em que a dinastia Ming impunha rigorosas proibições às viagens marítimas de e para a China.

Antes de abordarmos o ano de 1543 como a suposta data do Descobrimento do Japão gostaríamos de focar alguns aspectos que consideramos importantes.

Nas relações sino-luso-nipónicas, Liampó (Shuangyu 双屿, Duas Ilhas)⁴ é incontornável. Os infelizes conflitos armados sino-portugueses verificados entre 1521 e 1522 nas águas do delta do rio das Pérolas originariam o corte das relações oficiais entre os dois países.⁵ A partir desta época e até 1540 estamos perante um período pouco claro, indefnido, com escassas

* 金国平 Tradutor e investigador da História de Macau e da História das Relações Sino-Portuguesas. Licenciado em Português pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim.

Translator and researcher of the History of Macao and Sino-Portuguese Relations. Graduate in Portuguese from Beijing University of Foreign Studies.

** 吴志良 Doutorado em História pela Universidade de Nanjing. Vice-presidente do Instituto das Relações Chinesas com o Exterior. Administrador da Fundação Macau.

Ph.D. in History from Nanjing University. Vice-president of the China Overseas Relations Association. Director of the Macao Foundation.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

informações quer de origem portuguesa, quer de origem chinesa. Depois do fracasso da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho em Xicaowan 西草湾 (Ancoradouro de Ervas do Ocidente),⁶ os comerciantes privados portugueses parecem ter seguido pelo litoral chinês acima, em direcção a Norte, em parceria com os seus homólogos chineses, nomeadamente os da província de Fujian, os conhecidos “chinchéus”.⁷ Nesta deslocação para o Norte, os portugueses, com a ajuda de navegantes chineses, foram estabelecendo vários pontos de apoio à navegação, até atingirem Liampó.

Liampó foi o primeiro estabelecimento português relativamente fixo na orla marítima chinesa, cujo fim se encontra bem documentado nas fontes chinesas, sobretudo nos relatórios oficiais de Zhu Wan 朱纨,⁸ que ordenou a expedição militar que conduziu à sua completa destruição em 1548.⁹ No entanto, o início deste “bandel” continua controverso, sendo várias as datas sugeridas por fontes coevas chinesas. Das diversas datas assinaladas, o ano de 1540 é, contudo, o mais referenciado nestas fontes.¹⁰

Nas fontes chinesas há informações relativas a Goho 五峯, cujo nome em chinês é Wang Zhi 王直.

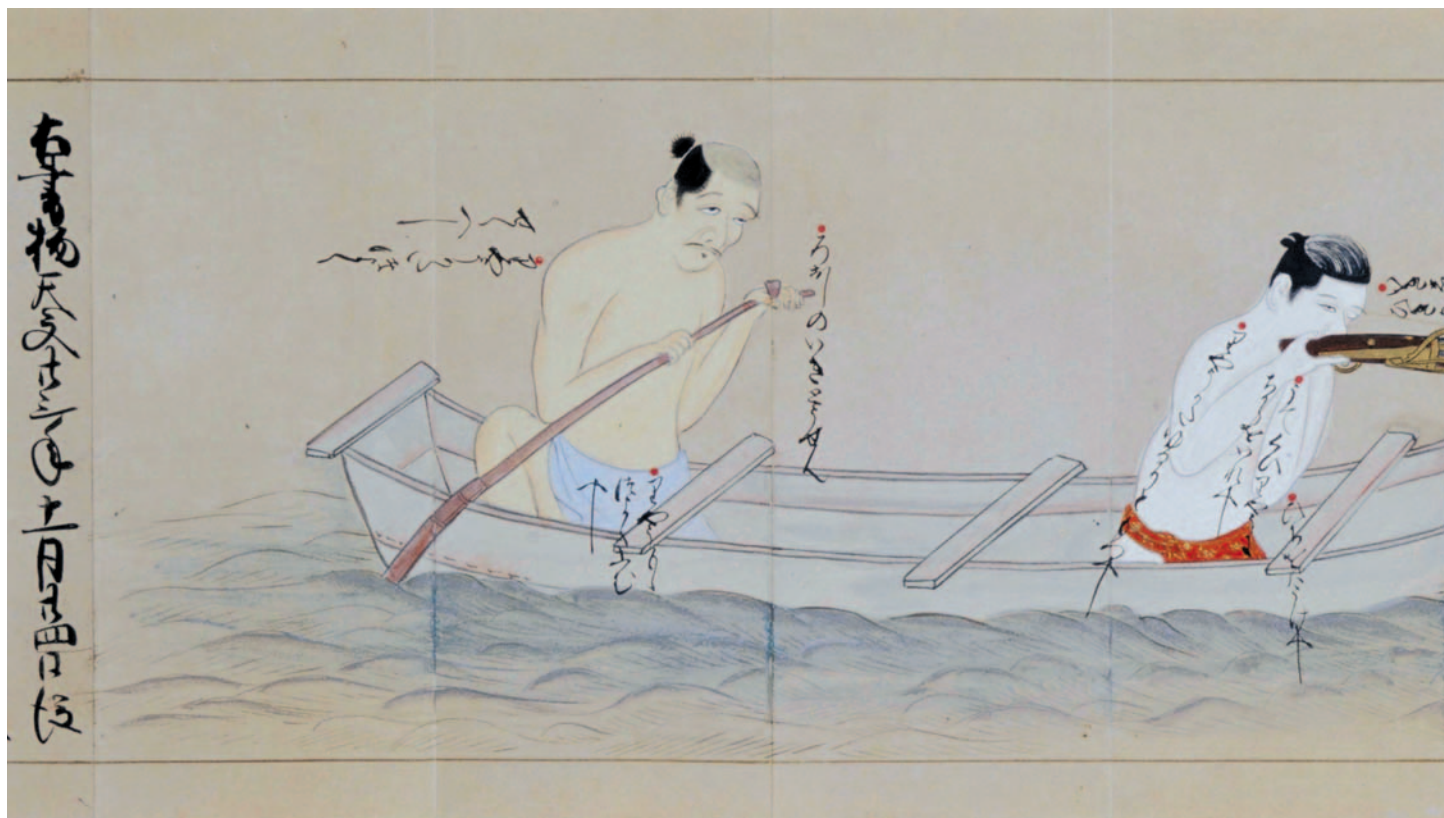
Foi ele quem serviu de intérprete aos três portugueses que desembarcaram, em 1543, em Tanegashima.¹¹

Wang Zhi pertencia ao grupo Huishang 徽商, isto é, comerciantes de Huizhou 徽州 que detinham uma rede comercial que cobria a quase totalidade do território chinês, com incidência no vale do rio Yangtse, no Grande Canal e no litoral sudeste.¹² Esta rede nacional tanto servia para reunir produtos para a exportação como para distribuir as mercadorias importadas. Wang Zhi exercia a importante função de “fiel depositante” e “fiador” nas transacções comerciais entre diferentes grupos, sobretudo entre os comerciantes fixos do continente da China e os comerciantes marítimos, incluindo os portugueses.¹³

2. CHEGADA DOS PORTUGUESES A TANEGASHIMA

As fontes ibéricas e japonesas sobre a chegada dos portugueses ao Japão têm sido quase exaustivamente exploradas.

Do lado português, António Galvão deu esta informação:



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

“No ano de 542, achando-se Diogo de Freitas no reino de Sião, na cidade de Udiá,¹⁴ capitão de um navio, lhe fugiram três portugueses num junco que ia para a China: chamavam--se António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto. Indo-se (de) caminho para tomar porto na cidade de Liampó, que esta em trinta e tantos graus de altura, lhe(s) deu tal tormenta a popa que os apartou da terra, e em poucos dias, ao levante, viram uma ilha em trinta e dois graus, a que chamam os Japões, que parecem ser Cipangas e suas riquezas, de que tanto falam as Escrituras; estas também têm ouro e muita prata, e outras riquezas.”¹⁵

Embora António Galvão afirme “viram uma ilha em trinta e dois graus, a que chamam os Japões, que parecem ser Cipangas”, o lugar em que desembarcaram era Tanegashima. Aliás, António Galvão não tinha certezas, usando a expressão “que parecem ser Cipangas”.

Esta versão foi seguida com algumas diferenças por João de Lucena, Diogo do Couto, João Rodrigues e Luís Fróis, etc.

Do lado espanhol, temos principalmente a relação de Garcia Escalante Alvarado, feitor da armada de Ruy López de Villalobos, que foi escrita “*Desta ciudad de Lisboa, 1.º de Agosto de 1548 años*”, composta por 3 partes.¹⁶

Vejam os primeiros a “Relação de Diogo de Freitas, 1545”.

“*Lo que dixo es que estando él con un navío en la ciudad de Sian¹⁷ que es en la tierra firme, entre Malaca y lo que llaman China, vino allí un junco de lequios¹⁸ con los cuales tuvo mucha conversación. Dice qué gente muy bien dispuesta, blanca y barbada, vestidos de sedas y paños casi á nuestro modo...*”¹⁹

Nessas circunstâncias, Diogo de Freitas era o directamente interessado.

Diogo de Freitas afirma que, em 1542, a Ayuthia “*vino allí un junco de lequios con los cuales tuvo mucha conversación*”. No mesmo ano,

“*Acaesció que dos portugueses, de los que con el allí estaban, yendo en un junco á contratar en la costa de China, aportaron con tormenta en una isla de lequios, á dó fueron bien tratados del rey de aquellas islas, por intergesión de los amigos con quien havian conversado en Sian, y dándoles bastimentos, se fueron. Y por la policia y riqueza que estos vieron, tornaron á ir á ella otros portugueses, mercaderes, en juncos de China, y navegando de la costa de la China al Leste, allegaron á la dicha isla y aquella vez les mandaron que no saliesen en tierra y que diesen memorial de las mercadurias que traían y los preços que por ellas avian de dar y se las pagarian luego; y así le dieron y les traxeron la paga de todo en plata, y proveyéndolos de bastimentos les dixerón que se fuesen*”.²⁰

Quanto ao ano de 1542, os dois coincidem. António Galvão diz “que parecem ser Cipangas”, enquanto Diogo de Freitas afirma “*una isla de lequios*”, pois já tivera conversas com “*un junco de lequios*”. Aliás, é preciso levar em conta que o livro de António Galvão foi publicado em 1563 e a informação de Diogo de Freitas foi recolhida em 1545, apenas 4 anos passados do acontecimento.

De facto, foi “*en juncos de China*” que os portugueses desembarcaram em Tanegashima.

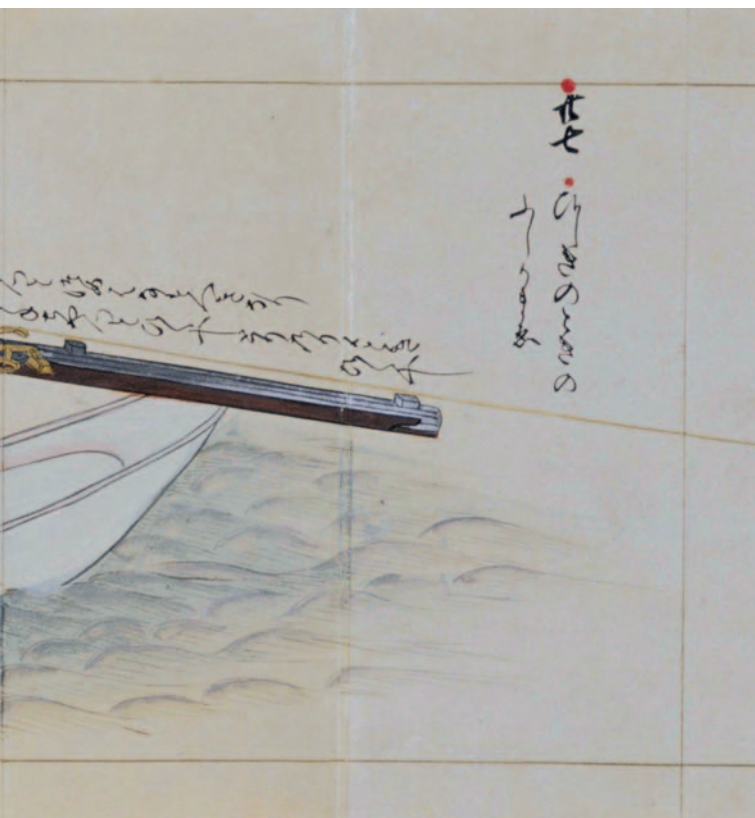


Ilustração do *Sanjuni-so Ezu* (Trinta e duas posições de tiro), manual de instrução da Escola de Tiro de Inatomi, c. 1600. Cortesia do Museu Nacional de História Japonesa, Sakura.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Nesta e na página seguinte, ilustrações do *Sanjuni-so Ezu* (Trinta e duas posições de tiro), manual de instrução da Escola de Tiro de Inatomi, c. 1600. Cortesia do Museu Nacional de História Japonesa, Sakura.

Em segundo lugar, analisemos a “Relação de Pero Díez, 1545”.

*“Y lo que conto es, que en Mayo del año pasado de 1544 años, partió de Patani en un junco de chinos, y allegó en Chincheo [...] De Chincheo fueron a una ciudad que llaman Lionpu [...] De allí atravesaron á la isla de Japan, que está en treinta y dos grados ; hay della a Liompú ciento é cincuenta é cinco léguas, correse casi Este-Oeste [...] Dice que estando en el puerto cinco juncos de chinos de los que viven en Patani, y en ellos algunos portugueses, vinieron a ellos mas de cien juncos, encadenados,²¹ de chinos, y contra ellos salieron los portugueses de los cinco juncos, en cuatro barcas con tres versos y diez y seis arcabuces, y desbarataron los juncos de los chinos y les mataron mucha gente schh. Vio en esta isla muy poco oro y grandísima cantidad de hierro y cobre ; allí se juntaron otros portugueses, que venian de las islas de los lequios, las cuales dicen que son muy ricas de oro y plata; la gente es robusta y belicosa”.*²²

Georg Schurhammer S. J. comenta: “Este combate mostra que os portugueses eram recém-chegados ao Japão e que os Chineses viam ameaçado o seu monopólio comercial. Foi indubitavelmente o primeiro encontro entre os dois rivais”.²³

Tanto a relação de Diogo de Freitas com a relação de Pero Díez apontam para uma estreita relação lusa com os Léquios.

Por fim, vejamos a “Relação do piloto chim, 1546”, texto que, por descontextualizado, não tem merecido a devida atenção.

*“Estando en Malaca, me preguntó un piloto chino por nuestra navegación, y me dixo que en la isla de Japán habia tenido noticia de que estaban dos navios, uno pequeno e otro grande, de gente como nosotros, en una isla que está adelante de la de Japan, mas hacia esa Nueva-España, y que tenían guerra con los naturales de aquellas islas; lo cual me hizo pensar que serían navios de Vuestra Señoría”.*²⁴

Esta cena verificou-se entre Diogo de Freitas e “un piloto chino” anónimo, em 1546. No entanto, não

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

sabemos a que ano se referira, de todas as maneiras é anterior a esta data. Tentemos analisar a frase “*en la isla de Japán habia tenido noticia de que estaban dos navios, uno pequeno e otro grande, de gente como nosotros, en una isla que está adelante de la de Japan, mas hacia esa Nueva-España, y que tenían guerra con los naturales de aquellas islas*”. Primeiro, é preciso identificar “*una isla que está adelante de la de Japan, mas hacia esa Nueva-España*”. Pelo contexto, sabemos que se trata de outra ilha que não a “*la de Japan*” e sua situação é “*hacia esa Nueva-España*”. O único país “*adelante de la de Japan*” é a Coreia. Seria uma ilha coreana.

Uma fonte imperial coreana, *Zhongzong Shilu* 中宗实录 (Verídica Crônica do Imperador Zhongzong), dá-nos uma pista.

“Entrada de 27 de Julho de 1544. Transmitam ao Conselho Administrativo: Recebido memorial ao trono do almirante de Jeolla Ocidental 全羅右道水使. Os barcos chineses continuam ancorados na ilha Feimi 飛弥島 do estado de Jeolla 羅州. Mandámos imediatamente barcos de guerra para os interceptar. Vimos que as suas fisionomias são estranhas e vestidos de preto e o seu número ultrapassa os 90. Não entendemos a língua deles e passamos a lhes perguntar por escrito de que terra eram, quem eram e porque têm navegado à deriva até ali. Os perguntados olhavam uns para outros e nos

responderam imediatamente com o disparar de canhões contra os nossos barcos. Dois dos nossos morreram a tiro de canhões e outros dois ficaram feridos. Mesmo tendo o despacho imperial no sentido de os capturar vivos, fomos obrigados a responder com canhões²⁵ e frechas. Os chineses escondendo-se atrás de escudos de defesa, a bordo, remaram a este. Como fomos surpreendidos por uma tempestade, era muito difícil continuar com a perseguição. Os barcos chineses, armados com canhões e outras armas, mataram três dos nossos militares. Se agora não continuarmos com a perseguição pelo mar fora, temos que capturá-los daqui a pouco. Esperamos que fiquem ancorados em algum lado e passamos a capturá-los.²⁶ Isso foi dito a tal cabo”.²⁷

“Aliás, agora os chineses, armados com canhões e outras armas, navegam até ao Japão onde ensinam aos japoneses a utilização destas armas, o que é o perigo dos perigos. Foram dadas ordens ao *qianshi* 僉使 (vice-comandante) e ao *wanhu* 万户 (brigadeiro) para, com forças de elite, armarem uma cilada em lugares estratégicos, mas sem poderem ultrapassar o território de Jeolla. Se forem piratas chineses, a sua captura não criará problemas...”²⁸

“Se eles ensinarem o Japão a usar canhões, as consequências serão tremendas.”²⁹



ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

○鐵炮記 代種子島久時公
 開列之南有一島去列一十八里名曰種子我祖世
 居焉古來相傳島多種子者此島雖小其居民庶而且
 富譬如播種之下一種子而生一苗是故名焉先是
 天正癸卯秋八月二十五丁酉我西村小浦有一大船
 不知自何回來船客百餘人其形不類其語不通見者
 以為奇怪笑其中有大明儒生一人名王峯者令不詳
 其姓字時西村主事有職部丞者頗解文字偶過王峯
 以秋高於沙上云船中之客不知何國人也何其形之
 異哉王峯即書云此是西南蠻種之賈胡也粗能知君
 臣之義未知禮貌之在故其飲也杯飲而不杯
 其食也爭食而不著徒知嗜欲之愜其情不知文字之
 通其理也所謂賈胡到一處輒止此其種也以其所有

乎百文天下稱曰三十三間古來善射者發其矢於高
 居之南直以至於北為我業然其能至者或寡矣
 公今從衆發矢之遠至也亦不難矣然則其力有餘
 而志之正體之直者公之所素有也何止於此自其
 少時而志于學亦多術牽於章句文義者儒生之學
 也務得其要持之業者人主之學也被章句文義非
 不學焉蓋益於心術務得其要者正其心脩其身以及
 之於國家其利博哉今公之所志之學在茲而已占
 夫寸之而變強者豈可同年而語哉予本釋門徒
 雖不與射札事樂公之志有成書之以貽近侍之
 學射者云
 慶長丙午四月十七日 前建長文之玄昌謹書

Nesta página e nas seguintes, páginas da *Teppoki* (Crônica da Espingarda), edição de 1649 (Universidade de Kagoshima).

Este medo da técnica de artilharia poder passar ao Japão era muito forte: “Há propostas de não mandar os barcos chineses à terra japonesa, e têm muita razão. No entanto, os barcos chineses que navegam até ao Japão têm os seus companheiros ou antes ou depois deles, de modo que é difícil evitar que a transferência da técnica da artilharia se faça aos *wano* 倭奴³⁰”.³¹

Assim, “*una isla que está adelante de la de Japan*” seria a ilha Feimi, no sul da Coreia.

Sabemos que foram os portugueses que introduziram armas de fogo no Japão. A frase “Se eles ensinarem o Japão a usar canhões, as consequências serão tremendas” permite-nos supor que poderia haver portugueses nesta batalha naval em 1544.

Na mesma *Zhongzong Shilu*:

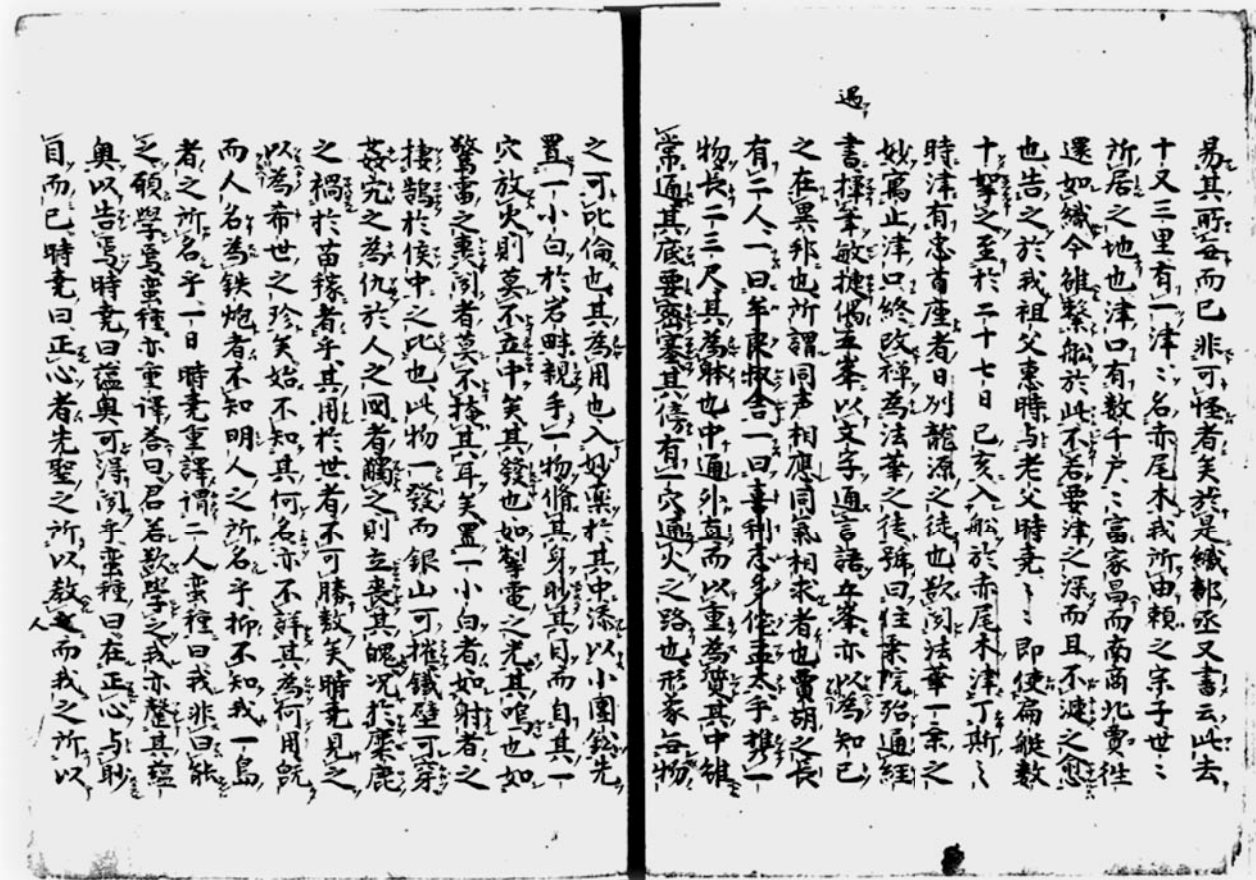
“Entrada de 4 de Maio de 1542. Apresentação da carta do rei do Japão: ... Mais de 80 homens do mar da grande dinastia Ming foram empurrados por uma tempestade até a Bungo do Japão.

Quando lhes perguntámos como se chamavam, não se atreveram a responder. Agora, já estão a bordo do barco do nosso embaixador. Queríamos repatriá-los via vosso ilustre País. Quando perguntámos a vontade deles, dos 80 e tantos nenhum queria voltar via vosso ilustre País, alegando que se voltassem através da Coreia, seriam de certeza executados. Preferiam voltar aos Léquios. Então fizemos-lhes a vontade e devolvemo-los aos Léquios.”³²

Além das razões da infracção das leis proibitivas das viagens marítimas, que possam custar-lhes vida, não haveria portugueses no meio deles? Pois até mesmo recusavam a ir à terra na Coreia.³³

Fontes oficiais chinesas registam movimentos marítimos clandestinos em 1542, entre o Sudeste Asiático e os Léquios. Yan Hao 嚴嵩, primeiro-ministro dessa altura, no seu “*Liuqiu guo jiesong tongfan renfan shu*” 琉球國解送通番人犯疏 (Memorial ao

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



Trono sobre a entrega escoltada feita pelos Léquios de criminosos que fazem negócios marítimos clandestinos com os bárbaros) dá alguns pormenores. Citando um memorial ao Trono apresentado por Sho Sei 尚清, (1497-1555), rei Chuzan 中山 dos Léquios, diz:

“Chen Gui 陈贵 e outros sete criminosos, de há alguns anos para cá, infringindo as expressas proibições marítimas, fazem negócios marítimos clandestinos com os bárbaros, tendo obtido grandes lucros. Desta vez, encontrou 21 barcos de Chaoyang 潮阳, com 1300 marinheiros. Com todos à procura de benefícios, eclodiram rixas entre ambos, matando-se e ferindo-se entre si. Todo o desastre vem de Chen Gui, homem de muitos e graves crimes.”³⁴

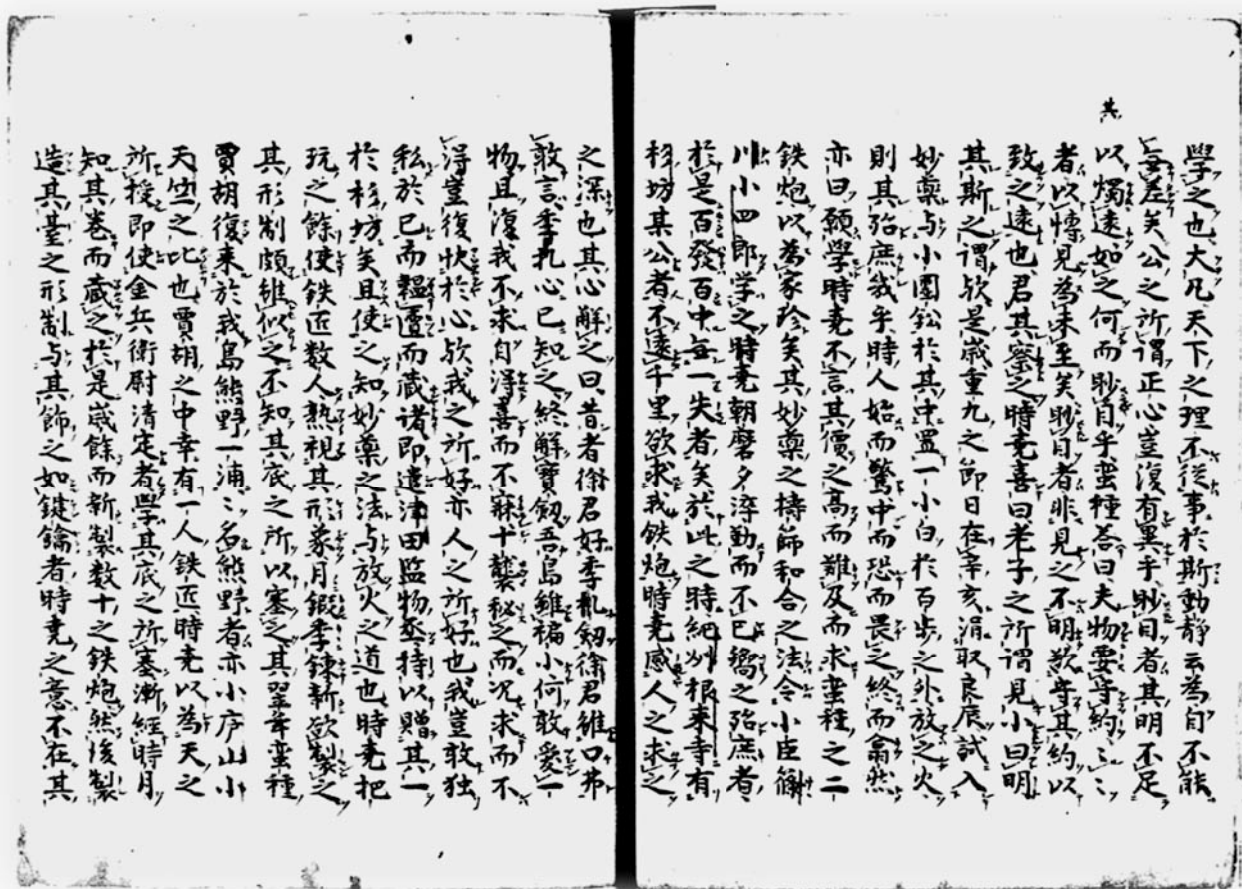
Continua o primeiro-ministro:

“Esse país, já que sabe que Chen Gui e outros foram à sua terra, infringindo as leis e manejando clandestinamente grandes barcos para fazer

negócios marítimos, o que deve fazer é entregar os barcos, juntamente com a tripulação para serem submetidos aos expressos castigos estipulados pelas leis. No entanto, concedeu-lhes licenças para aportar e comprou as suas mercadorias. Segundo a confissão de Chen Gui, as mercadorias de 26 barcos foram confiscadas, evidentemente com a intenção de ficarem com elas, em consequência de não terem chegado a um acordo nos preços. As matanças e os ferimentos começaram por aí. Então os léquios serviram-se disso de pretexto para os acusar de serem piratas.”³⁵

Em 1542, estavam barcos de Chaoyang, uma terra de Cantão, e barcos de Zhangzhou 漳州³⁶ no Sudeste Asiático e nos Léquios.³⁷ Dado que desde 1511, altura em que os portugueses conquistaram Malaca, os “chinchéus” mantinham boas e estreitas relações com os portugueses, inclinamo-nos a identificar “juncos de China” com os barcos de Chen Gui.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Os portugueses que fugiram a Diogo de Freitas teriam embarcado num juncos da frota de Chen Gui.

2.1 A *TEPPOKI* E O SEU AUTOR³⁸

Da documentação sobre a chegada dos portugueses ao Japão ou descoberta do Japão pelos portugueses, quer em línguas orientais (japonesa e chinesa) quer em ocidentais (sobretudo a portuguesa), a *Teppoki*, em japonês clássico, tem sido a referência básica para fundamentar a versão da chegada dos portugueses ao Japão em 1543.

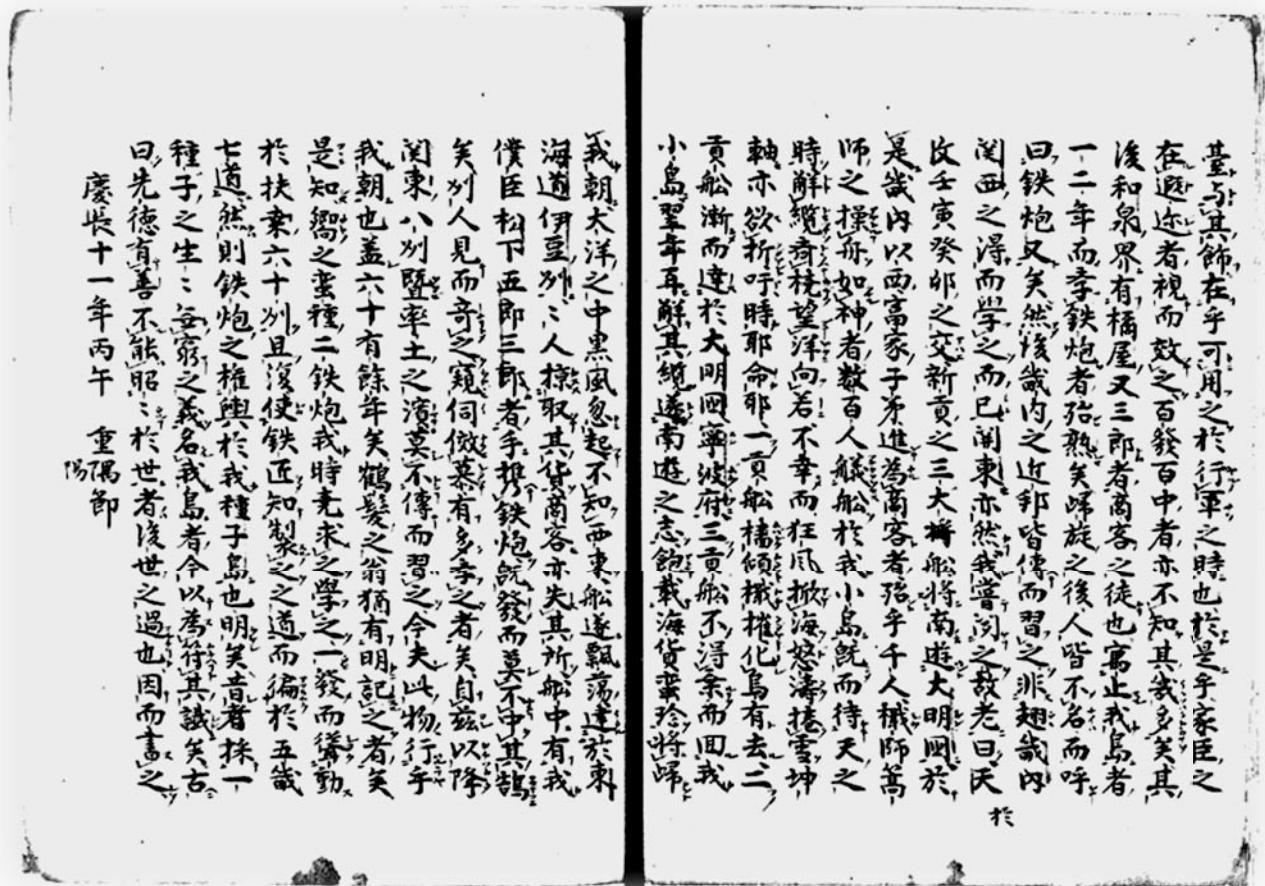
O autor deste texto é Daiiruiji Bunshi 玄昌文之,³⁹ também conhecido como Nanpo Bunshi 南浦文之, erudito bonzo budista Zen de Satura. Trata-se de uma peça, em jeito de memória, composta pelo “filho de Toditas e 14.º governador da ilha Tansíssima, no período Deicida (1596-1614).”⁴⁰ Foi escrita em 1606, mais de 60 anos após o acontecimento narrado e publicada pela primeira vez em

1625⁴¹ na *Nanpo Bushū* 南浦文集 (Colectânea Literária de Nanpo).

Das primeiras edições, podem-se citar as de 1625, 1629 e de 1649, de Quioto, esta a mais acessível. O documento que serviu de base para a nossa tradução é o manuscrito depositado na Universidade de Kagoshima, sob a cota de Códice No. Tamasato-Ten No Bu No.114-1003.

Este valioso documento escrito em *kanji* foi objecto de várias traduções, completas ou parciais, para diversas línguas ocidentais, não havendo, no entanto, uma versão completa em português. A primeira versão alemã, de H. Haas, apareceu em *Geschichte des Christentums in Japan* I, publicada em Tóquio em 1902 (Buchdr. der Rikkyo Gakuin Press, pp. 29-32).⁴² J. Murdoch, na sua obra *A History of Japan* (Kobe, 1903, p. 42)⁴³ publicou uma tradução inglesa abreviada, que veio a ser traduzida para português e publicada, em 1927, no *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 3 (pp. 10-11). Uma versão inglesa

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



mais completa encontra-se em Ryusaku Tsunoda, Wm. Theodore de Bary, and Donald Keene, eds., *Sources of the Japanese Tradition* (New York, 1958, pp. 317-320). Foi o doutor Pe. Georg Schurhammer S. J. quem fez uma tradução portuguesa, a partir da versão alemã de Haas e comparando-a com a versão inglesa de Murdoch (reeditada em *Orientalia*, 1963, pp. 535-538). Em 1977, apareceu uma tradução completa, a partir do manuscrito japonês e profusamente anotada, pela italiana Marisa di Russo.⁴⁴ Em 2002, Olof G. Lidin publicou uma versão inglesa completa.⁴⁵ De há muito se sente a falta de uma versão portuguesa feita a partir do manuscrito em japonês. Eis o nosso propósito.

3. NOVAS LUZES TRAZIDAS PELAS FONTES CHINESAS

As fontes chinesas talvez sejam a chave para trazer alguma luz a este mistério histórico. Começemos por

analisar alguns documentos chineses que nos oferecem informações sobre as movimentações comerciais entre a China e o Japão. Com o “incidente de 1523” foi abolido o comércio tributário entre a China e o Japão, consequentemente acabaram as lucrativas trocas comerciais. Só em 1539 seria enviada à China uma nova embaixada tributária.⁴⁶ Segundo o diário do embaixador Shaku Juko 釋寿光⁴⁷, levavam intérpretes chineses que falavam japonês. Esta embaixada é uma prova irrefutável do desejo manifestado pela diplomacia japonesa em reatar as relações comerciais com a China. Existe uma grande probabilidade de Wang Zhi ter contactado os intérpretes chineses em 1539, na medida em que várias fontes chinesas atestam as suas actividades comerciais, entre a China, o Japão e o Sudeste Asiático, já no ano de 1540.

Até agora, a maior parte dos trabalhos de investigação sobre a data da chegada dos portugueses ao Japão baseia-se em fontes japonesas, portuguesas e espanholas e, de um modo geral, à documentação

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

chinesa não foi dada a devida importância, mas algumas peças chave foram ignoradas. Sabemos que nas fontes chinesas, embora sem indicações expressas da data e das personalidades lusas que visitaram pela primeira vez o Japão, não faltam informações detalhadas sobre Wang Zhi, que levaria os portugueses a Tanegashima em 1543, de que há notícias, servindo posteriormente de intérprete entre estes e os nativos. A grande importância das fontes chinesas advém do facto de fornecerem pormenores sobre as movimentações deste chinês, de revelarem que Wang Zhi já se encontrava envolvido no comércio internacional entre o Japão, a China, o Sião e Malaca, a partir de 1540. Também há fontes japonesas com referência a 1541, que têm sido inexplicavelmente menosprezadas⁴⁸:

Teisei zoyaku sairán igen 订正增言尺采覧异言 (Informações exóticas recolhidas das mais diversas fontes, versão corrigida e aumentada) regista:

“Os Seiban 西蕃 desembarcam primeiro neste Reino. No mês de Julho do 10.º ano de *Tenbun*⁴⁹, apareceu de repente um navio, com uma tripulação de 280 homens, que foi ancorar directamente à enseada de Shinga, do Bungo. Mao Yuanyi 茅元仪 da dinastia Ming disse que um tal Futuraishakuko 佛來釈古 (Francisco) de Haratakakokoku 波羅多伽兒國 (Portugal) transmitiu a sua técnica em Bungo.”⁵⁰

Com base nesta fonte japonesa, embora tardia, de 1802, que afirma inequivocamente o ano de 1541 como o do primeiro desembarque em Bungo, pode supor-se que se os lusos não tivessem ido ao Japão com Wang Zhi, com quem negociavam, logo em 1540, teriam arribado à terra do Sol Nascente, concretamente a Bungo, em 1541.

Este referência japonesa é de origem chinesa. Nas fontes chinesas, temos uma referência num livro publicado, já em 1592, anterior, portanto, à data da elaboração da *Teppoki*, que tem sido considerada a peça fundamental para fixar o ano de 1541 como a data da chegada dos portugueses ao Japão.

Trata-se dum texto publicado pela primeira vez em 1592 por Hou Jigao 侯继高 em *Riben Fengtuji* 日本风土记 (Coisas do Japão,) de *Quanzhe Bingzhikao* 全浙兵制考 (Estudo sobre o Sistema Militar da Província de Zhejiang). No ano seguinte, Li Yangong 李言恭 e Hao Jie 郝杰 reproduziram estas passagens no seu *Riben Kao* 日本考 (Estudos sobre o Japão). O mesmo texto veio a ser publicado por Shi Yongtu 施永图 no seu *Xinlüe Dili* 心略 (Estratégia Mental) e por Mao Yuanyi no seu *Wubeizhi* 武备志 (Crónica dos

Preparativos Militares), respectivamente em 1621 e 1637, que serviu de fonte para a obra japonesa de 1802. Os três primeiros foram militares de alta patente do Sul da China, por isso, o texto poderia ser uma “informação militar”. “Há ainda a possibilidade de o autor do texto não ter sido nenhum deles. O próprio título pode não ser o original. Poderia ser um material de referência para as altas patentes militares na prevenção e luta contra a pirataria japonesa. Hou Jigao, Li Yangong e Hao Jie não teriam sido mais do que os primeiros editores e divulgadores do texto.”⁵⁰ É de salientar que *Wubeizhi* de Mao Yuanyi também é uma obra de carácter militar. Este texto é datável a 1548, porque os relatórios sobre a destruição de Liampó, de Zhu Wan, possuem muitas informações sobre a artilharia e a espingardaria capturadas aos chineses, japoneses, portugueses e aos seus escravos, africanos e asiáticos.⁵¹

Sendo de grande importância documental e histórica, passemos a transcrever o trecho relativo à introdução da espingarda em Bungo:

“A *niaochong* 鸟銃 (espingarda de pássaro) é originária dum país de nome Boluoduojaier 波羅多伽兒 (Portugal) da terra dos Xifan 西番 (Bárbaros do Oeste). Um tal Folaishigu 佛来释古 (Francisco) transmitiu a sua técnica a ferreiros de Bungo. Agora, estes já conseguem fabricar peças, milagrosamente certas, que valerão cada uma uns 20 taéis. As que são fabricadas noutros lugares não têm a mesma qualidade, de modo que o seu valor é menor.”⁵²

Segundo a *Teppoki*, uma das preocupações do *tono* de Tokitaka na aprendizagem da técnica da *teppo* era saber todos os segredos. Este documento chinês complementa-a, no que diz respeito à fórmula do “pó milagroso”. Temos uma descrição bastante pormenorizada do fabrico da pólvora:

“Foram transmitidos conhecimentos verdadeiros para o fabrico da pólvora. Primeiro, usa-se o carvão feito a partir da *firmiana platanifolia* e depois é preciso cozer três vezes o salitre em água a ferver. O enxofre a ser usado deve ser transparente e limpo para se misturar com os dois elementos anteriores. Introduzem-se dois mazes de pólvora em cada espingarda, que disparam as suas várias balas certas para longe. A fórmula da fabrico da pólvora varia nas percentagens das componentes, de acordo com as quatro estações do ano. Cada espingarda é carregada com três projecteis, que

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

são disparados em conjunto, tanto na horizontal como em qualquer outra direcção.”⁵³

O Dr. Rainel Daehnhardt, grande especialista em armas antigas, ao ajudar-nos a fixar esta tradução não hesitou em confirmar a origem portuguesa desta passagem, dizendo: “Temos aqui um dos grandes segredos da espingarda portuguesa e da sua utilização. As câmaras das espingardas lusas eram extremamente fortes, muito mais fortes do que suas congéneres das outras nacionalidades. Eram carregadas com uma quantidade de pólvora substancialmente superior à das espingardas das outras nacionalidades. Os outros países usavam ou apenas um projectil, o que se intitula um ‘tiro de bala’, ou uma grande quantidade de projecteis minúsculos, o que se chama um ‘tiro de chumbo miúdo’. Os portugueses atiravam com três até cinco balas num só tiro. Isto aumentava substancialmente a chance de atingir o alvo mas obrigava a uma carga maior de pólvora e um ombro forte para aguentar o coíço do recuo da arma que era tremendo.”⁵⁴

A nossa suposição é completamente corroborada por estas duas fontes chinesas.

A *Chouhai Tubian* 筹海图编 (Exposições Ilustradas da Defesa Marítima), do reinado de Jiajing (1521-1566) regista expressamente “No 27.º ano de reinado de Jiajing”:

“A *niaochong* (espingarda de pássaro) veio dos Xifan (Bárbaros de Oeste) para China há muito tempo, não se conhecendo os seus segredos. No 27.º ano de reinado de Jiajing (1548), Zhu Wan 朱纨, censor metropolitano, mandou Lu Tang 卢鎗, comandante metropolitano, atacar Liampó. Capturou um cacique bárbaro, versado em espingardas. Mandou os cavalheiros, leais e generosos, Ma Xian 马宪 fazer as peças e Li Gui 李槐 fabricar a pólvora. Como conseguiram os segredos, as suas imitações são ainda melhores do que as genuínas dos Xifan.”⁵⁵

Numa obra mais tardia, *Dengtang Bijiu* 登坛必究 (Apurar ao Subir o Fórum) temos uma descrição mais simples:

“No ano de *wushen* 戊申,⁵⁶ Lu Tang assaltou Liampó e capturou um versado em espingardas. Mandou-o revelar os seus segredos e aos cavalheiros, leais e generosos, Ma Xian fazer as peças e Li Gui fabricar a pólvora, ainda melhores.”⁵⁷

Acreditamos que a fonte que serviu de base para o texto publicado em 1592 por Hou Jigao será

de origem portuguesa. Se tivesse sido de origem chinesa, Portugal teria sido apelidado de Folangji 佛郎机 (Frangia). No caso de ter sido de proveniência japonesa, Seinanban ou Nanban teriam sido os termos usados. Estamos perante uma transcrição bastante diferente das habituais designações de Portugal e dos portugueses no Extremo Oriente. Portugal é fielmente transcrito como Boluoduojiar. Só os portugueses é que usavam o seu nome genuíno. O nome de Folaishigu revela uma exactidão da linguagem coloquial. O “o” final de Francisco, quando átono, soava e soa de facto como “ú”. Todos estes elementos concorrem para que esta informação tenha tido origem portuguesa ou nos que viajavam com os portugueses e que falavam a sua língua. Segundo esta fonte, o homem que introduziu a espingarda foi um tal Francisco, identificável com Francisco Zeimoto (Zaimoto). Assim a pretensão e possibilidade de Fernão Mendes Pinto ter sido um dos primeiros portugueses a chegar ao Japão e ter introduzido a espingarda em Bungo fica bastante mais remota. Todos estes elementos levam-nos a concluir que a chegada dos portugueses ao Japão, assunto que parecia ter sido encerrado há algumas décadas, continua em aberto e só um cruzamento das fontes europeias com as inúmeras fontes asiáticas o poderá esclarecer. É neste contexto que os documentos chineses assumem particular relevo, na medida em que foram navegantes chineses os principais actores nos primeiros contactos que se estabeleceram entre gentes do longínquo Ocidente e terras do Extremo Oriente.

Aqui registamos mais duas passagens de um antigo livro chinês sobre o Japão. O autor chama-se Zheng Shungong 郑舜功, natural da província de Cantão, foi embaixador do *zongdu* 总督 (grande coordenador da província de Zhejiang), Yang Yi 杨益. Entre 1556 e 1557, visitou o Japão, ficando com Otomo Sorin 大友宗麟, também conhecido como Otomo Yoshishige, 大友义镇. Escreveu *Riben Yi Jian* 日本一鑑 (Um Olhar sobre o Japão), uma crónica de viagens, possivelmente concluída em 1564, onde se reúne o que viu e o que ouviu durante a sua estadia no Japão. Em 1557, voltou à China.

“Chama-se *shouchong* 手銃 (espingarda de mão), originária de Folangji guo (Frangia 佛郎机国), cujos comerciantes começaram a ensinar os bárbaros de Tanegashima a fabricá-la. Mais tarde, Bonotsu (?), Hirado, Bungo e Izumi, entre outros lugares, passaram a fabricá-la. O ferro local é

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

demasiado quebradiço, que não serve para fazer tal arma. Na maioria das vezes, compram *xianluo tie* 暹罗铁 (ferro de Sião). O *Fujian tie* 福建铁 (ferro de Fujian),⁵⁸ é adquirido por contrabando para fazer tal arma”.⁵⁹

“Recentemente, começa a parecer *shouchong*, que aprenderam com os Folangji. Actualmente, a China também tem essa arma, mudando-lhe o nome para *niaozi* 鸟嘴 (bico de pássaro)”.⁶⁰

É de crer que a China, desde a expedição contra Liampó em 1548, o mais tardar em 1549, começou a ter imitações da espingarda portuguesa.

Segundo Zheng Shungong, a fabricação da espingarda começou em Tanegashima e só mais tarde passou para Bungo.⁶¹ No entanto, devemos ler a informação de Zheng Shungong com certa reserva, porque a sua estadia no Japão foi curta e já passara uma dezena de anos sobre o acontecimento. **RC**

Nota dos autores: Neste trabalho contamos com a ajuda da Doutora Mihoko Oka, do Doutor Lúcio de Sousa da Universidade de Tóquio, do Professor Michele Fatica, do Istituto Orientale di Napoli, da Mestra Jiang Wei, doutoranda no King's College, Londres, do Doutor Rui Manuel Loureiro, da Câmara de Lagos, do professor Gong Yingyang, da Universidade de Zhejiang, e da Professora Li Xiaolin da Universidade de Nankai.

NOTAS

- Desde as invasões mongóis em 1274 e 1281 que os japoneses designam as armas de fogo por *teppō* 铁炮. Por convenção, servimo-nos do termo espingarda, embora arcabuzes seja mais apropriado. Cf. Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, in *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli*, vol. 37 (1977), (Nuova Serie XXVII), p. 74, nota 75.
- Recentemente, Igawa Kenji 伊川健二 fez uma análise exaustiva dos estudos produzidos nos últimos 20 anos sobre a introdução da espingarda no Japão pelos Portugueses: “Teppō Denrai no Shiryo to Roten - I” 铁砲伝来の史料と論点 (上), in *Teppō Shi Kenkyū* 鉄砲史研究, Academic Society of Japanese Weapons, n.º 361, 2008, pp. 29-55 e “Teppō Denrai no Shiryo to Roten - II” 铁砲伝来の史料と論点 (下), in *Teppō Shi Kenkyū*, Academic Society of Japanese Weapons, n.º 362, 2003, pp. 11-33.
- Sobre o comércio em geral entre a China e o Japão, à volta de 1550, recomendamos a leitura indispensável de Roderich Ptak, “Sino-Japanese Maritime Trade, circa 1550: Merchants, Ports and Networks”, in Roberto Carneiro / A. Teodoro de Matos (Hg.), *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)* (Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 1993) (Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa e Instituto de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994), pp. 281-311.
- Sobre a sua localização geográfica, veja-se Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun 张正春, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (ed. lit.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês: Séculos XVI-XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 90-101.
- João Paulo Oliveira e Costa, “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531). Do sonho Manuelino ao realismo Joanino”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento...*, pp. 11-84 e Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 289-293.
- Jin Guo Ping 金国平, 1521-1522 *Nianjian Zhongguo Junshi Chongtu-Xicaowan Shikao* 1521-1522 年间中葡军事冲突—西草湾试考 (Os conflitos armados sino-portugueses entre 1521 e 1522. Uma tentativa de identificação de Xicaowan, o lugar da batalha naval da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho, in *Xili Dongjian-Zhongguo Zaoqi Jiechu Zhuixi* 西力东渐—早期中葡接触追昔 (O Ocidente ao Encontro do Oriente. Uma Retrospectiva dos Primeiros Contactos Sino-Portugueses), Macau, Fundação Macau, 2000, pp. 1-18.
- Cf. o estudo pioneiro de Roderich Ptak, “The Fujianese, Ryukyuan and Portuguese (c. 1511 to 1540s): Allies or Competitors?”, in *Anais de História de Além-Mar* 3 (2002), pp. 447-467 e “The Image of Fujian and Ryūkyū in the Letters of Cristóvão Vieira and Vasco Calvo”, in Angela Schottenhammer (ed.), *Trade and Transfer across the East Asian “Mediterranean”*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag 2005, pp. 303-319.
- L. Carrington Goodrich, Chaoying Fang (eds.), *Dictionary of Ming Biography, 1368-1644*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1976, Vol. I, pp. 372-375 e Roland L. Higgins, *Piracy and Coastal Defence in the Ming Period, Governmental Response to Coastal Disturbance 1523-1549*, Ann Arbor, University Microfilm International, 1981, pp. 249-201. Para uma tradução em inglês da sua biografia em *Mingshi* (História Oficial dos Ming), cf. So Kwan-wai, *Japanese Piracy in Ming China during the 16th Century*, East Lansing, Michigan State University Press, 1975, pp. 51-53.
- So Kwan-wai, *Japanese...*, *passim* e Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, pp. 119-126.
- Sobre estas fontes chinesas, ver o nosso artigo “Liampó nas relações sino-portuguesas entre 1524 e 1541 e a escudela de Pêro de Faria”, in *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 24, 2007, pp. 6-19.
- Cf. Olof G. Lidin, *Tanegashima. The Arrival of Europe in Japan*, Copenhagen, Nordic Institute of Asian Studies, 2002.
- Ye Xianen 叶显恩, *Huishang Yu Yuehai Lungao* 徽州与粤海论稿 (Estudos sobre Huizhou e os Mares de Cantão), Hefei, Editora da Universidade de Anhui, 2004, pp. 107 e 113.
- Ibidem*, p. 119.
- Ayuthia.
- António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, Lisboa, Alfa, 1989, p. 105.
- Georg Schurhammer S. J., *Orientalia*, Lisboa e Roma, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos/Institutum Historicum Societatis Iesu, 1963, pp. 526-529. Recentemente, Shimizu Hirokazu 清水紘一 publicou

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

- em fac-símile este documento, depositado no Archivo General de Indias, cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo* 日欧交渉の起源-鉄炮伝来とザビエルの日本開教, Tóquio, Iwata Shoin, 2008, pp. 368-372.
- 17 Ayuthia.
- 18 Ver Roderich Ptak, “The Ryukyu Network in the 15th and Early 16th Centuries”, in *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 6, 2003, pp. 7-23.
- 19 Georg Schurhammer S. J., *Orientalia*, p. 526.
- 20 *Ibidem*, p. 527.
- 21 O lendário “barco de tesouro” do almirante Zheng He seria uma espécie de barcos “encadeados” para formar uma base flutuante. Ainda na década 1540, Wang Zhi costumava construir este tipo de barcos. Cf. Jin Guo Ping, “Zheng He e a África Oriental/Zheng He and East Africa”, in *Oriente*, n.º 14, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 34-49 e Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen...*, pp. 213-214.
- 22 Georg Schurhammer S. J., *Orientalia*, pp. 527-528.
- 23 *Ibidem*, p. 528, nota 34.
- 24 *Ibidem*, p. 526.
- 25 Os chineses que andavam com os portugueses tinham acesso à arma de fogo, tanto espingardas como canhões portugueses. É o caso de Wang Zhi. Uma vez na mão dos que lidavam com os lusos passariam facilmente a outros chineses. Daí talvez a proveniência desses tremendos canhões dos chineses, que “naufagaram” na Coreia em 1544. Em relação à introdução da arma de fogo portuguesa na Coreia, sabemos que só se remonta à invasão japonesa da Coreia, durante a Guerra de Im-Jin (1592-1598). Nessa altura, o Japão e Macau ainda estavam de lua de mel, portanto este não podia mandar directamente o apoio militar à Coreia. Foi a China, através das suas forças expedicionárias, levou as imitações da arma de fogo portuguesa, à Coreia, junto com “quatro milagrosos soldados de face negro”, que quer dizer africanos à resistência coreana para afugentar os soldados japoneses e ajudar a fabricar canhões. Sobre esta história, cf. Jin Guo Ping, “Yi Aomen wei zhongxin de Puchao guanxi” 以澳门为中心的葡朝关系 (Relações luso-coreanas, através de Macau), in Wu Zhiliang 吴志良, Jin Guo Ping e Tang Kaijian 汤开建 (eds.), *Aomen shi xinbian* 澳门史新编 (Nova História de Macau), Macau, Fundação Macau, 2008, Vol. II, pp. 679-693. Para o “retrato” desses “quatro milagrosos soldados de face negro”, cf. *Portugueses na Coreia durante a Guerra de Im-Jin*, Seul, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto Camões/Centro Cultural Português, 1988, p. 22. Estudos sobre as relações luso-coreanas são escassos; citamos Jaime Ramalhete Neves, “O conhecimento português da Coreia no século XVI”, in *Revista de Cultura*, 2.ª série, n.º 15, 1991, pp. 79-82 e “Os portugueses na guerra do Im-Jin?”, in *Revista de Cultura*, 2.ª série, n.º 18, 1994, pp. 27-32 e Pedro Moura (ed.), *Portuguese-Korean Historical Studies, Proceedings of the First Seminar Seoul, Korea, April 2001*, Seul, Portuguese Cultural Center, Instituto Camões / Royal Asiatic Society-Korea Branch.
- 26 Mesmo capturados, os chineses recusavam desembarcar-se. Andavam a esconder alguma coisa. Haveria portugueses no meio deles?
- 27 *Zhongzong Shilu* 中宗实录 (Verídica Crónica do Imperador Zhongzong), vol. 104, p. 5, edição fac-similada de *Lichao Shilu* 李朝实录 (Verídica Crónica da Dinastia Li), Academia da Coreia e Academia da China, Pequim, Editora de Ciências, 1959, vol. 24, p. 637.
- 28 *Ibidem*.
- 29 *Ibidem*, p. 5b, edição fac-similada, vol. 24, p. 637.
- 30 Designação antiga do *wano koku* 倭国, por extensão, japoneses.
- 31 *Zhongzong Shilu*, vol. 104, p. 11b, edição fac-similada, vol. 24, p. 640.
- 32 *Zhongzong Shilu*, vol. 98, p. 13a-13b, edição fac-similada, vol. 24, p. 414.
- 33 Todo o processo in *ibidem*, vol. 98, p. 1a-12a, edição fac-similada, vol. 24, pp. 635-640.
- 34 Yan Hao, “Liuqu guo jiesong tongfan renfan shu” 琉球国解送通番人犯疏 (Memorial ao trono sobre a entrega escoltada feita pelos Léquios de criminosos que fazem negócios marítimos clandestinos com os bárbaros), in Chen Zilong 陈子龙 e outros, *Huagming jingshi wenbian* 皇明经世文编 (Coleção de Escritos de Assuntos Estatais da Augusta Dinastia Min), Tomo III, Pequim Livraria China, 1962, vol. 219, p. 2301.
- 35 *Ibidem*.
- 36 Em fontes portuguesas, aparecem com “chincheo”.
- 37 Sobre a história de 36 famílias de Minnang 閩南, que povoaram “culturalmente” os Léquios, cf. Roderich Ptak, “The Ryukyu Network in the 15th and Early 16th Centuries”, pp. 8-9.
- 38 Para mais informações, cf. Marisa di Russo, “Il *Teppōki*: il manoscritto e l'autore”, in *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli*, vol. 35 (Nuova Serie XXV), 1975, n.º 3, pp. 359-376.
- 39 Para uma curta nota bibliográfica, cf. “A proposito di una citazione de *Teppōki*”, in *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli*, vol. 30 (Nuova Serie XX), 1970, n.º 4 p. 269 e Olof G. Lidin, *Tanegashima. The Arrival of Europe in Japan*, pp. 209-210, n. 10.
- 40 Georg Schurhammer S. J., *Orientalia*, p. 535, n. 102.
- 41 Sobre a primeira edição, cf. Marisa di Russo, “A proposito di una citazione...”, p. 269, n. 3.
- 42 Georg Schurhammer S. J., *Orientalia*, p. 535, n. 102.
- 43 *Ibidem*.
- 44 Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, pp. 55-79. Nas notas sobre as traduções em várias línguas, podem-se recolher nomes de mais tradutores da *Teppōki*.
- 45 Cf. G. Lidin, *Tanegashima. The Arrival of Europe...*, pp. 36-42.
- 46 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen...*, p. 219.
- 47 Yoshitomo Okamoto 岡本良知 dedicou apenas uma página a este tema. Cf. Yoshitomo Okamoto, *Naga saki kaikō izen obaku raio kō*, 長崎開港以前歐舶來往考, Nitto Shoin, 1932, pp. 21-22.
- 48 1541.
- 49 Saisuke Yamamura 山村才助, Hakuseki Arai 新井白石, *Teisei zōyaku sairan igen* 訂正増訳采覧異言, vol. 3, pp. 11-12, ed. fac-similada, Seishisha, 1979, pp. 366-367 e Ota Hiroki 太田弘毅, *Wakou: chougyou gunjishi te kikenkyu* 倭寇: 商業・軍史の研究, Yokohama, Shumpusha Publishing, 2002, p. 439.
- 50 Wang Xiangrong 汪向荣, “Guan Yu ‘Riben Kao’ 关于《日本考》 (A propósito dos Estudos sobre o Japão), *Zhongri Guanxishi Wenxian Lunkao* 中日关系史文献论考 (Estudos sobre as Fontes Históricas Relativas às Relações Sino-Japoneses), Changshsha, Editora Yuelu, 1985, p. 257.
- 51 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Coleção de Arquivos e Documentos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau), Beijing, Edições Populares, 1999, vol. 5, pp. 266-279.
- 52 Hou Jigao 侯继高, *Riben Fengtaji* 日本风土记 (Coisas do Japão), in *Quanzhe Bingzhikao* 全浙兵制考 (Estudo sobre o Sistema Militar da Província de Zhejiang), xilografada em 1592 (exemplar depositado em Tokyo Bunko), juan 2, p. 34.
- 53 *Ibidem*.
- 54 Agradecemos esta comunicação que nos foi enviada por correio electrónico.
- 55 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, Pequim, Editora do Povo, 1999, vol. 5, p. 146.
- 56 1548.
- 57 *Ibidem*, p. 363.
- 58 Sobre este tema, cf. Ota Hiroki, *Wakou: chougyou gunjishi te kikenkyu*, pp. 432-440.
- 59 Zheng Shungong 郑舜功, *Riben Yi Jian* 日本一鑑 (Um Olhar sobre o Japão), “Qiong he hua hai” (Falando de rios e mares, 穷河话海), juan 2, Utenslios, Nanjing, Livraria Weijing, 1939, p. 15a.
- 60 *Ibidem*, “Qiong he hua hai”, juan. 3, Caça e pesca, p. 9b.
- 61 Shimizu Hirokazu é apologista desta versão, cf. *Nichi-Ō kōshō no kigen...*, p. 195.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

Teppoki (Crónica da Espingarda)
do *tono* Hisatoki¹ de Tanegashima

Dairiuij Bunshi

A sul de Gushu,² a uma distância de 18 *ri*³ do litoral fica a ilha de Tanega.⁴ Aqui têm residido os meus antepassados,⁵ geração após geração. Há uma antiga lenda que explica a origem do nome Tanegashima. Embora seja pequena, tem uma população numerosa e próspera. É como uma semente: uma vez semeada, nunca deixa de se reproduzir, daí a origem do topónimo Tanegashima (ilha da Semente).

Aconteceu que no ano cíclico *ki-bo*⁶ da era de *Tenbun*,⁷ no dia cíclico *tei-Yu* que foi o 25.º dia da 8.ª Lua do Outono,⁸ apareceu um grande navio na angra de Nishimura.⁹ Não se sabia de onde viera. A bordo havia mais de 100 pessoas, todas com uma fisionomia diferente da nossa e que falavam línguas que soavam incompreensíveis. Todos os que os viram ficaram maravilhados. Entre eles achava-se um letrado confuciano da Dai-Ming (Grande Claridade),¹⁰ de nome próprio Goho.¹¹ Ignorava-se o seu nome de família.¹² Sendo então senhor de Nishimura um homem nome Oribenojo, grande conhecedor dos caracteres chineses, ele encontrou por acaso Goho e escreveu com o seu bastão na areia da praia: ‘Não sabemos de onde são os homens a bordo do navio. Como são estranhas as suas figuras!’ Goho escreveu imediatamente em resposta: ‘Estes homens são aqueles mercadores da raça dos bárbaros de Seinanban,¹³ que possuem um conhecimento rudimentar sobre as relações fundamentais entre os senhores e os súbditos, contudo, não se sabe se conhecem o cerimonial das boas maneiras.¹⁴ Tomam a água com o copo, mas nunca fazem a cerimónia de oferecer. Comem com as mãos, sem se servirem dos pauzinhos. Deixam-se arrastar com deleite pelos seus desejos. Não conhecem os caracteres¹⁵ e muito menos os ensinamentos por estes transmitidos. Trata-se duma raça que mal chega a um lugar começa a fazer trocas comerciais com o que possui por aquilo que não tem. Por conseguinte, não tem nada de suspeito.’

Então Oribenojo escreveu: ‘A 13 *ri* daqui há uma abra que se chama Akogi,¹⁶ lugar onde a família a que pertença tem vivido desde há gerações. Lá existem alguns milhares de casas, cujos habitantes são muito abastados e prósperos. Mercadores do Norte e do Sul concorrem aí num corrupio. Embora o vosso navio tenha fundeado aqui, farão melhor em sulcar para lá, pois a água do mar é mais profunda e tranquila.’ Disto deu aviso ao meu avô Shigetoki (1503-1567)¹⁷ e ao meu pai Tokitaka (1528-1579).¹⁸ Este despachou algumas dezenas de chalupas para rebocar o navio,¹⁹ que na hora *ki-gai*²⁰ do 27.º dia²¹ entrou no ancoradouro de Akogi.²²

Havia nessa altura um bonzo chamado Cho Shuso,²³ que dizia ser discípulo de Ryogen²⁴ em Nisshu.²⁵ Desejando aprender as maravilhas da Hokke²⁶ e Ekayana²⁷, estava de residência nesse ancoradouro. Acabou por deixar o Zen para se transformar em adepto de Hokke, com o nome de Jujoin.²⁸ Era versado nos clássicos canónicos e manejava com mestria o pincel. Ao encontrar por acaso Goho, teve uma conversa com ele por escrito. Goho considerava-o um verdadeiro amigo numa terra estrangeira. Os dois tinham linguagens e ideias comuns. Entre os negociantes bárbaros havia dois chefes. Um chamava-se Murashukusha²⁹ e o outro Kirishita da Mota.³⁰ Tinham nas mãos um objecto de 2 a 3 *shaku*³¹ de comprimento. Quanto à sua forma, era de linhas direitas, mas oco por dentro, com passagem interior. Era feito de matéria muito pesada. Mesmo que o seu interior fosse oco, uma das suas extremidade era fechada. De um lado havia um orifício pelo qual dava fogo. Não havia nada comparável com a sua forma. Quando manuseado, enche-se com um pó milagroso e colocam-se pelourinhos de chumbo. Tendo posto uma bandeirola branca³² ao lado de uma rocha, o disparador pegava no objecto, segurava-o com as mãos, acomodando a sua postura e fazendo mira com um só olho. Ao acender o fogo pela ranhura, o disparo acertava sempre na bandeirola branca. O tiro fazia um clarão de relâmpago, com um som tão estrondoso como um trovão assustador.³³ De todos os observadores não havia quem não tapasse as orelhas. Acertar numa meta pequena é como atingir sempre o centro do alvo. Um tiro deste artefacto podia fazer

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

cair uma montanha de prata e atravessar um muro de ferro. Os maus que quisessem invadir os países vizinhos perderiam imediatamente a vida quando atingidos. É tão devastador como os cervos³⁴ que derrubam os arrozais plantados. As suas aplicações no mundo são incalculáveis. Ao vê-lo, o governador Tokitaka considerou-o um tesouro do mundo. No início, ignorava-se o seu nome e não se lhe conhecia qualquer utilidade. Mais tarde, passaram a chamá-lo de *teppo* (espingarda de ferro), mas não se sabia como era denominado pelas pessoas da Ming³⁵ nem pelas da minha ilha.

Um dia, Tokitaka, através do intérprete, disse aos dois bárbaros: ‘Não digo que serei capaz, mas gostaria de aprender a usá-lo.’³⁶ Os dois bárbaros responderam pela mesma via: ‘Se quereis aprender a usar isto, nós vos faremos saber todos os seus segredos de boa vontade’. Tokitaka tornou a dizer: ‘Posso eu saber de vós o último segredo?’³⁷ Os bárbaros responderam: ‘Todo o segredo consiste nisto: deve-se concentrar a atenção³⁸ e cerrar um olho’. Tokitaka disse: ‘A concentração é ensinada ao povo pelos Antigos Sábios³⁹ e eu aprendi-a. Geralmente, se não se segue o princípio universal, ao movimentar ou parar, ao falar ou ao agir, acaba-se necessariamente por cometer erros. Que querem vocês dizer com concentração?’⁴⁰ Será algo de diferente? Se vocês fazem a pontaria com um olho só, não poderão ver o que está distante, então, porque é que só usam um olho?’ Os bárbaros responderam: ‘É necessário observar as regras das coisas. Para os observadores, basta a concentração para terem uma visão ampla, sem preocupação de não poderem ver longe. Fechar um olho não significa não poder ver claramente. Seguindo as regras e com concentração atingirão o que está distante. Isto é o que o senhor vai ver.’ Tokitaka, feliz, frisou: ‘Isto corresponde ao que Laozi (Velho Mestre)⁴¹ disse: Aqueles que vêm as coisas mais subtis chamam-se clarividentes.’⁴² Não é isto o que quereis dizer?’

Nesse ano cíclico,⁴³ o dia da Festa de *Chokyu*⁴⁴ caiu no dia de *sin-gai*.⁴⁵ Nesse dia, foi escolhida uma hora de bom augúrio para se fazer a prova. Introduziu-se o pó milagroso e os pelourinhos de chumbo na espingarda. Colocou-se uma bandeirola branca a uma distância de mais de cem passos. Ao dar fogo à arma, o alvo desapareceu quase todo estilhaçado. Os presentes ficaram entre espantados, surpreendidos e receosos perante o objecto. Depois acabaram por dizer em uníssono: ‘Gostaríamos de aprender.’ Apesar do exorbitantemente elevado preço, Tokitaka comprou aos bárbaros duas *teppo*,⁴⁶ considerando-as tesouros da família. Ao seu súbdito Sasakawa Koshiro⁴⁷ mandou aprender a arte de esmagar, joeirar e misturar as matérias para o fabrico daquele milagroso pó. Tokitaka exercitou-se com a arma quotidianamente, com zelo e sem cessar. Conseguiu dominar quase toda a técnica. Chegou ao ponto de em 100 tiros não falhar nenhum.

Havia nessa altura um homem de nome Sugi-no-bo⁴⁸ no templo Negoro⁴⁹ em Kishü, que percorreu a grande distância de 1000 *ri* para obter uma espingarda. Tokitaka ficou comovido com a profunda sinceridade do homem. Conhecendo a sua intenção, disse-lhe: ‘Em tempos passados, o senhor de Jo gostava da espada de Kisatsu, mas não ousou expressar o seu desejo. Kisatsu, entretanto, adivinhou o seu anseio e teve a generosidade de lhe oferecer a espada pretendida.’⁵⁰ A minha ilha é realmente pequena e fica no fim do mundo; apesar de gostar muito do objecto, não o guardo só para mim. Aliás, é coisa que me veio parar às mãos, sem que a tenha pedido. Obtê-la deixou-me tão feliz que me tirou o sono. Guardo-a a sete chaves. Aliás, quem vem com a intenção de obter uma coisa, se não a consegue, como poderá sentir alegria no coração? O que gosto também pode agradar a outros. Como posso ser o único dono dela e mantê-la bem escondida e afastada do mundo? Assim despachou Tsuda Kenmotsu-no-jo⁵¹ para levar uma *teppo* como presente a Sugi-no-bo e o instruir no preparo do pó milagroso e no disparo da arma.

Ao fim de algum tempo de se divertir com a *teppo*, Tokitaka⁵² mandou vir uns ferreiros para observar e examinar com cuidado a forma da arma. Com meses e semestres de trabalhos a forjar e martelar o metal iriam fazer uma réplica. A nova arma tinha a aparência da original, mas não se sabia como era feito o remate da culatra.

No ano cíclico seguinte,⁵³ comerciantes da raça bárbara tornaram a aparecer na minha ilha e entraram na angra de Kumano,⁵⁴ que é comparável ao Pequeno Rozan⁵⁵ e ao Pequeno Tenjiku.⁵⁶ Por sorte, havia entre

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

os comerciantes bárbaros um ferreiro, que Tokitaka considerou como um enviado do Céu, e mandou o senhor Kinbei-no-jo Kiyosada⁵⁷ aprender como fechar a culatra. Finalmente, após meses de aprendizagem, soube que o truque residia em fazer uma rosca para fechar o fundo do cano da arma. No fim do ano fabricou-se uma dezena de *teppo*. Mais tarde, fez-se a coronha em madeira e foram adicionados ornamentos em forma de cadeado. Tokitaka não estava nada interessado nem na coronha nem nos ornamentos. O que lhe interessava era o seu uso para as operações militares. A partir de então, os seus vassalos, próximos e distantes, começaram a adestrar-se com a arma. Eram muitos os bem certos e que não falhavam nenhum numa centena de tiros.

Mais tarde, um comerciante de nome de Tachibanaya Matasaburo de Sakai de Izumi, que permaneceu por um ou dois anos na minha ilha, aprendeu a usar a *teppo* com habilidade e perfeição. Após o seu regresso, passou a ser chamado de Teppo e não pelo seu verdadeiro nome. Assim, todas as províncias em torno da área de Kinai aprenderam a usar a arma, transferindo a sua arte de uns para os outros. E não somente se espalhou nas áreas de Kinai e de Kansai,⁵⁸ mas do mesmo modo também na área de Kanto.⁵⁹

Ouvi dizer a alguns anciãos o seguinte: 'Entre o ano cíclico de *jin-in*⁶⁰ e o de *ki-bo*⁶¹ da era de *Tenbun*, três grandes navios, com uma nova embaixada tributária⁶² estavam pestes a zarpar em direcção do sul, até ao Dai-Ming-Koku (Império de Grande Claridade). Aproximadamente mil pessoas, filhas de famílias ricas da área a oeste de Kinai, esforçavam-se por embarcar como comerciantes. Uma centena de barqueiros e homens de vara manejavam os navios com miraculosa habilidade. Os navios ficaram ancorados na nossa pequena ilha⁶³ à espera do bom tempo para zarparem pelo mar adentro. Todos os remos começaram a mexer-se e toda a gente olhava em adoração para o *Jaku* (Deus do Mar).⁶⁴ Infelizmente, uma enorme tempestade agitava o mar, levantando ondas gigantescas com cristas brancas como a neve. O eixo terrestre parece ir quebrar-se. Ai, que tempo infeliz e que fado! Os mastros de um navio tributário quebraram-se, os remos ficaram destruídos e logo foi engolido pelo mar, sem deixar rasto. O segundo navio, com dificuldades, navegou lentamente até à prefeitura de Ninpo-fu⁶⁵ do Dai-Ming -Koku, mas o terceiro navio não pôde prosseguir e retornou à nossa pequena ilha.

No ano seguinte⁶⁶ iria zarpar de novo para concretizar a sua intenção de navegar para o país do Sul.⁶⁷ O navio que chegara ao seu destino voltou ao nosso país repleto de produtos marítimos e de coisas exóticas das terras bárbaras. Na imensidão do mar levantou-se de repente uma tempestade, obscurecendo o céu e não permitindo saber onde estava o Oeste nem o Leste. O navio navegou à deriva até à costa de província de Izu no Tokaido, onde foi saqueado pelos nativos. As mercadorias foram roubadas e os comerciantes perderam os seus pertences. A bordo do navio estava um criado meu, de nome de Matsushita Gorosaburo, que andava armado com uma *teppo* e que nunca falhou um tiro cada vez que disparou contra o centro do alvo. O povo local que o presenciou ficou estupefacto. Tendo-a espreitado, muitos foram os que passaram a aprender a usá-la. A partir daí, não houve um lugar das oito províncias de Kanto e ao longo do todo o nosso território⁶⁸ que não visse a divulgação e a utilização dessa arma.

Há mais de 60 anos que este objecto chegou ao nosso país. Não faltam anciãos com cabelos brancos que ainda têm memória fresca do acontecimento. Sabe-se que isto resultou da aquisição das duas *teppo* dos bárbaros pelo nosso *tono* Tokitaka, que aprendeu a usá-las. Os primeiros tiros delas abalaram as 60 províncias de Fuso.⁶⁹ Além disso, foi o *tono* Tokitaka quem fez com que os ferreiros aprendessem a técnica da fabricação que se espalhou pelo país inteiro – as cinco províncias (Goki) e as sete circunscrições.

Não há dúvida que a divulgação da *teppo* começou a partir da nossa Tanegashima. Uma semente recolhida em tempos antigos reproduz-se sem parar, daí o nome da nossa ilha. Agora tornou-se o seu ex-líbris. Um antigo provérbio reza: Se as acções virtuosas dos antepassados não são claramente conhecidas pelos vindouros, a culpa é dos descendentes.

Eis a razão pela que elaborei esta crónica.

Na Festa de *Chokyu* do ano cíclico *hei-go*, 11.º ano da era de Keicho⁷⁰

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

NOTAS

- 1 Para a sua biografia, cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, pp. 208-209.
- 2 Na província de Ōsumi.
- 3 Um *ri* equivale 3,927 km.
- 4 O nome completo é Tanegashima. “Tanega” significa semente e “shima”, ilha.
- 5 Do *tono* Hisatoki de Tanegashima.
- 6 O 40.º ano do ciclo sexagesimal, correspondente a 1543.
- 7 Durou de 1532 a 1554.
- 8 Corresponde ao dia de 23 de Setembro de 1543.
- 9 Sobre a sua localização, cf. Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, p. 67, n. 22 e o mapa *Kokugun zenzu*, de 1837, na Távola VIII.
- 10 Penúltima dinastia chinesa, de 1368 a 1644.
- 11 Sobre esta personagem, cf. Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, p. 68, nota 25.
- 12 Segundo a *Mingshi*, o seu apelido é Wang 汪 (?-1559), cf. *Mingshi* (História Oficial dos Ming), Pequim, Livraria China, 1974, p. 8357. Muitas fontes chinesas usam Wang 王.
- 13 Sudoeste. Passou mais tarde para Nanban 南蛮. Dado que o Sudeste Asiático não fica a sudoeste nem a sul do Japão, os conceitos de Seinanban e Nanban poderiam ter vindo do chinês. No *Huangming Shifa Lu* 皇明世法录 (Crónicas da Augusta Dinastia Ming sobre os Países do Mundo) de Chen Renxi 陈仁锡, o capítulo 82 intitula-se “Nanman (em japonês: Nanban) Franguia” 南蛮·佛郎机 e começa: “A Franguia, que fica a sudoeste do mar e perto de Malaca, nunca teve comunicações com a China” Cf. Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenweni Danganwenxian Huibian*, vol. 5, p. 76.
- 14 Referência às 5 relações fundamentais (*gorin*, chinês: *wulun* 五伦), prezonizadas por Mēnci. Cf. Ying Lun So, Anthony Walker, *Explaining Guanxi: the Chinese business network*, London, New York, Routledge, 2006, pp.89-90.
- 15 Os caracteres chineses.
- 16 O seu nome actual é Nishino-Omote. O topónimo Akōgi aparece no mapa *Kokugun zenzu*, de 1837, na Távola VIII de Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”.
- 17 *Ibidem*, p. 70, n. 39.
- 18 *Ibidem*, n. 40.
- 19 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 216.
- 20 Período entre as 21 e as 23 horas.
- 21 Corresponde ao dia de 25 de Setembro de 1543.
- 22 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 216.
- 23 Desconhecem-se dados biográficos deste bonzo. Chu é o seu nome e Shuso significa Superior.
- 24 Identificável com o actual Templo de Ryōsenji, cf. Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, p. 72, n. 43.
- 25 *Ibidem*, n. 44.
- 26 Hokke é abreviatura de Hokkekyō, por sua vez uma forma abreviada de Miyōho Renhe Kyo.
- 27 Palavra sânscrita que significa caminho ou veículo. Cf. Daisetz Teitarō Suzuki, *Studies in the Lankavatara Sutra (One of the Most Important Texts of Mahayana Buddhism in which Almost all its principle Tenets are presented, including the Teaching of Zen)*, New Delhi, Munshiram Manoharlal, 1998, p. 361.
- 28 Cf. Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, p. 72, n. 45.
- 29 A transcrição fonética em caracteres é bastante deturpada. A maioria dos estudiosos identificam-no com “Francisco” de Francisco de Zeimoto.
- 30 Kirishita da Mōta seria o Cristão da Mota, isto é, António da Mota.
- 31 Unidade de comprimento do antigo Japão, equivalente a 30,3 cm.
- 32 No original “uma coisinha branca”. Cf. “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, p. 73, n. 50. A sua interpretação como uma “piccola tazza de sake” parece-nos duvidosa. No chinês clássico, pode ser bandeirola.
- 33 Um livro de genealogia regista este episódio com alguns pormenores: “Havia um som tão estrondoso como um trovão assustador. As pessoas ficaram assustadas. Perguntaram por escrito: ‘porque é que vêm aqui? Se querem hostilizar-nos com forças, respondemos na mesma medida.’ Responderam também por escrito: São pessoas que querem fazer negócios, querendo ir a outro país e foram surpreendidos por uma tempestade, por isso, foram parar naufragados à sua ilustra terra, sem se atreverem a hostilizá-la. Em sinal da veracidade do que diziam, ofereceram três *teppō*. Os três homens levaram de bom grado as armas à cidade para oferecê-las ao trono Tokitaka.” Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 34. Aqui parece confirmar a versão de António Galvão de três portugueses.
- 34 Referência ao cervo-do-padre-david (*Elaphurus davidianus*), raro cervídeo originário da China. A sua sobrevivência deve-se em boa parte ao missionário francês Armand David, que, em 1865, levou vários exemplares para a Europa.
- 35 Dinastia Ming.
- 36 Citação de Confúcio, cfr. Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, p. 74, n. 57.
- 37 Segundo um livro de genealogia, o casamento entre Wakasa e Francisco era para obter o segredo do fabrico da espingarda. Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 31.
- 38 Citação de Confúcio, *ibidem*, p. 74, n. 58.
- 39 Referência a Cang Ji 仓颉, lendário criador dos caracteres chineses e a Confúcio. No contexto, diz respeito ao Confúcio.
- 40 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 220.
- 41 Filósofo chinês, a quem se atribui uma das obras fundamentais do Taoísmo: o *Daode Jing* 道德经 (O Livro da Via e da Virtude).
- 42 Trata-se de uma citação do capítulo 52 de *Daode Jing*.
- 43 1543.
- 44 *Chōkyū*, literalmente “Duplo Nove”, isto é, o Nonno Dia da Nona Lua. Uma festa de origem chinesa.
- 45 7 de Outubro de 1543.
- 46 Sobre estas duas peças, cf. Olof G. Lidin, *Tanegashima. The Arrival of Europe in Japan*, p. 212, n. 25.
- 47 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, pp. 222-223.
- 48 *Ibidem*, pp. 224-225.
- 49 Cf. Marisa di Russo, “Traduzione e commento del *Teppōki* de Nanpo Bunshi”, p. 76, n. 66.
- 50 Episódio muito conhecido da história da China. Cf. *ibidem*, p. 76, n. 69.
- 51 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 225.
- 52 Georg Schurhammer começa aqui a lenda de Wakasa, que não está no original, cf. Georg Schurhammer S. I., *Orientalia*, p. 537. Sobre a origem da “lenda de Wakasa”, cf. Olof G. Lidin, *Tanegashima. The Arrival of Europe in Japan*, pp. 8-14. A fonte japonesa do casamento de Wakasa com Francisco e não Fernão Mendes Pinto está acessível numa genealogia de 1808, cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, pp. 30-31.
- 53 1554.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

- 54 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 227.
- 55 Pequeno Rozan, em chinês Xiao Lushan 小庐山, conhecido lugar de veraneio, fica na província de Hunan 湖南. Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 227 e Zang Lihe 臧利赫, *Zhongguo Gujin Diming Dacidian*, 中国古今地名大辞典 (Grande Dicionário da Toponímia Antiga e Moderna da China, Hong Kong, The Commercial Press, 1982, p. 94.
- 56 Em chinês, Xiao Tianzhu 小天竺. Talvez seja a casa de campo ajardinado de Luo Can 骆骞, construída em 1534. Cf. Yu Jiangming 俞剑明 e Lin Zhengqiu 林正秋 (eds.), *Zhejiang liyou wenhua daquan* 浙江旅游文化大全 (Livro Completo da Cultura e Turismo de Zhejiang), Hangzhou, Edições Populares de Zhejiang, 1998, p. 328. Aqui Pequeno Rozan e Pequeno Tenjiku usam-se como sinónimos de um lugar pitoresco.
- 57 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 225.
- 58 Uma das regiões da ilha de Honshu, no Japão. O nome Kansai significa literalmente “Oeste da Barreira”. A “Barreira” refere-se aos postos de controlo (barreiras) que foram erigidos durante o Período Tokugawa na estrada de Tōkaidō que ligava Edo a Quioto.
- 59 Uma área da ilha de Honshu. Os seus limites territoriais são praticamente os mesmos da planície de Kantō. O nome Kantō significa literalmente “Leste da Barreira”, geralmente à região a leste do posto de controlo de Hakone, erigido durante o Período Tokugawa na estrada Tōkaidō que ligava Edo a Quioto.
- 60 Nome do ano no calendário lunar chinês que corresponde a 1542.
- 61 1543.
- 62 Sobre este episódio e outras embaixadas tributárias da época, cf. Murai Shōsuke, “A Reconsideration of the Introduction of Firearms to Japan”, in *Memoirs of the Research Department of the Toyo Bunko*, n.º 60, 2002, p. 19-38.
- 63 Tanegashima.
- 64 Jaku é abreviatura de Kaijaku, lendário Deus do mar da antiga China. Cf. Olof G. Lidin, *Tanegashima. Tanegashima. The Arrival of Europe in Japan*, pp. 212-213, n. 36.
- 65 Nas fontes portuguesas coevas aparece como Liampó. Cf. Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, p. 85-135 e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Um Novíssimo Estudo sobre Liampó* [no prelo].
- 66 1544.
- 67 China.
- 68 Cf. Shimizu Hirokazu, *Nichi-Ō kōshō no kigen – Teppō Denrai to Zabieru no Nihon Fukyo*, p. 232.
- 69 Nome literário variante do Japão, que se usa tanto em chinês como em japonês até hoje em dia.
- 70 O nono dia da 9.^a Lua do 11.º ano do reinado de Keicho, 11 de Outubro de 1606.

As Questões Militares no Comércio entre Macau e Nagasáqui em 1587

LÚCIO DE SOUSA*



Toyotomi Hideyoshi, à semelhança de alguns dos maiores líderes da História Mundial, tem origens humildes. Nascido na pequena vila de Owari, dedica-se na sua juventude ao mesmo ofício que seus familiares. Luís Fróis descreve os seus primeiros tempos, vivendo da agricultura e pesca:

“E como a prozapia de Quambacu não vem de sangue illustre, antes de vil e baixa estirpe, andava este e outros parentes seus, huns vivendo por agricultura, outros por artes de pescar e por outras industrias semelhantes.”¹

Inicialmente, o seu nome era Hiyoshimaru e pela sua fisionomia recebeu a alcunha de *saru*, ou seja, macaco, denunciando a sua aparência pouco atraente:

“Quambaco estava como no tabernaculo, longe que apenas se podião dalli conhecer as particularidades da filozomia de seu rosto, que elle naturalmente tinha pouco visto.”²

Ainda jovem une-se ao clã de Oda Nobunaga, desempenhando funções atribuídas aos membros

das classes sociais mais baixas. A sua inteligência e coragem fazem-no rapidamente notado entre os seus pares, ascendendo socialmente com alguma rapidez. Não obstante as suas origens pobres e a ausência de linhagem, torna-se num dos mais importantes generais de Nobunaga. Muda então o nome para Hashiba.³ Após o assassinato de Oda Nobunaga e do seu filho mais velho, Oda Nobunata, em 1582, às mãos de um ambicioso general de nome Akechi Mitsuhide, Hashiba luta contra este na memorável batalha de Yamazaki. A derrota infringida às tropas de Akechi Mitsuhide deixa-lhe o caminho livre para a corrida da sucessão. O seu principal opositor torna-se então Oda Nobukatsu, outro dos filhos de Nobunaga, que, aliando-se a um brilhante estratega militar, Tokugawa Ieyasu, enfrenta Hashiba na Batalha de Komaki-Nagakute. Pela primeira vez Hashiba sofre um revés na sua ambição. Os resultados da batalha são inconclusivos e o empate, se bem que com elevadas baixas para ambos os lados, determina o Tratado de Paz firmado entre Hashiba e Oda Nobukatsu. As tréguas dariam o tempo suficiente para Hashiba convencer Tokugawa Ieyasu a tornar-se seu vassalo e a livrar-se dos oponentes. Entretanto, Hashiba desenvolve todos os esforços para obter o título de xogum, título que lhe conferia o prestígio dos grandes governantes japoneses. Todavia, as suas origens humildes não o permitem. Procurando contornar esse impedimento, pretende que Ashikaga Yoshiaki, o

* Doutorado em Estudos Asiáticos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é investigador associado do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e investigador do Instituto Universitário Europeu, Florença.

Ph.D. in Asian Studies from Oporto's Faculty of Arts; researcher at the Centre for Overseas History of Lisbon's Universidade Nova and at the European University Institute, Florence, Italy.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

último xogum Muromachi, o adopte como filho, mas vê recusada essa pretensão. Em 1585, impedido de ter o título que pretendia, assume o de *kampaku*, regente,⁴ e em 1586 recebe da corte imperial o seu novo nome, Toyotomi.

“Faxiba Chicugendono,⁵ como dezeit sobre todas as couzas alevantar e sublimar a sua honra, foi-se ao Miaco⁶ receber de Vô, rey de Japão, a mais sublime dignidade e alto grao de quantos lhe podia dar, que foi fazê-lo Quambacodono, que hé logo a segunda pessoa immediata na honra depois de Vô.”⁷

A partir deste momento tornar-se-á conhecido para a História como Toyotomi Hideyoshi. Na nova ambição de unificar o Japão sob o seu poder, subjugou a província de Kii e conquista Shikoku, derrotando a família Chosokabe. Etchu é a seguinte região a submeter-se, enquanto se prepara para conquistar Kyushu. A sua ferocidade, a par com a sua habilidade e génio na estratégia militar, conduzem à rendição do poder dominante nesta região, Shimazu Ysoshihisa de Satsuma. Enquanto procede à redistribuição dos territórios recém-conquistados emite, em 1587,⁸ o primeiro édito anti-cristão, banindo aparentemente os missionários do Japão⁹ e passando a exercer o controlo sobre a cidade e porto de Nagasáqui, doados, em 1580, à Companhia de Jesus.¹⁰

Até essa altura, Hideyoshi, à semelhança do seu antecessor Oda Nobunaga, era visto como um aliado do Cristianismo, ao qual algumas das pessoas que ocupavam altos lugares na corte se tinham convertido. Entre elas Takayama Ukon, chefe do seu exército pessoal, Kuroda Yoshitaka, oficial do seu exército pessoal, Konishi Yukinaga, um dos seus grandes generais, Gamo Ujisato, um brilhante capitão, Manase Dosan, um importante intelectual que ocupava o cargo de médico da corte, entre outros. Além disso, Toyotomi fora também muito pródigo para com os jesuítas, concedendo-lhes importantes terrenos para construírem igrejas e zelando pela sua protecção, como acontecera com a igreja e residência em Osaka, junto ao seu castelo, onde tinha ido escolher o terreno para a respectiva edificação.¹¹ Anos mais tarde, Hideyoshi visita o seminário e conversa amistosamente com o superior, Pe. Cespedes, e com o irmão Lourenço. Quando o vice-provincial Gaspar Coelho visita a residência de Osaka, em 4 de Maio de 1586, é recebido em audiência por Hideyoshi no castelo. Das pretensões apresentadas

por Gaspar Coelho, a primeira consistia em obter do governante japonês uma patente que possibilitasse a pregação do Cristianismo por todas as províncias do Japão, sem qualquer impedimento.

Pretendia ainda a anuência do governante para que nas casas e igrejas da Companhia de Jesus se agasalhassem ou albergassem soldados, como acontecia nos outros templos japoneses.

O terceiro pedido consistia em isentar a Companhia de Jesus das obrigações municipais a que estavam sujeitos os indivíduos das vilas e cidades japoneses.¹²

Estas pretensões acabariam por ser acolhidas por Hideyoshi que, além de se mostrar particularmente favorável aos jesuítas, lhes concede duas patentes, uma para percorrer o Japão e outra para ser enviada para a Índia e Portugal. Este mesmo documento encontra-se traduzido do japonês por Luís Fróis:

“Acerca de morarem os Padres em todas as terras do Japão, dou licença para isso, e privilegios para ficarem livres de os soldados se agazalharem em suas casas, e de todas as obrigações que há nos mosteiros dos bonzos. E acerca da propagação de sua ley não haja estorvo nem impedimento.

Aos quatro dias da quinta lua, aos quatorze annos da hera de Tenxo (20 de Junho de 1586).

Hideyoshi”¹³

Juntamente com Luís Fróis, sete jesuítas, quinze *dojucus* e seis seminaristas, visitaram durante algumas horas os quartos e tesouros do magnífico castelo,¹⁴ escoltados por Takayama Ukon.¹⁵

O relato feito por Luís Fróis na sua *Historia de Japam* da conversa entre Hideyoshi e o vice-provincial Gaspar Coelho é particularmente credível, já que o autor se encontrava presente, desempenhando a função de intérprete. Depois de se sentar junto do vice-provincial, quebrando o protocolo, Hideyoshi falou dos seus projectos. Recorda alguns episódios ocorridos no tempo de Nobunaga enquanto elogia o trabalho evangelizador dos padres europeus. Propiciando um ambiente extraordinariamente agradável, descreve a Gaspar Coelho os seus projectos de conquista, assim como solicita a sua ajuda na obtenção de duas grandes naus portuguesas, convenientemente armadas e com oficiais portugueses, para o ajudarem na conquista da China:

“E que da mesma maneira, tendo elle chegado àquelle estado e sugeito asy todo o Japão, não pertencia já reynos, ouro nem prata, de que tinha

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

grande abundancia, nem outra couza alguma mais, que deixar quando morresse nome e fama de seo poder. E que determinava consertar as couzas de Japão de maneira que tomassem assento, e que feito isto, o entregaria a seu irmão Minodono e elle entenderia na conquista dos reynos de Corea e da China, e que para isso mandava cortar madeira para della fazer duas mil embarcações, em as ques passasse seo exercito. E que para sua pessoa não queria outra ajuda dos Padres mais, que negociarem-lhe duas naos grandes bem aparelhadas, as quaes tão pouco queria de graça, senão pagá-las, e todo necessario para ellas: e que fossem os officiaes bons, aos quaes daria renda e prata, e que se elle morresse nesta empreza não lhe dava nada, pis, como dizia, não pertendia mais que deixar nome de sy e cometer couza que nenhum snehor de Japão athé agora intentou.”¹⁶

Efectuada esta proposta, Hideyoshi indica a Gaspar Coelho que faria com que todos os coreanos e chineses se tornassem cristãos, regressando depois ao Japão. Evidentemente que estas palavras maravilharam Gaspar Coelho, além de que o governante japonês o aliciava dizendo “que ainda havia de fazer christãos a metade ou a mayor parte de Japam.”¹⁷ Nem a *História*

do Japam nem as *Cartas de Évora* revelam a resposta de Gaspar Coelho a estas solicitações de Toyotomi Hideyoshi, as quais, no entanto, se encontram numa carta escrita por Alessandro Valignano anos mais tarde.¹⁸

Contrariando as determinações expressas de Valignano para não interferir na política japonesa,¹⁹ Coelho, não apenas concorda com Hideyoshi como assegura ajuda ao dáimio cristão de Kyushu contra Satsuma e Ryuzoji Masaie.²⁰ Relativamente aos dois barcos portugueses solicitados pelo governante japonês, Coelho,²¹ além de prometer providenciá-los, ainda assegura ajuda por parte do Estado da Índia, algo que Hideyoshi não tinha requerido, para grande descontentamento do jesuíta Organtino e de Takayama Ukon,²² e para satisfação de Seyakuin Zensō,²³ grande opositor do Cristianismo. Após esta conversa, tantos os nobres cristãos como o jesuíta Organtino ficaram muito preocupados, tendo percebido que aquele assunto mais não era do que uma forma de Hideyoshi inquirir sobre as verdadeiras razões da estadia dos jesuítas no Japão:

“Por esta causa creía [Hideyoshi] que nuestros Padres venían a Japón, con tantos trabajos desde tan lejos, en parte sólo por adquirir nombre y fama, como él hacía, y que después de la muerte no había otra cosa. Y siendo ésta una buenísima ocasión de tratar de la

Inácio Monteiro (?), Mapa do Japão, c. 1581. In Nuno Calado, coord., *Macau: Cartografia do Encontro Ocidente-Oriente*, Macau, CTMCDP, 1994.



ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

*inmortalidade del alma y otras cosas de nuestra santa ley (como siempre deseamos e hicimos hasta entonces) queriendo yo hablar de esto con mucha instancia, no me dio nunca lugar de hablar el Padre Luis Frois, por continuar su comenzada plática de guerra y conquista y del poder del Padre Gaspar Coelho. Con esto se acabó la visita con gran desconsuelo mío y de todos los señores cristianos. Vueltos a casa, el secretario mandó aquí una embajada doliéndose mucho y advirtiéndonos que tal hablar delante de Quambaquudono disgustó a todos por ser cosa de mucha presunción y perniciosa.*²⁴

O que Gaspar Coelho não compreendia é que os seus diversos estratagemas bélicos e a intromissão nas contendas entre senhores feudais²⁵ tinham sido muitas vezes descobertos e chegado ao conhecimento de Hideyoshi. E que, segundo Valignano, esta solicitação ao vice-provincial não representaria mais do que uma armadilha de Hideyoshi para saber qual a verdadeira intenção dos jesuítas no Japão, se meramente religiosa ou também política, assim como para perceber qual o verdadeiro poder que estes tinham junto dos portugueses. Não nos esqueçamos que uma das principais críticas efectuados pelos religiosos e senhores feudais não-cristãos à Companhia de Jesus era que, sob o disfarce da evangelização do Japão, procuravam sublevar os japoneses contra o poder central e em favor de um rei estrangeiro.²⁶ Alessandro Valignano escreve numa das suas cartas que Hideyoshi, ao obter aquelas respostas do vice-provincial, deve ter pensado quão rico e influente este seria e que lhe poderia vir a fazer guerra, como acontecera com Ishiyama Hongwanji em relação ao falecido Oda Nobunaga.²⁷

A resposta de Gaspar Coelho demonstrava que a Companhia de Jesus usufruía de elevada influência junto dos portugueses, tanto religiosa como política e militar.

Depois de uma campanha militar de Fevereiro a Maio de 1587, a pedido do daimio cristão Otomo Sorin, Hideyoshi consegue que as forças de Shimazu Yoshihisa, um daimio anti-cristão que tentava conquistar Kyushu, recuem e capitulem, precisamente na região onde a Companhia de Jesus tinha maior influência, e de seguida distribui a maior parte das terras por daimios cristãos.

Entretanto, Gaspar Coelho é novamente bem recebido por Hideyoshi em Yatsushiro, Higo. Algum tempo mais tarde voltam a encontrar-se, desta vez em

Hakata. Coelho dirige-se ao encontro do governante a bordo de uma fusta portuguesa. Surpreendente é o facto de Gaspar Coelho ter mandado construir esta fusta, que armara, para poder favorecer os senhores feudais cristãos nas suas guerras, o que descarta a ideia de ter sido construída com uma finalidade exclusivamente defensiva. Neste encontro Hideyoshi admiraria a embarcação e possivelmente terá visto confirmadas as suas suspeitas de que o Cristianismo propagado pela Companhia de Jesus não era, de forma alguma, uma religião pacifista. Aparentemente, a reunião com os jesuítas decorreu com normalidade, concedendo-lhes Hideyoshi algumas propriedades em Hakata. Sabendo que o capitão-mor da “viagem do Japão”, Domingos Monteiro, se encontrava em Hirado, pede para o ir visitar ao porto de Hakata. Não conseguindo efectuar a manobra (levar a nau oficial até Hakata), Domingos Monteiro vai a Hakata numa fusta portuguesa, pedir pessoalmente desculpas a Hideyoshi o qual prontamente as aceita e o presenteia.²⁸ Pensa-se que nessa mesma noite Seyakuin Zensō, que no ano anterior estivera presente na audiência em Osaka, terá incitado Hideyoshi a tomar medidas contra o crescente poder do Cristianismo no Japão. O trecho que aqui revelamos permaneceu secreto durante vários séculos, tendo por vezes sido referido por historiadores de renome mundial como Charles Boxer. A sua publicação integral deve-se a Álvarez-Taladriz. A análise desta carta tem permanecido inédita na Europa, apesar de no Japão ser sobejamente citada e traduzida pelos grandes historiadores japoneses:

“Oltreciò per poter il detto Patre meglio favorire e aiutare nelle sue guerre questi signori, fece fare una fusta e comprò alcuni tiri d'artiglieria contra ordine e ragione, e quel ch'egli stesso iva in persona di qua e di là con quella fusta, e venne á tanta indiscretion che quando Quambacudono (hora tre anni sono) venne a conquistare questi regni de Ximo stando con il suo esercito nella Città di Facata fu il Patre Gaspar Coeglio a visitarlo ivi per mare con la detta fusta, molto imbandeirata, como se fusse stato algun grande Capitano, e come simile navigio era così guerriero, inusitato e novo in questo Giappone commose a maraviglia tutto quell'esercito di tal modo ch'il proprio Quambacudono fu in persona a vederla intrando dentro e riguardandola e considerandola parte per parte tutta, e dipoi laudandola grandemente all'istesso Patre Gaspar Coeglio, e dicendo ch'era guerriera, etc., ma

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

nell'intrinseco si confermó magiormente nella sua opinione. Diede questo nel cuore molto alli signori christiani, specialmente a Çiusto Ucondono, e al Agustino, che conoscevano bene il cuore e natura di quest'huomo, subito siddero che temevano grande ruina alla Compagnia e alla christianità con questo modo di procedure del Patre e per dare alcun rimedio a così grande errore persuasero al Patre che donesse quella fusta a Quambacudono dicendogli che aveva fatto fare per lui stesso, e questo medesimo gli consigliarono alcuni Patre che stavano ivi, ma in nessun modo gli lo potero persuadire tanto che Agustino gli venne a dire che se non dava quella fusta a Quambacudono intendeva senza dubio che verria alcuna ruina alla Compagnia, ma nulla grovo il suo dire parendogli che già era tanto favorito pronto al suo servitio, ma advennagli ben al contrario, perchè quella istessa notte pigliando Tocun, chéra il bonzo di che habbiamo parlato in altra lettera [Seyakuin Zensō] occasione di parlare contra noi lo mosse a tanto ímpeto e tanta colera che venne a dar in questa persecutione.”²⁹

Este ex-monge, Seyakuin Zensō, terá denunciado a cada vez maior influência dos padres sobre os dáimios cristãos e a fidelidade deste últimos, principalmente Takayama Ukon. Terá levantado o dedo acusador contra a influência dos jesuítas na destruição de templos budistas e santuários xintoístas, assim como na perseguição dos seus monges e na conversão forçada dos seus seguidores. Terá ainda apontado o facto de os portugueses comerem carne de vaca, algo considerado maléfico.³⁰ Igualmente considerado foi o tráfico de escravos japoneses protagonizado pelos portugueses, realidade que Hideyoshi tinha tido oportunidade de constatar pessoalmente. A raiva do *kampaku* mais se acentua quando, após ter despachado uma mensagem para Takayama Ukon na qual o intimava a abandonar o Cristianismo sob pena de ser exilado, este rejeita renunciar à fé cristã, optando pelo exílio.³¹ Ao receber esta resposta, Hideyoshi possivelmente terá concluído que a influência da Companhia de Jesus era demasiado perigosa para continuar a ser tolerada. É neste contexto que envia três perguntas a um vice-provincial aturdido e estupefacto. A primeira, relativamente à verdadeira razão da evangelização e aos métodos utilizados na conversão, incitando os japoneses a converterem-se ao Cristianismo. Paralelamente, proibia os jesuítas de continuarem a propagar a religião, determinando o seu regresso à China

em caso de desobediência. Hideyoshi comprometia-se a pagar aos jesuítas os investimentos feitos nas suas residências no Japão, assim como dez mil fardos de arroz, o que equivalia a dez mil cruzados. Luís Fróis acrescenta que estas palavras de Hideyoshi eram falsas:

“A primeira, qual hé a rezam porque vós outros fazeis [christãos] nesta terra de Japão da maneira que athé aqui as fizestes? Melhor fora que vos acomodareis aos bonzos das outras seitas, as quaes pregão em suas cazas e templos, mas não andão com tanta sede incitando a gente de huma parte para a outra que se fação de sua seita como vós outros. Pelo qual daqui por diante vos recolhei todos cá no Ximo e não cureis de propagar vossa seita, mais que pela via ordinaria corn que os religiosos bonzos de Japão procedem: e se não quizerdes fazer isto, podeis-vos todos tornar para a China. Eu mandarei tomar posse das cazas e igrejas do Míaco, Vozaca e Sacai, e vos mandarei dar o fato que nellas tendes. E se por não vir a nao da China este ano não tendes possibilidade para vos tornardes, nem despeza para o caminho, eu vos mandarei dar dez mil fardos de arroz, que valem perto de dez mil cruzados, com que vos torneis. – Mas todas estas promessas eram falsissimas.”³²

Com a segunda questão pretendia conhecer o motivo pelo qual os padres e comerciantes portugueses comiam cavalos e vacas, animais úteis ao homem. Os cavalos, por transportarem e servirem na guerra, e os bois, por lavrarem a terra. Hideyoshi comprometia-se a mandar caçar outros animais, para que o Japão não ficasse com carência de cavalos e bovinos:

“A segunda couza foi: qual he a razão, porque vós outros comeis cavalos e vacas, sendo couza tão fora de rezão: porque os cavalos são feitos para os homens aliviarem seo trabalho nos caminhos, e para acarretarem o fato e servirem na guerra; e as boys para lavrarem as terras com elles, e são instrumentos para os lavradores cultivarem a terra; mas, se vós outros os comerdes, ficão os reynos de Japão defraudados destas duas ajudas, que para os homens são tão principaes. E se os portuguezes que vem na nao da China também se não atrevem a viver sem comer cavalos e vacas, e vós com eles: eu, que sou senhor de todo Japão, mandarei cassar muitas veados, porcos monteizes vivos, adibes, rapozas, galinhas do mato, bugios

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

e outros animaes, e os terei em hum viveiro para que vades comendo delles e não destruais a terra dos animaes necessarios para o bem da republica e, quando não, antes não quero que a nao venha a Japam.”³³

A terceira questão prendia-se com o comércio de escravos japoneses praticado pelos portugueses no Japão:

“A terceira: eu tenho sabido que os portuguezes e os sioens e cambojas que vem a estas parses fazer suas fazendas, comprão grande numero de gente e a levão cativa para seos reinos, desnaturando os japões de sua patria, de seos parentes, filhos e amigos, e isto he couza insufrível. Pelo que o Padre faça que todos as japoens que até agora se venderão, para a India e para outras partes remotas, sejam outra vez restituídos a Japão; e quando isto nam for possível por estarem longe em reinos remotos, ao menos os que agora as portuguezes tern comprados os ponhão em sua liberdade, e eu darei a prata que the custarão.”³⁴

Gaspar Coelho, surpreendido, não deixará de responder a estas três questões, procurando inocentar a Companhia de Jesus e os portugueses.

Relativamente à primeira questão, o jesuíta alega que o único objectivo da evangelização era salvar os homens e, por esse motivo, os religiosos da Companhia de Jesus tinham passado muitas dificuldades e despesas durante a viagem e estadia no Japão. Seguidamente, defende os jesuítas, afirmando que nunca tinham instruído os japoneses a forçar os seus semelhantes a converterem-se ao Cristianismo, o que, como se sabe, não corresponde à verdade.³⁵ Sobre a acusação de os jesuítas viajarem pelos diferentes reinos para pregarem o Cristianismo, Gaspar Coelho afirma ser correcto, justificando que de outra forma os ensinamentos cristãos não se propagariam no Japão:

“E respondendo ao primeiro capitulo, disse o Padre: que era verdade que nós vinhamos de Europa corn muitos trabalhos, perigos e despesas somente a pregar aos jappões a ley do Criador dos ceos e da terra, e do verdadeiro caminho que os homens podião ter para se salvos, sem nunca fazer força a pessoa alguma, por não haver nação no mundo, ao que parece, que nesta parte seja mais livre que os jappões, e a quem se possa menos fazer força, e que somente a rezão e a verdade erão os que fazião; e que por serem os jappõens

naturalmente muito racionaes, convencidos do que ouvião desta ley, deixavão corn facillidade de adorar seos idolos por entenderem no haver nelles salvação. E que quanto a andarmos de reyno em reyno, de huma parte para outra fazendo esta persuasão aos homens, era verdade porque, de outra maneira, por nós sermos estrangeiros e a doutrina que lhes pregavamos nova e peregrina a seos ouvidos, que se os não fossemos buscar não podíamos propagar o que pertendíamos.”³⁶

Quanto à segunda pergunta, Gaspar Coelho responde que os religiosos não comiam carne de cavalo, nem de outros animais que os japoneses comiam. Quanto à acusação de comerem carne de vaca, o jesuíta afirma ser verdadeira, em parte porque na Europa eram criadas com essa finalidade grandes manadas de gado, não prejudicando os “governos” nem a “agricultura”. Afirma também que, no Japão, os únicos padres que comiam carne de vaca eram os que viviam nos portos. Os religiosos que se encontravam dispersos pelo interior do Japão já se tinham adaptado à dieta alimentar japonesa. Contudo, apesar de não saber se estes iriam obedecer, avisaria os mercadores portugueses que viessem ao Japão para não comerem carne bovina, mesmo que os os comerciantes japoneses lhes fossem vender vacas. Gaspar Coelho pretendia demonstrar que os principais culpados da situação eram os japoneses, que se dirigiam ao porto para vender gado aos portugueses:

“Quanto ao segundo, que nos reynos donde vinhamos não era costume comer cavalos, nem outras couzas que os jappõens comião, scilicet, bugios, gatos, ratos, rapozas, adibes e outras semelhantes; mas que era verdade que se comia vaca por ser antiquissimo costume no mundo, e que se uzava disto em nossas terras sem nenhum detrimento das republicas, nem da agricultura, porque se criavão para este effeito grande multidão de gados; e que os Padres que estavam nos portos, aonde vem os navios dos portuguezes, algumas vezes a comião por se acharem alli corn as seos naturaes, mas que os que estão dispersos pelos reynos do Goquimai e de outras partes remotas, estavam já habituados a passarem corn os mantimentos ordinarios de Japão. E que quanto aos portuguezes mercadores que vinhão a Japão, os Padres os avizarião disso, ainda que, se os jappõens lhas vinhão vender, não sabia se deixarião de uzar dellas.”³⁷

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



Nagasaki. Desenho sobre papel, ca. 1660 (Museu da cidade de Nagasaki).

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

Relativamente à terceira pergunta, sobre a escravatura, Gaspar Coelho afirma que estes eram vendidos pelos comerciantes japoneses aos portugueses:

“Quanto ao terceiro de comprar e vender os jappõens, que este era hum dos pontos principaes que o Padre trazia em huns apontamentos para pedir de mercê a Sua Alteza, que mandasse corn muy rigurozas penas prohibir isto, porque realmente era grande discredito e abatimento de gente de tanto primor e honra, como são os jappõens, venderem-se huns aos outros, nem entre sy nem para fora de seos reynos; e que esta abuzão era somente propagada por estes nãve reynos do Ximo e nao pelas partes do Goquinai e do Bandou; e que bem de trabalho tinhão padecido nossos Padres nesta materia, trabalhando por impedirem esta venda e cativoiro: mas que o que principalmente era necessario, havia de ser a exhacta prohibição dos tonos, senhores dos portos, onde vem as navios dos estrangeiros fazer suas fazendas.”³⁸

Estas respostas acabariam por não conseguir atenuar o descontentamento de Hideyoshi. No entanto, teria sido esta mudança repentina do *kampaku* espontânea ou premeditada, como nos procura fazer crer Luís Fróis na sua *Historia de Japam*? Hideyoshi era um brilhante estratega militar, conseguira vencer a situação de pobreza em que nascera e tornar-se no homem mais poderoso do Japão. Não nos parece que um homem com estas características e provas dadas pudesse ter tomado uma atitude irreflectida, por muito irascível que a sua personalidade fosse. A única constatação óbvia que podemos fazer é que apenas tinha um aliado, o poder, e que qualquer pessoa ou entidade que ameaçasse a sua hegemonia era impiedosamente destruído. As fontes legam-nos indícios mais que suficientes para constatar a intromissão da Companhia de Jesus no plano político e as missivas secretas que apresentamos acrescentam diversas justificações para o édito anti-cristão, demonstrando igualmente que a atitude de Hideyoshi perante a Companhia de Jesus não teria sido precipitada ou infundada, antes bem fundamentada já que, como Organtino resume de forma brilhante, Coelho exercera o seu cargo de vice-provincial da Companhia mais como “um capitão de armas do que como um pastor de almas.”³⁹

E que melhor procedimento para controlar a Companhia de Jesus do que ilegalizar o Cristianismo no Japão? Este procedimento não tornaria a Companhia mais dependente dos favores de Hideyoshi e, assim, mais manipulável e sujeita aos seus desígnios? As fontes indicam-nos que sim, já que os jesuítas procuraram por todos os meios satisfazer os favores de Hideyoshi de forma a recuperar a legalidade da sua presença no Japão. Teria este, no entanto, verdadeiramente intenção de expulsar os padres do Japão? Tentaremos responder seguidamente a esta questão.

Segundo Fróis, na manhã seguinte a ter recebido a resposta às suas perguntas, Hideyoshi ter-se-ia levantado cedo e, reunindo a sua nobreza, ter-lhes-ia afirmado que a adesão ao Cristianismo significava perder os seus próprios cultos e leis. Parece-nos que, com estas palavras, quis expressar que os japoneses, ao aderirem a uma religião forasteira, perderiam a sua identidade, tornando-se susceptíveis perante ameaças estrangeiras. Além destas afirmações, Hideyoshi ainda caracteriza depreciativamente os jesuítas:

“Estes naturalmente são homens de grande saber e industria, e para authorizarem sua doutrina forão-se athé agora ajudando de meus favores e sombra; e do que me peza hé de meos sobrinhos e de dous fidalgos que poderão facilmente cahir na falacia e engano destes, porque trazem a peçonha nas palavras eloquentes, bem compostas e aparentes, e em couzas doces que vos dão a comer: e se eu não tivera muita advirtencia e andara sobre mim, já me houverão tambem de ter enganado.”⁴⁰

Como podemos depreender destas palavras, Hideyoshi já se encontrava de sobreaviso em relação à Companhia de Jesus, pelo que possivelmente a sua atitude, a 25 de Junho de 1587, não teria sido propriamente irreflectida, antes fruto de um largo período de observação e análise.

Seguidamente, Hideyoshi compara a Companhia de Jesus aos *Ycoxos*, uma seita religiosa que lutara contra o poder político no Japão. Considera mesmo o Cristianismo e os respectivos laços de obediência religiosa ainda mais perigosos do que os *Ycoxos*, já que procura conquistar a grande nobreza japonesa e por esta via o Japão.⁴¹

Depois deste inflamado discurso, Hideyoshi determina que dois dos seus vassalos questionem Gaspar Coelho porque razão os cristãos destruíam “os templos

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

dos camis e fotoques, e lhe queimarão as imagens, e fazem outros insultos semelhantes.”

Mais uma vez Gaspar Coelho, desastradamente, produz uma resposta desrespeitosa e irreflectida, considerando que nos cultos religiosos dos japoneses não residia a “salvação”, sendo por isso vazios sendo esse o motivo que levava os cristãos a destruírem os templos japoneses:

“Dizei a Sua Alteza que os Padres não tem conta com os camis e fotoques nem com as suas estatuas, porem os christaos depoes de ouvirem nossa doutrina e conhecerem a verdade, e entenderem que fora desta ley que professamos em outra nenhuma há salvação, e vendo que os camis e fotoques lhe não servem para nada, nem os templos em que estão postos: sendo elles mesmos japoens e criados de meninos nas seitas e doutrina de seos bonzos, todavia convencido(s) da luz e da verdade, em que se achão depoes de serem christãos, elles de seo proprio moto, sem nenhuma persuasão nem instancia nossa, os quebrão às vezes e destroem por lhe não aproveitarem, nem para a salvação nem para as couzas desta vida.”⁴²

É óbvio que Hideyoshi terá ficado desagradado com esta resposta, na medida em que desrespeitar os cultos japoneses era faltar ao respeito às leis japonesas que emanavam destas mesmas tradições, para não falar que quem instruíra os japoneses a actuarem desse modo, eram os padres jesuítas.

É na sequência deste momento atribulado que é emitido o primeiro édito anti-cristão:

DETERMINAÇÃO DO SENHOR DA TENCA

- 1.º Porquanto Japão he reyno de camis, e do reyno dos christãos vem cá dar huma ley dos dersonios, em grandissirna maneira hé couza mal feita.
- 2.º Vindo estes aos reynos e estados de Jappão, fazem a gente de sua seita, para o qual destroem os templos dos camis e fotoques, e isto hé couza agora nem dantes nunca vista nem ouvida em Japão. E quando o senhor da Tenca dá aos homens reynos, lugares, villas e rendas, não he mais que pelo tempo presente, e elles são obrigados a guardar inteiramente as leys e determinação da Tenca; mas fazer a

gente plebea outras perturbações semelhantes a estas he couza digna de castigo.

- 3.º Se o senhor da Tenca tiver por bem que, segundo a vontade e intensão dos christãos, os Padres procedão corn sua ley de sabedoria (assim como temos dito atraz), se ficão quebrantando as ley[s] de Japão; e sendo isto couza tão mal feita, determino que os Padres não estejam nas terras de Japão. Pelo que de hoje a vinte dias, consertando suas couzas, se tornem para seo reino; e se neste tempo alguém the fizer algum mal, será por isso castigado.
- 4.º Porquanto a não vem fazer sua fazenda, e he couza muy differente, podera fazer sem impedimento.
- 5.º Daqui por diante não somente mercadores, mas quaesquer outras pessoas que vierem da Índia, e não fizerem estorvo as leys dos camis e fotoques, podem vir livremente a Japão, e assim o saibão.

Aos 15 annos da hera de Tenxo, aos 19 dias da sexta lua.⁴³

Pouco tempo depois, as autoridades Filipinas tomavam conhecimento deste édito, logo pensando que a Companhia de Jesus tinha sido expulsa definitivamente do Japão. Na realidade, Gaspar Coelho tinha conseguido negociar a expulsão dos jesuítas, argumentando que não tinham transporte a não ser para dali a seis meses.

Tendo acedido, Hideyoshi envia os padres para Hirado juntamente com os irmãos japoneses enquanto aguardavam pela partida. Mais uma vez Gaspar Coelho volta a agir precipitadamente. Depois de ter falhado no aliciamento do dáimio de Arima contra Hideyoshi, contacta Macau, Goa e Manila para que lhe providenciem soldados e armas. Apenas recebe armas de Goa.⁴⁴ Não pensemos, no entanto, que este comportamento de Gaspar Coelho era isolado já que, a 15 de Outubro 1587, o Pe. Pedro Ramón escrevia de Ikitçuko ao geral da Companhia em Roma que os jesuítas precisavam de ter uma base militar no Japão para poderem prosseguir a empresa evangelizadora.⁴⁵ O Pe. Melchor de Mora parece também ter sido uma das outras pessoas a favor deste plano militar.⁴⁶ Também ao próprio Organtino, segundo afirma, em tempos lhe “*pareció una vez bien que quizá sería bueno si el rey Felipe tomase el assunto, con una gran armada y ejército,*

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

de subyugar todos estos reinos”.⁴⁷ Valignano, contrário a este projecto, descreveria detalhadamente ao geral estes planos militares dos jesuítas, protagonizados por Gaspar Coelho, em carta enviada de Nagasáqui a 10 de Outubro de 1590.⁴⁸ Por esta ficamos a saber que Coelho enviara o Pe. Melchor de Mora a Macau para persuadir Valignano a iniciar um plano militar no Japão:

*“Ma egli [Gaspar Coelho], non cessando un punto della sua determinatione, se determinò, l'anno passato [1589] di mandare il Patre Belcior de Mora alla Cina (ch'era in ciò dell'istesso humore) perche, ritrovandome a me vivo nella Cina, mi persuadisce che non devena io passare a Giappone senza ducento soldati e buona provizione di mitraglie e munitioni, e medesimamente che procurasse con il Re Don Phelippo e con li sue governatori dell'Indie e Phelippine che mandassero soccorso a Giappone per difendere la christianità da questo tiranno.”*⁴⁹

Anos depois, referindo-se a estes acontecimentos, Valignano não deixa de expressar claramente a sua raiva *“ch'in verità ancor fin'hora resto fuori di mestesso sempre che mi metto a considerarlo”*.⁵⁰ O seu maior receio era que as autoridades das Filipinas utilizassem este pretexto e o pedido desesperado de Gaspar Coelho para interferirem na Missão do Japão:

*“E se per ventura me ritovasse morto fusse egli all'isole Phelippine a procurare questo soccorso, e di là si passasse a Spagna a trattar questo con il Re Don Phelippo e fusse a dare di tutto ragione a Vostra Paternità, conforme all'instructione ch'egli portava. li quali mandai a Vostra Paternità dalla Cina, maravigliandomi di si grande ardire e di tanto disordine.”*⁵¹

Efectivamente, a 1 de Agosto de 1588, Filipe II decreta em Valladolid que uma Ordem Religiosa não podia entrar para pregar a Religião onde uma outra já tivesse entrado.⁵² Este decreto régio visava expressamente impedir a entrada no Japão de outras Ordens Religiosas, que não a Companhia de Jesus. Contudo, o monarca ibérico receberia algum tempo depois uma carta das Filipinas, informando-o do pedido de ajuda de Gaspar Coelho, pedido esse que estaria na base da grande reprimenda efectuada pelo superior jesuíta de Manila à imprudência do vice-provincial Coelho.⁵³ Este pedido constituía a prova escrita de como a Companhia de Jesus no Japão não era capaz de gerir pacificamente o trabalho de evangelização, pelo era necessária a intervenção das Filipinas, assim como significava uma porta aberta

para que o *Patronato* castelhano interviesse na esfera de influência do Padroado português.

Quando Valignano chega a Macau a 28 de Julho de 1588, juntamente com os quatro jovens embaixadores japoneses que regressavam da Europa, fica ao corrente da verdadeira dimensão do desastre diplomático ocorrido entre Toyotomi Hideyoshi e o vice-provincial. Além de tomar conhecimento do édito anti-cristão, fica a conhecer os pormenores de como Coelho pretendia resistir à expulsão através das armas, das suas imponderadas missivas a pedir ajuda militar, das armas enviadas de Goa e dos seus insensatos contactos com dáimios cristãos para se rebelarem contra Hideyoshi. É difícil imaginar a reacção de Valignano para com o vice-provincial. Este conseguira deitar por terra os esforços de 40 anos de evangelização.⁵⁴ Para piorar a situação no Japão, na Consulta realizada pelos jesuítas em Tacacu, a 11 de Fevereiro de 1589, todos os padres, à excepção do jesuíta Organtino, aprovavam o projecto de vinda de forças armadas castelhanas das Filipinas.⁵⁵

Na sua carta escrita de Macau, e datada de 12 de Junho de 1589, Valignano mostra-se convicto de que os projectos militares de Coelho estavam directamente ligados com o édito anti-cristão de Hideyoshi:

*“era pedir a Su Magestad una guarnición de hasta trezientos o quatrocientos soldados españoles que hiziessen una fortaleza en Jappón, pareciendo al Padre Vice Provincial y algunos otros que con esto se asseguraria la cristiandad de Jappón. Y para que esto se hiziesse más deprissa, embiavan a pedir este socorro al Governador de las Phelipinas, el qual Remedio no solo me parece que es inconveniente tratarse e procurarse por nos otros, y que tiene muchas dificultades y también impossibilidades de salir como el Padre Vice Provincial imagina, mas totalmente se me offrece por mui peligroso y dañoso para lo que pretendemos para la conversión de Jappō y esto lo tengo por tan cierto.”*⁵⁶

Este projecto militar seria veemente rejeitado por Valignano, que, aproveitando o facto de ter uma missiva do vice-rei de Goa para Hideyoshi, assim como o regresso da embaixada dos quatro jovens japoneses à Europa, se faria apresentar não como religioso, mas como diplomata do Governo de Goa, utilizando este subterfúgio para procurar demover Hideyoshi dos seus intentos em relação à Companhia de Jesus.

Valignano começa então a estudar estratégias para demover o *kampaku*. Conhecendo os planos de

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

Hideyoshi de invadir a Coreia e a China, envia de Macau, a 28 de Julho de 1589, uma carta ao geral da Companhia na qual manifesta a vontade de ameaçar Hideyoshi, dizendo que já não enviaria a “nau do trato”.⁵⁷ Numa outra carta ao geral, datada de 22 de Setembro de 1589, volta a enfatizar a pretensão de utilizar o comércio entre Macau e Nagasáqui como meio de adquirir influência junto dos nobres japoneses.⁵⁸

Valignano chega a Nagasáqui a 21 de Julho de 1590, sendo informado do falecimento de Gaspar Coelho (em Maio desse mesmo ano). Fica igualmente a saber que, dos quase 130 padres que se tinham reunido em Hirado para regressar a Macau, apenas três tinham realmente partido com a grande “nau do trato”. Os restantes repartiram-se pela região, continuando o trabalho de missionação de uma forma discreta, situação que não seria desconhecida de Hideyoshi. A seu tempo, os terrenos de Nagasáqui, Urakami e Mofi que haviam sido confiscados aos padres, são devolvidos e as igrejas, temporariamente fechadas, são discretamente abertas, voltando os jesuítas a adquirir o controlo desses territórios, agora administrados pelos nobres de Arima, Omura e pelo representante oficial do *kampaku*.⁵⁹ Além de ter conhecimento desta situação, Hideyoshi estava também informado da embaixada da Índia há já dois anos:

*“que oyó agora dos años que yo venia con esta embaixada, estando mui furioso y bravo contra la christiandad y contra los Padres se vio muy claramente que amansó e dio una provisión en que mandava que yo fuesse con la dicha embaxada, y assi sabiendo, según se cré que quedaron todos los Padres en Japón contra su mandado en las tierras del Rey de Arima, y de Omura, y de Amacusa, dissimuló con los dichos señores y con los Padres como se no supiera que estaban en Japón y contentó se con saber que bivian los Padres más encogidos y con las vestiduras algo más mudados.”*⁶⁰

Entre os dias 13 e 25 de Agosto de 1590, Valignano preside à Consulta de Cazusa onde procura dissuadir os padres jesuítas do recurso às armas no

processo da evangelização e a restabelecerem relações diplomáticas e bem mais cautelosas com Hideyoshi e com os restantes nobres japoneses.

Hideyoshi, ao tomar conhecimento que Alessandro Valignano chegara ao Japão na qualidade de representante diplomático do vice-rei de Goa, Duarte de Menezes, demonstra o seu contentamento pedindo-lhe que, assim que terminasse a sua campanha militar, fosse encontrá-lo em Quioto.⁶¹ Valignano é aconselhado por diversos dáimios cristãos⁶² a fazer-se acompanhar por um número de seculares superior ao de religiosos, para conferir maior respeitabilidade à representação diplomática e para demonstrar que não se tratava de um embuste.

Valignano chega a Quioto em Dezembro de 1590, fazendo-se acompanhar pelos padres Diogo de Mesquita e António Lopes, 13 comerciantes portugueses, quatro jovens embaixadores, sete criados portugueses e os irmãos portugueses Ambrósio Fernandes e João Rodrigues Tçuzzu como intérpretes. A 3 de Março de 1591 é recebido solenemente por Hideyoshi no seu palácio, numa altura em que

este se preparava para dar início à invasão da Coreia e da China. Evidentemente que ao favorável acolhimento não eram alheios os seus interesses económicos relativamente à “nau do trato”, cujo comércio ajudaria a financiar a própria guerra. Enquanto Hideyoshi preparava a resposta para enviar ao vice-rei português em Goa, é permitido a Valignano visitar o Japão livremente, aproveitando este a oportunidade para verificar o trabalho de diversas missões jesuítas distribuídas pelo país. Hideyoshi permite igualmente a João Rodriguez Tçuzzu a estadia no Japão.

A 19 de Agosto de 1591 chega de Macau a “nau do trato” capitaneada por Roque de Melo Pereira. Dois regedores instruídos por Hideyoshi, Nabexima Navoxighe e Mori Yoxinari, monopolizam as mercadorias portuguesas e tentam comprar a um preço demasiado baixo todo o ouro transportado na nau, com prejuízo para os comerciantes. Estes, perante a situação de claro dano, insistem em ser intermediados pelos jesuítas como era habitual.⁶³ O regedor Mori Yoxinari



Toyotomi Hideyoshi

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

insurge-se contra esta solicitação, o que provoca grandes protestos entre os portugueses. Em resultado deste conflito, Roque de Melo Pereira envia, a 2 de Setembro de 1591, uma carta a Hideyoshi, protestando contra este procedimento, criticando o comportamento dos dois regedores e aludindo à missiva diplomática do vice-rei de Goa cujo objectivo era facilitar o trato entre as duas nações, pelo que pedia o levantamento das restrições impostas. Hideyoshi ao receber este protesto, percebendo que não poderia continuar com os seus intentos, liberta os comerciantes portugueses das restrições impostas pelos dois regedores, na carta patente de 26 de Setembro de 1591.

“Estou informado que os meus regedores cometeram algumas des Cortesias contra vós que vos hão causado grande incómodo após a chegada a Nagasaki. Recebi a vossa carta onde me relata tal facto e pretendo castigar os responsáveis por este contratempo. Vós podereis comerciar aqui tranquilamente quaisquer mercadorias. Digo mais: vós podereis fazer qualquer reclamação contra todas as possíveis contrariedades, mesmo as mais pequenas. O que agora vos confirmo ser-vos-á igualmente transmitido por Curoda Yoxitaca e Natçuca Masaiye.

9 dias da oitava lua

Goxuin

Ao capitão-mor do Curofunne (navio preto)”⁶⁴

Este incidente, juntamente com a embaixada diplomática de Valignano, revela a verdadeira importância dos jesuítas. Eram os únicos intermediários entre os portugueses e os japoneses, representavam as mais altas autoridades políticas e, sem eles, Hideyoshi receava que não se pudesse conservar o trato entre Macau e Nagasáqui. Esta situação é distintamente revelada por Valignano, que, informado por Organtino dos acontecimentos subsequentes à sua visita, descreve em pormenor os debates ocorridos na corte. Somos informados que o tema central que ocupava Hideyoshi e os principais súbditos era esclarecer se a eventual expulsão definitiva dos religiosos do Japão se traduziria ou não no corte definitivo das relações comerciais com Macau.⁶⁵ Pretendendo averiguar se a embaixada portuguesa à corte era verdadeira, Hideyoshi manda chamar à sua presença João Rodrigues,⁶⁶ que alguns meses antes servira de intérprete de Valignano. Inquirido sobre as verdadeiras intenções da embaixada, dos seus representantes e se existiriam nas terras *Namban* (Índia)

apenas cristãos, Rodrigues responde de forma exemplar a Hideyoshi o qual

*“dijo que el Hermano había respondido muy bien y que daba muy buena razón de lo que decía, y que holgaba de saber que también en la Índia había muchas sectas, porque así era en Japón donde cada uno seguía la ley que quería, acrecentando que cuanto a la gente baja poco importaba aunque fuese cristiana.”*⁶⁷

Estas informações seriam retiradas de diversas cartas recebidas por Valignano, umas escritas em Quioto por Organtino e por Rodrigues a 6 de Setembro de 1591, e que chegariam às mãos do Visitador a 6 de Outubro pela noite, e outras escritas a 23 de Setembro de 1591, recebidas pelo visitador a 8 de Outubro.⁶⁸ Estas missivas, hoje perdidas, demonstram que as palavras de Alessandro Valignano se baseiam em fontes primárias relatadas pelos próprios intervenientes neste episódio.

Hideyoshi determina então que dez membros da embaixada⁶⁹ permaneçam no Japão como mediadores comerciais, não indicando expressamente os jesuítas, para não revogar o seu édito anti-cristão. De qualquer forma, este procedimento significava a quase anulação deste e “na sombra destes dez poderiam ficar pacificamente todos os outros”⁷⁰:

*“Com que se entendeo que elle estava já muito mais brando, e que para assegurar a continuação do trato da nao e o retorno do que mandava, queria que ficassem os Padres em Nangazaqui. Mas por não mostrar que se mudava, e também por nos ter mais encolhidos, para não tomarmos licença de fazer como primeiro na obra da conversão, tomou este meio de dizer que ficassem alguns companheiros do embaixador. [...] Quambaco mandava que ficassem dez de seos companheiros, todas as couzas se farião ao diante muito bem, mas que todavia lhe encomendava que não fossem fazendo christandade por agora.”*⁷¹

Quanto à resposta a ser enviada pelas autoridades centrais japonesas ao vice-rei de Goa, foi inicialmente pensada com três pontos, sendo o último de cariz ofensivo. Afirmava que, se por um lado continuava a ser permitido o trato entre Macau e Nagasáqui, o Cristianismo continuava a ser prejudicial ao Japão, pelo que apenas eram permitidos o Confucionismo, o Budismo e o Xintoísmo. Continha ainda a ameaçava de perseguição e castigo aos padres que procurassem

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

propagar o Catolicismo. Um rascunho desta missiva encontra-se na Biblioteca Central de Tenri, em Nara. A transcrição que apresentamos foi originalmente estudada e publicada por Takase Koichiro e traduzida por Hino Hiroshi. Não seria esta, no entanto, a versão a ser enviada, tendo sofrido algumas alterações de fundo no seu terceiro ponto. Alessandro

Valignano refere-se a este rascunho numa carta coeva endereçada a Cláudio Acquaviva. Por esta ficamos a saber o seu conteúdo de forma sucinta, como também o autor desta informação, o Pe. Organtino.⁷² Podemos igualmente constatar a influência e penetração da Companhia de Jesus nos assuntos de Estado do Japão assim como reconhecer uma importante rede de informadores nas mais altas esferas de poder que mantinham os jesuítas bem informados relativamente à política do *kampaku*. Na versão oficial, Hideyoshi menciona subtilmente que o Japão possuía as suas próprias raízes religiosas, sendo esse o principal motivo para a expulsão dos religiosos. A par deste esboço, apresentamos a versão que seria apresentada ao vice-rei da Índia e que se encontra transcrita por Luís Fróis na *Historia do Japam*.

O que levaria então Hideyoshi a mudar de opinião? Afigura-se-nos que a resposta é dada por Luís Fróis. Este afirma que a missiva oficial foi alterada depois de Hideyoshi falar com João Rodrigues Tçuzzu⁷³ e com o governador de Quioto, Mayeda Gheny, que o informara que Valignano lhe escrevera uma missiva demonstrando o seu desapontamento por ter sabido que a carta a ser entregue ao vice-rei de Goa estava escrita daquela forma e que este, ao recebê-la, ficaria muito descontente. Afirmava ainda que, se Hideyoshi pretendia continuar o comércio com os portugueses e manter a amizade com o vice-rei, deveria alterar o conteúdo da missiva diplomática.⁷⁴ Como sabemos, esta ideia já estava a ser preparada por Alessandro Valignano desde, pelo menos, 28 de Julho de 1589,⁷⁵ quando escrevera uma carta ao geral, informando-o sobre o plano de ameaçar Hideyoshi com o corte definitivo da “nau de trato portuguesa”. O visitador, apercebendo-se do contexto em que o édito anti-cristão fora redigido, e compreendendo a ideia que



Hideyoshi tinha de a Companhia de Jesus ser muito rica e influente, mais do que na realidade era, demonstrou-o, fazendo-se apresentar como embaixador do Estado da Índia e ameaçando-o com o encerramento do comércio luso-japonês, do qual o próprio governante era um dos maiores beneficiários. Evidentemente que Alessandro

Valignano não tinha o poder necessário para o fazer e que a dependência da cidade de Macau em relação a este comércio era bem maior do que a dependência japonesa. No entanto era um ótimo estratega, pelo que lançou os seus trunfos, conseguindo deixar suficientemente claro que só havia comércio com os portugueses porque existiam os jesuítas e que ambos eram indissociáveis, pelo que para conservar um tinha que tolerar o outro. A este respeito, segundo fontes europeias, o papel desempenhado pelo governador de Quioto, Mayeda Gheny, teria sido decisivo, tendo facilitado junto de Hideyoshi o desfecho positivo desta embaixada. No entanto, o governador não deixaria de advertir os jesuítas de que “*si yo diere mi palabra a Quambaco que vosotros no predicareis esta ley contra su mandato y después hicieréis lo contrario, yo seré después delante de él vuestro principal enemigo*”.⁷⁶ O mesmo Mayeda Gheny seria quem, juntamente com João Rodrigues, estudariam e alterariam o conteúdo da missiva japonesa a enviar para o vice-rei da Índia.⁷⁷

Apenas a título de curiosidade, não deixa de ser interessante o facto de, neste encontro entre Hideyoshi e os jesuítas, o governante japonês ter inquirido João Rodrigues sobre Gaspar Coelho, o qual sendo informado da sua morte teria dito: “*Cuitado. Así lo he sabido. Cuitado Cuitado. Era hombre escogido entre los vuestros; pero ciertas informaciones que tuve le hicieron mal*”.⁷⁸ **RC**



Nota do autor: Este artigo tem por base um capítulo da dissertação de doutoramento “O Japão e os Portugueses (1580-1614). Religião, Política e Comércio”, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2007).

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

NOTAS

- 1 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. IV, J. Wicki (ed.), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 328.
- 2 *Ibid.*, p. 228.
- 3 George Elison, “Hideyoshi, the Bountiful Minister” in *Warlords, Artists and Commoners* (eds. George Elison e Bardwell L. Smith), Honolulu, University of Hawai’i Press, 1981, p. 224.
- 4 “Quambacu: Ajudante do Rei no governo, ou defensor do reino a modo de Dictador”, Pe. Ioam Rodriguez Tçuzzu, S. I, *Arte Breve da Lingua Japoa*, fac-símile do original existente na Biblioteca da Ajuda, Lisboa, com transcrição e tradução japonesa de Hino Hiroshi. Tóquio, Shiu Jinbutsu Oraí, 1993, p. 273.
- 5 Hashiba Chikuzen.
- 6 Quioto.
- 7 Luís Fróis, *Historia de Japam*, cit., Vol. IV, p. 186.
- 8 J. Jennes, *A History of the Catholic Church in Japan*, Tóquio, Oriens Institute for Religious Research, 1973, p. 53.
- 9 Jurgis Elisonas, “Christianity and the Daimyo”, in John Whitney Hall, Marius B. Jansen, Madoka Kanai, Denis Twitchett (eds.), *The Cambridge History of Japan: Early Modern Japan*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, Vol. IV, p. 363.
- 10 George Sansom, *The History of Japan*, Londres, The Cresset Press, 1965 [1961], pp. 347-348.
- 11 Este acontecimento teve lugar em 1583, após o Pe. Organtino lhe ter pedido um terreno para edificar a igreja e a residência jesuíta em Osaka.
- 12 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. IV, pp. 236-237.
- 13 *Ibid.*, p. 238.
- 14 *Ibid.*, pp. 230-232.
- 15 *Ibid.*, p. 229.
- 16 *Ibid.*, pp. 228-229.
- 17 *Ibid.*, p. 229.
- 18 Ch. Boxer, *The Christian Century in Japan 1549-1650*, Berkeley, University of Califórnia Press, 1974, p. 469, apud Carta de 14 de Outubro de 1590, Jap. Sin. 2, fls. 233-236v.
- 19 “E essendo io avisato nell’India ch’il detto Patre Gaspar Coeglio s’andava mettendo in queste guerre gli scrissi advertendolo e reprehendendolo di tal modo che quando adesso videro li Patri le lettere, che se ritrovorono nel suo scrittorio rimasero meravigliati, perchè egli ascondeva queste lettere e non faceva saper nulla a questi di sua consulta”. Jap. Sin. 11-II, Carta de Alessandro Valignano para Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui, de 12-14 de Outubro de 1590, fls. 234v., J. L. Álvarez-Taladriz, *Miscelánea Japónica*, Osaka, 1978-1980, Vol. III, n.º 9, p. 103. A partir deste momento será designada por MJAT.
- 20 *Ibid.*, p. 141.
- 21 J. L. Álvarez-Taladriz, “Apuntes sobre la fusta del P. Gaspar Coelho, Viceprovincial de Japon (1583-1587)”, in *The Eichi University Review*, Feb. 1988, n.º 22, pp. 133-149.
- 22 J. Jennes, *A History of the Catholic Church in Japan*, p. 57.
- 23 Ex-bonzo que se encontrava presente na audiência e grande conselheiro de Hideyoshi.
- 24 Jap. Sin. 11-I, Carta de Organtino para Acquaviva, de Nagasáqui, a 10 de Março de 1589, fls. 70f.-70v. MJAT, Vol. III, n.º 6, pp. 63-64.
- 25 O comportamento de Gaspar Coelho e a sua intromissão nas contendas políticas japonesas e recurso a armamento e estratagemas bélicos é minuciosamente relatado por Organtino numa carta: Jap. Sin. 11-I, Carta de Organtino para Acquaviva, de Nagasáqui, a 10 de Março de 1589, fls. 66-72. MJAT, Vol. III, n.º 6, pp. 43-75.
- 26 A. Valignano, *Sumario de las cosas de Japon (1583)* (ed. J. L. Álvarez-Taladriz), Tóquio, Sophia University, 1954, pp. 147-148.
- 27 Jap. Sin. 11-II, Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasáqui, de 12-14 de Outubro de 1590, fls. 233-236v. Ch. Boxer, *The Christian Century in Japan...*, p. 141. MJAT, Vol. III n.º 9, pp. 99-106.
- 28 Ch. Boxer, *The Christian Century in Japan...*, pp. 144-145.
- 29 Jap. Sin. 11-II, Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasáqui, de 12-14 de Outubro de 1590, fls. 234v-235f. MJAT, Vol. III, n.º 9, pp. 103-104.
- 30 J. Jennes, *A History of the Catholic Church in Japan...*, p. 58.
- 31 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. IV, 1983, pp. 408-416.
- 32 *Ibidem*, pp. 401-402.
- 33 *Ibidem*.
- 34 *Ibidem*.
- 35 Cf. Jap. Sin. 11-I, Carta de Organtino para Acquaviva, de Nagasáqui, a 10 de Março de 1589, fls. 66-72.
- 36 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. IV, 1983, pp. 402-403.
- 37 *Ibidem*.
- 38 *Ibidem*.
- 39 Jap. Sin. 11I, Carta de Organtino para Acquaviva, de Nagasáqui, a 10 de Março de 1589, fl. 66v.
- 40 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. IV, pp. 404-405.
- 41 *Ibidem*, p. 405.
- 42 *Ibidem*, pp. 405-406.
- 43 *Ibidem*, pp. 406-407.
- 44 Ch. Boxer, *The Christian Century in Japan...*, p. 149.
- 45 Jap. Sin. 10-II, Carta de Pedro Ramón para Acquaviva, de Ikitçuki, de 15 de Outubro de 1587, fls. 282-285v. Takase Koichiro 高瀬弘一郎 (tra. & ed.), *Iezusu-kai to Nihon* イエズス会と日本, Tóquio, Iwanami Shoten 岩波書店, 1981 (Daikokaijidai Soshō 大航海時代叢書, Segundo Período, vol. 6, carta 3).
- 46 Na carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasáqui, de 12-14 de Outubro de 1590, é-nos dado a entender isso mesmo através do seguinte trecho: *Patre Belcior de Mora alla Cina (ch’ena in ciò dell’istesso humore)*. A mesma opinião a que se refere Valignano é ao projecto militar europeu no Japão. Jap. Sin. 11-II, Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasáqui, de 12-14 de Outubro de 1590, fl. 235f.
- 47 Jap. Sin. 11-I, Carta de Organtino para Acquaviva, de Nagasáqui, a 10 de Março de 1589, fl. 67f.
- 48 Jap. Sin. 11-II, Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasáqui, de 12-14 de Outubro de 1590, fls. 233-236. Takase Koichiro (tra. & ed.), *Iezusu-kai to Nihon*, Daikokaijidai Soshō, Segundo Período, Vol. 6, carta 7. Ch. Boxer, *The Christian Century in Japan...*, p. 469. MJAT, Vol. III, n.º 9, pp. 99-106.
- 49 Jap. Sin. 11-II, Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasáqui, de 12-14 de Outubro de 1590, fl. 235f.
- 50 *Ibidem*, fl. 235f.
- 51 *Ibidem*, fl. 235f.
- 52 A. Valignano, *Sumario de las cosas de Japon*, p. 149.
- 53 Ch. Boxer, *The Christian Century in Japan...*, p. 149.
- 54 A sua morte prematura em Maio de 1590, salvou-o do castigo de Valignano, como o próprio descreve na missiva de 12-14 de Outubro de 1590.
- 55 Jap. Sin. 11-I Relação da Consulta realizada em Tacacu a 11 de Fevereiro de 1589, fls. 59-62. Takase Koichiro (tra. & ed.), *Iezusu-kai to Nihon*, Daikokaijidai Soshō, Segundo Período, vol. 6, Carta 4.
- 56 Takase Koichiro, “A Carta do Vice-Rei da Índia D. Duarte de Menezes a Toyotomi Fideyoxi. Perspectiva Japonesa インド副王ドウアルテ・デ・メネゼスが豊臣秀吉に送った親書——日本側からの考察——”, trad. Hino Hiroshi 日埜 博司訳, *Ryutsu Keizai Daigaku Ronshū*, n. 118, 1998 (Ensaio publicado pela primeira vez como *A Carta do Vice-Rei D. Duarte de Menezes a Toyotomi Fideyoxi 1588: Um Marco Histórico nas Relações Portugal-Japão*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, S. A. com o patrocínio da Fundação Cidade de Lisboa, s/d.)
- 57 Jap. Sin. 11-I, Carta de Valignano para Acquaviva, de Macau, de 28 de Julho de 1589, fls. 125-126v. *Iezusu-kai to Nihon*, Takase Koichiro

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

- (tra. & ed.), *Iezusu-kai to Nihon*, Daikokaijidai Soshō, Segundo Período, vol. 6, Carta 5.
- 58 Jap. Sin. 11-I, Carta de Valignano para Acquaviva, de Macau, de 22 de Setembro de 1589, fls. 140, 140v., Takase Koichiro (tra. & ed.), *Iezusu-kai to Nihon*, Daikokaijidai Soshō, Segundo Período, vol. 6, Carta 5.
- 59 Ch. Boxer, *The Christian Century in Japan...*, p. 149.
- 60 Jap. Sin. 11-II, Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 10 (12) de Outubro de 1590, fls. 233-236. Takase Koichiro (tra. & ed.), *Iezusu-kai to Nihon*, Daikokaijidai Soshō, Segundo Período, vol. 6, carta 7. Takase Koichiro, “A Carta do Vice-Rei da Índia...”.
- 61 Nessa altura Hideyoshi encontrava-se a terminar a unificação do Japão, lutando contra Fôgiô de Odavara.
- 62 “Foi aconselhado pelos Dáimios cristãos assim como pelos jesuítas e demais portugueses, a fazer-se acompanhar pelos tripulantes portugueses para emprestar maior dignidade e significado à missão, o que é confirmado por Fróis na História de Japam. Segundo este jesuíta, os Dáimios Curoda Yoxitaca e Conixi Yukinaga escreveram a Valignano aconselhando-o a dar maior relevo à representação de seculares portugueses em detrimento dos padres, conselho esse que foi dado também por Arima Farunobue Vômura Yoxiaki. Curoda Yoxitaca converteu-se ao Cristianismo em 1585 (13 anos da era Tenxō) e foi um dos maiores protectores da Igreja Católica depois de Tacayama Ukon ter sido desterrado na sequência do édito anti-cristão de 1587”. Takase Koichiro, “A Carta do Vice-Rei da Índia...”.
- 63 Este episódio é descrito com particular detalhe por Valignano numa Relação que faz sobre a embaixada a Hideyoshi:
“Con la venida de estos dos señores se renovaran nuestros cuidados y trabajos, porque como uno de ellos nos acusara a Quambaco y, de Miaco nos escribieron que venía muy enfadado contra nosotros, con comisión de derribar las iglesias, etc., y el otro estan cruel enemigo de Aryma y de Omura, no se podía esperar con su venida otra cosa que trabajos, todavía aunque entraron aquí muy alterados contra nosotros, se vieron en seguida tan empachados con los portugueses que al punto comenzaron a entender que no podía haber concierto entre ellos sino por medio de nosotros, y así poco a poco comenzaron a ablandarse y a mandar diversos recados de cumplimientos y buenas formas, tomándonos por terceros en sus negocios, y aunque ellos querían de los portugueses lo que de ninguna manera les habían de dar si no fuesen forzados, porque solamente en la compra de mil panes de oro les quisieron tomar treinta mil taeles, idest cruzados, sin embargo, Nuestro Señor nos ayudó de modo que si bien no se concluyó nada y ellos después de estar aquí cerca de un mes se fueron sin conseguir lo que deseaban y los portugueses quedaron con lo suyo, con todos ellos quedaron también muy satisfechos de nosotros, y entendieron, conforme a lo que dijeron muchas veces, que este puerto y el comercio de la nao no se podían sustentar sin estar aquí Padres.” Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Cláudio Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fl. 248f. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, p. 52.
- 64 Takase Koichiro, “A Carta do Vice-Rei da Índia...”. *Sagaken Shiryô Shûsei: Komonjo-hen* 佐賀県史料集成古文書編, III, 1958, pp. 282-285.
- 65 “En Miaco, así delante de Quambaco como de otros sus grandes y privados, se trató muchas veces si echando fuera a los Padres totalmente vendría esta nao a Japón y unos decían que no y otros que sí, y aunque Quambacundono dijo una vez públicamente que aunque se perdiese por eso el trato de la nao no había de dejar en Japón ningún Padre, todavía como esta nao es la principal riqueza y remedio de Japón, así él en su interior como todos los demás japones se entiende que viven con gran recelo de que no venga aquí más la nao si del todo se echaran fuera los Padres, y parece que Nuestro Señor tomó este medio para servir como de freno de este Quambacundono, porque si no hubiese este recelo parece que ya actum esset de nosotros, aunque a Nuestro Señor no le faltarían otros medios para impedir esta mala voluntad suya que tiene.” Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fls. 248f-248v. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, p. 53.
- 66 Ao que parece, segundo as fontes jesuítas, a sugestão que que esta situação fosse esclarecida foi sugerida pelo governador de Quioto, Mayeda Gheny, a Hideyoshi, para que desta forma ilibasse os missionários. As questões que João Rodrigues teria de responder a Hideyoshi seriam levadas pelo mesmo Mayeda Gheny e por um nobre importante chamado Kyogoku Takatsugu (*Ochu*, nas fontes jesuítas).
- 67 O diálogo estabelecido entre Rodrigues e Hideyoshi é descrito na carta de Valignano e nele sobressaem as qualidades diplomáticas deste português, qualidades essas que o determinariam o papel relevante que ocuparia tanto na Companhia de Jesus como junto de Hideyoshi e Ieyasu. Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fl. 250f. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, p. 57.
- 68 Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fl. 249f. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, p. 56.
- 69 Sobre este assunto Valignano escreveria, algum tempo depois, uma carta para Cláudio Acquaviva onde expressava o seu contentamento pelo resultado positivo da embaixada. Jap. Sin. 12-I, Carta de Valignano para Acquaviva, de Macau, a 1 de Janeiro de 1593, fls. 3-4. *MJAT*, Vol. I, n.º 20, pp. 13-18.
- 70 “Y para asegurar este comercio y el retorno del presente que envía, ordenó que quedasen en el puerto de Nangazaque diez de mis compañeros, lo qual fue para los nuestros materia de grande alegría y consuelo. Porque a la sombra de estos diez podrían quedar pacíficamente todos los otros, y cesaría el temor de ser nuevamente acusados y perseguidos después de mi partida.” Jap. Sin. 12-I, Carta de Valignano para Acquaviva, de Macau, a 1 de Janeiro de 1593, fls. 3-4. *MJAT*, Vol. I, n.º 20, p. 14.
- 71 Luís Fróis, *op. cit.*, Vol. V, pp. 371-372.
- 72 “Y así hasta ahora, que son 5 de octubre, no tiene todavía Quabacundono dada esta respuesta, aunque ya tenemos nuevas que ha mandado preparar algunas cosas para enviarlas de presente al Virrey, y que también ha hecho escribir la respuesta en que dice que ellos tienen aquí leyes contrarias, destructoras de los Camis y Fotoques, los había hechado él de Japón y no querían de ningún modo que estuviesen aquí, y se quedase alguno de ellos, o volviese a venir aquí a predicar esta ley, los había de mandar matar sin quedar memoria de ellos, y que el Virrey lo tuviese por bien así. Y aunque el P. Organtino me escribió que ya tenía escrita esta carta y estaba para despacharlos con esta respuesta y con los presentes que mandaba al Virrey, hasta ahora, como digo, no ha venido.” Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fls. 244v-245f. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, pp. 45-46. Num outro trecho adianta-nos outros pormenores que coincidem com o parágrafo número três do rascunho de Nara: “mandó también hacer otros capítulos contra nosotros, semejantes a los que hizo en Facata, diciendo que nos echaba de Japón por predicar una ley mala e deshacer los templos de los Camis y Fotoques”. Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fl. 248v. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, p. 53.
- 73 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. V, p. 377.
- 74 *Ibid.*, p. 371.
- 75 Jap. Sin. 11-I, fls. 125-126v.
- 76 Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fl. 250v. *MJAT*, Vol. II n.º 12, p. 57.
- 77 “Tomó también a su cargo hacer mudar la carta que Quambacundono tenía escrita al Virrey, haciendo traer el traslado de ella delante del Hermano [João Rodrigues] y examinando con él lo que parecía que se había de quitar.” Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fl. 250f. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, p. 58.
- 78 Jap. Sin. 11-II. Carta de Valignano para Acquaviva, de Nagasaki, de 6, 9 e 22 de Outubro de 1591, fl. 250f. *MJAT*, Vol. II, n.º 12, p. 57.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

**RASCUNHO DO TEXTO DA CARTA DE FIDEYOXI
AO VICE-REI, DATADA DE 12 DE SETEMBRO
DE 1592**

1 Recebi a carta que Vossa Senhoria me mandou de terras mui afastadas, a qual, abrindo e lendo-a, me parecia de ver a distancia de milhares de legoas que há por mar e por terra. E, como nela dizia, este reyno de Japão comprehende mais de sessenta estados e senhorios, nos quaes pelo discurso do tempo passado houve grandes perturbações e guerras, e pouca quietação e paz, porque os maos e perverso[s], maquinando traições, se ajuntarão em grande numero, não querendo obedecer aos mandados d'El Rey. Pelo qual eu na flor de minha idade de continuo me entristecia e affligia, e de longe fui considerando o modo maravilhoso e importante para sojeitar as gentes e governar bem os reynos, fundando-me em três virtudes, scilicet, amorosa affabilidade em tratar com os homens, discreta prudencia em julgar as couzas, e esforço e valor de animo; com as quaes sojeitei e governo todos estes reynos, tendo compaixão dos lavradores que trabalham em cultivar a terra, e favorecendo-os, e opprimindo e castigando rectamente os homens. E com isto restitui a paz e tranquillidade a estes reynos, e em breves annos se unio a Monarquia de Japão e ficou tão forte e quieta como huma pedra muy grande que se não pode abalar; e assim athé dos reynos estranhos e lugares remotos vierão conhecer sojeição e dar obediencia. Pelo qual agora por todas as quatro partes destes reynos hé El-Rey, meu prudente senhor, obedecido, e por sua ordem exercitei e manifestei o poder de bom capitão, de maneira que todos estes estados lhe estão sojeitos, matando eu os maos e perversos; e tirando os ladrões por mar e por terra, faço viver em paz os lugares, familias e povos de todos estes reynos, de modo que gozão agora de huma summa tranquillidade. E em todo cazo tenho determinado que hei-de passar a tomar o reyno da China, e em breves dias navegarei para lá, nam tendo duvida de o sojeitar à minha vontade. E assim chegando-me mais para esses reynos haverá commodidade para mais e mais nos comunicarmos.

**TRADUÇÃO DA CARTA ENVIADA
AO VICE-REI QUE SE ENCONTRA COPIADA
POR LUÍS FRÓIS**

1 Recebi a carta que Vossa Senhoria me mandou de terras mui afastadas, a qual, abrindo e lendo-a, me parecia de ver a distancia de milhares de legoas que há por mar e por terra. E, como nela dizia, este reyno de Japão comprehende mais de sessenta estados e senhorios, nos quaes pelo discurso do tempo passado houve grandes perturbações e guerras, e pouca quietação e paz, porque os maos e perverso[s], maquinando traições, se ajuntarão em grande numero, não querendo obedecer aos mandados d'El Rey. Pelo qual eu na flor de minha idade de continuo me entristecia e affligia, e de longe fui considerando o modo maravilhoso e importante para sojeitar as gentes e governar bem os reynos, fundando-me em três virtudes, scilicet, amorosa affabilidade em tratar com os homens, discreta prudencia em julgar as couzas, e esforço e valor de animo; com as quaes sojeitei e governo todos estes reynos, tendo compaixão dos lavradores que trabalham em cultivar a terra, e favorecendo-os, e opprimindo e castigando rectamente os homens. E com isto restitui a paz e tranquillidade a estes reynos, e em breves annos se unio a Monarquia de Japão e ficou tão forte e quieta como huma pedra muy grande que se não pode abalar; e assim athé dos reynos estranhos e lugares remotos vierão conhecer sojeição e dar obediencia. Pelo qual agora por todas as quatro partes destes reynos hé El-Rey, meu prudente senhor, obedecido, e por sua ordem exercitei e manifestei o poder de bom capitão, de maneira que todos estes estados lhe estão sojeitos, matando eu os maos e perversos; e tirando os ladrões por mar e por terra, faço viver em paz os lugares, familias e povos de todos estes reynos, de modo que gozão agora de huma summa tranquillidade. E em todo cazo tenho determinado que hei-de passar a tomar o reyno da China, e em breves dias navegarei para lá, nam tendo duvida de o sojeitar à minha vontade. E assim chegando-me mais para esses reynos haverá commodidade para mais e mais nos comunicarmos.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

2 Quanto aos Padres, este reyno de Japão hé reyno dos camis, os quaes temos que são huma mesma couza com o Xin que hé principio de todas as couzas, o qual Xin hé a substancia e verdadeiro ser de todas ellas; e assim todas as couzas são huma mesma couza com este Xin e nelle se rezolvem. O qual se chama na China Ju tô e no Tengicu Buppó. E na observancia das leys destes camis, consiste toda a policia e governo de Japão, a qual policia nam se guardando não se conhece a diferença entre os senhores e vassalos, e pelo contrario guardando-se, se perfeiçoa a união que deve de haver entre elles, e entre os pays e filhos e maridos e mulheres; pelo qual assim o governo interior, como exterior dos homens e dos reynos, está posto na observação desta união e policia.

3 E os Padres vierão estes annos atraz a estes reynos a ensinar outra ley para salvar os homens, mas, porquanto nós outros estamos assentados nestas leys dos camis, não temos para que desejar de novo outras leys: porque mudando a gente varias opiniões e leys, hé couza prejudicial para o reyno, e por esta cauza tenho mandado que os Padres se vão de Japão, e prohibido que se não promulgasse esta ley, e que nenhuma pessoa venha daqui adiante a pregar leys novas a esta terra. Com tudo isto desejo que tenhamos communicação, a qual de lá querendo, está este reino franco e limpo de ladrões por mar e por terra; e aos que vierem com suas mercadorias, dou licença que possam vir e vender tudo livremente sem ninguem os impedir, e V. Senhoria assim o haja por bem e faça disto entendimento.

Recebi as couzas que me mandou de presente dessas partes do Sul, todas assim como na sua me dizia, com as quaes folguei; e mando outras destes reynos com hum rol em outro papel apartado, com as peças e nomes de quem as fez. E no mais me remeto ao embaixador que o diga, e por isso não sou mais largo.

Escrita aos 20 anos da hera Tenxó, aos 25 dias da setima lua.

E no fim está a chapa de seo sello.

Takase Koichiro, "A Carta do Vice-Rei da Índia D. Duarte de Menezes a Toyotomi Fideyoxi. Perspectiva Japonesa".

2 Quanto aos Padres, este reyno de Japão hé reyno dos camis, os quaes temos que são huma mesma couza com o Xin que hé principio de todas as couzas, o qual Xin hé a substancia e verdadeiro ser de todas ellas; e assim todas as couzas são huma mesma couza com este Xin e nelle se rezolvem. O qual se chama na China Ju tô e no Tengicu Buppó. E na observancia das leys destes camis, consiste toda a policia e governo de Japão, a qual policia nam se guardando não se conhece a diferença entre os senhores e vassalos, e pelo contrario guardando-se, se perfeiçoa a união que deve de haver entre elles, e entre os pays e filhos e maridos e mulheres; pelo qual assim o governo interior, como exterior dos homens e dos reynos, está posto na observação desta união e policia.

3 E os Padres vierão estes annos atraz a estes reynos a ensinar outra ley para salvar os homens, mas, porquanto nós outros estamos assentados nestas leys dos camis, não temos para que desejar de novo outras leys: porque mudando a gente varias opiniões e leys, hé couza prejudicial para o reyno, e por esta cauza tenho mandado que os Padres se vão de Japão, e prohibido que se não promulgasse esta ley, e que nenhuma pessoa venha daqui adiante a pregar leys novas a esta terra. Com tudo isto desejo que tenhamos communicação, a qual de lá querendo, está este reino franco e limpo de ladrões por mar e por terra; e aos que vierem com suas mercadorias, dou licença que possam vir e vender tudo livremente sem ninguem os impedir, e V. Senhoria assim o haja por bem e faça disto entendimento.

Recebi as couzas que me mandou de presente dessas partes do Sul, todas assim como na sua me dizia, com as quaes folguei; e mando outras destes reynos com hum rol em outro papel apartado, com as peças e nomes de quem as fez. E no mais me remeto ao embaixador que o diga, e por isso não sou mais largo.

Escrita aos 20 anos da hera Tenxó, aos 25 dias da setima lua.

E no fim está a chapa de seo sello.

Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. V, pp. 375-377.

Chinese-style Gunpowder Weapons in Dai Viet (Vietnam): The Archaeological Evidence

SUN LAICHEN*

“Only new implements are prized.”
Le Thanh-tong’s (r. 1460-97) edict in 1464.

In previous research, I have discussed the spread of Chinese gunpowder technology to, and its impact on, mainland Southeast Asia, especially Dai Viet (Vietnam), from the late 14th to the early 16th centuries.¹ Some archaeological evidence and a few illustrations notwithstanding, my main sources so far have been written historical accounts. Thus, one may wonder with justification whether these written records are supported by archaeological evidence. In other words, if the Vietnamese learned about gunpowder technology from China, how do surviving firearms support this point? If the argument is that Chinese-style or Chinese-derived gunpowder technology affected the history of mainland Southeast Asia, and of Dai Viet in particular, then what did those firearms (guns and cannon) look like, and are they still extant?

This research aims at providing an answer to these questions. Moreover, it tries to estimate the percentage of Vietnamese troops that employed gunpowder



weapons in the second half of the 15th century. In conjunction with some historical records, it mainly focuses on archaeological evidence: that is, firearms that have been unearthed in modern Vietnam and are now either held in museums and private collections, or are still circulating on the antiques market. The current research selects some representative firearms and discusses their typology, measurements (if available), inscriptions (if any), dates, and relationship with Chinese prototypes, as well as some other features. Due to the incomplete and imperfect information available, some conclusions can only be provisional. Nonetheless, these artifacts support the argument that relatively large quantities of Chinese-style firearms were manufactured in Vietnam during the 15th and 16th centuries.

The archaeological evidence presented in this paper is mainly based on two trips to Hanoi, Vietnam which I took in 2003 and 2008, and one trip to Nanning, Guangxi, China in 2008. I have also benefited from the assistance of antique dealers and private collectors who kindly allowed me to study their artifacts and shared their information with me. It has to be pointed out that even more Chinese-style firearms can probably be found in other places in Vietnam, such as Thanh Hoa, Ho Chi Minh City, and Cao Bang. These, however, will be explored in the future.

* Received his Ph.D. from the University of Michigan, and is Associate Professor at California State University, Fullerton. His research interest includes Asian gunpowder technology and Sino-Southeast Asian interaction during the early modern era.

Doutorado pela Universidade do Michigan, é Professor Associado na Universidade do Estado da Califórnia, Fullerton. A tecnologia da pólvora e as relações entre a China e o Sudeste Asiático nos inícios da Época Moderna estão entre os temas das suas investigações.

I. THE CONTEXT

The context for 15th-century Vietnamese gunpowder technology has been spelt out in my 2006 article. Here I would like to add more information obtained through a closer look at Vietnamese historical sources. The 15th century was the most important period for the development of Chinese-style gunpowder technology in Dai Viet, and two Vietnamese kings made the most significant contributions in this regard. Although they faced different tasks in their lifetimes, both kings emphasized the need to develop the military, including gunpowder technology. The first was Le Loi or Le Thai To (r. 1428-1433), the leader of a Vietnamese rebellion against the Ming occupation and the founder of the late Le dynasty (1428-1788). Both before and after the withdrawal of Chinese troops, Le Loi on many occasions ordered the manufacture and repair of weapons and warships, reorganized and drilled the military (both army and navy), and tested military officers on both Chinese and Vietnamese military and political texts, including the Vu Kinh or *Wujing* 武经, (most likely a reference to the *Wujing qishu* 武经七书, or seven classic Chinese military treatises), law codes (*phat lenh*), and “marvelous books” (*ky thu*; meaning unknown). For our purposes, the main outcome was that the Vietnamese manufactured and captured large quantities of gunpowder weapons. Hence, even before the Chinese finally withdrew, the Vietnamese side could boast, with justification, that their “firearms are piled up, and stores of gunpowder full.”²

After Le Thai To, both Le Thai Tong (r. 1434-1442) and Le Nhan Tong (r. 1443-1459) repeatedly reviewed the military, ordered the drilling of troops, and even personally led the troops in battle against the Tai/Lao to the west and especially the Chams to the south.³ However, it was the next Vietnamese king, Le Thanh Tong (r. 1460-1497) that outshone all other Vietnamese rulers. He created the golden age in Vietnamese history. (Even up until today, we have seen nothing like it). During this period, among many other achievements, the strongest Vietnamese military was built.

As the king of Dai Viet, Le Thanh Tong from the very beginning to the very end saw the importance of the military to the state. In the seventh month of 1460, after about only one month on the throne, Le Thanh

Tong stressed that “whenever there is a state, there must be armaments and military provisions (*pham huu quoc gia tat huu vo bi*);” he repeated this five years later. He ordered the distribution of battle formation schematics (*tran do*) among the troops, organized the military, drilled soldiers, training them to charge, use bows and arrows, understand commands and signals, and, in short, “ensure they never forget [the importance of] armaments and military provisions.”⁴ Five years later, in the eleventh month of 1465, Le Thanh Tong ordered the distribution of more battle formation manuals among the troops, including both naval battle formations (*trung hu, thuong son xa, man thien tinh, nhan hanh, lien chau, ngu doi, tam tai, hoan that mon, yen nguyet*, etc.) and infantry battle formations (*truong co, tuong kich, ky binh*, etc.). In addition, he issued thirty-one articles governing naval battle commands, twenty-two on elephantry battle commands, twenty-seven on cavalry battle commands, and forty-two on capital infantry battle formations. Then, after repeating the words he had uttered five years before, he called upon all military officers across the country to use the agricultural slack season to train their troops based on the battle formation manuals; those who did not follow this order would be demoted or even fired.⁵

Soon thereafter, the chroniclers recorded a series of events related to the military. In the summer of 1466, Le Thanh-tong bureaucratized the military by reorganizing it. He replaced the “Ngu dao quan” (five circuit armies) with five *phu*, including “Trung quan phu” (Central Military Region, in charge of Thanh Hoa and Nghe An), “Dong quan phu” (Eastern Military Region, in charge of Nam Sach and An Bang), “Nam quan phu” (Southern Military Region, in charge of Thien Truong and Thuan Hoa), “Tay quan phu” (Western Military Region, in charge of Quoc Uy and Hung Hoa), and “Bac quan phu” (Northern Military Region, in charge of Bac Giang and Lang Son). Each *phu* had six *ve*, while each *ve* had five or six *so*. Three *ve* concern us here because their firearms are still extant today (see below). For example, “Chan uy” was one of the six *ve* of the Trung quan phu, while “Phan uy” belonged to Dong quan phu, and “Loi uy” to Tay quan phu.⁶

In the fourth month of 1467, Le Thanh Tong ordered high-ranking officials to teach soldiers to read books, presumably military treatises. On the

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

tenth day of the fifth month of 1467, he ordered the five *phu* troops to manufacture weapons. A soldier of the “Uy loi” (which should be “Loi uy,” see below) *ve* even addressed the king about the inconsistency of this order, to the effect that “your majesty issued a new design and ordered the generals to manufacture military weapons [based on it], but now [your majesty] has changed to another design...” Though Le Thanh Tong summarily denied his inconsistency, this complaint at least shows he was very concerned with the models of weapons, including firearms.⁷ This complaint also confirms Le Thanh Tong’s words that “Only new implements are prized.” From an entry for the sixteenth day of the third month of 1477, we learn that in the western part of the capital (Thang Long, modern Hanoi) there was a military training arena (*giao nghe truong*); it was most likely here that Le Thanh-tong spent sixteen days reviewing his troops in early 1479, no doubt preparing for Dai Viet’s historic “long march” to the west (Lan Sang/Laos, Chiang Mai, and Burma) that occupied the next five or so years.⁸ It was in this year (1479) that an arsenal of firearms, which stored sharp weapons, guns, gunpowder, and sulfur, among other things, was burned down when Le Thanh-tong was on his way to invade Ai-lao.⁹ This suggests the abundant use of gunpowder weapons by the Dai Viet troops.

While the war in the west was still going on, and possibly because of the demands of this war, in the winter of 1481, in the southwestern part of the capital

“A lake (or Hai tri) was dug; the circumference of the lake was 100 *ly* (*li* 里 in Chinese), and in the middle of the lake was Thuy Ngoc hall (meaning “green jade hall”), while Giang Vo hall (meaning “military instruction hall”) was built next to the lake, [and was used to] train and select soldiers and elephants.”¹⁰

The famous *Ban Do Hong Duc* or “Map of the Hong Duc Era” (allegedly made in 1490, but certainly containing information from that period) shows that in the capital Thang Long (modern Hanoi), in the northwest direction of the Quoc Tu Giam and inside the city walls there is an elongated lake (running in a north-south direction); on its north bank is the Giang Vo hall.¹¹ This lake should be the one that was 100 *ly* in circumference. By the Giang Vo hall, there should have been an open training arena. This is of tremendous

significance, and it is understood much better now thanks to archaeological excavations undertaken during the second half of the 20th century, particularly in 1983-1984. These excavations resulted in two main kinds of discoveries: architecture and weapons. The architectural remains demonstrate that the Giang Vo hall was larger than the Great Ceremonial Hall in Van Mieu (the Temple of Literature) in Hanoi, and this suggests that the Dai Viet court, and Le Thanh Tong himself, attached tremendous importance to it.¹²

More spectacular was the discovery of weapons—thousands altogether, including firearms and cannon balls (see Figure 1 and below), in the Ngoc Khanh, Giang Vo, and Kim Ma area of Ba Dinh district in Hanoi, where the Giang Vo Arena was located. Nowadays the only traces that remain of the 15th-century training ground are Giang Vo Street and Giang Vo Lake (which is now separate from Ngoc Khanh Lake, although in the late 15th century they were connected and formed the 100-*ly* long lake mentioned above). Vietnamese archaeologists are exceptionally excited about the discovery:

“The collection of Ngoc Khan weapons is one of the most precious collections ever discovered under the ground of Thang Long-Dong Kinh-Hanoi.”

“Without exaggeration or boasting, it is possible to say that there has never been such discovery so far; this is the most successful season that there has ever been, anywhere in the country.”¹³

They also link the Giang Vo Arena to Vietnam’s greatest center of learning, Quoc Tu Giam: “It was the greatest centre for training fighters in the country, and not far from it was Quoc Tu Giam, the greatest center for training cultural personalities. These two centers provided key talent for the nation.”¹⁴

In late 1483, Le Thanh Tong ordered that weapons manufactured by the military *ve* and *so* (in the capital?) should only be repaired at the military depots (*kho vu khi*) to which they belonged, rather than at the military shops (*giai vu quan hang*) outside the city; violators would be exiled. This suggests that each military unit did manufacture its own weapons, and that outside the capital there were shops supplying materiel and repairing weapons for the military.

In early 1486, Le Thanh Tong issued twenty seven articles on military affairs (*Quan vu Hong Duc*),

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



Figure 1: A sample of weapons found at the Giang Vo Arena, with a handgun (with the priming pan lid feature) and some cannon balls at the lower left-hand corner. Photo courtesy: Institute of Archaeology, Vietnam Academy of Social Sciences.

and three years later, in 1489, another ninety-two articles on delivering military materials. In late 1492, probably because too many firearms were being manufactured, at every military depot a firearm depot (*kho hoa ky*) was set up. This suggests that for the previous sixty years, ever since the dynasty was established, but especially during the nearly thirty years that Le Thanh Tong was on the throne, so many firearms had been manufactured that they had to be stored separately. About two months before his death, in the eleventh month of 1496, Le Thanh Tong issued an edict to all military officers in which he continued to stress the need for qualified officers: only those who were qualified could keep their positions. He also emphasized the need for strict training (*huan luyen binh linh, nhât thiet phai chuyen tinh*); officers who failed to achieve this would be punished.¹⁵

The historical background of 16th- and 17th-century Dai Viet is omitted here, as it is discussed in detail in a separate publication.¹⁶ Suffice it to say that from the 1530s to the 1670s the country was plagued with civil wars that pushed Dai Viet's military technology in general, and gunpowder technology in particular, to another high point. While overall more

European-style firearms were probably manufactured and employed, Chinese-style ones continued to play a role.

II. THE ARTIFACTS

There are still many gaps in both the sources/artifacts and knowledge of Chinese-style gunpowder weapons in Vietnam. Although this author has seen a certain number of firearms (or photographs of them), basically few archaeological reports are available. The *Hoang thanh Thang Long* and Nguyen Thi Don's dissertation are the only sources that contains some important information on the firearms found at the Giang Vo Arena site. To make matters worse, my attempt to access the artifacts housed in the National History Museum of Vietnam, the Hanoi Museum, and the Military History Museum in Hanoi was not realized (I was told during my 2008 trip to Hanoi that it would involve complicated procedures starting from the Ministry of Culture). Therefore, the reader will soon learn that for many firearms, even the most basic information (length, weight, caliber of bore and muzzle) is lacking. Although this is offset somewhat by kind, cooperative antique dealers who allowed me to

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Figure 2: Five of the six handguns at the History Museum of Vietnam in Hanoi, three with a priming pan lid (numbers 1, 3 and 4 from left). Photo by author in 2003.

Figure 3: A closer view of one of the handguns in Figure 2 (LSb 18240?), with priming pan lid intact.



handle and measure their guns and cannon, many questions still remain. Moreover, nobody has so far done any research into the archaeological evidence of Chinese-style firearms in Vietnam. Despite all these shortcomings, in this section I will try to classify and discuss Chinese-style firearms based on the data I have collected.

In pre-modern times the terms for “gun” and “cannon” were not clearly distinguished, and were often interchangeable. The typical example in China is that of the terms *chong* 銃 (*sung* in Vietnamese) and *pao* 炮 (*phao*).

This is also true of Vietnamese (for examples see below). Therefore, Joseph Needham proposed a distinction between bombards/cannon on the one hand, and handguns (by which he meant the British usage, referring to a gun that could be held in the hands, rather than a pistol) on the other; weight was the criterion by which the distinction was to be made. As an individual soldier could carry a weight of about 20 pounds or 9.1 kg, anything below this weight is called a handgun, and anything above is a bombard or cannon.¹⁷ While this system is quite scientific as well as convenient, in our examples, the weight of many firearms is not yet known. For some, even when we know their weight, we do not follow Needham completely. This is not simply because we also take into consideration the shape of the weapon; it is primarily because we are still at a very preliminary stage. For the time being, I have tentatively divided all the gunpowder weapons into three categories: handguns, bombards, and cannon.

1. HANDGUNS

These guns are listed in Table 1. All the Chinese and Chinese-style (such as Korean, Ryukyuan, and Vietnamese) firearms were muzzle-loading, hence all our artifacts are as well. They consist of three sections: barrel, vase-shaped powder chamber, and stock (at the end of which there is a hole into which a stick or handle can be inserted). One unique feature for some Vietnamese and Chinese firearms, both handguns and cannon, is the priming pan lid, which was probably a Vietnamese innovation that spread to China after the Ming invasion of Dai Viet in 1406-1407 (see below).¹⁸ Among our twenty small handguns, at least six have this feature, and on three of them the lid is still intact (Figures 2, 6). We will address this issue in greater detail below.

Guns in this group are indeed quite small, especially in terms of their weight, but also to some extent in terms of their length and bore. They range from 29cm to nearly 40cm in length; 1.7kg to 3.4kg in weight; and 1cm to 2.54cm in the diameter of their bore (the diameter of the muzzle does not concern us here). Vietnamese archaeologists term this type of gun a “signal gun” or “order gun” (*sung lenh* in Vietnamese),



Figure 4: Another handgun (Tom #3), with priming pan lid missing. Photo from Philip Tom.



Figure 5: Three handguns at the Military History Museum (Mili Mus #1-3). Photo courtesy: Military History Museum of Vietnam.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

TABLE 1: HANDGUNS

ID #	Length	Weight	Diameter of bore/muzzle	Date and other information
LSb 10976	32cm	2.2kg	1.7cm/2.5cm	late 15 th century
LSb 18232	13cm*	1.1kg*	missing	late 15 th century; broken
LSb 18233	16cm*	1.0kg*	missing	late 15 th century; broken
LSb 18234	22.5cm*	1.6kg*	1.5cm/4cm	late 15 th century; broken
LSb 18235	31cm	1.7kg	1.2cm/2.6cm	late 15 th century
LSb 18236	29cm	1.8kg	2.1cm/2.5cm	late 15 th century
LSb 18237	38cm	3.0kg	1.6cm/3.0cm	late 15 th century
LSb 18238	37.5cm	2.3kg	1.7cm/2.8cm	late 15 th century; priming pan lid intact
LSb 18239	38.5cm	3.4kg	2.4cm/4.5cm	late 15 th century; priming pan lid missing
LSb 18240	37.5cm	2.3kg	1.5cm/2.8cm	late 15 th century; priming pan lid intact; wooden handle still remained when found
LSb 18244	16.5cm*	1.2kg*	missing	late 15 th century; broken
LSb 18251	23cm*	1.2kg*	1.3cm/2.6cm	late 15 th century; broken
LSb 22266	36.3cm	2.5kg	1.7cm/2.7cm	late 15 th century
LSb 24328 (O so 1)	38cm	3.3kg	1.6cm/2.9cm	late 15 th century
O so 2	34.7cm	2.3kg	1.3cm/2.5cm	late 15 th century
O so 3	34.3cm	2.0kg	1.5cm/2.8cm	late 15 th century
84-NK-1	39cm	2.740kg	2.4cm/3.5cm	late 15 th century
LSb 25498	31cm	2.0kg	1.2cm/2.5cm	late 15 th century
Lumphun gun	35.8cm	?	2.5cm/?	late 15 th century; priming pan lid missing
Mili Mus #1	29cm	?	1.4cm/2.5cm	16 th -18 th centuries
Mili Mus #2	29cm	?	1.4cm/2.5cm	16 th -18 th centuries
Mili Mus #3	29cm	?	1.4cm/2.5cm	16 th -18 th centuries
Tom #1	39.37cm	?	1.85cm	date unknown; priming pan lid intact
Tom #3	39.37cm	?	2.54cm/?	date unknown; priming pan lid missing
Rapoport #3	28cm	1.9kg	1.1cm/2.8cm	date unknown
Nanning #1	35cm	2.2kg	1.7cm/3.0cm	date unknown
Nanning #3	33cm	2.0kg	1.5cm/2.7m	date unknown; some dirt in barrel
Nanning #4	35cm	2.2kg	1.5cm/2.6cm	date unknown; some dirt in stock
Nanning #5	34.7cm	3.0kg	2.1cm/2.7cm	date unknown

Sources include: Nguyen Thi Don, “Suu tap vu khi thoi le o Ngoc Khanh (Ha Noi)” (Ph. D. dissertation, Institute of Archaeology, Hanoi, 2001); pp. 71, 91-96; *Hoang thanh Thang Long*, pp. 170, 173-174; *Co vat Viet Nam: Vietnamese Antiquities* (Ha Noi: Bo van hoa-thong tin, Cuc bao ton bao tang, and Bao tang lich su Viet Nam, 2003), p. 119; information collected during my trips to Hanoi and Nanning in 2005 and 2008.

* Stands for the remaining part of weight of a broken gun.

“Mili Mus” stands for Military History Museum.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Figure 6: Vietnamese handguns and cannon at the Nanning antique market (from right to left: Nanning #1-5). Photo by author.

and explain it by saying “[s]ignal guns are those are used to shoot flares ordering the troops to advance or withdraw, depending on the colour of the fire.”¹⁹ But this label needs to be reconsidered. First, we do not know what the basis is for this opinion; no contemporary records, to my knowledge at least, ever use the term

“*sung lenh*” or describe a signal gun. Fifteenth and sixteenth Vietnamese accounts show that “*phao*” were often used for signaling (terms such as “*phao hieu*,” “*hieu phap*,” and “*hoa [phao] hieu*” appear in the records), but never mention “*sung lenh*,” which may be a modern usage.²⁰

Second, it seems that these small guns are labeled “*sung lenh*” primarily because they are small.²¹ This logic, however, may not be valid. Whether small guns were used for signaling in training is not clear, but the above accounts demonstrate that in the field it was often cannon or *phao* that were used to signal (one imagines that a louder sound was needed if it was to be audible by a large number of troops). Also, information in Chinese may be of some help in illuminating this issue. Comparing the Vietnamese handguns to their early Chinese counterparts, they are strikingly similar in terms of their length, weight, diameter of bore, and even shape (see Figure 6A).²² This is not at all surprising, because one established fact is that the Vietnamese learned from the Chinese and started to employ Chinese-style firearms as early as 1390.²³ However, the Chinese used these small handguns in combat to kill the



Figure 6A: Earliest Chinese handgun in 1271, bronze, 34.6cm in length, 1.55kg in weight, 1.60cm (diameter of the bore.)

Photo by Xinhua News Agency.

enemy.²⁴ In China as well as Korea, signal guns were called *xin pao* 信炮 which referred to either carton bombs (or maroons) or three-barreled guns.²⁵ But even these three-barreled guns were also employed in actual fighting, as shown in early 17th century pictorial evidence.²⁶ Therefore, we speculate that the handguns of Vietnamese origin were one of the earlier types of firearms in Vietnam, and were used to kill as well.

2. BOMBARDS

If we follow Needham’s criterion (firearms below 20 pounds or 9.1kg are “handguns”), firearms in this category should be classified as “handguns.” Even though we only know the weight of Rapoport #2 (Figure 8; see Table 2), which weighs 6.3kg, the others in this category should not be too different from this. It is the shape of the pieces in this group that justifies their categorization.

This type of firearm also consists of three sections: barrel, gunpowder chamber, and stock. The most salient features are the much thicker body, the large round or vase-shaped gunpowder chamber, and the tendency for at least some of them to have a bigger muzzle and bore. Rapoport #2 is the only piece that this author has examined. The length of its barrel, chamber, and stock are roughly 21cm, 9.5cm, and 7cm respectively, with a large bore (5.0cm) and muzzle. The other two (LSb 22264 and LSb 19232 or 19233 [the source is inconsistent]) (Figure 7) also seem to have large bores and muzzles. The ones that were on display at the National History Museum (LSb 18241 and LSb 18231) and the Military History Museum in 2003 (which were removed in 2008), however, seem to have smaller bores.



Figure 7: Bombards (left: LSb 19241; right: LSb 19233) at the National History Museum in Hanoi. The one on the right has an inscription in Chinese (see Table 4). Photo by author.



Figure 8: Bombard (Rapoport #2). Photo by author.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

TABLE 2: BOMBARDS

ID #	Length	Weight	Diameter of bore/ muzzle	Date and other information
LSb 22264	38cm	6.8kg	5.0cm/8.0cm	late 15 th century
LSb 22265	38.5cm	8.9kg	5.0cm/8.0cm	late 15 th century
LSb 18241	c. 35cm	?	c. 1.0cm/c. 6.0cm	date unknown
Mili Mus #4	?	?	?	15 th -17 th centuries (from Thanh Hoa)
Mili Mus #5	?	?	?	15 th -17 th centuries (from Thanh Hoa)
LSb 19233	25cm		c. 1.5cm/7cm (muzzle?)	1774
LSb 18231	12.7cm (?)		?/3.1cm (muzzle?)	19 th century
Rapoport #2	37cm	6.3kg	5cm/7.4cm	date unknown

Sources include: Nguyen Thi Don, “Suu tap vu khi,” p. 91; *Co vat Viet Nam: Vietnamese Antiquities*, pp. 119, 120; information collected during my trips to Hanoi in 2005 and 2008.

TABLE 3: CANNON

ID #	Length	Weight	Diameter of bore/ muzzle	Date and other information
Hoang Thanh	120.5cm	>100kg	4.1cm/13cm	15 th -17 th centuries
LSb #?	c. 40cm		c. 6cm/c. 11cm	date unknown
Rapoport #1	71cm	20.15kg	4cm/6cm	16 th century (?); priming pan lid missing
Tom #2	49.85cm	?	2.54cm/?	16 th century (?); from Thanh Hoa; priming pan lid missing
Cannon SuperStore #1	51cm	5kg	4.3cm/6-7cm	16 th century(?); from Thanh Hoa(?)
LSb 24329 (O so 4?)	52cm	15.3kg	2.7cm/5.8cm	late 15 th century
Mili Mus #6	48cm	?	3.2cm/ 6.7cm	16 th -18 th centuries; from Thanh Hoa
Mili Mus #7	41cm	?	2.2cm/4.6cm	16 th -18 th centuries; from Thanh Hoa
Mili Mus #8	c. 40cm	?	c. 1.5cm/c. 4.0cm	15 th -17 th centuries; from Thanh Hoa
Mili Mus #9	c. 40cm	?	c. 1.5cm/c. 4.0cm	15 th -17 th centuries; from Thanh Hoa
Nanning #2	40.5cm	6.25kg	2.9cm/5.7cm	date unknown

Sources include: Nguyen Thi Don, “Suu tap vu khi,” p. 92; information from my trips to Hanoi and Nanning in 2003 and 2008, my communication with Philip Tom, and the webpage of The Antique Cannon SuperStore.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Figure 9: The earliest Chinese bombard in 1298.
Photo by Xinhua News agency.

The prototype for, and origin of, this kind of Vietnamese bombard was most likely the Chinese bombard that appeared as early as 1298. In terms of shape and weight, the Vietnamese bombards are quite similar to the regular Chinese ones (others were quite large); the main difference is that the Chinese ones consistently have larger bores (hence they are called *wankou chong* 碗口銃 [bowl-sized muzzle cannon] or *zhankou chong* 盞口銃 [cup-sized muzzle cannon] in Chinese),²⁷ while some

Vietnamese ones have smaller bores, as a result of the Vietnamese adaptation.

3. CANNON

Cannon are the last group of Chinese-style Vietnamese gunpowder weapons. Again, by Needham's standards, some of the smaller pieces in Table 3 could easily be classified as "handguns." But again, we are taking into account the shape of the firearms in this group; more information on them will probably change our classification.

One feature common to this group is that most of them have rings on their body, both on the barrel and the stock (thus the terms ringed barrel or stock), which most handguns and bombards do not have. The purpose is clear: As most cannon are more powerful due to their longer barrel and larger bore, which can accommodate more gunpowder and larger cannon balls, they needed to be stronger than the smaller and less powerful firearms

(handguns and bombards). Again, in this regard, the Chinese started to employ this technique as early as the mid-14th century, and from this time on many Chinese and Korean gunpowder weapons also had this feature.²⁸ For example, one of earliest (if not the earliest) Chinese guns with this feature is dated 1351 (length 43.5cm, diameter of bore 3.0cm, and weight 4.75kg).²⁹

Below we discuss some Vietnamese cannon.

The Hoang Thanh (Imperial Citadel) cannon (Figure 10) was discovered in 2003 near a riverbank at the Hoang Thanh site.³⁰ Judging by its dimensions (length 120.5cm, weight over 100kg), this should be a full-sized cannon. But it is interesting that it does not have a touch hole (at least not on the upper side of the cannon). If indeed it does not have a touch hole, that means it did not function as cannon and never shot any cannonballs. If this is the case, it was only used for ceremonial purposes.³¹ Another unique feature of this cannon is that it does not have a straight bore. At the muzzle, the bore is bigger (4.1cm), and gets smaller inside (about 1.5cm-2.0cm; an estimate, not measured). This very peculiar feature further suggests it was used for ceremonial purposes. Nonetheless, further investigation is needed.

Information on its date is not available either. Vietnamese archaeologist Bui Min Tri has noted that scholars believe it dates from either the 15th or the 17th century. The usage of "*dai sung*" (cannon) suggests it may have been made in the late 16th century, as this usage appears three times, in the years of 1592, 1593, and 1597, in the *Dai Viet suu ky toan thu*.³² If this is the case, even though it may be a ceremonial cannon, it can still give us a good idea of the features of a 16th-century Vietnamese cannon. If it was indeed used for ceremonial purposes, it is an excellent demonstration of a particularly Southeast Asian feature:



Figure 10: The Hoang Thanh (Imperial Citadel) cannon. Photo by author.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



Figure 11: Cannon at the National History Museum (LSb #?) in Hanoi. Photo by author.

huge cannon were cast for symbolic reasons, not for practical use. This was especially true of maritime Southeast Asia, but also of mainland Southeast Asia. The nine gigantic cannon cast by the Vietnamese king Mihn Mang in the early 19th centuries are good examples. These, however, were tested for shooting just after they were cast.

We have even less information on the cannon at the National History Museum of Vietnam in Hanoi (see Figures 11 and 12). This looks like a Chinese-style cannon (but the possibility that it is European-style cannot be disregarded), with a pair of trunnions at the very end. In some aspects (short body, c. 40cm, and large bore, c. 6.0cm) it resembles a bombard, but it does not have a vase-shaped chamber. Its closest Chinese counterparts are two c. 1377 cast-iron mortars or bombards (length 101.6cm, diameter of bore 21.6cm, over 150kg), each with two pairs of trunnions on the barrel.³³

The next is a group of three cannon that are very similar in shape (Figure 13). They have slightly different lengths (from about 50cm to 71cm), weights (from about 5kg to 20.15kg), and diameters of bore (from 2.54cm to 4.0cm), but the striking similarity of their shape—they all have vase-shaped gunpowder chambers, and two of them have a priming pan lid, rings on the barrel and stock, a smooth section

Figure 13: Three similar cannon (from top: Tom #2, Rapoport #1, and Cannon SuperStore #1). Photos by Philip Tom, author, and The Antique Cannon SuperStore respectively.

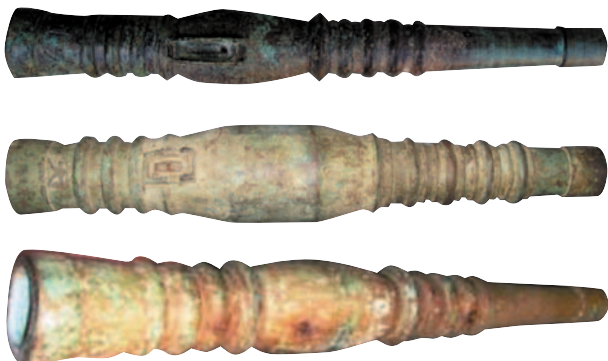


Figure 12: A view into the barrel of the cannon LSb #? (Figure 11). Photo by author.

toward the muzzle, slightly thicker muzzle tip, and more importantly, nearly identical inscriptions (see the “Inscriptions” section below)—suggests convincingly that they are related. Fortunately, as Philip Tom (an expert on Asian swords) has said about what I am calling Tom #2:³⁴

“As far as provenance goes, the large hand cannon (with the “dai quoc” inscription) was obtained from a dealer in the US (actually it was an eBay buy of several years back) who got it from a “picker” in Hanoi who would only say that the gun was dug up in Thanh Hoa province. The piece has been lightly cleaned. Interesting that the central “bulge” area which is the powder chamber has evidence of smoothed-off “flashings” from the mold joints, but the forward part, and the raised rings, were finished on a lathe, and the fine tool marks from the turning are still visible under the green patina. Quality of workmanship is very high. There is organic material still in the socket in back (where the wooden handle once was) I suppose this could be carbon-dated. The shape of this gun is quite unique; I haven’t seen it published in collections of finds in China. Another dealer sent me pictures of another, almost identical one to this, otherwise I have not seen any more.”

The information that this cannon is from Thanh Hoa province is of great importance. Considering that all the firearms I saw displayed at the Military Museum in Hanoi in 2003 and 2008 (Mili Mus #1-9 in Tables 1-3) are also from Thanh Hoa, one is convinced Thanh Hoa must have been an important battlefield. Situating these discoveries in regard to Vietnamese history, the late 16th century was when the Mac repeatedly came down to Thanh Hoa to fight the Le/Trinh, and this is probably the context in which these weapons were used.³⁵ We have reason to believe that the other two (Rapoport #1, and the Cannon SuperStore #1) may have also come from the Thanh Hoa area. Incidentally, the width of the gunpowder chamber of the thickest part of Rapoport #1 is 11.5cm, while its circumference 39cm.

The two small cannon at the Military Museum (Figure 14) are also from Thanh Hoa. The display

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Figure 15 Cannon at the Military History Museum of Vietnam (Mili Mus #6). Photo Courtesy: Military History Museum of Vietnam

Figure 16 Cannon at the Military History Museum of Vietnam (Mili Mus #7). Photo Courtesy: Military History Museum of Vietnam

label says they date from the 15th to 17th centuries. We speculate that they may also have been used in the Vietnamese civil war during the late 16th century. They are interesting because their shape is similar to those in Figure 13. Each one is mounted on a cart in the museum showcase, but we do not know if this kind of cart was used when they were in operation; nor do we know how much they weigh (they do not seem to be very heavy).

More photographs of Vietnamese cannon were sent to me after I finished the first draft of this paper. I include them here because of the high quality of the photos. The one in Figure 15 is similar to the ones in Figures 13 and 14 in style, especially in the rings on its

barrel and stock. Its weight is unknown but it appears heavy. It was also discovered in Thanh Hoa. The one in Figure 16 resembles the three handguns at the Military Museum (Mili Mus #1-3) and that in Figure 15 in their deep yellow color. They were discovered in Thanh Hoa as well.

So far we have not seen any big cannon from the 15th century, but this does not mean that they were not manufactured and employed in war. In 1960, 1,054 cannonballs were found at the Kim Ma-Cau Giay-La Thanh (called by farmers “Bai Dan,” meaning “bullet field”)³⁶ and twenty-eight more were found in 1983-1984, bringing the total to 1,082. Some others were found in other places such as Ngoc Ha, Quan Ngua, and Lang Ha, but the majority came from the Giang Vo Arena (Figure 17). The largest were 12cm in diameter and 700 grams in weight.³⁷ This suggests that there were many cannon, including large ones (large enough to take 12cm-diameter cannonballs). Vietnamese historical records have referred to cannon;³⁸ now we have archaeological evidence to support these references.

Lastly in this section, a few words on the priming pan feature. I have dealt with this issue elsewhere, and, building on Li Bin’s argument, have suggested that it

Figure 14: Two small cannon at the Military Museum in Hanoi (Mili Mus #8 and #9). Notice small white cannon balls are also displayed. Photo by author.



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



Figure 17: Cannon balls discovered at the Giang Vo Arena. Photo courtesy: Institute of Archaeology, Vietnam Academy of Social Sciences.



Figure 18: A priming pan lid on a 15th century Vietnamese handgun (LSb #18238). Photo by author.

was a Vietnamese invention borrowed by the Chinese after 1410.³⁹ Now we have seen more Vietnamese handguns and cannon with this feature, which further reinforces the Vietnamese

contribution to gunpowder technology. Though they all differ slightly, there is no doubt that the origin and the principle of this device was the same (see Figures 18-23). It was intended to prevent the fuse, the touch hole, and the gunpowder in the chamber from getting wet in the rain.⁴⁰ The Vietnamese probably invented this technique shortly after they acquired Chinese firearms, that is, between 1390 and 1406. Indeed, heavy and frequent rainfall in Vietnam must have quickly pushed the Vietnamese to this innovation. The Chinese soon learned about it during their invasion of Dai Viet in 1406-1407.

Interestingly, it also seems that both the Vietnamese and Chinese abandoned use of this feature at about the same time, that is, in the late 16th century. In addition to the one shown

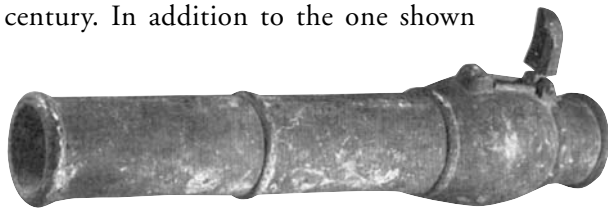


Figure 19: A Chinese handgun of 1415 (soon after the Chinese had learned the technique from the Vietnamese) with priming pan lid. Reprinted from Cheng and Zhong, *Zhongguo gudai bingqi tuji*, p. 231.

in Figures 21 and 22, which probably dates from around the early 16th century (1531?), I have seen another Chinese handgun with this feature at the “Exhibition of Military Fortification Culture” at the Desheng Men, Beijing. It was made in 1544, and the artifact was on loan from the Capital Museum of Beijing. To my knowledge, one of the last Chinese cannon to have this feature was a 1574 cannon currently on display at the Military Museum of China in Beijing (Figure 23). If we believe the two Vietnamese cannon

in Figure 13 (Tom #2 and Rapoport #1) to be from the 16th century, then this may have been the last time the Vietnamese employed this technique. After this, we no longer see it in Vietnam. This is most likely because European-style firearms started to gain currency in both Vietnam and China, and the priming pan lid, which was characteristic of the Sino-Vietnamese firearms, did not fit the new weapons.

4. INSCRIPTIONS

Unlike Chinese and Korean firearms, which are almost always inscribed with the year they were made (and even sometimes the name of the gunsmith), the Vietnamese firearms are, with one exception, completely silent regarding their age. This naturally causes us much trouble in determining the dates of



Figure 20: A closer view of the priming pan on the Rapoport #1 cannon. Outside priming pan: length 6.0cm, width 8cm; inside smaller groove: length 3.2cm; width 0.9cm.

Figure 21: A Chinese cannon with priming pan lid (lid missing) placed into a Portuguese-style cannon (Frankish culverin, or “Folangji” 佛朗机 in Chinese) as culasse (“zipao” 子炮 in Chinese) of 1531 at the Capital Museum in Beijing. Photo by author.

Figure 22: A closer view of the priming pan of the cannon in Figure 21. Photo by author.

Figure 23: The 1574 Chinese cannon culasse in the Military Museum of China in Beijing having a priming pan lid. Photo by author.



ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

TABLE 4: INSCRIPTIONS ON VIETNAMESE FIREARMS

Serial #	Inscription: Original Chinese (Vietnamese and English translation)
LSb 18232	震威一百二十三号 (Chan uy nhat bach nhi thap tam hieu; Chan uy [ve] #123)
LSb 18233	震威前所五百九十四号 (Chan uy tien so nhat thien ngu bach cuu thap tu hieu; Chan uy Front So #594)
LSb 18237	震字二千六百十四号 (Chan tu nhi thien luc bach thap tu hieu; Character “Chan” #2,614)
LSb 18238	震威右所一千二十三号 (Chan uy huu so nhat thien nhi thap tam hieu; Chan uy Right So #1,023)
LSb 18240	震威衛操練 (Chan uy ve thao luyen; Chan uy <i>ve training</i>)
LSb 18239	奮威前所八百三十三号 (Phan uy tien so bat bach tam thap tam hieu; Phan uy front so #833) 奮字...十...号 (Phan tu...thap...hieu; Character “phan” ...#10...)
LSb 18244	奮威前所一千五百十六号 (Phan uy tien so nhat thien ngu bach thap luc hieu; Phan uy Front So #1,516)
LSb 22264	奮字七百三十号 (Phan tu that bach tam thap hieu; Character “phan” #730) 奮威中所二百三十一号 (Phan uy trung so nhi bach tam thap nhat hieu; Phan uy Middle So #231)
LSb 24328	雷威左所二百六十号 (Loi uy ta so nhi bach luc thap hieu; Loi uy Left So #260)
Lumphun gun	雷威前所一千...十号 (Loi uy tien so nhat thien...thap hieu; Loi uy Front So #1,?10)
84-NK-1	工字三百十七号 (Cong tu tam bvach thap that hieu; character “cong” #317)
Hoang Thanh	四大銃一号 (tu dai sung nhat hieu; #1 of the four cannon)
Tom #2	大國 (dai quoc; great country)
Cannonstore	大國 (dai quoc; great country)
Rapoport #1	大 (dai; great)
Rapoport #2	...千?壹佰柒拾陆?号 (...thien? nhat bach that Thap luc hieu; #...1,176)
Nanning #4	河雷右 (Ha loi huu; Ha loi Right)
Mili Mus #1	列 (liet; column)
Mili Mus #2	霜 (suong; frost)
LSb 19233	奉隨平南，夏甲午岁，奉放官錢，鑄叁砲器，供奉上賜，永佑鄉里香火威声，安樂世世。銅貳拾壹鎰叁兩，稱藥八錢。 (Phung tuy binh nam, ha Giap Ngo tue, phung phong quan tien, chu tam phao khi, cung phung thuong tu, vinh huu huong ly, huong hoa uy thanh, an lac the the. Dong nhi thap nhat dat tam lang, xung duoc bat tien). “In obedience to the order of pacifying the south, in the summer of the Giap Ngo year, official fund was disbursed to cast three cannon, [thus to] make offerings to what the Emperor has bestowed, to protect forever the ancestral cult and prestige of the countryfolks, [may they] be peaceful and happy generation after generation.” The bronze used amounted to 21 <i>dat 3 lang</i> , [each cannon] utilizes 8 <i>tien</i> of gunpowder.

Sources include *Hoang thanh Thang Long*, pp. 170, 173-174; *Co vat Viet Nam: Vietnamese Antiquities*, p. 120 (#183); information from my trips to Hanoi and Nanning in 2003 and 2008.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



Figure 24: Inscription on two Vietnamese handguns (left: LSb 18240; right: LSb 18244).

these weapons. However, some Vietnamese firearms do have some inscriptions which, in conjunction with written records, can help us to ascertain their ages. For those firearms that have no inscription, archaeological evidence may still give us enough information to speculate about their dates.

Table 4 provides all the original inscriptions in Chinese that I have seen so far, with their translations into Vietnamese and English. From LSb 18232 to 84-NK-1, there are altogether eleven firearms, mostly handguns, that have inscriptions; the inscriptions contain the names of the military units, the serial number, or, in most cases, both. (I have not seen all the guns or all original inscriptions in Chinese characters; hence some of them are based on the published Vietnamese and English translations). With the exception of the Lumphun gun, the other ten guns are from the Giang Vo Arena; thus it should be certain that they date from the late 15th century, when Le Thanh Tong was on the throne. The names of the military units, including “Chan uy,” “Phan uy,” and “Loi uy,” also suggest that these weapons are from the late 15th century (around the 1460s-1470s) because these units were created during that time.⁴¹ In addition, the historical records mentioned above also confirm that among these military units, for example, Loi uy *ve* manufactured weapons in 1467 (see above).

For example, Vietnamese chronicles mention that among the troops that were invading Dai Viet’s neighbors in the west (Ailao, Lan Sang, as far as Burma) in 1479 was an important military unit called “Phan uy.”⁴² Hence the three guns in Table 4 with this name (LSb 18239, LSb 18244, and LSb 22264) should have something to do with this unit. As discussed below, the Lumphun gun was employed by the Loi uy *ve* in their invasion of the western counties. In addition, we have five guns that belonged to the Chan uy *ve*. One imagines that almost all these guns (plus 84-NK-1) could have been used by these military units in their training for the westward invasion before early 1479 when Le Thanh Tong spent more than two weeks reviewing Vietnam’s ever-strong military. Vietnamese

archaeologists Do Van Ninh and Nguyen Thi Don conclude that, based on the names of the military units, three out of the five military *phu* were allowed to train their soldiers at the Giang Vo Arena.⁴³ But this cannot be a definitive conclusion, as the artifacts comprise too small a fraction of the total, and we still know too little about them. Probably other *phu* were also training their troops here, but their weapons (at least those inscribed with the names of their units) did not survive.

Inscriptions can also help correct some errors in the chronicles. For example, the *Dai Viet su ky toan thu* for the year 1467 records “Uy loi *ve*,” but inscriptions on the LSb 24328 and the Lumphun gun say “Loi uy.”⁴⁴ Therefore, the former must be an error. Furthermore, a 17th century account, which should have derived its information from the 15th century, also says “Loi uy.”⁴⁵ Moreover, since the Loi uy *ve* was ordered by Le Thanh Tong to manufacture weapons (see above), the two guns (LSb 24328 and Lumphun gun) with this name on them must have been manufactured by this unit around this time (1467).

The Lumphun gun is extremely interesting and hence deserves more attention. This is the only one 15th-century gun found outside Vietnam, or more precisely speaking, outside the Giang Vo Arena. It was discovered in northern Thailand (in the Chiang Mai area) and has been kept at the Hariphunchai Museum since the 1970s. Thai scholar Samran Wongsapha wrote a short paper on it, but mistakenly identified it as a Chinese gun based on its inscription in “Chinese” and its similarity to Chinese guns.⁴⁶ But an understanding of the historical context, namely the Vietnamese invasion of the Nan-Chiang Mai area in 1479-1484, should suggest the possibility that it is Vietnamese.⁴⁷ A look at its “Chinese” inscription provides more clues. First, the name 雷威前所 (Loi uy tien so) reveals its real identity immediately. Second, a comparison of the calligraphic style on the gun with inscriptions on other Vietnamese guns demonstrates a striking similarity between them (Figures 24 and 25). They are of the Weibei 魏碑 style, which refers to the style of inscriptions during China’s Northern Dynasties period (386-581). This style is simple, natural, calm, robust, and square-shaped, reflecting the great confidence and vigor of Le Thanh Tong’s time. The term



Figure 25: Though a bit blurry, the style of the inscription on the Lumphun handgun is still clearly visible. Photo from Samran Wongsapha’s article.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Figure 26: Similar inscriptions on three cannon (Tom #2, Rapoport #1, and Cannon SuperStore #1). It reads “*dai quoc*” but is mistakenly labeled by antique dealers as “Ming dynasty emperor”). Photos by Philip Tom, author, and The Antique Cannon SuperStore.

tiejin 鐵勁 (meaning “iron-like robustness”), employed by a late Qing coin collector to describe the calligraphy on the copper cash issued during Le Thanh Tong’s first reign (Quang Thuan, 1460-1469), can also be used aptly to describe the inscriptions on the guns of the same period.⁴⁸ As a matter of fact, other Vietnamese inscriptions, especially of this period (the late 15th century), are also of the same style.⁴⁹ It is not surprising for a gun of the *Loi uy ve* to have

survived until today in northern Thailand, because it belonged to the *Tay quan phu*, which was based in the western part of Vietnam, and which undoubtedly played a pivotal role in the westward expeditions of the Vietnamese army.

More importantly, from the serial numbers on the guns we know that relatively large numbers of firearms were manufactured in late 15th-century Dai Viet.⁵⁰ Adding these up (123+594+2,614+1,023+1+833+1,516+730+231+260+1,310+317) we get about 9,252, or close to 10,000.⁵¹ If we break them down by military unit, we get 4,535 for the *Chan uy ve*, 3,310 for the *Phan uy ve*, about 1,270 for the *Loi uy ve*, and 317 for the unit identified by the character “cong.” These numbers, though extremely imperfect, do allow us to make some progress in solving another problem: namely, estimating the percentage of Vietnamese soldiers who used firearms. Using the *Chan uy ve* as an example, if we divide its total cache of 4,535 firearms (which involves no double numbers) among its 12,000 soldiers (if we follow the principle that each *ve* had 12,000 soldiers), we obtain 38%. In other words, in this *ve*, around 38% of soldiers employed firearms.⁵²

If we tentatively believe that this 38% was representative of the whole Vietnamese military (all troops of the five *phu*) in the 1460s-1480s,⁵³ then Dai Viet was on a par with Ming China in terms of how many of its troops used firearms, as we have learned that about

one third of Chinese troops in 1466 were equipped with gunpowder weapons.⁵⁴ Thirty-eight percent of the total military strength of Dai Viet (which we have estimated as 260,000, see note 6) would be 98,800. This would qualify Dai Viet as a small “gunpowder empire,” and to make it powerful enough to subdue its enemies including Chams and Tai-Lao groups.

We should be clear that the artifacts we have seen represent a very small percentage of the actual total, which was very likely to be much bigger. It should also be pointed that we have only seen and therefore discussed handguns and bombards, not yet cannon, for the 15th century. Vietnamese chronicles often mention cannon and certain numbers of them were no doubt manufactured. For example, at the “Workshop of Military Equipment” in the Dai Viet Ministry of Works (*cong bo*), there were “cannon-making craftsmen” as well as “powerful gun/cannon-making craftsmen”.⁵⁵ As mentioned above, here *phao* and *sung* were not clearly defined; *sung* could also refer to cannon.

Comparing the inscriptions on the first eleven guns with those of the later ones, one notices an interesting difference. The former follow certain rules to systematically record the military units and serial numbers; in addition, their excellent craftsmanship and the graceful, confident inscriptions on their barrels, reflect a well-organized, highly efficient and effective military system, and, by extension, a sophisticated governmental organization. As John Whitmore has demonstrated in detail, this description fits Le Thanh Tong’s style extremely well.⁵⁶

Many of the Chinese-style firearms of the 16th to the 18th centuries have no inscriptions on them, but those that do demonstrate much greater irregularity, inconsistency, and disorder. First, the systematic way of cataloging most firearms (we are still not sure if every single one was inscribed with the name of its military unit and a serial number) that was used in the 15th century was gone. Only one bombard, of unknown date, Rapoport #2 (...千?壹佰柒拾陆?号 ...thien? nhat bach that Thap luc



Figure 27 The Chinese character on Mili Mus #1-2. Photo courtesy: Military Museum of Vietnam.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

hieu; #...1,176), keeps this tradition, but the gun is of mediocre quality (the Nanning guns are also of low quality and seem to belong to this period). The Hoang Thanh cannon only contains five Chinese characters, “四大銃一號” (tu dai sung nhat hieu; #1 of the four big cannon). The cannon itself is of high quality (although it may not have functioned, see above), but the inscription is rather terse. It informs us, however, that three others were made, and that the term “dai sung” refers to cannon.

A good example of the irregularity, inconsistency, and disorder of gunpowder weaponry in this later period is in the three cannon in Figures 13 and 26. As discussed above, they should have been made at roughly the same time and have come from the same region, even made by the same gunsmith. But two of them are inscribed with the term “dai quoc (great country),” while the third only has one word, “dai.” There is no other information on them. The Chinese character on each of Mili Mus #1 and #2 (Figure 27) seems to be inscribed at random. They are not on the identical spot on each gun, and the writing is of very low quality.

The last inscription on LSb 19233 is quite interesting. Its content suggests that it was made by order of the eunuch Hoang Ngu Phuc. In 1774, the Le king gave Hoang Ngu Phuc the title “binh nam thuong tuong quan” (The South-Pacifying General), and ordered him to lead troops in a march to the south.⁵⁷ Knowing this, we may surmise that the bombards (“*phao*”) may have been manufactured by Hoang Ngu Phuc. This bombard is unique because it not only contains a lengthy inscription, but also a date which points to 1774—very unusual among Chinese-style Vietnamese firearms.

CONCLUDING REMARKS

Based on the foregoing discussion we can draw several conclusions. First, regarding the issue of who borrowed gunpowder technology from whom between Vietnam and China, written sources and historical context have shown already it was Vietnam who borrowed from China, although Vietnam also made some innovations. Now through using relatively rich (but still imperfect) archaeological data, we see more clearly that for every Vietnamese type of gunpowder weapons there was a Chinese prototype. If we take the handgun and bombard as examples, we see that although the archaeological findings certainly contain gaps (for example, the appearance of Vietnamese firearms in

archaeological record is rather late), it does show that the earliest Chinese handguns predated Vietnamese handguns by about 195 years (if we take 1466 for Dai Viet), while in China bombards were forged 168 years earlier than in Vietnam.

Secondly, although archaeological findings are still scarce and future discoveries will better illuminate the picture, we still can conclude at this stage that early as the late 15th century the Vietnamese state already employed large quantities of firearms in their wars. The estimated percentage of firearm-holding soldiers (38%, or 98,800 soldiers) may be inaccurate, but it at least suggests the wide use of gunpowder weapons, and would also qualify Dai Viet as a small “gunpowder empire.” The coincidence between written and archaeological sources proves the reliability of the chronicles. The hard archaeological evidence substantiates the argument we have already made elsewhere, which is that gunpowder technology did have significant effects on Vietnamese and mainland Southeast Asian history.

Thirdly, based on all the archaeological evidence we have seen, Chinese-style firearms date mainly from the 15th and 16th centuries. Those labeled by Vietnamese archaeologists as dating from the “15-17th centuries” or “16th-18th centuries” should thus correspond to the earlier dates in those ranges rather than the later. If this is indeed the case, it is not particularly surprising, for from the 17th century on, European-style firearms started to be much more influential (though so far in the archaeological record we have seen more European-style cannon than guns, including matchlocks and flintlocks). **RC**

Author’s note: I thank the following institutions and individuals for their valuable help. My two trips to Hanoi in 2003 and 2008 and one trip to Nanning, Guangxi, and Beijing in 2008 was made possible by Asia Research Institute at National University of Singapore, Center for Southeast Asian Studies at Kyoto University, and College of Humanities and Sciences and History Department at California State University, Fullerton. I also thank three antique shops, 54Traditions in Hanoi, The Antique Cannon SuperStore in Singapore, Mr. Guo’s shop in Nanning, for allowing me either to study their artifacts freely or to use their information. The following individuals either helped me with my fieldwork: Mark Rapoport, Philip Tom, Dinh Van Minh, Nguyen Tuan Cuong, Nguyen Tho Lan, Hoang Anh Tuan, Vu Duong Luan, Nguyen Van Anh, Bui Min Tri (for showing me the cannon at the Imperial Citadel in Hanoi), Zhen Zhongxing, Fan Hong-gui, Qi Bing, Junko Koizumi, Shiro Momoki, Takashi Hasuda, Nishimura Masanari, Sujira Meesanga (Noi), Su Jingsong, and Su Zihan. I also thank Kennon Breazeale and Volker Grabosky for translating a Thai source, and for Howard Daniel III for sending me material. Special thanks go to Pham Vu Son for sending me pictures and measurements of firearms (Mili Mus #1-3, 6-7) at the Military History Museum of Vietnam, to Huong Anh Tuan and Nguyen Van Anh for providing valuable sources, and to Sun Yanfeng and Dinh Van Minh for translating Vietnamese sources.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

NOTES

- 1 Sun Laichen, "Chinese Gunpowder Technology and Dai Viet: c. 1390-1497," in Nhung Tuyet Tran and Anthony Reid, eds., *Viet Nam: Borderless Histories* (Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2006), pp. 72-120; idem, "Chinese Military Technology Transfers and the Emergence of Northern Mainland Southeast Asia, c. 1390-1527," *Journal of Southeast Asian Studies* 34, 3 (2003): 495-517.
- 2 *Dai Viet su ky toan thu* 大越史记全书 (Complete book of the historical record of Dai Viet) (Tokyo: Tokyo Daigaku Toyo Bunka Kenkyujo, 1984-1986) (henceforth as *Toan thu*), pp. 525, 532-533, 540, 557, 558, 561; Sun Laichen, "Chinese Gunpowder Technology," pp. 84-89, 115n. 89.
- 3 *Toan thu*, pp. 570, 574, 583, 584, 586, 589, 590, 591, 593, 594, 599, 600, 604, 605, 610, 612, 625.
- 4 Ibid., p. 641.
- 5 Ibid., p. 654.
- 6 *Toan thu*, p. 656; *Thien nam du ha tap* 天南余暇录 (photocopy of Yamamoto Tatsuro's copy), vol. 1, pp. 37a-41a; Phan Huy Chu, *Lich trieu hien chuong loai chi* 历代宪章类志 (Categorized collection of official documents of consecutive dynasties) (Toyo Bunko, X-2-38), "Binh che chi," vol. 39, which gives slightly different names of some regions; *Kham dinh Viet su thong giam cuong muc* 钦定越史通鉴纲目 (The text and commentary of the complete mirror of Vietnamese history as ordered by the emperor) (henceforth as *Cuong muc*), vol. 20, pp. 2a-6a; John K. Whitmore, "The Development of Le Government in Fifteenth Century Vietnam" (Ph. D. dissertation, Cornell University, 1968), pp. 184-185; *Ban quan che dien le* 本官制典例 (Han-Nom Institute, #A56) (17th century work but contains 15th-century information), vol. 5, [pp. 115-119]; Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long* (Ha Noi: Nha xuất bản Văn hóa thông tin, 2006), pp. 154-155. There is a substantial discrepancy regarding the number of soldiers in one *ve*. The *Thien nam du ha tap* states (*Ban quan che dien le* echos) that each *ve* had 12,000 soldiers and each *so* 2,400, and that Dai Viet military forces totaled 315,000; but the *cuong muc* says each *so* had 400 soldiers (this is probably a mistake for "2,400"). The authors of the *Hoang thanh Thang Long* probably follows the *cuong muc*, saying that each *so* had 600 soldiers, and thus the Trung Quan phu had only 12,400 soldiers). The *Thien nam du ha tap*, a contemporary source, should be more reliable. Vietnamese sources claim that 260,000, 180,000, and 300,000 Vietnamese troops were mobilized in 1470 and two times in 1479, respectively, in the Champa and Tai-Lao campaigns (*Toan thu*, pp. 679, 709, 710). Phan Huy Chu (vol. 39) not only endorses these figures but also provides explanations. We still need to come up with a relatively accurate number for the Dai Viet's military forces during the reign of Le Thanh Tong. Tentatively let us take the middle figure of 260,000 as the total strength of Dai Viet's military forces, as compared to a total estimated population of 4,372,500 of Dai Viet in 1490 (as estimated by Li Tana in *The Nguyen Cochinchina: Southern Vietnam in the Seventeenth and Eighteenth Centuries* [Ithaca: Cornell SEAP, 1998], p. 171, Table 4).
- 7 *Toan thu*, p. 664; John K. Whitmore, "The Development of Le Government in Fifteenth Century Vietnam", p. 194.
- 8 Sun Laichen, "Chinese Gunpowder Technology," pp. 102-104. The Vietnamese spent much time and money on this large-scale campaign. According to a version of the Nan Chronicle, "The phraya of the Kao was offended and spent 3 years preparing for an attack on Lan Sang and Lan Na. He sent a large army under 130 *sing müang* ['tigers' or elite] commanders, which was deployed widely" (translated by Kennon Breazeale; personal communication, March 19, 2004). The bibliographical information of this chronicle is as follows: Saratsawatdi Ongsakun, editor, *Phün müang nan chabap wat phra koet* [A Chronicle of Nan: The Phra Koet Monastery Version] (Bangkok: Khong-kan nangsi wicha-kan nai khrua amarin [Academic Texts of the Amarin Group], BE 2539 [1996].
- 9 *Tay nam bien tai luc* (Record of the frontier passes to the west and south), p. 31a; *Toan thu*, vol. 2, p. 710; *Thien nam*, "governmental organization," pp. 17a, 73a; Nguyen Ngoc Huy and Ta Van Tai, *The Le Code, Law in Traditional Vietnam: A Comparative Sino-Vietnamese Legal Study with Historical-Juridical Analysis and Annotations* (Athens, Ohio: Ohio University Press, 1987), vol. 2, p. 161.
- 10 *Toan thu*, p. 716; Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, p. 170, quoting the *cuong muc*.
- 11 *Ban Do Hong Duc*, copy of the Toyo Bunko. The *Hoang thanh Thang Long* (p. 197) also contains a photocopy.
- 12 Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, pp. 166, 169-170.
- 13 Ibid., pp. 162, 170. This discovery probably can only be rivaled by the excavation at the Hoang Thanh in 2003.
- 14 Ibid., p. 174.
- 15 *Toan thu*, 663, 664, 702, 706, 716, 718, 728, 735, 740, 745.
- 16 Sun Laichen, "Vietnamese Guns and China, c. 1527-1680s" (forthcoming).
- 17 Joseph Needham, *Science and Civilisation in China*, vol. 5, "Chemistry and Chemical Technology," pt. 7, "Military Technology; the Gunpowder Epic" (Cambridge: Cambridge University Press, 1986), p. 292n.a. This categorization of "handgun" coincides with the Chinese terminology "*shou (ba) chong* 手(把)銃." See Zhong Shaoyi 钟少异, "Zhongguo qingtong chongpao zongxu 中国青铜銃炮总叙," *Zhongguo lishi wenwu* 中国历史文物2 (2002): 19.
- 18 For details see Sun Laichen, "Chinese Gunpowder Technology," pp. 91, 93. This feature never diffused to Korea or Ryukyu.
- 19 Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, pp. 170, 173-174 (quote on p. 173); Nguyen Thi Don, "Suu tap vu khi," pp. 71-72, 90-97; *Co vat Viet Nam: Vietnamese Antiquities*, p. 119; labels at the National History Museum and the Military History Museum in Hanoi.
- 20 *Toan thu*, 684, 839, 876, 887, 888, 896. In addition, bells, drums, and horns were occasionally used as signals (pp. 888, 890). However, the records from the 17th, 18th, and 19th centuries still remain to be consulted.
- 21 The two larger firearms (Mili Mus #6-7 in Table 3), which belong more properly to the "cannon" category, are also labeled "*sung lenh*."
- 22 Needham, *Science and Civilisation in China*, vol. 5, pt. 7, pp. 290, 293; Zhong Shaoyi, "Zhongguo qingtong," p. 20, Table 1. The Chinese handgun shown in Figure 6A was discovered in Ningxia in 2004. See (http://www.nx.xinhuanet.com/newscenter/2004-06/09/content_2278435.htm; <http://www.cnlnsq.com/forum/redirect.php?tid=5525&goto=lastpost>).
- 23 Sun Laichen, "Chinese Gunpowder Technology," pp. 73, 75-77; idem, "Chinese Military Technology Transfers," p. 509.
- 24 Needham, *Science and Civilisation in China*, vol. 5, pt. 7, pp. 293-294, 304-307.
- 25 Ibid., pp. 169, 331-332.
- 26 Cheng Dong 成东 and Zhong Shaoyi, *Zhongguo gudai bingqi tuji* 中国古代兵器图集 (Beijing: Jiefangjun Chubanshe, 1990), p. 234.
- 27 Zhong Shaoyi, Qimude Daoerji 齐木德道尔吉, Yan Hong 砚鸿, Wang Zhaochun 王兆春, Yang Hong 杨泓, "Neimenggu xin faxian Yuandai tong huochong qiqi yi yi 内蒙古新发现元代铜火銃及其意义," *Wenwu* 文物 11 (2004: 65-67); "Neimenggu faxian shijie zuizao huopao—Yuandai tong huochong 内蒙古发现世界最早火炮—元代铜火銃" (<http://tech.163.com/04/0810/09/0TDQLGMR00091544.html>); Needham, *Science and Civilisation*

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

- in *China*, vol. 5, pt. 7, pp. 297-303; Zhong Shaoyi, “Zhongguo qingtong,” p. 20, Table 2.
- 28 Needham, *Science and Civilisation in China*, vol. 5, pt. 7, pp. 300-338.
- 29 Ibid., pp. 290, 301 (two photos with rings clearly shown).
- 30 Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, p. 28.
- 31 When I mentioned this cannon, Vietnam archaeologist Nishimura Masanari immediately told me that it did not function.
- 32 Vol. 3, pp. 890, 899, 911.
- 33 Needham, *Science and Civilisation in China*, vol. 5, pt. 7, pp. 291-292, 303.
- 34 Personal communication, April 7, 2008.
- 35 See my forthcoming article “Vietnamese Guns and China.”
- 36 Vu Duong Luan has shown me some stone cannonballs he collected from “Bai Dan” (the same name as the one in the Giang Vo Arena), Ha Lu citadel, Hoa An district, Cao Bang. They are perhaps from the 16th century when the Mac were active there. They are 7cm, 6.5cm, 5.5cm, 4.5cm, 4.3cm, 4.0cm, 3.5cm in diameter, respectively. This suggests that there may be many other artifacts related to gunpowder technology in Cao Bang.
- 37 Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, pp. 164, 177-178.
- 38 For example, Le Thanh Tong mentions “thunder-cannon” in a poem he composed on his way to conquer Champa in 1471 (Sun Laichen, “Chinese Gunpowder Technology,” p. 100).
- 39 Sun Laichen, “Chinese Gunpowder Technology,” p. 91.
- 40 An 18th-century record provides more support for this argument. In 1740, the Qing court noticed a problem in Yunnan and Guizhou: wet weather impacted the effective use of bows and arrows by Qing soldiers (Qinding Da Qing huidian shili 钦定大清会典事例, junqi, vol. 710, bingbu 169, in Fang Guoyu 方国瑜, *Yunnan shiliao congkan* 云南史料丛刊 [Kunming: Yunnan Daxue Chubanshe, 2001], vol. 8, p. 294). This shows how wet weather in South China (with a climate similar to that of northern Vietnam) affected the performance of weapons.
- 41 *Toan thu*, p. 656; *Thien nam du ha tap*, pp. 37b, 38b, 40a; Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, pp. 154-155. See also *Ban quan che dien le*, vol. 5.
- 42 *Toan thu*, p. 709.
- 43 Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, p. 174.
- 44 *Toan thu*, p. 664. This is also confirmed by the *Thien nam du ha tap*, p. 40a. For another example that archaeological evidence corrects written records, see Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, p. 155.
- 45 *Ban quan che dien le*, vol. 5.
- 46 “Pu’n san samai boran thi Lamphun (An ancient musket in Lamphun),” *Sinlapakon* 20, 3 (1976): 64-66. I thank Kennon Breazeale and Volker Grabosky for making available to me an English excerpt and translation of this article.
- 47 Sun Laichen, “Chinese Gunpowder Technology,” pp. 102-103.
- 48 Yunnan Sheng Qianbi Yanjiuhui 云南省钱币研究会 and Guangxi Qianbi Xuehui 广西钱币学会, *Yuenan lishi huobi* 越南历史货币 (Beijing: Zhongguo Jinrong Chubanshe, 1993), p. 31. For more comments on the calligraphic style on Le Thanh Tong’s coins, see R. Allan Barker, *The Historical Cash Coins of Vietnam: Vietnam’s Imperial History as Seen Through its Currency, Part I: Official and Semi-Official Coins* (Singapore: R. Allan Barker, 2004), pp. 119-125.
- 49 Vien khao co hoc, *Hoang thanh Thang Long*, pp. 17, 48, 52, 144, 148, 151, 152, 157.
- 50 Chinese specialists on Chinese firearms treat the numbers on them as serial numbers. See Wang Zhaochun 王兆春, *Zhongguo huoqi shi* 中国火器史 (Beijing: Junshi Kexue Chubanshe, 1991), pp. 101-102; Liu Xu 刘旭, *Zhongguo gudai huoyao huoqi shi* 中国古代火药火器史 (Zhengzhou: Daxiang Chubanshe, 2004), p. 74.
- 51 One still does not know what to make of the double numbers on one gun. For example, on LSb 18239 it says “Phan uy front so #833” and “Character ‘phan’...#10...,” while on LSb 22264 “Character ‘phan’ #730” and “Phan uy Middle So #231.” Not having seen the original Chinese characters, or not having been able to see them clearly, I am less entitled to make the connections (see below for an interpretation). Tentatively, I have added the two numbers together, considering that first, they do not make a big difference, and second, many more firearms did not survive to this day, meaning that the total number of firearms we have estimated is on the extremely conservative side.
- 52 There is another way to compute these percentages, that is, using the numbers of the *so* unit. We are still not clear about the connections between the guns with certain character (“tu” 字, for example, “chan” or “phan”), and those with the name of a specific unit (such as “Chan uy Front So,” “Chan uy Right So,” and “Phan uy Front So,” etc). One possibility is that the former refers to the serial number of the whole *ve*, and the latter the serial number of each *so*. However, while this reasoning works for LSb 22264 (the number for the *so* is 231, while the *ve* is 730), it may not work for LSb 18239 if the number for the *so* is larger than that of the *ve* (but we still have to see the actual inscription to know the answer). Let us take LSb 18244 (Phan uy Front So #1,516), a pure number for a *so* (as well as the highest number for a *so*), as an example. Each *so* had 2,400 soldiers, hence if 1,516 guns were made, then the percentage was 63%. But we still have to be very cautious in interpreting this number; for certain *so* may have specialized in firearms (in other words, in these *so*, every soldier would have used firearms)—although sources are not clear on this, if it were the case, our numbers would be meaningless. If so, we could not extrapolate to the whole Dai Viet military.
- 53 This 38% is almost twice as much as our previous estimate (20%), which was based on the names of the military units containing words such as “sung” (gun or canon) or “hoa ky” (firearm), and which now proves to be very a very low estimate as well as methodologically problematic (Sun, “Chinese Gunpowder Technology,” p. 95). This discrepancy also demonstrates the limitation of the written sources and the value of archaeological evidence, even though the latter cannot solve all the problems with textual sources.
- 54 Sun Laichen, “Chinese Military Technology Transfers,” p. 498.
- 55 *Thien nam du ha tap*, pp. 86a, 87a-b (cf. 26b); *Ban quan che dien le*, vol. 2. Related to gunpowder technology, at the Ministry of Works (in the Equipment Workshop, not the Military Equipment Workshop), there were “saltpeter-making craftsmen,” who were responsible for manufacturing saltpeter for military and non-military uses, while “fireworks crafters” under the “Directorate for Imperial Accouterments” was responsible for making fireworks (*Thien nam du ha tap*, pp. 86b, 87a, 89a).
- 56 John K. Whitmore, “The Development of Le Government,” *idem, Transforming Dai Viet, Politics and Confucianism in the Fifteenth Century*, chapter 5 (MS).
- 57 *Toan thu*, p. 1179 (see also pp. 1181-1182), I thank Takashi Hasuda for helping me decipher the date of this inscription, and hence of the weapon.

The Fortress of Quelang (Jilong, Taiwan)

Past, Present and Future

JOSÉ EUGENIO BORAO*

One of the Renaissance techniques exported throughout the world by European powers, but usually neglected by scholars, was military architecture. The first castle in the New World was built in Santo Domingo in 1503, later followed by La Real Fuerza (1558) in Cuba, which was a square fortress but very small in size. This trend continued for centuries, and one of the most outstanding examples is the castle of San Marcos (1672) in Sant Augustin (Florida). This new architecture had been developed in Europe in the 16th century and reached the Far East soon thereafter, brought by the Portuguese (in Malacca, Macao, etc.), the Spaniards (in the Philippines) and the Dutch (in Indonesia, Taiwan, etc.). After the treaties of Westphalia (1648), some of the castles lost their strategic value and fell into ruin. Later, after the Opium Wars, new models of fortifications emerged along the coastline of China, superseding the earlier Renaissance fortifications. This paper explains the history of the fortress of Quelang in its colonial context, showing that it was a model of its type. The present situation of the fortress's old foundations are also discussed.

EUROPEAN WALLED CITIES IN SOUTH EAST ASIA

Colonial settlements usually developed the model of the citadel, which was a small fortress

attached to the city that protected. The simplest shape for these fortifications was a square with four bastions. One treatise from the year 1700 defines the citadel as follows: "A fortress of four, five or more bastions, which is attached to a city; so, both names [city and citadel] are related to each other as one of two areas."¹ During the 16th and 17th centuries, in the area around present-day Indonesia, Malaysia, the Philippines, southern China and Taiwan, a number of colonial settlements were established that were fortified in a common style: walled cities with bastions at each angle. Usually these cities had an irregular plain-floor conditioned by the topography of the area. This was the case with the first fortifications in cities like Manila, Cavite (1595), Batavia (1619), and São Paulo do Monte (Macao, 1620). But the situation changed with the fortresses that were built between 1615 and 1640. This latter group followed a very similar pattern: "the square four-bastioned compound." Sometimes there would be irregularities in this square, but the perfect square model seems to have been the ideal. We can recognize them in places like Iloilo (1616); the Pescadores (1622), Fort Zeelandia (Tayouan, 1624), San Salvador of Quelang (Jilong, 1626), and Zamboanga (1635).

A comparison of the sizes of the above-mentioned fortresses produces astonishing insights. The fortress at Quelang is far the biggest, far larger than the next largest one, which explains the comments of the Dutch General Lamotius imagining the reaction of his subordinate Harouse when he saw it for the first time, before engaging it in battle: "The eyes of Commander Harouse may have experienced a greater

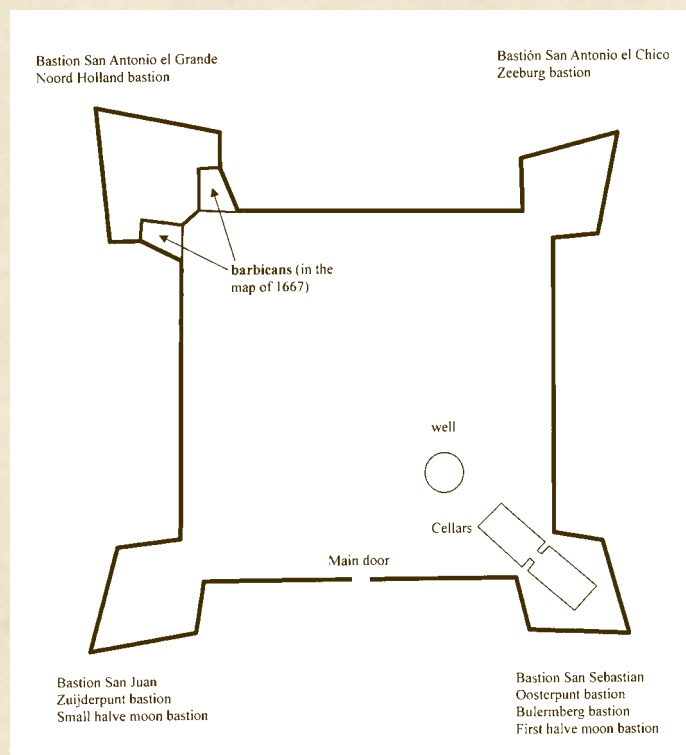
* Professor at the National Taiwan University and a leading researcher on the early modern history of Taiwan.

Professor na Universidade Nacional de Taiwan, investiga a fase inicial da História Moderna da ilha.

pleasure when seeing for the first time the Santísima Trinidad Fortress from atop La Retirada.”²

THE FORTRESS OF QUELANG: A “SYNTHETIC IMAGE”

Construction on the fortress began in 1626 under the name of San Salvador; later, the Dutch renamed it Noord Holland. A perfect model of the fortress does not exist because it was remodeled several times. Nevertheless, if we consider the bastions to be the most permanent features, and assuming that none of the renovations altered the original foundations, we can render the “synthetic image” portrayed here. Other elements worth mentioning are the barbicans, which were built in the later stages of the fortress; the well in the center, and the vaults inside some of the bastions that served as cellars for gunpowder storage.



The Fortress of Quelang.

Since the barracks inside the castle were the most changeable structures, we have not included them in this image. As for the names of the bastions,³ we are sure about the location of San Antonio el Grande, but for the other ones we can only presume which is which.

ARCHITECTONIC HISTORY OF THE FORTRESS OF QUELANG DURING THE SPANISH PERIOD (1626-1642)

The first textual references to the fortress come from the Spanish Period, during the tenure of the first governor, Antonio Carreño de Valdés (1626-1629). The Spaniards started to build the main fortress as

well as a smaller one, called La Mira, on top of the hill, as soon as they reached the island of Quelang in 1626, as it is stated in the map of Pedro de Vera (1626), because in both places the map reads: “Here fortifications are made.”

We know that the planner of the construction was an engineer named Nicolás Bolen, whose surname already belies that he was of Flemish or Dutch descent. We know that Bolen arrived at Isla Hermosa at the very beginning with the assignment of designing and supervising the construction of the fortress. We know this job must have been quite specialized, because his salary in Manila as “artilleryman” was 200 pesos a year.⁴ In addition, we know that his job was done to the satisfaction of his superiors, because in a Royal Treasury Council meeting held in Manila two years after the conquest, in 1628, the Governor General recognized his real qualifications as an engineer, and upgraded his salary to 250 pesos

a year.⁵ We have no more details about Bolen.

Just as the second governor, Juan de Alcarazo (1629-1632), took office, the Dutch yacht *Domburch* arrived on a spy mission to the northern part of the island.⁶ On the map of Gerbrantsz Black from aboard the *Domburch* we can see clearly the main bastion of San Antonio el Grande, and we can count three cannon on each side of the frame. This map also provides a clear picture of the situation of the Spanish garrison: a big house can be identified, probably that of the Spanish Governor (or the church of Todos los Santos), along with a group of thirty tents for the soldiers. The report from aboard the *Domburch* describes the place very clearly:

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

“The fort lies on a bay that the Chinese call Quelang. It is square and built of stone, consisting of eight points... On the biggest point facing the waterside are six to seven pieces of artillery that guard the entrance of the bay. We saw loopholes in the wall facing the sea. The distance between the fort and the opposite bight on Taiwan is about two musket shots and in between, from our yachts, we could discern two sandbanks. As far as we could see, the bay lying past the fortress measured more than a *goteling* (sic)-shot in width towards the above mentioned bight on Taiwan. Those coming from the open sea could not see their vessels lying in the bay because they lie behind the said mountains and cliffs. But our junk that passed through the entrance of the bay within fire range of the fortress saw two galleys and two ships. Further off from the fortress towards the sea is a small but rather high mountain, with a redoubt or guardhouse on top [called by the Spaniards La Mira].”⁷

Alcarazo finished with the construction of Bastion San Antonio el Grande, where twelve cannons were lined up, and La Mira. In addition to these he built the fortress called La Retirada (also called San Millan), which had six pieces of artillery to defend the entrance of the harbor; and he completed the defensive system by building the small tower, El Cubo, in the Boca Chica (or Small Mouth) at the entrance of a small island off the mainland of Formosa.⁸

There are no records on the development of the fortress dating from the tenure of either the third governor, Bartolomé Díaz Barrera (1632-1634), or the fourth, Alonso García Romero (1634-1635); but back in Manila in 1636, García Romero wrote a very detailed report (see appendix) on the castle, the number and quality of cannons, etc., at the moment of his departure. Among many other details, he states:

“The principal fortification forms a square that consists of four bastions. Two are of solid stone; only one has the base made of stone, near the moat; the other is made of wood. All four stretches of wall are of solid stone and lack only the parapets”.⁹

We can be sure that San Antonio el Grande was one of the two made of stone; the other must have been

San Antonio el Chico, because it was the first bastion facing the entrance of the harbor. The one that had only a base made of stone must have been bastion San Sebastian, because it was the only one left near the moat. In fact, we will see that the San Sebastian bastion still was under construction in 1638. And the fourth one, made of wood, must have been the southern bastion, which we identify as the bastion San Juan. The four bastions were “well armed with cannons,” as the Dutch stated in 1636 after interrogating some Spaniards that they rescued at sea.¹⁰

In 1636, in the middle of the governorship of Francisco Hernández (1635-1637), the fifth governor, some Spanish soldiers and two missionaries were killed in Tamsui. This fact, together with the general situation in the Philippines, spurred Governor General Hurtado de Mendoza to convene a special summit meeting on 22 January 1637 with all the military commanders in Manila. The main point of discussion was the advisability of withdrawing from the forts on Isla Hermosa and Zamboanga (a recently completed fort), which were located the farthest from Manila towards the north and south, respectively. The council’s advice was to withdraw, but Corcuera decided to do so only in the case of Zamboanga, while for the case of Taiwan he would wait for a decision from the king. In the meantime, he only ordered the dismantling of some external defenses.

Consequently, by the beginning of 1637, an order from Manila reached Governor Hernández, telling him to withdraw all troops from Tamsui, after first burning the wooden fortress of Tamsui and punishing the natives for the massacre inflicted on the Spaniards. Also, the order mandated that the cannons of fort Santo Domingo in Tamsui should be transferred to the main fortress of San Salvador in Quelang. This order probably indirectly accelerated the construction work in Quelang.¹¹ The orders also mandated the destruction of La Mira, La Retirada and El Cubo. But in fact the governor in Quelang didn’t agree with the order to destroy La Mira because he considered it to be the most important defensive post, and for this reason he was replaced immediately.¹² We also know that before he was replaced, he received orders to improve the living conditions inside the castle, because the incoming governor was expected to arrive in August 1637. He was also ordered to build, inside the castle, the customary accommodations

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

for the captain of the Pampangan soldiers, as well as a house for the senior chaplain, the barracks for a total of 125 men, and the storehouses needed for their provisions.¹³

The expected new governor was Pedro Palomino (1637-1639), who reached Quelang in August. He came not only with the order to complete the withdrawal from Tamsui (if it was not yet done), but also with the assignment of concentrating all the defenses in the main fortress. This implied additionally the destruction of the three surrounding fortresses: La Mira, La Retirada and El Cubo. We know some details about the construction of the fortress because the Crown accountant, Jerónimo de Herrera, was dispatched by the Governor General to Quelang to check on the performance of Governor Palomino. He made statements from August 1637 to September 1638, which covered the first half period of Palomino governorship; in these statements he recorded all the expenditures from and revenues into the royal coffers, and from these materials today we can learn, for example, how much lime was supplied during these 14 months (see Table 1).

This table offers us more ideas about the construction of the fortress. On the one hand we can see that sergeants Francisco Hernández¹⁴ and Andres Narváez were involved in the production and supply of lime. This may have been an additional job that officers, with the help of some soldiers, could volunteer to do. But this activity must also have been

open to anyone who could provide this material, as the entry of 27 February 1638 refers to five unspecified lime workers. Regarding the variability of the price—one peso for 10 or 12 (or even 20) cavans—it might have depended upon the quality of the lime, because the same person (Sangley Benua) obtained different prices on two occasions; and on the same day (January 2nd) two different suppliers also got different prices.

On the other hand, we can see how the construction work relied on Chinese laborers. They supplied lime, like Sangley Benua (on two occasions) or the group of seven sangleys; but they were also in charge of the construction itself. In the same record, another entry states that on 29 April 1638, Sangley Lanco, a mason, was paid 190 pesos for making 97 fathoms of the wall of bastion San Sebastian, being paid two pesos and four reals per fathom. This reference to the work done on bastion San Sebastian seems to confirm our previous supposition that this was the bastion that had the stone base but no stone walls.

When the Crown accountant Jerónimo de Herrera was preparing to leave Quelang he made a detailed description of the construction work already completed¹⁵ pointing out that:

1. There is a bastion [probably San Sebastian] that was finished around March after several months of work and is now in good condition.

TABLE 1: SUPPLY OF LIME FROM AUGUST 1637 TO SEPTEMBER 1638

Date	Provider	Cavans of lime	Lime price per cavan
1637, 25 November	Sangley Benua	850	12 cavans = 1 peso
1637, 23 December	Francisco Hernández	2540	10 cavans = 1 peso
1638, 2 January	Sangley Benua	550	10 cavans = 1 peso
1638, 2 January	Sergeant Andres Narváez	1200	12 cavans = 1 peso
1638, 27 February	7 sangleys	1237	12 cavans = 1 peso
1638, 4 May	5 lime workers	1300	13 cavans = 1 peso
1638, 3 July	Sergeant Andres Narváez	180	20 cavans = 1 peso

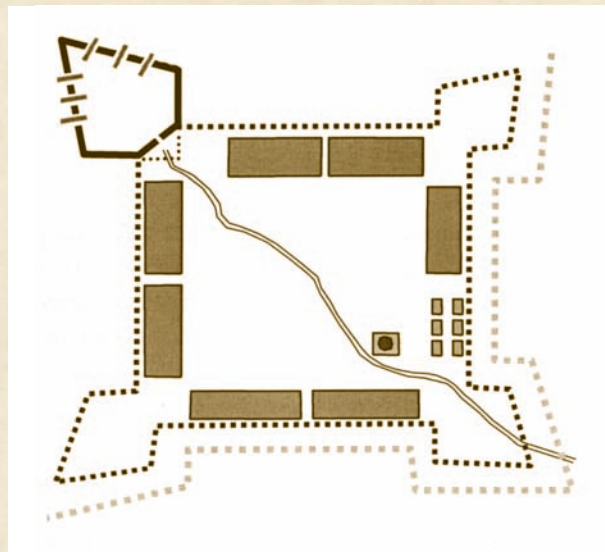
Source: J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, pp. 282-284 (note: 1 cavan = 75 liters aprox.)

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

2. In bastion San Juan [probably the southern one], Palomino built a splendid vault that can be very useful to store gunpowder.
3. Bastion San Antonio, which was too low and not fortified with quicklime, was improved.
4. The house of stone that served as a hospital inside the fort had collapsed. To replace it, a very good hospital was built at a spot by the seashore. The governor also lives in this other house.
5. The construction was carried out at very little cost to the Royal Treasury. For many of the men from Pampanga who came recently turned out to be very good officers, because the one who works the most gets promoted to sergeant or bailiff.
6. Expenses were reduced because a limestone quarry had been recently opened, yielding 8000 cavans of quicklime

We think that the construction of the fortress was completed a few years before the final engagement with the Dutch. Thus, in those last years of Spanish presence, the bulk of the work consisted of implementing the orders to demolish Fort Santo Domingo in Tamsui, La Mira, El Cubo and La Retirada. Nevertheless, the last governor of Quelang, Gonzalo Portillo (1641-1642) rebuilt El Cubo and La Retirada shortly before the final battle, thinking that without them the main fortress would be defenseless. Probably it was during these last years that the Spaniards added a dry ditch—mentioned in Dutch sources—to isolate the fortress; if needed, the ditch could be filled with seawater.¹⁶

We can presume that in the sieges of 1641 and 1642 the fortress was fully operative, but we don't know for sure because the fight between the Spaniards and the Dutch at the end of August 1642 took place in the hills and the fortress never came under siege. It seems that the Spanish governor Portillo, in view of the numerical inferiority of his troops, decided to surrender, but not without presenting before a testimonial defense with the few newly arrived soldiers. In this way, while avoiding a massacre, he would not be accused of cowardice. The Dutch took La Mira almost without resistance, while a handful of Spaniards put up a strong resistance from La Retirada for five days, until it was totally destroyed. Once the Dutch had taken La Retirada they had the Santísima



The Fortress of Quelang according to the map of Simon Keerdecoe (1654).

Trinidad (as they called San Salvador) totally at their mercy, even though it had enough provisions to survive a siege of eight months.¹⁷ Nevertheless the Spanish governor Portillo made a timid attack, shooting towards La Retirada from the bastions San Sebastian and San Antonio el Chico. The Dutch answered with two cannon-shots, enough for Portillo to confirm his defenseless position. The next day he surrendered a totally unharmed fortress.¹⁸

According to the 1641 inventory, the fortress had 33 cannons of different sizes, and five more in El Cubo.¹⁹ The cannon that had been placed in La Retirada and in La Mira before they were dismantled had been either placed inside the main fortress or sent back to Manila. This figure matches that provided by the Dutch in the inventory they made after conquering Quelang island; they placed the number of cannons at forty.²⁰ After this, the fortress underwent a series of reconstructions and demolitions, depending on the strategic requirements of the island's new masters.

THE FORTRESS DURING THE FIRST DUTCH PERIOD (1642-1661)

Once the Dutch occupied the Spanish fortress, they started wondering what to do with it. Finally on 15 June 1643, there was a meeting in the VOC Batavia headquarters to decide on the future of the

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

fortress: “to continue as it is now, or to tear it down in part or totally, so it can be used in the most suitable way.” After some deliberation, they came to the conclusion that the buildings in Quelang were of no use whatsoever, and that they should be torn down and the garrison used elsewhere. On 11 September 1643, a year after the Dutch seized San Salvador fortress, the VOC transmitted the order that three of the bastions and the walls between them should be destroyed, leaving intact only bastion San Antonio el Grande to guard the entrance of Quelang Bay. This was the order of Governor Maximiliaen Le Maire to captain Harouse:

“To this end, Your Honor has been given a load of crowbars and other tools. One shall start tearing down the castle La Santísima, then the small fortress and then the church, monastery, and the stone houses. If it takes too much effort to demolish the walls with tools, Your Honor shall resort to gunpowder to blow up the more solid parts. If there is no other way of getting the job done, Your Honor can spend 20 to 25 barrels of gunpowder, but no more.”²¹

The Dutch renamed the one remaining bastion Noord Holland. The stones of San Salvador were used to build fortifications in Tamsui. This situation continued for twenty years (1642-1662) because as they acquired greater control over Taiwan, they no longer saw the need to maintain a fortress that would defend them against external attack. They enjoyed good relations with the English, and had successfully kept the Spaniards in Manila at bay. The Japanese had closed their doors to all foreigners and the Chinese had their own internal problems to solve on account of the Tartar invasion. This is why the map of Simon Keerdecoe, made in 1654, shows the fortress reduced to its main bastion and complete, as it looked during the Spanish period.

During these twenty years, the main architectonic concern of the Dutch was to keep the Tamsui fort and the redoubt Victoria (formerly La Mira) in good repair. In 1646 governor Caron in Tayouan, after hearing the reports from Tamsui, declared that the fortress could be considered finished.²² The way he distributed his soldiers also confirmed the hierarchical relationship between the two forts. Tamsui continued to be more important than Quelang; and it was in Tamsui that an under-merchant with authority over both places

was stationed. We can better understand the relative importance of the two forts by comparing the number of soldiers assigned to each:

1646	5 February	22 April	18 May	28 May
Tamsui	63	50	48	45
Quelang	48	40	(no data)	20

After the fort in Tamsui was rebuilt, attention was drawn to Quelang, especially in two respects: the *corps du garde* and the old house of the former Spanish Governor. We cannot be sure if this *corps du garde* corresponded to the house built on top of Noord Holland bastion, or if it was situated at the entrance of the island (in the former El Cubo), or somewhere else entirely. But its roof was in continuous need of repair, as the frequent demand for tiles tells us. In 1651 there are several reports on these problems, stressing that the repair of provisional bamboo dwellings for hospitals, smithies, and so on was very expensive to the VOC, and suggesting that these buildings should be made of stone.²³

The house of the Spanish governor is described as a very large, and structurally well preserved, although in need of many small repairs to make it habitable. In the meantime it was being used to store provisions, gunpowder and ammunition. The barracks were in good condition, although they could not prevent the soldiers from continuously contracting illnesses.

THE FORTRESS DURING THE SECOND DUTCH PERIOD (1664-1668)

In 1662 the VOC once again tried a new approach to the Chinese trade, appointing Bort as the fleet commander to negotiate with China. Bort made several trips in 1662, 1663 and 1664, establishing outposts in Fuzhou and Quelang. On 20 August 1664, the yacht *Niewendam* appeared in Quelang. All the Chinese there, about thirty persons, quickly boarded their vessels to escape to mainland Formosa. The VOC found some abandoned Chinese straw-and-bamboo huts and some iron tiles, rattan, lamp oil, and coal. On 27 August, the rest of the VOC fleet arrived in Quelang.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

We have a map of Quelang as seen from the sea, representing the arrival of Bort fleet in 1664. The image rendered by Bort's artist is fairly similar to the map Keerdekoek made ten years earlier.²⁴ This is the period for which we have better documentation on the fortress, because the post was the only one the Dutch had in Taiwan, and it was expected to have a very strategic value.²⁵

This new factory in Taiwan had to function as a relay station for Chinese sugar, gold, silk, and other commodities. Chinese merchants crossing the Taiwan straits were supposed to furnish these goods in exchange for Japanese silver and spices from the Indonesian archipelago or deer meat from Taiwan. The goods were to be stored in warehouses, awaiting the favorable monsoon winds that would take them to far-flung destinations all over Asia. The VOC envisioned a kind of "New Taiwan Factory" that would be large-scale enterprise, which was why the company also invested heavily in improving the defense facilities in Quelang. But, trade never took off.²⁶

Regarding the structure and building of the fortresses, commander Bort started reconstructing the redoubt Victoria. He also reinforced the bastion Noord Holland, and began working on the reconstruction of the other three bastions of the old fortress San Salvador. Of utmost importance was the bastion Oosterpunt,

also called the Half Moon Bastion, which was the eastern bastion. It controlled the low land east of the fortress and secured the well in the middle of the fortress' square. The northern bastion, called Zeeburg, protected the fortress from sea attack. A document of January 1666 states:

"We currently paid a visit to the army corps of this fortress, the living quarters, the magazine, the hospital and other places worth seeing. The new bastion Zeeburg has been built from its foundations and has reached a reasonable height. The walls between bastion Zeeburg and main bastion Noord-Holland, and on the north side the walls between bastion Zeeburg and bastion Oosterpunt, have been rebuilt in a relatively short period and are rather solid... One weakness is that the walls are too low and should be doubled in height... The commander ordered the construction of a small Half Moon Bastion on the spot where the former southern bastion stood. This small Half Moon Bastion is about to collapse and should be renewed or destroyed, as it cannot offer adequate resistance to enemy attack."²⁷

The bastion Zuijderpunt, also called the Small Half Moon Bastion, was the southernmost bastion that controlled all shipping within the bay. By the end of

The Fortress of Quelang in 1664. From the *Voyage of Bort* (1670).

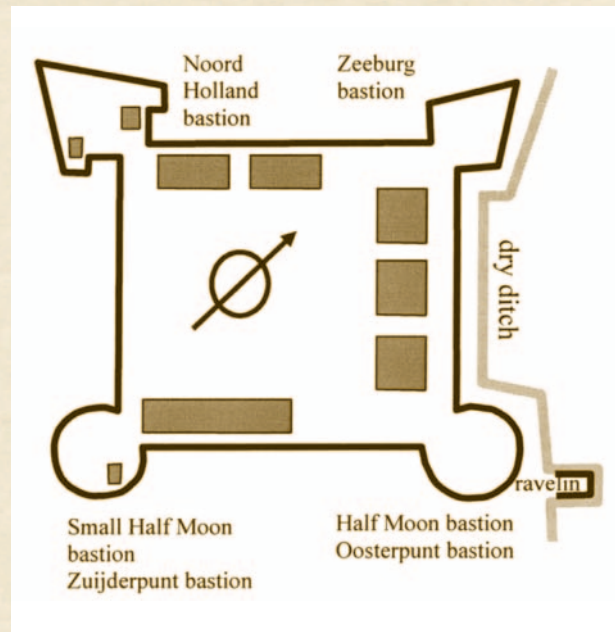


WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

1665, all these bastions were up and running except for Zuijderpunt, which was in bad condition.

Several defense facilities separated the fortress from the rest of Quelang Island. First, there was a stone bulwark between Oosterpunt and the inner bay beach of Quelang Island. This bulwark contained a gate that was the only passage between the fort and the eastern flatlands. Near the bulwark was a ravelin guarded by two pieces of artillery. From the ravelin, a wall stretched to the sea so that nobody could pass through. Furthermore, a deep dry ditch dating from the Spanish era stretched from bastion Zeeburg beyond bastion Oosterpunt, forming a barrier between the fortress and the flatlands. This ditch could be filled with seawater, turning the fortress into an artificial island, completely cut off from Quelang. Inside the fortress, living quarters for the soldiers were built, along with a gunpowder house, a magazine, houses for the officers and married couples, a smithy, warehouses, and a house for the commanding officer. By the end of 1665, it seems that San Salvador, under its new name, fortress Noord Holland,²⁸ had regained its old glory and it was ready to face an attack by the forces of Zheng Chenggong (Koxinga), which came in May 1666.

Upon their arrival in Quelang, VOC intelligence reported that only a handful of Koxinga's soldiers were stationed in Tamsui.²⁹ On 4 February 1666 elders of several aboriginal villages (such as Kimaaurri, St Jago, Ritsoeck, Kipanas) went to Quelang with news of recent troop deployments in Tamsui. According to the elders' information, 500 soldiers had reached Tamsui from Anping by land. They added that about 700 or 800 of Zheng's troops were already stationed in Tamsui, and that thirty junks with more troop reinforcements were expected to arrive in two months. It was rumored that these soldiers had come to attack Quelang and pillage the aboriginal villages.³⁰ To deal with this threat, the VOC started to build extra fortifications. On 21 February 1666, the Council of Quelang resolved to start constructing a small redoubt on the foundations of the former Spanish fortress El Cubo.³¹ The small redoubt was to be called Nobelenburg; however, Cornelis Vichbee's map mistakenly referred to it as "Eltenburg." This redoubt was supposed to prevent anyone from entering the bay through the northeastern channel. As an impending invasion of Zheng's troops became more and more evident, the Quelang Council resolved on



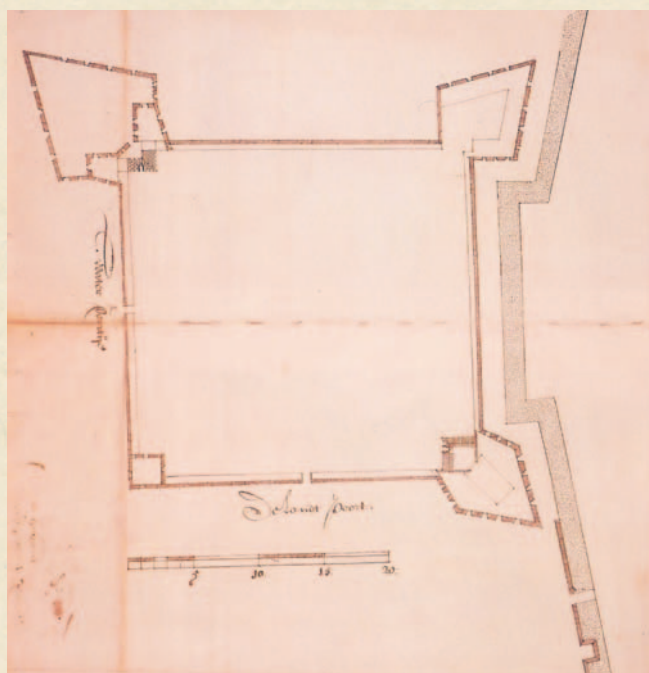
The Fortress of Quelang according to Cornelis Vichbee, 1666.

17 April 1666 to further reinforce its defenses. Orders were issued to finish Nobelenburg as soon as possible, as well as to build the walls of Noord Holland higher, to build extra walls, and to make gabions. Most of the straw roofs of the buildings in the fortress were removed to diminish the risk of fire.

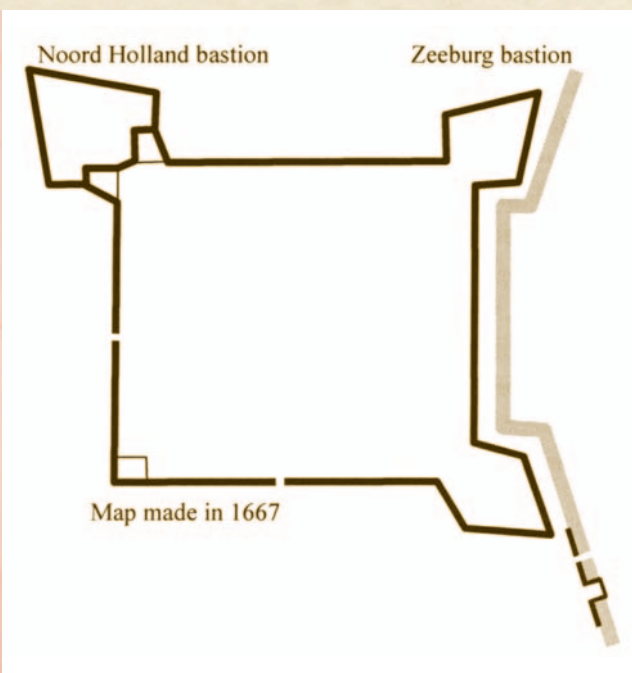
The Zheng army landed on 11 May 1666 and launched a relentless attack on the fortifications for several days. An estimated 6,000 Zheng soldiers participated in the operation, engaging 300 VOC defenders. After a siege of nine days, the Zheng army, with about 1,000 wounded or dead (according to a Dutch account), withdrew to Tamsui.³² The reconstructed fortress had passed its first serious test.

Redoubt Victoria was reinforced after the Zheng attack. The ruins of the former Spanish convent were leveled to prevent the enemy from using it as a battery facility against the fortress. The bastion Oosterpunt (Half Moon Bastion or Bultenberg bastion) proved to be a weak spot in the entire defense system because it was built on sand and had no solid foundation. The walls of the bastion fell beneath the enemy's artillery and even threatened to collapse when the Dutch fired their own cannons. Oosterpunt had to be replaced with a new bastion (with a cellar) on the foundations of the former Spanish bastion, San Sebastian.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Map made in 1667.



Stones from the aforementioned Spanish convent were used as building material. Construction began on 13 December 1666 and the bastion was finished on 15 January 1667 (this was the bastion that the Japanese excavated and photographed in detail in 1936). Inside the fortress, a new smithy and a shop that also functioned as a dormitory were added. The cellar under bastion Noord-Holland was also expanded. Outside the fortress, a new hospital, a carpenter's shed and a pigsty were built. But quite unexpectedly, on October 1668, the VOC garrison abandoned Quelang after blowing up the buildings, leaving the place in ruins.³³

We know very little about the fortress after the departure of the Dutch, during the long period from 1700 to 1925, although its image appears in Chinese books in an idealized manner, like this one from the end of the 17th century.

ATTEMPTS TO PRESERVE THE RUINS OF THE FORTRESS (1924-1937)

Interest in the fortress re-emerged with a vengeance in 1924, with the first modern attempt to inventory Taiwan's historical relics earmarked for preservation. In that year the Japanese colonial government issued some local governments with a list

of buildings that were targeted for preservation in their respective districts. This was accompanied by an order to look into the status of the conservation of the ruins. The response to this order was scant and unsatisfying, prompting the Central Colonial Government to issue the order again in 1927, urging local authorities to wrap up the investigation.

The implementation of this order moved so slowly that the colonial government had to give local authorities yet another push. First, on 21 September 1930 the Japanese issued the Monuments Conservation Law designating certain categories, such as historical or natural sites, worthy of preservation.³⁴ Second, in the same year they established an Investigation Committee which took charge of gathering information and which produced a new list of historical monuments, including, for the first time, the Noord Holland Fortress. As a consequence, two members of the Committee, Osaki Hidezane 尾崎秀真³⁵ and Ite Kaoru 井手薫, visited all the remaining ruins of Hoping Island (called, at that time, Sheliiao Island). Their extensive report, completed in 1931, included Noord Holland.³⁶

Scholars also began to get involved. In November 1931, Prof. Murakami Naojiro 村上直次郎 of Taihoku University published a long article on the

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

history of the fortress, based on Dutch sources.³⁷ At the end of the article he mentioned that the southwestern bastion (San Sebastian, or Oosterpunt) was still standing. Soon after this, in July 1932, the Bureau for Internal Affairs of the colonial government published a cyclostyled pamphlet entitled *Report on Designated Historical Sites*.³⁸ In Chapter 2 of this work, Prof. Murakami Naojiro repeated his claim that even Zheng Jing 郑经 had attempted a reconstruction of the fortress in 1673, and had installed a garrison of soldiers there. Murakami concluded, “Because this construction dates back to the times of the San Salvador castle, it is worthy of eternal preservation.” He ended the article by quoting briefly from the 1931 report by Osaki and Ite. The Committee soon concluded its work, and the colonial government issued the final list of historical sites on 26 November 1933, including Noord Holland.

The research by architect Lu Yueh-E 吕月娥 into the development of Jilong Harbor provides us with a view to the other side of the problem. In her Masters’ thesis,³⁹ Lu mentions that the third phase of the development of Jilong harbor took place between 1929 and 1934, and was undertaken because of the increasing scale of trade and fishing in the region. Sheliiao Island was remodeled to accommodate, on

its southern side, the fishing port that had previously been located in the inner harbor; this inner harbor was no longer used for business or fishing activities. In addition, the Japanese government began to “feather-bed” the fishery industry by providing equipment and social benefits. The ruins of the fortress were not threatened by these reforms or by the development of the harbor; in fact, the new legislation expressly provided for the protection of this historical spot.

The government’s attempt to implement protective measures peaked in 1935 when a second official list of historical sites was published which included a new addition from the Sheliiao Island vicinity: Fort Eltenburgh (El Cubo), located on the south-east side.⁴⁰ A year later, in July 1936, the Bureau for Internal Affairs formulated a second edition of this list, complete with historical explanations.⁴¹ In fact, “conservationist fever” seemed to spread throughout the island. For example, on 13 March 1936, the counties of Xinzhu and Taidong published lists of historical sites to be preserved (Gaoxiong County followed suit on 8 June 1940).

Early in July 1936, the Jilong government invited members of the Institute of Ethnology of Taihoku University to excavate the castle. Just a

Ideal view of the Castle of Jilong, according to Gao Gong Qian 高拱乾, *Taiwan fu zhi* 台湾府志, 1696.



ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Remains of bastion San Antonio el Grande.

month prior to this, the Office for Research on Taiwan Historical Materials had been formed as a section under the Institute of Ethnology.⁴² As a response to the initiative of the Jilong government, some members of the newly established office visited the Jilong fortress on 12 July 1936, and devoted two hours to field research.⁴³ The Institute postponed the excavation, however, because it was working on another project in Taizhong.

Finally, at the beginning of October 1936, the Office started to prepare for the dig. A chronological account of the project is recorded in the journal of the Institute. Days 9, 12 and 15 of the preparatory phase were headed by Prof. Utsurikawa Nenozi 移川子之藏 and probably by Prof. Murakami Naojiro himself. Actual fieldwork started on day 19, under Professors Iwao Seichi 岩生成一, Miyamoto Nobuto 宮本延人, Matsumoto Masanaga 松本盛長, and Nakamura Takashi 中村孝志. The team hired the services of famous Japanese photographer Kobayagawa Tokushirou 小早川篤四郎, who produced a comprehensive collection of one hundred photographs of the excavation, which is preserved in the Archive

of the Museum of Anthropology at National Taiwan University. The excavation team took measurements of the castle's remaining walls and photographed everything of interest, including parts of the bastion San Antonio el Grande. But their main job was to clean the northeastern bastion and to unearth its inner and outer cellars. The only known report on the entire project was a brief account published a few months later in the Miscellany section of the Institute's journal.⁴⁴ The photographs were preserved in the Department of Anthropology of National Taiwan University. In 2002, with the kind assistance of the staff of this department, I published some of the most representative pictures in the collection.⁴⁵

The lack of the diary of excavations made very difficult to initially understand the pictures in relation with the fortress shape. Finally, however, a comparison with the Dutch map of 1667 clarified any remaining doubts. In this page we have one photo of bastion San Antonio el Grande (angle 1 of the general floor map).

But most of the pictures are related with the bastion Oosterpunt (San Sebastian bastion), offering

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

a clear picture of the state of conservation of this part of the fortress as of 1936, particularly its inner cellar (angle 12), and the nearby foundations (angle 4). These photographs also document daily life on Shelia Island at that time: its wooden houses, the existence of a small factory to produce probably bricks, a house of leisure, and so on.

Any scholarly report on the excavation that may have been produced, detailing the measurements taken from the castle and all of the team's findings, remains unpublished. Nevertheless, in 2004, and thanks to my assistant Lu Po-hsuan 吕柏萱, I gained access to the "diary of excavation" kept in the archives of the Library of Tenri University (Japan),⁴⁶ which provided a few more details that do not appear in the pictures. Because the excavation methodology at that time was simple than it is now, these details are still not abundant, but at least they help provide an understanding of the chronology of the excavation work. Considering the discrepancy between the small size of the diary I consulted and the large size of the notebook carried by the archaeologists in the photographs, however, it is still possible that the small

diary at Tenri University was not the main diary of the excavation.

FINAL DESTRUCTION
OF THE FORTRESS

It seems that the archaeological campaign of 1936 was part of the trend toward preserving Taiwan's historical heritage; but then why was the fortress suddenly and totally destroyed in 1937? Part of the answer can be found in the work of Lu Yueh-E. She explains that the period 1935-1943 saw the need for yet another new expansion of the harbor. These years comprised the fourth phase of the construction of Jilong Harbor. Part of this expansion focused on Shelia Island, where the Jilong Harbor Bureau, an office under the Japanese Colonial Government, started building shipyards next to the fishing port of Shelia Island. More and more ships were docking at the harbor, creating greater demand for new equipment and facilities. Civil engineers were trying to make a harbor large enough not only to meet the needs of the colony, but most likely to gear up for

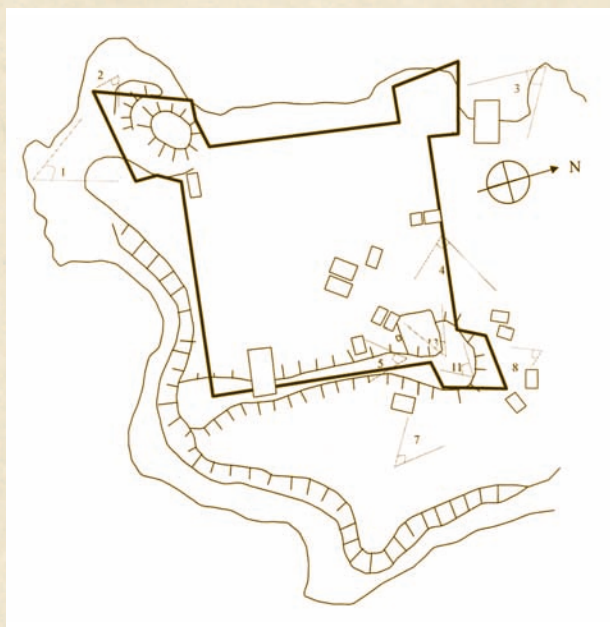
Foundation of the wall near bastion San Sebastian.



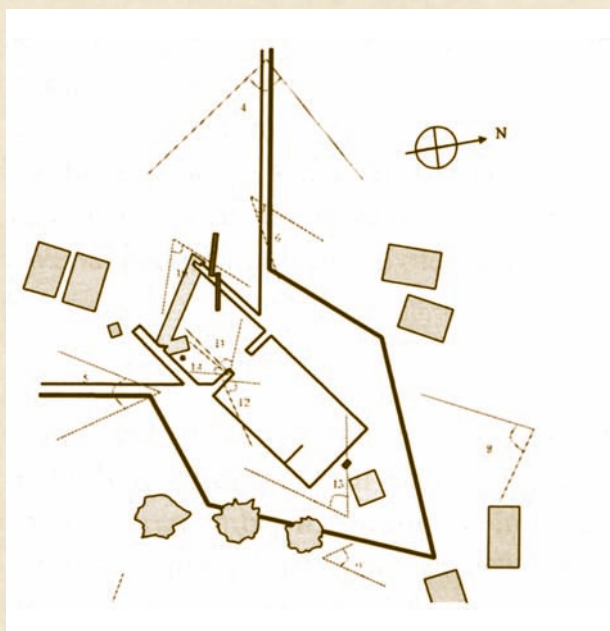
ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

the strategic requirements of the impending war with China. It was at this point that the fortress was subject to a real threat. In fact, all the ruins that remained were demolished; the terrain was leveled and, in 1937, construction began on the first dry dock, which overlapped half of the old fortress.⁴⁷

General floor plan.



Floor plan of bastion San Sebastian.



THE PRESENT SITUATION

As far as I know, after the destruction of the fortress, few scholars have taken into consideration the possibility that any part of the structure remains. Only local people still know that there was once a fortress on that spot; some very elderly residents even remember seeing it. In the course of Taiwan's industrial development, the shipyards of Jilong played an important role in the island's international trade; but today the shipyards have entered a period of severe decline. The whole situation makes it much easier to think again of the existence of the Quelang fortress, and to consider the possibility of recovering and preserving its foundations, should any remains be left.

It is not easy to find the precise location of the foundations of the fortress in the compounds of the present-day shipyard simply by conventional methods of comparing old maps with modern ones; but still it is possible. First we can locate the fortress on a Japanese map and then, by observing the location of the first dry dock, we can guess with greater accuracy the location of the foundations, because this dock is still extant.⁴⁸

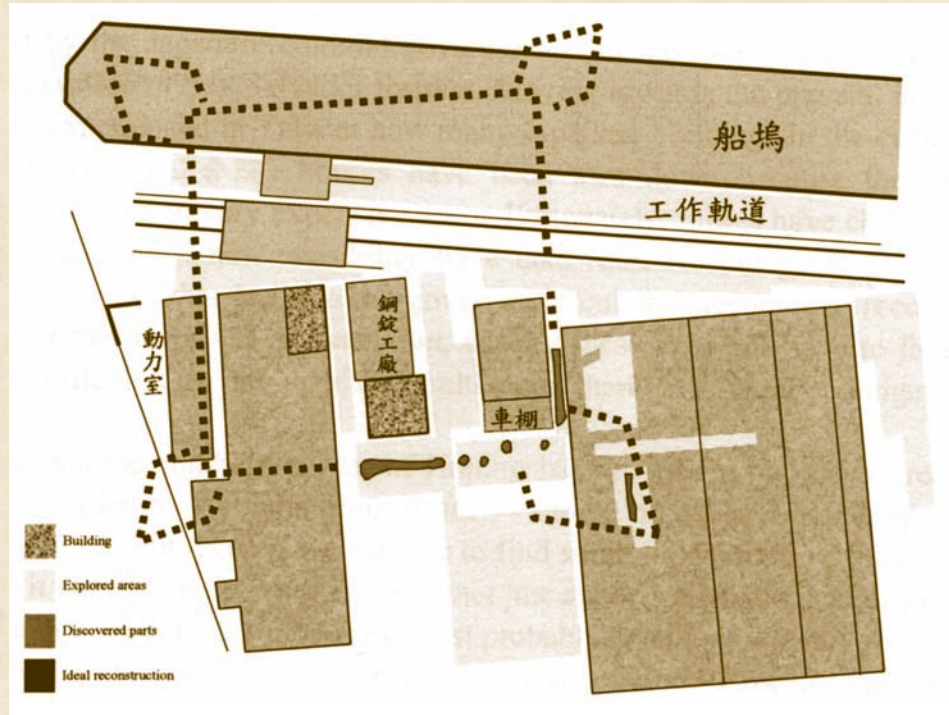
Newer techniques, however, hold greater promise for locating the fortress foundations with far greater precision. Recently, the Ground Penetrating Radar technique (GPR)⁴⁹ has been useful for archaeological purposes, and was used successfully at the Dutch fortress of Tayouan in Anping to identify the existence of the remaining foundations of that fortress. At the end of 2002, after learning that a team conducted by Prof. Lee from the Engineering Department of Cheng-kung University had made a reconstruction of the foundations of Anping castle, I suggested the use of GPR.

I contacted Prof. Lee to propose that we do the same kind of research in Jilong as had been done at Anping. The situations of the Anping and Jilong fortresses are quite different, in part because some of the remains of the Anping fortress are still visible, making it easier to locate the rest of the foundations with the help of old maps, whereas in Jilong, everything was destroyed or buried. Even as we began the research, we could not be sure whether the foundations were still there or had been dismantled and reused to build the shipyard.

In November 2002, we began exploring the site with the GPR technique. The work was easy to

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

conduct because the area is quite empty, and the shipbuilding company helped us by removing cars from the area. Nevertheless, some areas that were covered by iron pans or machines were impossible to explore. The results we got were very promising, as they showed two lines of stones, located 1.5 meters underground, that formed an 90-degree angle. We measured the area and transferred these results to a general map. Making two basic assumptions—first, that the angle formed by the irregular lines and points that appear on the map corresponds to the angle of the walls near Bastion San Antonio el Grande, or North Holland (an assumption that is borne out by comparisons between old maps and Japanese maps), and, second, that the size of the fortress is 99m (as stated by Kees Zadvliet)—we came up with the image on this page as the ideal reconstruction of the location of the fortress, rendered as a floor map and an aerial photograph (below).



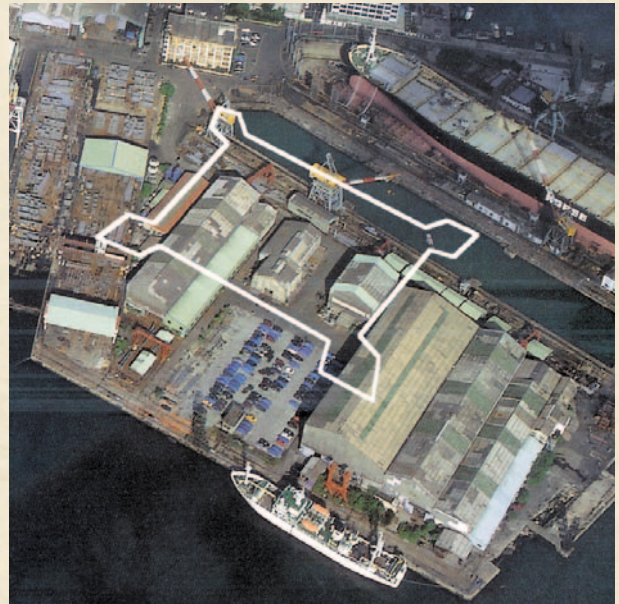
Reconstruction of the location of the fortress, rendered as a floor map and an aerial photograph (below).

agencies have to face the fact that, despite plentiful budgets for building museums, there is too little left to be displayed.

I therefore suggest that the southern corner of Hoping Island—where the old fortress was located, which is now occupied by a shipbuilding factory—

THE FUTURE OF THE FORTRESS

We have discussed the “conservationist fever” for historical relics that spread through Taiwan led by the Japanese colonial government, and its failure to achieve some of its goals, such as the preservation of San Salvador fortress. In recent decades, we have also seen numerous Japanese buildings or Chinese *sanheyuan* 三合院 houses in the center of Taipei torn down because they were too old, run-down, and located in expensive areas. Fortunately, things have changed dramatically in the past years and a new sensibility has taken root. Nowadays in Taiwan there is an “museographic fever” that has led the government’s cultural agencies to recover and display the artifacts of Taiwan history. More often than not, however, these

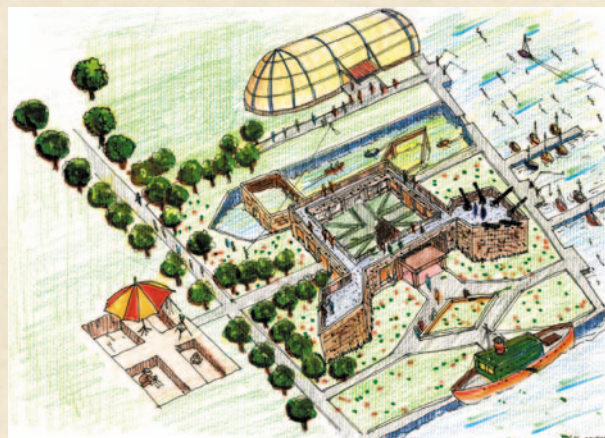


ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

should be put under special protection as soon as possible. But, critics may ask, even if we manage to find the foundations of the old San Salvador fortress, what would be the point of preserving them? Aren't they just another archaeological remnant of European architecture displaced in Asia? I do not think so, for in all likelihood the fortress lies on top of a very rich archaeological site. For centuries, it was one of the main points of entry into Taiwan, and its grounds and submarine environs must contain numerous relics that could greatly contribute to our understanding of the history of Taiwan.

In most developed countries, the shipbuilding industry is no longer sustainable, and the government usually enhances and adapts for public use the spaces the shipbuilders leave vacant. Such was the case, for example, in Bilbao, Spain. To be sure, the existence of the shipbuilding industry on Hoping Island indirectly helped preserve the place from the ravages of construction and ownership division. In that sense, the technical facilities are already in place for it to be converted in a kind of cultural or archaeological theme park; we are not too late. Besides, the government is the main stockholder of the shipbuilding company, which can facilitate the adaptive reuse of the space. But if nothing is done, that magnificent place, the southern cape of Hoping Island that faces the inner part of Jilong Bay, one of the most beautiful coastal scenes of northern Taiwan, could easily be converted in another high-end residential area. If this is the case, the city of Jilong could lose its last opportunity to enhance the cultural status of Taiwan.

Since the end of 2002, I have tried to call the attention of local and national authorities in Taiwan to the importance of preserving this site, but my efforts have achieved nothing. More work needs to be done with the GPR system to see if we still can discover new parts of the foundation in addition to the walls we have found already. But of course, only a final excavation will confirm the existence of the remaining foundations. If



successful, this would provide even greater incentive to design a virtual reconstruction.

The site has many other possibilities because it is located in a wonderful natural area. The future of the shipyard is unsure, since such businesses are rarely competitive in developed economies such as that of Taiwan. But before the area is converted into a luxurious suburb, there is an urgent need for the authorities concerned to undertake archaeological excavations that can prevent the cultural depredation of the region. For example, in one of my attempts to engage in a joint venture with an archaeologist to excavate the remains of the fortress, we saw an old Japanese workshop, complete with old tools and an enormous forge, still standing there untouched. But exactly on that day, workers started to demolish it; we managed to stop the work for a while, but some time later the entire structure was totally razed. To offer some ideas for the preservation of the area, I propose a general concept that is conveyed through the artist's impression, drawn by architect Lin Hao 林豪 on 15 August 2004 (above). I hope that it may inspire the people of Jilong to preserve the traces of their own history. **RC**

NOTES

- 1 Sebastián Fernández de Medrano, *El arquitecto perfecto en el arte militar*, Brussels, 1700.
- 2 During the last years of the Spanish control of the fortress, the Dutch called the fort *La Santísima Trinidad*, because the island was known also as Santísima Trinidad.

- 3 Most of the documents used in this article come from J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*.
- 4 A soldier earned 48 pesos a year, while the governor of Jilong earned 516 pesos. See J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, pp. 336-342.
- 5 J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, pp. 126-127.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

- 6 Ibid., p. 13-142.
- 7 Ibid., p. 141.
- 8 See the report of Pedro de Jara Quemada in 1644 (J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, p. 494).
- 9 J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, p. 259.
- 10 Ibid., p. 245.
- 11 Ibid., p. 272.
- 12 This was the opinion of Jara Quemada (J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, p. 494), and others. But Governor General Corcuera stated in the trial he underwent for the lost of Isla Hermosa, that his orders were to keep save the place (J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, p. 509).
- 13 At that time Corcuera had decided to reduce the number of soldiers on Isla Hermosa. In this document he acknowledges that this number of 125 men is not big, implying that in fact the fortress could accommodate more people.
- 14 He was the former governor. His situation was different because he was permanently in Jilong, and having the rank of Sergeant Major was appointed governor for two years.
- 15 J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, p. 285.
- 16 Ibid., p. 670.
- 17 Ibid., p. 428.
- 18 Ibid., p. 434.
- 19 Ibid., p. 343.
- 20 Ibid., pp. 396-397.
- 21 Ibid., p. 463.
- 22 VOC 1160, ff. 199v-202.
- 23 VOC 1183 ff. 777-790.
- 24 Indeed, this bastion remained relatively unchanged for centuries, until 1937, when the Japanese tore down all the ruins of the fortress.
- 25 Until now the most complete study on this matter is the doctoral dissertation by J. L. P. J. Vogels, *Het Nieuwe Tayouan: De Verenigde Oostindische Compagnie op Quelang (1664-1668)*, Rijksuniversiteit Utrecht, July 1988.
- 26 VOC 888, ff. 207-208.
- 27 J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, p. 672.
- 28 VOC 1253, ff. 1294v-2202; VOC 1257, ff. 1297-1299.
- 29 VOC 1257, f. 2196v.
- 30 VOC 1257, f. 1307.
- 31 VOC 1257, f. 1028.
- 32 VOC 1258, ff. 1659-1662. See also Vogels, *Het Nieuwe Tayouan*, cit., pp. 23-36, 43-44.
- 33 Vogels, *Het Nieuwe Tayouan*, cit., pp. 44-46.
- 34 It is worth mentioning that this law granted the Governor General the right not only to designate but also—under special conditions—to revoke the designation of monuments.
- 35 Osaki was a collector and vendor of local antiquities and aboriginal artifacts. He sold several pieces to the Ethnological Museum of Taihoku Imperial University.
- 36 Oddly enough, in 1931, when the local authorities finally presented their list of historical monuments to the colonial government, the government of Jilong made no mention of the Noord Holland Castle.
- 37 Murakami Naojirō 村上直次郎, *Jilong de Hongmao Cheng* 基隆的红毛城 (The Fort Hongmao in Jilong), Taiwan Times, Nov. 1931.
- 38 *Shijimingsheng zhidingwujian shuomingshu* 史蹟名勝指定物件説明書 (Report on Designated Historical Sites), pamphlet, Printing House of the Presidential Office, May, 1932.
- 39 Lu Yueh-E 呂月娥, *Rizhishiqi Jilong gangkou dushi xingcheng licheng zhi yanjiu* 日治時期基隆港口都市形成歷程之研究 (Historical Research of the Evolution of the City and Harbor of Jilong during the Japanese Governance), Master thesis in the Department of Architecture of Chung Yang University, 2000. I wish to thank Ms. Lu for the information she provided on the construction of Jilong Harbor, especially for many details and insights related to the implementation of the Monuments Conservation Law.
- 40 Another list came up in 1941.
- 41 *Shiji diaocha baogao* 史蹟調查報告 (Investigation on Historical Sites), 2nd ed., 1936.
- 42 *Nanpō Dōzōku* 南方土俗, Vol. II, No. 1, May 1937, p. 173.
- 43 Ibid., Vol. IV, No. 2, August 1936, p. 120.
- 44 Ibid., Vol. II, No. 1, May 1937, p. 174.
- 45 See *Spaniards in Taiwan*, 2002, pp. xli-lxiii.
- 46 The diary ended in this library because one of the members of the archeological excavation, Prof. Nakamura, donated all his materials to that university, where he ended his scholarly days.
- 47 According to “Taiwan’s Harbors,” (1938), a dry dock for 20,000-ton ships began construction in 1937 and was scheduled for completion by the Japanese government in 1939. However, according to posterior data published in 1957 by the Jilong government, construction was not completed until 1941. This source also mentions that a second dry dock, for 10,000-ton ships, was scheduled for construction between 1942 and 1945. It was not completely finished owing to the onset of the war (From Lu Yueh-E).
- 48 I have to say that, when I first published my guess as to the location of the fortress in the second volume of *Spaniards in Taiwan*, it was a good approximate location, but not a precise one, because at that time I didn’t know of the existence of the map in Figure 6. In any case, I don’t believe that Figure 6 is a perfect drawing, because it is a very small part of a larger map representing the whole harbor. The line I added may better represent the location of the coastline.
- 49 Ground penetrating radar (GPR) is an electromagnetic geophysical method that involves transmitting radar energy into the subsurface and receiving radar reflections off of subsurface interfaces. The method is analogous to the seismic reflection method.

BIBLIOGRAPHY

- Blair, Emma Helen; Robertson, James Alexander (1905). *The Philippine Islands, 1493-1898*, Cleveland, 1905.
- Borao, José Eugenio (2001-2002). *Spaniards in Taiwan*, Taipei, SMC Pub.
- Cámara, Alicia (1980), “Tratados de arquitectura militar en España. Siglos XVI y XVII”, *Goya*: 156.
- Díaz-Trechuelo, Lourdes (1959). *Arquitectura española en Filipinas (1565-1800)*. Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla.
- Fernández de Medrano, Sebastián (1700). *El arquitecto perfecto en el arte militar*. Brussels.
- Oers, Roan van (2000). *Dutch Town Planning Overseas during the VOC and WIC Rule (1600-1800)*. Zutphen, Walburg Pers.
- Parker, Geoffrey (1988). *The Military Revolution*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Quirino, Carlos (1969). *Philippine Cartography (1320-1899)*. Amsterdam, N. Israel.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

APPENDIX: MEMORIAL DESCRIBING OF THE FORTS IN SAN SALVADOR IN 1636¹

Letter of Alonso García Romero, written in Manila, on the 12th of July 1636. García Romero, after finishing his appointment as governor of Isla Hermosa, reported to the Viceroy of New Spain about the situation of the island. He includes a memorial of the situation of the forces.

“Most excellent lord: I served as Governor of Isla Hermosa for two years and subjected the natives in the vicinity to our power, an accomplishment that my predecessors had not achieved in eight years. Over a thousand converted to Christianity; the other towns asked for priests because the scarcity has meant that they receive nothing more than the waters of Baptism. And the commerce, my lord, I established in a way that over 300 Vp worth of cloth and silk of all types were put to use in two years. A quantity of silks, satin, velvet and other goods went back to China due to the lack of money... I enclose a description of the armed forces of Isla Hermosa and the state in which I left them:

a) The principal fortification forms a square that consists of four elevated walled fortresses: two are of solid stone; one is only of stone (and surrounded by) a moat; the other is of wood. All four stretches of wall are of solid stone and lack only the parapets.

Within sight of this fort are another three. The farthest is La Retirada, which, following a straight line, should be 600 paces away. The other two are 500 paces away. All are completely of solid stone. La Retirada is triangular in shape, with passages on each side. It is invulnerable. The others a ... enough to defend an inlet that protects the other fortress... All assist the main fort with the following artillery supply:

In the fortress of San Salvador, which is the principal fort:

- four bronze cannons, each one an 18-pounder
- two fourth-grade cannons of bronze, made like a culverin; each one a 12-pounder
- one cannon-type bronze artillery piece; an eight-pounder
- one sacre of alloyed bronze; an eight-pounder
- one sacre of alloyed bronze; an eight-pounder
- three bronze sacres ... ; each a five-pounder
- three falcons, one of cast iron; each one a four-pounder
- two artillery pieces of cast iron; cannon-type; each one a four-pounder.

The San Millán (La Mira) fort has the following artillery:

- one fourth-grade cannon in bronze; a 12-pounder
- two sacres of bronze; each one an eight-pounder
- a bronze falcon; a four-pounder.

The artillery in La Retirada (Fort San Antón):

- a medium-sized low-grade bronze culverin; a 12-pounder
- two bronze sacres; each one an eight-pounder
- a cast-iron blunderbuss; a 20-pounder

The artillery in the turret of Fort San Luis (El Cubo):

- a low-grade sacre in bronze; a seven-pounder
- two bronze falcons; each one a four-pounder

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

b) The artillery and the condition of the fort called Santo Domingo in Tamchuy. By land, the distance from the main fortress is 15 leagues; 10 leagues when following a straight line. Its site and dimensions consist of three elevated wooden fortresses and a watchtower with a continuing wall that forms an irregular square, as the area is big and the three elevated forts do not form a triangle. I would have wanted to remedy this if I had held that post for a year more.

It has the following artillery:

- a third-grade bronze cannon, each one a 15-pounder
- two bronze sacres, each one an eight-pounder
- a bronze artillery piece, cannon-type; an eight-pounder
- a second-grade ... of bronze; a five-pounder
- a cast-iron falcon; a three-pounder
- two cast-iron blunderbusses; each one a 12-pounder

The following comprise the gunpowder and ammunition in all the fortresses:

- Over 200 quintales of gunpowder in porcelain and clay jars that best conserve them V200
- Over 300 artillery pieces V300
- 18-pound cannon balls V649
- 15-pound cannon balls V433
- 12-pound cannon balls V633
- Nine-pound cannon balls V132
- Eight-pound cannon balls V309
- Seven-pound cannon balls V163
- Five-pound cannon balls V414
- Four-pound cannon balls V804
- Three-pound cannon balls V663
- Two-pound cannon balls V236
- Diamond-tipped bullets in cartridge belts V290

These forts are defended by three companies of the Spanish infantry, each with 80 soldiers, or a total of 240:

- 15 breast-plated pages who are standard bearers, play drums and fifes
- a sergeant major, who is one of the good and strong captains
- two adjutants of the sergeant major
- 8 posts for accountants, paymasters and supply-keepers of the royal house, and other minor officers
- 11 artillery men with their constable
- 10 sailors and six cabin boys who go about in the brigantines
- one company (40 men) of soldiers from Pampanga
- another company of 60 spirited natives from Cagayan
- 12 carpenters for the artillery wagons
- 95 Negroes from ... who serve as construction laborers.

1 J. E. Borao, *Spaniards in Taiwan*, pp. 258-261.

Historical Notes on the Portuguese Fortress of Malacca (1511-1641)

RUI MANUEL LOUREIRO*

Within maritime Asia, Malacca was a most strategic port-city, which, in the words of Portuguese 16th century apothecary and geographer Tomé Pires, was placed “at the end of the monsoons”.¹ Its outstanding geographic position, at the connecting point of the Indian Ocean with the South China Sea, meant that Malacca was a crossroads for the most important Asian maritime routes. Well aware of this fact, the Portuguese, after their arrival in India, soon began to cast covetous eyes on the Malayan port that soon was to play a vital role in their overseas empire. For 130 years, the Portuguese *Estado da Índia* controlled the port-city of Malacca, since its conquest by Afonso de Albuquerque in 1511 until its fall to the Dutch in 1641.² Portuguese supremacy in Malacca was due, in large part, to the powerful fortress that for decades was one of the most impressive strongholds in maritime Southeast Asia. On the basis of several Portuguese drawings produced in the 16th and 17th centuries, it is possible to outline the history of *A Famosa*, as this mighty fortress was styled in early modern European sources.

THE DRAWING BY GASPAR CORREIA, C.1530

In 1506 the Portuguese Crown was already planning the occupation of Malacca, because a letter



Plate 1. Malay cannon in Lisbon's Military Museum.

from King Manuel I in that year mentions that he was sending from Lisbon to India “half of a wooden fort”, to be mounted in Malacca, along with sundry pieces of artillery; this incomplete fortification to be closed “with a good ditch and some strong ramparts”. As to the location of the stronghold, the Portuguese monarch mentioned that the captains in charge should choose a proper spot, “strong and healthy, with a good harbour”, and “with water within or close by”. The emplacement of the fort, furthermore, “should allow the commerce of merchandise”.³ The Portuguese ships would reach Malacca for the first time only three years later. But King Manuel I was certainly planning ahead, trying to accomplish his Oriental project of establishing a Portuguese network of factories and fortresses throughout maritime Asia, in order to interfere with the main routes trading in luxurious commodities.

The first concrete news about Malacca was collected by the expedition of Diogo Lopes de Sequeira, which visited the Malay sultanate in 1509. After initial peaceful contacts, however, there were confrontations, and the Portuguese ships withdrew, leaving some prisoners behind. Rui de Araújo was one of these men, and he was soon sending information about Malacca to the Portuguese in India, specifically about the size of the city, its trading communities and the activities of the population. “There are more or less 10000 houses in Malacca”, he wrote, stating that about 500 were made of stone and clay, while all the others were made of vegetable materials. There were about 4000 fighting men in Malacca, but their weapons were not very impressive,

Ph.D. in History from Lisbon University. Project director at Lagos city council (Portugal). Researcher at the Centre for Overseas History of Lisbon's Universidade Nova.

Doutorado em História pela Universidade de Lisboa.
Director de projecto na Câmara Municipal de Lagos, investigador do Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa).

consisting mainly of swords, bows, and zarbatanes, while the existing cannons [plate 1] were very primitive.⁴ Rui de Araújo also stressed the extraordinary commercial importance of Malacca, calling attention to the most valuable commodities that were transacted there, originating from such different places as China, Borneo, Java, Sumatra, Siam, Cambodia, Pegu and Bengal.

The representatives of the Portuguese Crown in India soon decided to make a second run for Malacca, and a powerful expedition of 16 ships and 1600 men arrived there in July 1511 under the command of Afonso de Albuquerque. After a violent and swift military campaign, the Malacca Sultan, with his entourage, fled to the southern parts of the Malay Peninsula, and the Portuguese were left in control of the famous port-city. Albuquerque immediately decided to occupy Malacca, and have a fortress built on the most appropriate spot, since his plans included the establishment of Portuguese strongholds in the most strategic locations within maritime Asia, such as Hormuz, Goa, and Malacca proper. The construction of a fortress was dependent on a series of factors. First of all, there was the local topography. Then, there was the question of available materials and available manpower. The kind of relations that had been established with local policies was also important. Lastly, the military capabilities of potential enemies had to be taken into consideration. The Portuguese, in most instances, were building their overseas fortresses by the sea, in order to be able to receive support and supplies from their powerful ships.⁵ Also, if the ships were protected by the fortresses' guns, they could be safely loaded and unloaded. Furthermore, since the takeover of Malacca had been a violent one, some sort of fortification had to be built to guarantee the safe-guard of the Portuguese garrison that was going to be left behind.

European contemporary sources include a few details about the building of *A Famosa* (or The Famous), as the Malacca fortress would later become known. Giovanni da Empoli, the Italian factor who worked with the Portuguese and took part in the conquest of the Malay city, in a letter to his father dated 1514 mentions, as an eye-witness, the building of the fortress: "The Captain-general [he is alluding to Albuquerque] with some of the men, with great haste by day, and by night with torches, built a fort with wooden planks with many heavy logs around it and much artillery, and in a month made it strong. As soon as it was strong enough, we set

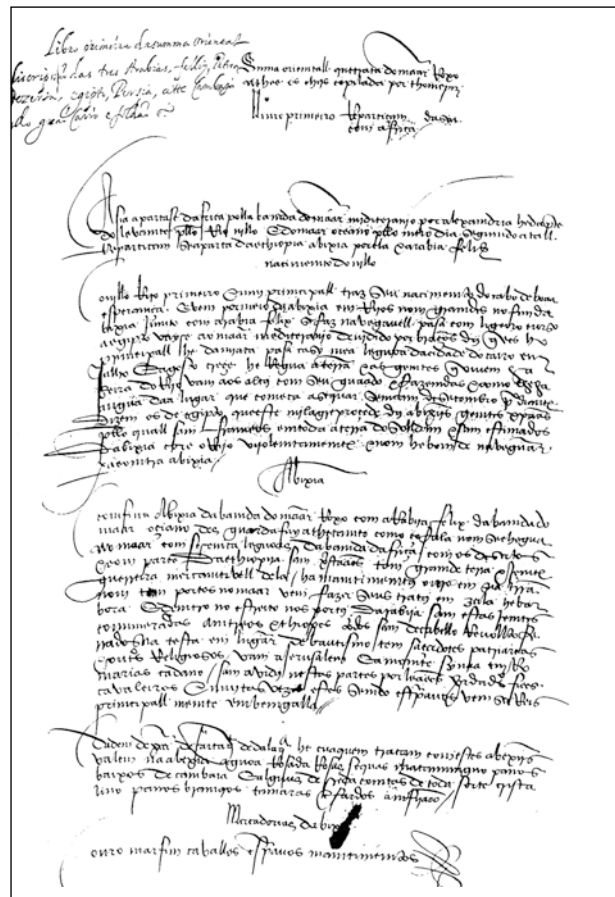


Plate 2. Tomé Pires's, *Suma Oriental*.

about making one of stone, which we built by pulling down the houses of the Moors and the mosques and other buildings of theirs. It was a difficult task carrying the stones on our backs, and every man was labourer, bricklayer and stonemason,⁶ and while we were doing this there was much noisy activity from the enemy, and almost every day they attacked us, first from one side, then from the other, now from the sea, now from the land. The fort was built with our arms always beside us in an unbearable heat of the sun".⁷ The building of a wooden fortress, a sort of palisade where the men could be protected from assaults by the enemy, was common practice for the Portuguese, and had been done before, in other Asian locations. Sometimes, and this was probably the case with Malacca (as seen before), a part of the wooden stronghold was carried on board the Portuguese ships, with the pieces already cut and prepared, which only had to be assembled at the chosen spot. The speed of the construction assured the Portuguese a precious advantage over possible assailants.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

Rui de Brito Patalim, first Portuguese captain of Malacca, was in charge of finishing the fortification and organizing Malacca's return to normal life. He mentions the fortress in several of his letters to the Portuguese authorities. In a letter to King Manuel I (6-01-1514), he stated: "Work is being done at the fortress. The tower is quite high and large, with handsome houses of fine wood. Each storey has 21-22 palms [*palmas*, about 4.8 meters]. I intend to build a 5 storey tower, 130 palms high [about 28 meters], with battlements [*ameias*], in order that the sea will be seen over the hill".⁸ In another letter to Afonso de Albuquerque (6-01-1514), he further added that "The pointed roof [*corucho*] in the middle is 55 palms high [about 12 meters]; and the trusses [*asnas*] are 60 palms [about 13.2 meters] wide". The several floors of the tower were very high, made with very long and straight wood that came from a place called "Caçam", about 2 leagues (10 km) from Malacca. In three months time the Portuguese captain expected to have the tower finished. The tower was so high in order to be used as a watch point towards the sea. The roof of the tower was to be covered with melted lead.⁹ Tomé Pires, who lived in Malacca between 1512 and 1515, in his *Suma Oriental* [plate 2] also mentions the "famous fortress", which was built "on the site of the great mosque", with walls of "great width" and a tower of "five storeys". He states that on "one side the sea washes against it, and on the other the river".¹⁰

Further details about the fortress built by the engineer Tomás Fernandes, under the orders first of Afonso de Albuquerque and then of Rui de Brito Patalim, only emerge later on, in the several Portuguese chronicles that were written by the middle of the 16th century. Perhaps the most trustworthy of all is that of Gaspar Correia, who was a personal secretary to Albuquerque and who lived in India for half a century. Until his demise around 1563, Correia compiled his monumental *Lendas da Índia* (Legends of India), a history of Portuguese activities in the East since the days of Vasco da Gama. But the work was only published in modern times. He probably didn't go to Malacca with Albuquerque, but he collected trustworthy information from the men on the spot. In chapter 29 of his 'Legend of Albuquerque', events surrounding the conquest of Malacca are dealt with at great length. Apparently, the Portuguese finished their wooden fort using many junks that were anchored in the harbour and which were torn apart, along with wooden casks, filled with earth. Only afterwards, when there was

some sort of protection from enemy assaults, did the Portuguese set about building the stone fortress.

The chosen spot was by the waterfront, at the mouth of the Malacca River. The foundations for the tower were deep, and 20 feet wide, while the foundations for the walls of the fortress were 12 feet wide. At each corner of the fortress there was a square tower, with a wooden ceiling, level with the walls of the fortress. The laying of the foundations took two months. Since there was a lack of stone for the walls, Albuquerque hired 300 local men to tear apart "a great mosque of masonry, and other smaller ones, and many tombs of Muslims, where there was plenty of stone". In the next four months, another 700 men were in charge of making lime [*cal*], from the shells of the abundant shellfish, and of laying the walls of the fortress, that were lifted gradually all around the designated space near the beach, "up to the height of a man" (although it seems a bit low for a fortress wall). Apparently, the work had to be interrupted for one and a half months on account of the heavy monsoon rains.



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

The “*torre de menagem*” (or dungeon tower), as Gaspar Correia styles it, was four storeys high: the first floor was 20 feet high; the second, 15 feet; the third, 12 feet; and the last, 8 feet. The ceilings were made of very strong and long wooden beams, 40 feet wide, for such was the measure of the square tower at ground level. “Each floor had four windows, all equipped with heavy pieces of artillery, and on top there was a terrace, from where it was possible to fire falcons. The tower was covered with mortar [*argamassada*] on its sides; on top there was a very high pointed roof [*corucho*] and four smaller pyramidal ornaments [*coruchos*] at the corners, all [five of them] covered in lead and tin paste”. The captain and the officers were going to live in the tower, while the soldiers settled in the houses that were built inside the fortress. Gaspar Correia states

that the fortress was approximately square, the inside space being “300 fathoms [*braças*] wide” [probably a mistake for 30 fathoms, which means 66 meters],¹¹ and that there were two wells excavated inside. On the wall that ran along the beach there was “a small door, like the one in a regular house”, two fathoms [*braças*] high above ground level,¹² with a narrow stair, only large enough for a man. Above this door there was a stone with the Portuguese coat of arms, a cross above it, and two armillary spheres on both sides. “On the river side there was a smaller door”.¹³

Gaspar Correia’s description is in itself quite graphic. But he further adds to his *Lendas da Índia* the only known drawing of the Malacca fortress [plate 3] in the first half of the 16th century, a bird’s-eye view of *A Famosa*, which is kept at the Arquivo Nacional da Torre



Plate 3. View of Malacca in Gaspar Correia's *Lendas da Índia*.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

do Tombo, in Lisbon. There is no doubt that he was the draughtsman, but three questions remain: Did he actually see the fortress? Did he depict the town correctly? And when was the drawing made? The drawing seems to correspond to the description of the fortress, and it is probably an accurate enough depiction of the first Malacca stronghold. But, judging from later representations of Malacca, it appears that the fortress is not correctly placed on the local topography, being slightly turned clockwise. And this could only have happened if Correia did not visit Malacca in his



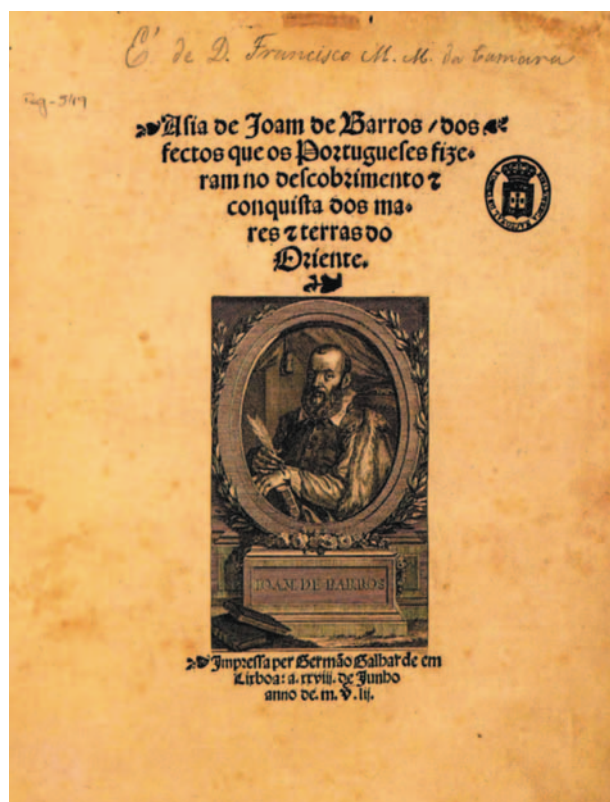
Plate 4. Fernão Lopes de Castanheda's *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

lifetime, but rather did his drawing based on hear-say or on sketches made by someone else. As to the actual size of the city, it has been argued that the representation of Malacca does not correspond to 16th century descriptions, some of which claim the city had close to 100,000 inhabitants. Probably, the demography of

Malacca has to be reconsidered, since the Portuguese sources were usually exaggerated, because the local officers were always trying to attract the attention of higher authorities to the importance of their own work. Whatever the case, since he probably never saw Malacca with his own eyes, Gaspar Correia was trying to depict the sort of constructions that his informants had told him about.

As to the dating, it is very difficult to guess, since it seems clear that there were no significant improvements to the original design of the fortress in the first half of the 16th century. The Portuguese stronghold was strong enough as it was, taking into consideration the existing threats. Local polities that antagonised Malacca, at least until 1550, did not have available the kind of artillery, and the kind of military expertise, that was necessary to defeat such a fortification. Most confrontations took place in other points of the Malay Peninsula or in the waters of the Straits of Malacca, the Portuguese usually having the upper hand, thanks to their superior fire-power and naval capabilities. The only significant reference that can be used is the request made in 1546 by the Portuguese King João III to his Governor in India, that he “would like to see the drawings of the main fortresses” he possessed in Asia, requesting that some local expert immediately set about compiling this work.¹⁴ Maybe Gaspar Correia was chosen to carry out such a task, since his *Lendas da Índia* are illustrated with 11 drawings of important Asian port-cities. But, most probably, the drawing represents Malacca as it was in the early 1520s (as will be evident later).

Plate 5. João de Barros's *Décadas da Ásia*.



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

Other 16th century chronicles of Portuguese activities in Asia were published in the middle of the 16th century, such as the *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* (Coimbra, 1551-1554), by Fernão Lopes de Castanheda; the *Décadas da Ásia* (Lisbon, 1552-1563), by João de Barros; and the *Comentários de Afonso de Albuquerque* (Lisbon, 1556), by his son Brás de Albuquerque. They all include details about the conquest of Malacca and about the construction of the Portuguese fortress, which can complete the sketch drawn by Gaspar Correia.

- Lopes de Castanheda [plate 4], who lived in India but never visited Malacca, mentions that the walls were “8 feet thick, all in ashlar [*cantaria*]” and that the foundations of the fortress were “as deep as half a war lance” [maybe 1.5 meters]. He stressed that the fortress was built by the beach so “the watch tower could receive help from the sea”.¹⁵
- João de Barros [plate 5], who never visited Asia, mentions the use by Albuquerque of “*ambarajas*” [the hamba raja, or royal slaves] in the construction of the fortress, and also the use of elephants to move heavy stones.¹⁶
- Brás de Albuquerque [plate 6] mentions the great mosque which stood at the emplacement of the fortress, implying that the materials of the building were reused by the Portuguese. He also alludes to a curious detail. His father had a stone engraved with the names of the most important Portuguese captains who participated in the conquest of Malacca, raising the protests of those not mentioned. So, Albuquerque ordered the flagstone should be placed above the door of the fortress, but with the names turned inside; and on the side of the stone that was showing he had some words engraved: “*Lapidem, quem reprobaverunt edificantes*”, a quote from the Bible meaning “The stone that the builders despised”.¹⁷

THE 1568 ANONYMOUS DRAWING

A curious and little known bird’s-eye view of Malacca [plate 7] was drawn in 1568 by an anonymous Portuguese cartographer living in that city. It is today kept at the Biblioteca Nacional, in Rio de Janeiro (Brazil). The drawing represents the great siege of the

Malacca fortress in 1568, by the armies of Aceh. This sultanate in the northern tip of Sumatra had been steadily expanding its territories, and was receiving military support from the Ottomans, in the form of guns and military advisers, thus becoming in the second half of the 16th century the most serious enemy of Portuguese Malacca.¹⁸ Part of the caption on the lower left side reads: “Sultan Allaharadim [‘Ala ad-Din Ri’ayat Syah], ruler of Aceh and other kingdoms, came to lay siege on the city of Malacca . . . with 300 ships and 15,000 fighting men, including many Turks and mercenaries of other nations”. And it also states that the Portuguese captain, Leonis Pereira, who was in service from 1567 to 1570, “defended the fortress with 200 Portuguese . . . and succeeded in overcoming the siege”.¹⁹

As one commentator noticed, “the sharpness and extreme precision of the draughtsman’s hand and his mastery of perspectives gives this drawing a professional touch which is unmatched by other known depictions of the city”.²⁰ This is certainly a very faithful representation of Malacca, notably of the area *intra-muros* (within

Plate 6. Brás de Albuquerque’s *Comentários de Afonso de Albuquerque*.



ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

the walls), the Portuguese settlement, since the several kampongs around the city walls seem to be reduced in relative proportions. The general urban features are well designed, and the streets are well sketched, details of many buildings are clearly visible, such as the different shapes of roofs or the second storeys of some houses that appear to be made of wood, while “some more durable material was used for their ground floors”.²¹ It is possible to identify and locate the strategic buildings, from the point of view of urban organization [plate 8], such as: the São Domingos Church and Convent (b); the Customs House or *alfândega* (c); the Bishop's Palace (d); the Nossa Senhora da Assunção Cathedral (e); the Municipal Council and Prison (f); the Pauper's Hospital (g); the *Misericórdia* or Confraternity of Mercy (h); the Bell Tower (i); the Church of Nossa Senhora da Anunciada and Jesuit College (j); and the Royal Hospital (k).

Most notably, the outlines and many details of the Portuguese fortress are visible, transmitting a clear idea of its evolution since the days of Gaspar Correia's drawing. Several characteristics are worthwhile mentioning. First, there is the dungeon tower, which is square and has five storeys, being oriented in a slightly different manner than in the drawing included in the *Lendas da Índia*. The overall picture shows that from the top of the tower, as contemporary texts claim, it would be possible to see the shoreline over Malacca Hill. Then, secondly, the fortified protections of Malacca have increased enormously, since the original fortress is now only a small part of the Portuguese settlement, which has grown significantly. The city is almost completely surrounded by a wall, with powerful bastions in several corners. The characteristics of the walls can be gathered from several Portuguese sources. Apparently, only during the captaincy of Dom

Plate 7. View of Malacca drawn in 1568 by an anonymous Portuguese cartographer.



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

Estevão da Gama, the son of Vasco da Gama, who ruled Malacca between 1534 and 1538, the Portuguese town was encircled with “taipa walls (that is of earth and pebbles beaten together with pestles)”.²² This addition was made after the first Acehnese attack on Malacca in 1537, when the existing scattered palisades were substituted by strong *taipa* walls. The palisades can still be seen in Gaspar Correia’s drawing, which means that it must be dated before 1537.

In the 1568 anonymous drawing, the Malacca walls seem to be made of different materials. The stretch along the River, starting near the tower, appears to be a simple wooden palisade, for this was probably the less likely area from which an attack would be launched on the town. Then, there is a large round bastion, which was named *Baluarte de São Domingos* (A). What appears to be a stone wall continues to another bastion, known as *Baluarte da Madre de Deus* (B), which is wide open. After that, the wall encircles Malacca Hill, all the way to the *Baluarte de Santiago* (C). Later sources mention another bastion, the *Baluarte das Onze Mil Virgens* [Eleven Thousand Virgins], which in the drawing under consideration is hidden behind the Hill. Finally, there is a continuous stone wall, along the beach, all the way to the River. The first known document to mention the bastions by name is a letter written in 1568 by Lourenço Peres, a Jesuit Father who witnessed the siege of Malacca. In his account, he adds some interesting information, namely that the bastion of the Madre de Deus (B) was built of *taipa*, and because enemy artillery was destroying it, the Portuguese immediately “built a very strong stone wall in the interior [of the bastion], which thus became safe”.²³ This means that by 1568, and contrary to what has been assumed, this part of the fortress was not made

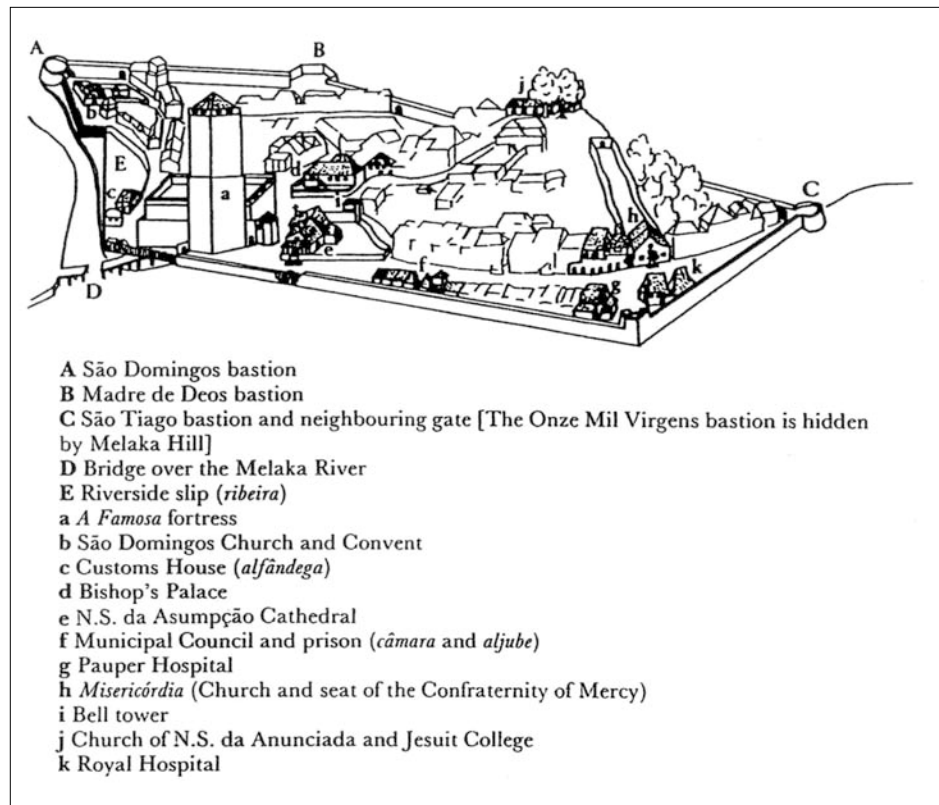


Plate 8. Pierre-Yves Manguin, “Of Fortress and Gallies: The 1568 Acehnese Siege of Melaka, after a Contemporary Bird’s-eye View”. *Modern Asian Studies*, vol. 22, no. 3, 1988.

of stone. Another witness of the siege, whose testimony is reproduced by the 16th century chronicler Diogo do Couto, claimed that the “Fortress had all around 1,000 fathoms [2,200 meters], with no more than three bastions and one rampart [*cubelo*]”.²⁴

The stone walls, so it seems, were erected during the captaincy of Dom Diogo de Meneses (1564-1567), following orders from Portuguese authorities in India, alarmed at the repeated attacks on Malacca originating from Aceh and from other Muslim polities in the Straits of Malacca, and also aware that many of these Muslim rulers were receiving military advice and artillery supplies from the Ottomans, all the way from the Red Sea.²⁵ And the fortifications were finished just in time to counter the great Acehnese assault of 1568, which was successfully repelled by captain Dom Leonis Pereira (1567-1570), although the Acehnese brought more than 200 bronze cannons, according to Portuguese sources. Besides its stone walls, Malacca had also just recently received artillery reinforcements from Goa. “The completion around the whole Portuguese settlement of a solid, fortified wall made of

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Plate 9. Portrait of D. Sebastião by Cristóvão de Morais, 1572.

durable materials was no doubt a radical innovation in Southeast Asian warfare”.²⁶

MANUEL GODINHO DE ERÉDIA'S MATERIALS

The 1580s brought paramount changes to the Portuguese enterprises in India. After young King Sebastião [plate 9] disappeared at the battle of Ksar-el-Kebir, in Morocco in 1578, the vacant Portuguese Crown was claimed, and occupied, by Felipe II (I of Portugal), mighty ruler of Spain and its worldwide empire. And the Iberian Union, which was to last until 1640, immediately brought about a more organized and efficient administration to Portugal and its overseas empire. King Felipe and his advisers urgently wanted to know exactly how things stood, and pressing inquiries were dispatched to Goa, to find out the veritable extent of Portuguese assets in the East and the real situation of its human and material resources. After all, the gathering of basic intelligence had to be on the basis of royal directives concerning the management of such a large empire.²⁷ Detailed reports were sent back to Madrid, and among these the anonymous manuscript *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas Partes da Índia* [Book of the cities and fortresses that the Crown of Portugal possesses in the Indies], which presented a detailed and up-to-date description of Portuguese possessions in the vast regions comprised between the Cape of Good Hope and the archipelago of Japan.

This important report, prepared in 1582, gathered valuable information about Portuguese fortresses and their personnel, together with data on the expenses and revenues of each one of these outposts. Furthermore, the political and military situation of each fortress was clearly assessed, with information being added about the local or regional contexts. Malacca, of course, was also part of this anonymous report, which claimed, with some exaggeration, that the Luso-Malayan port “was the biggest and richest emporium in the world, where there was more flux and trade of all sorts of merchandises”. About Malacca’s defences, the author claimed that it was “encircled all around by walls of stone and lime and taipa, with very strong bastions”, and that it had a “dungeon tower so high, that it overlooked the top of the nearby hill”. In the wall’s bastions, which were plain [*rasos*], there were many ordnance pieces, that could fire in all directions.²⁸ Curiously enough, this source confirms the diversified nature of the walls of Malacca fortress.

Plate 10. Manuel Godinho de Erédia’s self-portrait, 1615.



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

One of the reactions of the Iberian Crown to the materials received from Goa was to dispatch to India Giovanni Battista Cairati (or João Batista Cairato, as he is known in Portuguese sources), charged with the urgent task of surveying and rebuilding the most strategic of the Portuguese fortresses. The Italian architect sailed from Lisbon in 1585 and for several years had his hands full, travelling from one Portuguese settlement to the next, all across the Indian Ocean, drawing plans for new fortresses, consolidating existing structures, and directing the building of new ones. He was responsible for the effective introduction in the Eastern Portuguese settlements of new Italian models of fortification, adapted to most recent technological developments in the field of warfare. It is not clear if Cairati ever went to Malacca before his demise in 1596. A letter from the Iberian Crown to the Portuguese authorities in India, dated January 1588, ordered Cairati to proceed to Malacca immediately, in order to inspect the reconstructions being done at the fortress there and to take care of any innovations that were deemed necessary. None of Cairati's drawings have been found. A letter written in 1595 by the chronicler Diogo do Couto, who was then keeper of the Goa archives, states that Giovanni Battista was heading back to Portugal in that year's India fleet, and that he was carrying back a written "report", illustrated with "drawings of the fortifications" he had planned, inspected or rebuilt. However, he had kept those materials secret, wishing to present "everything" to the King before he allowed any copies to be made.²⁹

Like any other master-architect, Cairati was assisted by draughtsmen recruited in India. And one of his collaborators was Manuel Godinho de Erédia [plate 10] well-known Luso-Malay cosmographer, born in Malacca in 1563, and who studied with the Goan Jesuits, showing particular aptitudes in the fields of mathematics and drawing.³⁰ Godinho de Erédia is the author of a number of important iconographic documents about Malacca, a place where he spent his childhood. On the orders of the Portuguese authorities in India, he embarked in 1601 in the fleet of André Furtado de Mendonça, which was bound for Malacca, from whence came alarming news of military distress, caused not only by serious and persistent attacks of Asian foes, but also by the unexpected and repeated arrival of Dutch ships to those parts. One of the direst consequences of the Iberian Union was that the

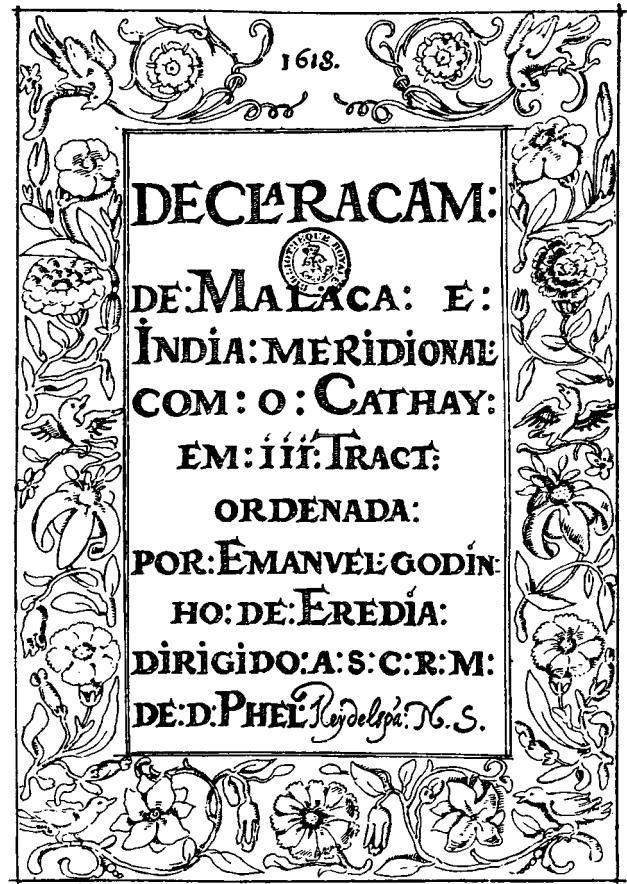


Plate 11. Frontispiece of *Declaraçam de Malaca*, 1613.

European enemies of Felipe II, and namely the English and the Dutch, immediately launched naval campaigns against Portugal's and Spain's overseas empires.³¹ The Dutch fleets, after their first successful voyage to Java in 1595-1596, concentrated their attentions on acquiring strategic positions in the Malayan Peninsula and in the Indonesian Archipelago, trying to overcome the Portuguese as intermediaries in the trade of precious Asian commodities.

So, for several years, Erédia was kept busy by the Portuguese Crown's officers, patrolling the Straits of Malacca and Singapore, planning and building fortresses, and undertaking geological surveys. During his wanderings through the Malayan Peninsula, Erédia fell ill with beriberi, and in 1606 he was forced to travel back to Goa to recover. He took with him several maps, surveys and sketches of Malacca, which in later years he included in his many cartographic atlases and in his famous *Declaraçam de Malaca* [plate 11].³² This was Erédia's most ambitious and most extensive work,

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

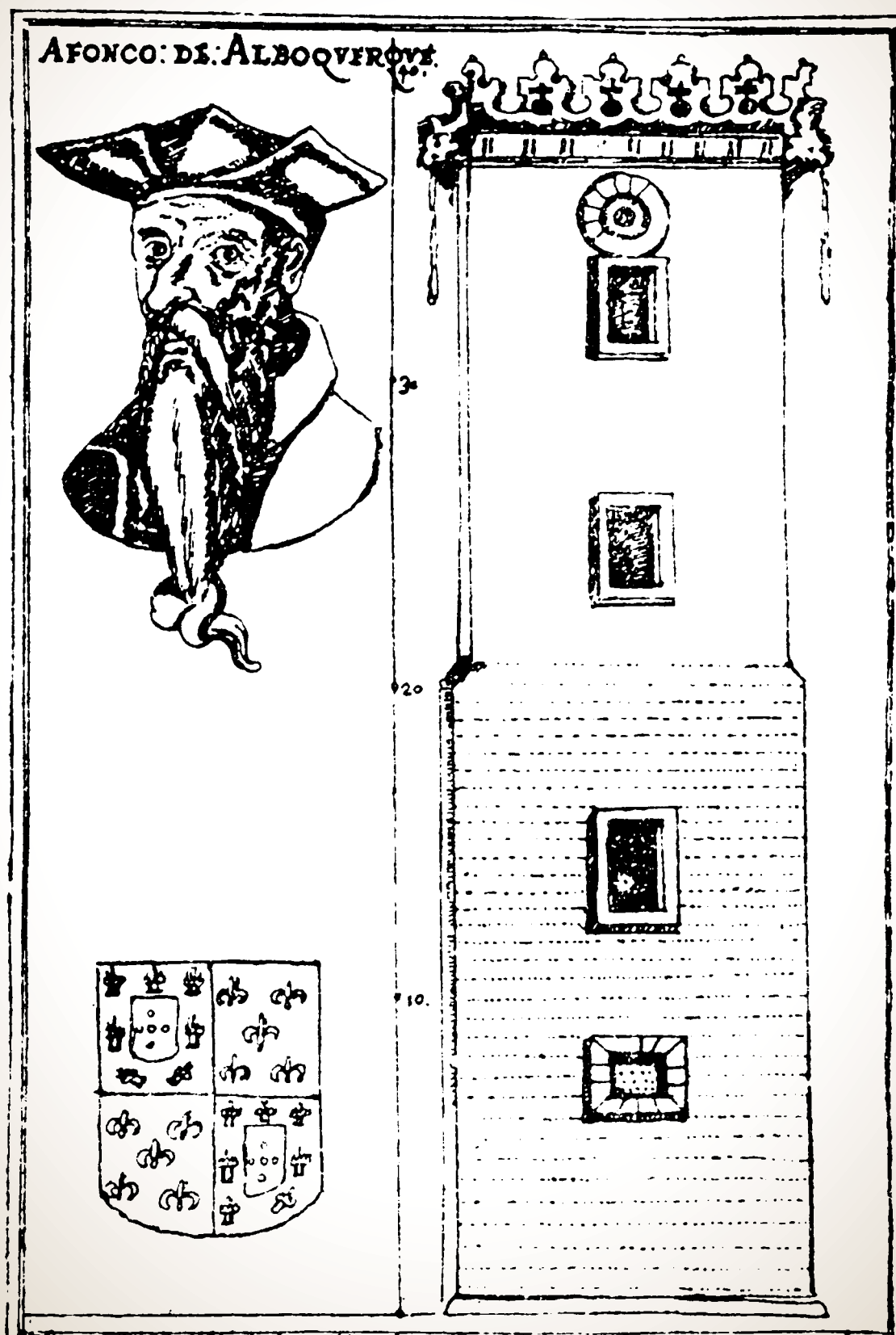


Plate 12. The dungeon tower.

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

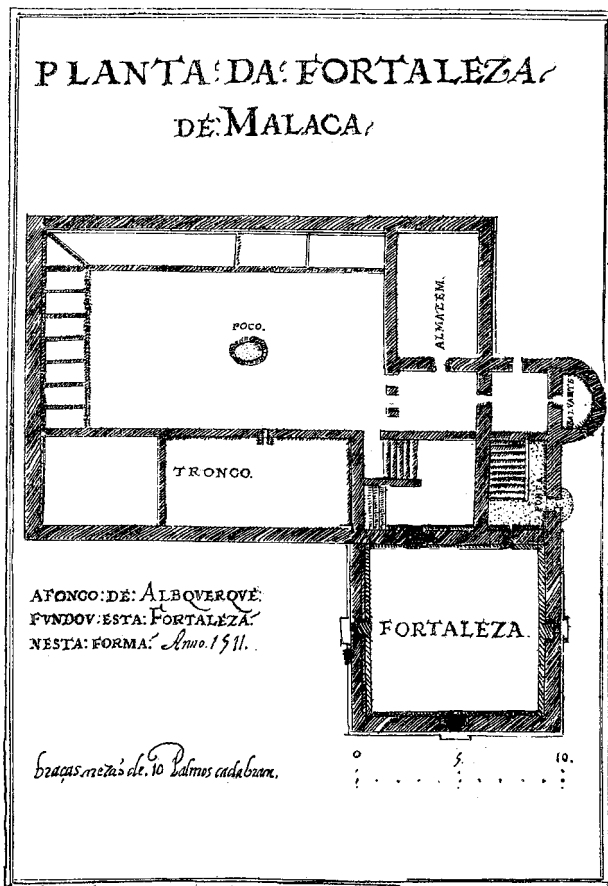


Plate 13. Plan of the Malacca fort.

which was concluded in 1613 in Goa. The first part is dedicated to “Malaca e seu districto”, and includes a thorough description of Malacca and its hinterland, illustrated with maps, portraits of people, drawings of plants, animals and ships. Several of the drawings deserve attention.

First, there is the drawing of the dungeon tower [plate 12], five storeys high, “in shape a quadrilateral, of which each side measured 10 fathoms [braças]; its height was 40 fathoms”.³³ Certainly, Erédia’s *braças*, or fathoms, are smaller than the ones mentioned in other sources. Otherwise, the fortress would have a base of 22 meters and a height of 88 meters. One guess is that Erédia’s *braça* was 70 cm long, and that the measures he mentions could be 20 fathoms for the base (which is a possible reading of the original manuscript) and 40 fathoms for the height. Curiously enough, Erédia’s representation of the tower, besides a portrait of Afonso de Albuquerque, includes measurements of the several storeys, which can be compared to Gaspar Correia’s

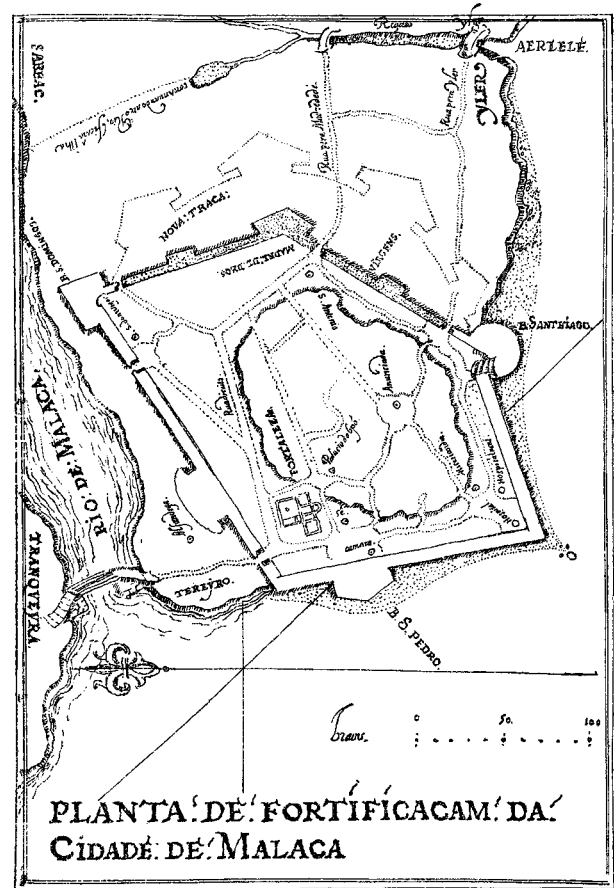
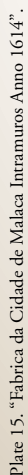


Plate 14. Another plan of the Malacca fortress.

indications. The next interesting drawing is an elaborate plan of the Malacca fort [plate 13], showing the inside distribution of space. This plan, in a smaller scale, is included in another drawing, representing the complete Portuguese fortress [plate 14]. The text of the *Declaração* gives some references to the fort, namely that “there is a wall of stone and lime all around, and to the east, and inside [the fort], there is a well of water, to be used in times of disturbance or war”.³⁴ Erédia’s designs, when associated with Gaspar Correia’s drawing, offer a realistic image of the original fortress built by Albuquerque, including details about the tower, about the entrance, and about the interior distribution of space.

Then, there is the complete depiction of the Portuguese fortress, a bird’s-eye view entitled “Fabrica da Cidade de Malaca Intramuros Anno 1614” [plate 15], together with a list of captions.³⁵ The representation of Malacca does not seem to be totally accurate, since the perspective is irregular, emphasizing certain features of the urban space. But when compared with the



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

anonymous 1568 drawing, there are some substantial differences. The walls appear to be completely made of stone all around, including the stretch of wall along the river, where a rectangular rampart was added, perhaps to protect the Customs House. The bastion of *As Virgens* appears clearly drawn, having also a rectangular form. And, most notably, a new bastion was built on the sea-front, the *Baluarte de São Pedro*, in some sources styled as the *Couraça*, which was certainly meant to reinforce the security of the harbour, in face of incoming threats from Dutch shipping. The polygonal bastion had a platform, where guns were mounted. Meanwhile, several doors are shown on the walls of the fortress. The captions identify the main constructions within the Portuguese walled town: a) Fortress; b) Main Church; c) Municipality; d) House of Mercy; e) Pauper Hospital; f) Royal Hospital; g) Jesuit Church and College; h) Bishop's Palace; i) Augustinian Convent; j) Dominican Convent; m) Prison; n) Bell Tower. It will be noticed that the Jesuit Church and College, where Erédia studied in his youth, and which were completed around 1579, are clearly emphasized, by their dimensions.

Erédia's drawing is complemented by a textual description of the fortifications, which can be used to check his iconographic representation. First he mentions the "right angle" made by the walls near the water front, stating that the wall curtains made of stone and lime follow straight lines, one northwards to the mouth of the River, 130 fathoms [*braças*] long, the other "towards sunrise, with 75 fathoms", to the round Bastion of Santiago. Then the wall, also of stone and lime, follows the River for a distance of 150 fathoms, up to São Domingos' bastion, which is also round. Beyond the wall, which is now made of earth [he uses the word "matte"], stretches for 100 fathoms in the direction of the Madre de Deus, a new polygonal bastion. From here, another wall of earth runs for a distance of 100 fathoms until Santiago's, completing the fortress walls, in "such a manner that the full circle of the walls stretches for 655 fathoms, of 10 palms [*palmos*] each fathom". Erédia further adds that the "architect major João Baptista [Cairato]" designed plans for new stone walls, which in his drawing are identified as "Traça Nova" [New Design], but these were never finished.³⁶ The project of the fortification is also seen in another of Erédia's drawings, also included in the *Declaração de Malaca*.

The transformations in Malacca fortress apparent in Erédia's drawing most probably reflected the

improvements done when Cairati was there, around 1588-1589, and also some reconstruction done in the 1590s. In fact, in 1596 the walls of Malacca were again in need of repair, since this request appears in letters from the local Municipality to the Iberian Crown, who answers in March of that same year about the "haste needed in the reconstruction of the walls of the city of Malacca".³⁷ The bastion of São Domingos was in a particularly dire condition, since it could not stand any artillery pieces. Judging from the look of this bastion in Erédia's drawing, it was certainly repaired before 1604, although, as Cairati had meant, it was not modernised to a polygonal shape.

By 1610, Portuguese Asia was beginning to endure some of the direst consequences of the Iberian Union. The Dutch *Vereenigde Oostindische Compagnie*, or VOC, founded in 1602, was concentrating its operations on Southeast Asia and on the South China Sea,³⁸ trying to establish bases in strategic places and trying to wrestle from the Portuguese fair shares of the lucrative Eastern trades. The times were, in fact, changing, and the Iberian Crown urgently requested sound intelligence regarding the existing Oriental fortresses, in order to be able to take defensive measures against the assaults of European rivals. Manuel Godinho de Erédia was the right man in the right place. He was stationed at Goa, he had travelled widely in the Indian Ocean, and he had precious mathematical and drawing skills. In the following years he produced sundry cartographic and topographic materials, dealing with the Portuguese fortifications in the East. Between 1610 and 1622 he produced two atlases, including dozens and dozens of maps, charts, plans, drawings, and many corresponding texts, which are generally titled *Plans of the Fortresses of the Estado da Índia*, in answer to the requests coming from Lisbon and Madrid. The atlases, of course, include lightly wash-coloured drawings of Malacca [plates 16 and 17], which is pictured from a bird's-eye view, where the overall image of the fortress is more important than any specific details about the town.

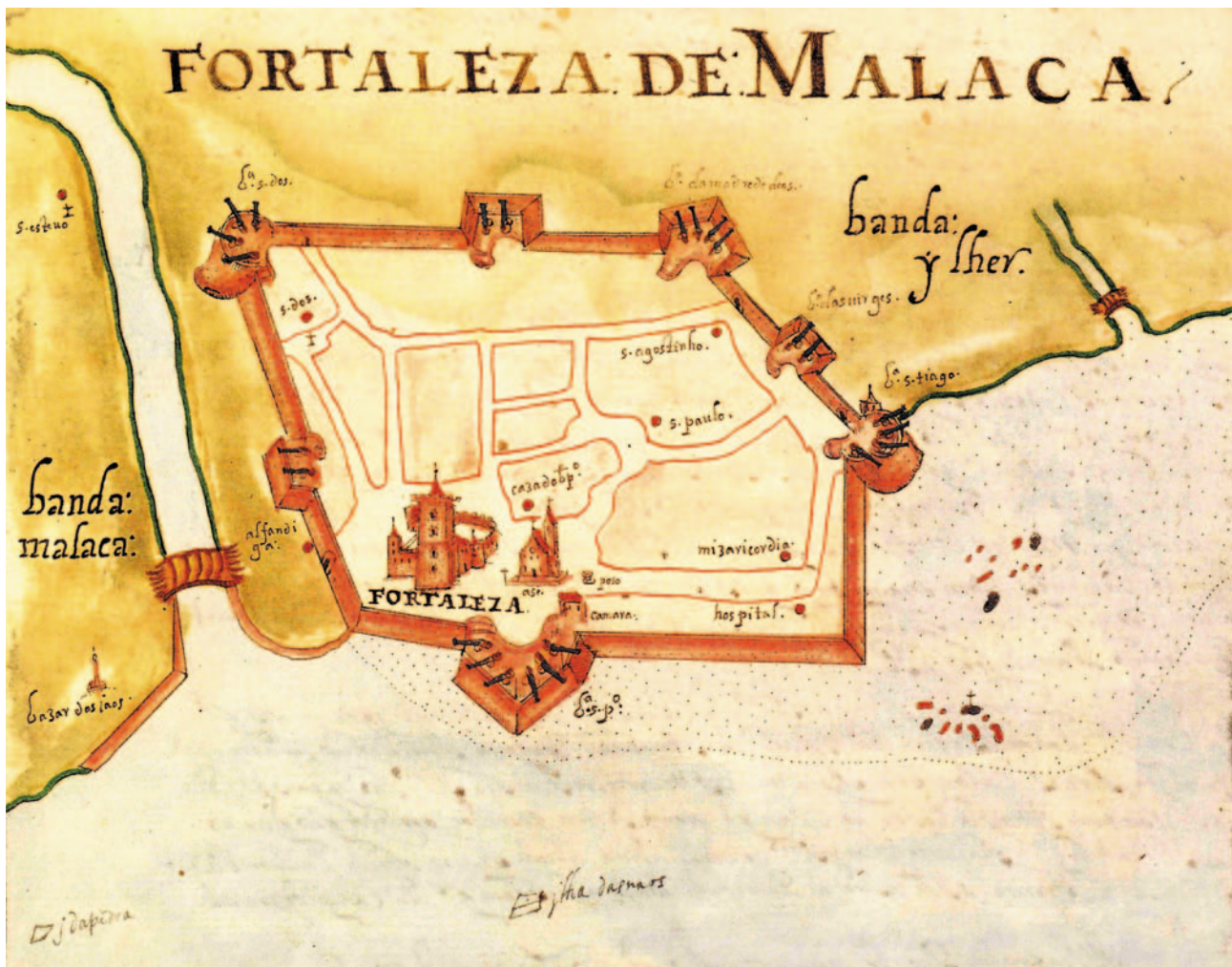
THE WATERCOLOURS OF PEDRO BARRETO RESENDE

Elsewhere in maritime Asia, European rivals kept their pressure on Portuguese positions. And so, the Iberian Crown kept demanding Goa for detailed intelligence about the situation in the Orient. In

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II



Plates 16 and 17 (overleaf). Malacca, in Erédia's *Livro de Plantafoma das Fortalezas da Índia*.

1632, and again the following year, the Iberian King wrote to the Portuguese Viceroy in India, asking for “descriptions of all the coasts, ports, bays and anchorages in the Estado [da Índia]”. The Count of Linhares immediately answered, declaring that he had entrusted the task to António Bocarro, one of his most trusted collaborators, who was then the official chronicler and keeper of the Goa archives. In answer to the Viceroy’s command, António Bocarro prepared a lengthy *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental* [Book of the Plans of all the Fortresses, Towns and Villages of the East Indies], two copies of which were dispatched to Lisbon and Madrid in 1635.³⁹

Bocarro’s work was extremely thorough, including all sorts of interesting and important data about

Portuguese establishments in the Orient, from East Africa to South China, including the condition of the Portuguese fortresses, the available resources in men, artillery, and military supplies, the local political contexts, the movements of trade and the customs’ revenues, the most relevant institutions, and also the organics of the busiest maritime routes. There was a chapter on Malacca, with details about the Portuguese fortress. He mentioned that the town was “encircled with a stone and lime wall 20 feet high”, which was “12 palms [palmas] wide at the bottom and 7 palms wide on the top”. There were “six bastions, including the one they name the Couraça, each one with its name, all of them with platforms”. Bocarro further added that the total circuit of the Malacca fortress was “410 paces [paços]”.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II



Plate 18. The fortress of Malacca in António Bocarro's *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*.

Other sources mention that since 1615 Malacca had a special 'war captain', which was António Pinto da Fonseca, who was in charge of maintaining the city's defence operations. He was notably responsible for the improvements made to the defensive systems, which were described by António Bocarro: two outer walls [*contra muros*], one that ran from the corner of the Hospital to the São Domingos bastion, the other that ran from Santiago bastion to the Madre de Deus one. Between the inner and the outer walls there was a space "14 palms wide, filled with rubble". Finally, Bocarro also mentions the tower where the captain lived, "five storeys high", square, 20 paces wide. Around it there was a wall, with its platform, "the same height and width as the city walls".⁴⁰

António Bocarro was diligent enough to include in his *Livro das Plantas* several dozens of watercolour drawings of the fortresses he described, and also the coloured portraits of 44 governors and viceroys of the Portuguese *Estado da Índia*. He did not care

to reveal the name of his valuable collaborator, but contemporary sources identify this man as one Pedro Barreto de Resende, a Portuguese civil servant also based in Goa. In 1635 he had agreed to lend his drawings to António Bocarro, in exchange for the chronicler's textual information, and the complete *Livro das Plantas* was sent to Lisbon and Madrid, for the eyes of the Iberian King. One of the watercolours represents Malacca [plate 18], a bird's-eye view produced on the basis of information collected in Goa, since it is almost certain that Barreto de Resende did not visit the Malay Peninsula. He either received sketches made on sight by third parties, or he proceeded on the basis of oral or written information he could gather.

The fortress drawing is rather naïf and, although it is not geometrically accurate, it seems to combine a keen artistic interest with an eminently pragmatic purpose. Barreto de Resende probably used a geometric ground plan, which he then reshaped into a view with a vanishing point. As topographical paintings, and once

WEAPONS, FORTS AND MILITARY STRATEGIES IN EAST ASIA – II

they were combined with the textual descriptions of António Bocarro, the drawings certainly would convey to the Iberian Crown the necessary intelligence about the location and the characteristics of the Portuguese fortifications, as well as the scale of the fortresses in relation to the surrounding urban environments. The bird's-eye views were intended to convey the idea of realistic cities. In the case of Malacca, the drawing shows a heavily fortified city, with a complete set of powerful stone walls. Curiously enough, most of the ordnance was concentrated on the in-land walls and ramparts, from where, apparently, dangerous menaces were expected. The walls facing the sea were not so heavily defended, since the Portuguese could use their ships to counter any attack coming from that side. Around the main fortress, several wooden palisades can be seen, protecting some of the kampongs.

The iconography of fortresses became a dominant feature of Portuguese cartography at the turn of the 16th century and during the first half of the 17th century. On the one hand, administrative reasons were at the basis of the production of sundry *Livros de fortalezas*, since the Iberian royal bureaucracy was interested in surveying the veritable resources of the *Estado da Índia*, in order to take them into account in its imperial policy-

making. On the other hand, political and military circumstances, dictated by the overseas expansion of the English and the Dutch, made all intelligence about Portuguese material resources in the East of paramount importance. The overall strategy of the Iberian Crown had to take into account the means of defence that the *Estado da Índia* could muster to face new challenges.

All in all, the reviewed iconographic material presents a rather detailed image of the evolution of Malacca fortress throughout the Portuguese period. Since its early days, *A Famosa* suffered regular improvements and reconstructions that were meant not only to secure Portuguese interests in the Malacca Strait, but also to adapt existing defence conditions to the evolution of warfare tactics and technologies. The fall of Malacca to the Dutch, in 1641, was brought about by a multitude of political, economic and military factors. But it certainly wasn't caused by a lack of military defences in the Portuguese held stronghold. Malacca fortress, as far as it is possible to assess from surviving textual and iconographic materials, was regularly maintained by Portuguese authorities, in order to face constant military challenges, coming first from local Asian policies, and later from European competitors. **RC**

NOTES

- 1 Cortesão, vol. 1, p. 228.
- 2 Vd. Thomaz, 2000, *passim*.
- 3 Rego, vol. 1, pp. 10-11.
- 4 Rego, vol. 1, p. 21.
- 5 Vd. Parker, pp. 198-2007.
- 6 The original Italian has: "manovale, muratore e scharpellino".
- 7 Noonan, p. 199.
- 8 "Nas obras da fortaleza se trabalha; ha torre he em formosa altura e largura, de fermosas casas, bem amadeiradas; cada sobrado faço de 21 e 22 palmos; tenho determinado fazer a torre de cinco sobrados de altura, com as ameas de cento e trinta palmos, por tal que, por cima do outeiro, descubra o mar." (Rego, vol. 1, p. 74).
- 9 "O corucho he, no meio, de cincoenta e cinco palmos, pelas asnas, sam sesemta" (Rego, vol. 1, p. 62).
- 10 Cortesão, vol. 2, p. 281.
- 11 The Portuguese *braça*, usually translated as fathom, is supposed to be equivalent to 2.22 meters.
- 12 This is a strange measurement, for the door would be 4.4 meters above the ground level.
- 13 Correia, vol. 1, pp. 250-252.
- 14 Garcia, p. 110.
- 15 "A grossura do muro era doyto pés todo de cantaria"; "era a fortaleza entulhada em altura de meã lança darmas" [Castanheda, vol. 1, p. 681].
- 16 Barros, 2-6-6, pp. 282-283.
- 17 Albuquerque, vol. 2, pt. 3, p. 156.
- 18 Vd. Alves, *passim*.
- 19 "Reinando, elRey dom Sebastião, primeiro deste nome, E gouernando, ho estado da India ho viso Rey dom Antão de Noronha Soltão, allaharadim Rey do dachem e doutros Reinos, veio cercar esta cidade de Malaca sendo capitão della dom lionis pereira, o qual lha defendeo cõ dozetos portugueses; trazendo o ymigo trezentas vellas e quinze mjl homes de peleja, em que entraão muitos turquos e arreneguados, e outras gentes de diuersas nações E dez mil homes de seruiço E o capitão lhe fez aleuantar o cerquo co lhe matar el Rey de Aruu Seu filho mais velho, e quatro mjl hoies, os principais capitães e soldados do seu exercito, e lhe tomou alguuas peças dartilharia." [Iria, *Studia* 7, p. 109).
- 20 Manguin, p. 612.
- 21 Manguin, p. 616.
- 22 Manguin, p. 613.
- 23 Wicki, vol. 7, p. 524: "Yão-lhe derribando algumas ameas e, porque era de taypa, fizerão-lhe hum contra-muro de pedra muy forte por dentro e asi ficou seguro".
- 24 Couto, p.143.
- 25 Vd. Thomaz, 1995, pp. 481-519.
- 26 Manguin, p. 625. About warfare methods in Southeast Asia, vd. Reid, vol. 2, pp. 219-233.

ARMAS, FORTALEZAS E ESTRATÉGIAS MILITARES NO SUDESTE ASIÁTICO – II

- 27 Vd. Loureiro, 2007, pp. 66-80.
 28 Luz, fls. 59-60: “está cercada em roda com muros de pedra e cal e de taipa, com seus baluartes muito fortes”.
 29 Caminha, p. 88. One of the ships of that year’s fleet, perhaps the one where Cairati embarked, was lost at sea (cf. Maldonado, p. 98).
 30 Loureiro, 2008, pp. 15-63.
 31 Vd. Valladares, *passim*.
 32 Loureiro, 2007, pp. 66-80.
 33 Mills, p. 17.
 34 Erédia, fl. 5: “com hua cerca de muros de pedra e cal na parte do nacente, e dentro hum poço de agoa: pera quando se offerecer reboliços e alteração de guerras”. Mills’ translation is somehow different: “on the east there was a circle formed by walls of stone and mortar: there was a well in the middle: so that in times of disturbance or war” (p. 17).
 35 Mills, pp. 205-206.
 36 Erédia, fl. 5.
 37 Iria, *Studia* 5, p. 101: “brevidade com que se necessita fazer a obra dos muros da cidade de Malaca”.
 38 Vd. Loureiro, 2005, pp. 166-187.
 39 Bocarro, 1992, *passim*.
 40 Bocarro, vol. 2, p. 251.

BIBLIOGRAPHY

- Albuquerque, Afonso Brás de, *Comentários de Afonso de Albuquerque*. Ed. Joaquim Veríssimo Serrão. 2 vols. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
 Alves, Jorge Santos, *O Domínio do Norte de Samatra. A História dos Sultanatos de Samudera – Pacém e de Achém e das Suas Relações com os Portugueses (1500-1580)*. Lisbon: Sociedade Histórica de Independência de Portugal, 1999.
 Barros, João de, *Ásia. Segunda Década*. Ed. António Baião & Luís Filipe Lindley Cintra. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.
 Bocarro, António, *Década 13 da História da Índia*. Ed. Rodrigo José de Lima Felner. 2 vols. Lisbon: Academia Real das Ciências, 1876.
 ———, *O Livro das Plantas e de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Ed. Isabel Cid. 3 vols. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
 Caminha, António Lourenço de, *Obras Inéditas de Diogo do Couto Chronista da Índia e Guarda mor da Torre do Tombo*. Lisbon: Imprensa Imperial e Real, 1808.
 Castanheda, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Ed. Manuel Lopes de Almeida. 2 vols. Oporto: Lello & Irmão, 1979.
 Correia, Gaspar, *Lendas da Índia*. Ed. Manuel Lopes de Almeida. 4 vols. Oporto: Lello & Irmão, 1975.
 Cortesão, Armando, *The Suma Oriental of Tomé Pires*. 2 vols. New Delhi: Asian Educational Services, 1990.
 Couto, Diogo do, *Década Oitava*. Ed. Nicolau Pagliarini. Lisbon: Livraria Sam Carlos, 1974.
 Erédia, Manuel Godinho de, *Malaca, l’Inde Orientale et le Cathay*. Ed. Léon Janssen. Brussels: E. Lambert-Stevelinck, 1881.
 ———, *Informação da Aurea Quersoneso*. Ed. Rui Manuel Loureiro. Lisbon: Centro Científico e Cultural de Macau, 2008.
 Garcia, José Manuel (ed.), *Tesouros da Cartografia Portuguesa*. Lisbon: Edições INAPA & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
 Iria, Alberto, “Elementos de estudo acerca da possível contribuição portuguesa para a organização do Museu Histórico de Malaca”. *Studia* (Lisbon), no. 5, 1960, pp. 47-134; no. 6, 1960, pp. 57-120; no. 7, 1961, pp. 107-149; no. 8, 1961, pp. 257-333.
 Loureiro, Rui Manuel, “Early Portuguese Perceptions of the ‘Dutch threat’ in Asia”. In *Rivalry and Conflict. European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*. Ed. Ernst van Veen & Leonard Blussé. Leiden: CNWS Publications, 2005, pp. 166-187.
 ———, “Para os olhos do Rei: iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600”. *Oriente* (Lisboa), no. 18, 2007, pp. 66-80.
 Luz, Francisco Paulo Mendes da (ed.), *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal Tem nas Partes da Índia*. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.
 Maldonado, Maria Hermínia (ed.), *Relação das Nãos e Armadas da Índia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1985.
 Manguin, Pierre-Yves, “Of Fortress and Galleys: The 1568 Acehnese Siege of Melaka, after a Contemporary Bird’s-eye View”. *Modern Asian Studies* (Cambridge), vol. 22, no. 3, 1988, pp. 607-628.
 Mills, J. V. (ed.), *Erédia’s Description of Malaca, Meridional India and Cathay*. Ed. Cheah Boon Kheng. Kuala Lumpur: MBRAS Reprint, 1997.
 Noonan, Laurence A., *John of Empoli and his Relations with Afonso de Albuquerque*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
 Parker, Geoffrey, *El éxito nunca es definitivo. Imperialismo, guerra y fe en la Europa moderna*. Madrid: Taurus, 2001.
 Rego, António da Silva (ed.), *Documentação para a História do Padroado Português no Oriente – Índia*. 12 vols. Lisbon: Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar, 1949-1958.
 Reid, Anthony, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450-1680*. 2 vols. New Haven & London: Yale University Press, 1988-1993.
 Thomaz, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia”. *Mare Liberum* (Lisbon), no. 9, 1995, pp. 481-519.
 ———, *Early Portuguese Malacca*. Macao: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses & Instituto Politécnico de Macau, 2000.
 Valladares, Rafael, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680) – Declive imperial y adaptación*. Leuven: Leuven University Press, 2001.
 Wicki, Joseph (ed.), *Documenta Indica*. 18 vols. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988.

Luís Fróis em Macau

ANTÓNIO RODRIGUES BAPTISTA*

Para o tema que me proponho aqui tratar tenho a dizer, antes de mais, que o material disponível não é abundante, mas é significativo. Aproveitarei duas cartas inéditas, escritas em Macau, uma pelo padre italiano, João Baptista do Monte, e outra pelo padre português, Luís Fróis. Utilizarei também neste trabalho as três cartas (pessoais) escritas em Macau por este último, já publicadas, em parte, na edição da *Historia de Japam* organizada por José Wicki, em 1976.¹ E para a vocação missionária de Luís Fróis para o País do Sol Nascente e para as partes da China irei socorrer-me de alguns passos das primeiras cartas escritas em Malaca e em Goa pelo jesuíta português.

Falar do padre Luís Fróis em Macau é falar de dois momentos capitais da sua vida: o primeiro, diz respeito aos seus propósitos missionários; o segundo, refere-se ao balanço da sua obra.

Penso que ninguém reparou ainda, a sério, nos quatro anos passados por este missionário em Macau, em duas épocas distintas, ou seja, entre Agosto de 1562 e Junho de 1563, e, mais tarde, entre Outubro de 1592 e Junho de 1595. Foram quatro anos de trabalho e reflexão para o generoso inaciano, que devem merecer a nossa atenção. Confessemos que nem o historiador António Franco, na sua *Imagem da Virtude de Lisboa...*, ao consagrar 54 páginas à vida e à obra de Luís Fróis, fez a mínima alusão aos anos que este passou em Macau.² Vamos, portanto, nós hoje fazê-lo, de uma vez para sempre.

ANTECEDENTES

Não é despiciendo notarmos, em primeiro lugar, alguns antecedentes que prepararam o espírito e a viagem do jesuíta português para a China e para o Japão.

Na verdade, com a morte de Francisco Xavier na ilha de Sanchoão, em Dezembro de 1552, o caminho para a China estava traçado. A partir deste momento, a atracção para o Celeste Império era uma obsessão para os padres da Companhia de Jesus. Assim, três anos mais tarde, coube ao Pe. Belchior Nunes Barreto vir a ser o primeiro jesuíta a penetrar no Império do Meio, com várias idas a Cantão, sobretudo para resgate dos cativos portugueses. É o irmão Luís Fróis, em carta de Malaca, de 1 de Dezembro de 1555, escrita para os confrades de Goa, que nos dá conta desta viagem:

“O Pe. Mestre Melchior esteve aqui o anno passado mui abalado – quando soube que os Portugueses tinham entrada em Cantão e que se começavam a contratar paces e faz[er] direitos os portugueses com os chineses.”³

Quinze dias mais tarde, Luís Fróis em nova carta de Malaca, fala da partida para a China do Pe. Belchior Nunes e lamenta não ter ele próprio participado nesse projecto para o qual inicialmente estava indicado. Assim se expressa:

“Antes que ho Padre daqui se partissemos tinha determinado mandar-me à China e lancarem-me os portugueses na terra, para que na cidade de Cantão me pusesse com algum dos senhores da terra, e a haí amdase dous ou tres anos aprendendo a lingua, até que da India viessem Padres, pera que, quando laa fosse[m], achasse[m] quem lhe soubesse interpretar a lingua.”⁴

* Doutor em Filologia Hispânica (literatura), antigo Professor na Universidade de Macau. Investigador da Acção Missionária no Extremo Oriente.

Ph.D. in Hispanic Studies (Literature), former lecturer at the University of Macao, researcher of the Catholic Missions in the Far East.

HISTORIOGRAFIA

De facto, tal não aconteceu. É ainda o irmão Fróis que no-lo revela em carta enviada de Malaca, a 1 de Dezembro de 1555, para os irmãos de Goa dizendo-lhes que tivera de permanecer no Colégio da Companhia, em Malaca, “pera varrer estas casas e oulhar por ellas”. Mas, não terá sido somente para “oulhar” pelas “casas”, pois, segundo consta, terá sido, até, para fazer a ligação postal entre as várias casas da Companhia de Jesus no Oriente.⁵

A este propósito, recordemos que Luís Fróis veio a ser substituído na China pelo irmão Estêvão de Góis que, passado um ano, renunciou ao cargo, por motivos de saúde. Por isso, na sequência do fracasso da embaixada de Belchior Nunes e Fernão Mendes ao Japão, também os dois jesuítas (Góis e Fróis) regressaram com eles à Índia, em 1557.⁶

A REALIDADE JAPONESA

Chegando a Goa pela Páscoa de 57, o jesuíta português continuou os estudos teológicos e recebeu a ordenação em 1561.

Notemos, por outro lado, que, anos antes de partir para o Japão, Fróis dera-se conta da realidade japonesa. Isto convém acentuá-lo, até para observarmos a qualidade da vocação do nosso missionário. Assim, em carta de Goa para Portugal dirigida ao irmão João Fernandes escreve Luís Fróis a 4 de Janeiro de 1559: “Nas [cartas] de Japão vereis fomes, frios, falsos tistimunos.”⁷

E em outra carta, de 12 de Novembro de 1559, informa o mesmo jesuíta, de Goa para os seus confrades da Europa, acerca do Japão: “a distância do caminho hé grande, e os perigos da navegação muitos.”⁸

Sobre estes perigos em terras japonesas, Luís Fróis ainda comunica de Goa para os jesuítas de Portugal, a 1 de Dezembro de 1560: “Em Japão o padre Baltasar Gago teve por algumas vezes o cutelo mui propinquo ao pescoso.”⁹

Acerca das carências existentes no Japão, advertira, por seu turno, o Pe. Nunes Barreto, em 17 de Dezembro de 1560, para o confrade Pedro Anes, em Lisboa: “Japão [...] hé terra muito apartada de consolações humanas.”¹⁰

PRIMEIRA ESTADIA EM MACAU

Foi, por conseguinte, perante este quadro negro que o nosso missionário partiu de Goa para o Japão,

em Abril de 1562, na companhia do confrade italiano, Baptista do Monte. Ambos chegaram felizmente a Macau no navio de Diogo Pereira, em 24 de Agosto, tendo sido “visitados de hu fortíssimo tempo”, “perto destas terras da China”, ou seja, na ilha de Sanchoão, aonde estiveram “oito ou dez dias”, sacudidos por “mares e ventos mui rijos”.¹¹

Uma vez em Macau, os dois padres (Monte e Fróis) tiveram de esperar pela monção do ano seguinte, para seguirem para o País do Sol Nascente, o que veio a acontecer em Junho de 1563, por alturas do S. João.

TESTEMUNHO DO PADRE MONTE

Indaguemos, agora, o que terá feito Luís Fróis, em Macau, durante os dez meses passados nesta parte da China?

Não é ele propriamente quem nos informa. Quem dele nos fala directamente é o seu companheiro Baptista do Monte, pois é deste missionário que nos chegaram três cartas, duas em português e a terceira em italiano.

A primeira carta, escrita 20 dias após a chegada dos dois missionários a Macau, traz duas datas: 14 de Setembro e 22 de Dezembro de 1562. Dirigida aos jesuítas do Colégio de Santo Antão de Lisboa, o original ter-se-á perdido, mas dele possuímos uma cópia, ainda inédita, no segundo volume das Cartas do Japão do Colégio de Évora, conservado na Academia das Ciências de Lisboa.¹² A segunda carta de Macau contém a data de 26 de Dezembro de 1562 e foi enviada ao prepósito da Casa de São Roque, Miguel Torres, e aos jesuítas de Portugal. Quanto à terceira carta escrita também no porto de Macau, traz a data de 29 de Dezembro do mesmo ano, e foi enviada para Roma ao secretário da Companhia de Jesus, João de Polanco.¹³

Estas três cartas, ainda pouco exploradas, estão assinadas pelo Pe. Baptista do Monte e têm para nós uma importância especial para verificarmos alguns aspectos importantes sobre a primeira estadia do Pe. Fróis na Cidade do Nome de Deus. Primeiramente, a chegada ao porto da China dos dois missionários no navio de Diogo Pereira; depois, o trabalho desenvolvido pelos dois jesuítas, principalmente Luís Fróis, junto das várias centenas de portugueses residentes em Macau; em seguida, para notarmos a fixação e o modo de vida dos comerciantes portugueses; finalmente, para podermos

HISTORIOGRAPHY

aquilatar dos costumes e das inclinações naturais dos chineses para as artes e ofícios. Este ponto é salientado sobretudo na carta dirigida a João de Polanco.

No que toca ao trabalho realizado pelo missionário português, durante estes dez meses em Macau, podemos observá-lo principalmente na primeira carta escrita vinte dias após a sua chegada ao porto de A-Má. Embora se trate de uma missiva bastante curta, esta carta escrita pelo Pe. Monte é, para nós, a mais importante, não só por ser a primeira e servir de base às duas cartas seguintes, mas sobretudo por nela ser referido, em três momentos, o nome e a acção apostólica do Pe. Luís Fróis. Monte relata-nos, antes de mais, as primeiras impressões dos dois missionários e os perigos ocorridos, em maré de tufões, começando por dizer:

“de Malaca nos partimos aos 14 de Julho para esta terra da china [com] suffice(n)te boa viagem(m), ainda que no cabo algum enfadame(n)to misturado cō perigo tivemos. Todavia o Sñor se dinou nos trazer a salvame(n)to aos 24 de agosto dia de S. Bartolomeo.”¹⁴

Agradecendo, de algum modo, a quem os trouxera e abrigara em Macau durante “8 dias”, ou seja, a Guilherme Pereira, “homem muito amigo da Comp^a.”, o Pe. Monte acrescenta que Guilherme era irmão de Diogo Pereira, o qual vinha “por capitão mor a este porto e com cartas do Vizo Rey para el rei da china”.¹⁵

A carta refere, por outro lado, que os dois jesuítas procuraram depois uma casa para estarem mais a seu modo, esclarecendo:

“depois nos pareço ao Pe. Luis froes e a mi, que melhor e mais convenientemente estariamos em hu(m)a casa para poder confessar e estudar.”¹⁶

Esta casa foi então encontrada junto de outro “mui grande amigo da Comp^a. e não somente amigo, mas realmente como proprio Irmão della por ter hu(m)a muy boa casa conveniente para religiosos”. Aqui prepararam os dois jesuítas “dous cubículos [...] e também uma varanda”, onde ergueram “hu(m) altar” e onde todos os dias celebravam missa para “muita gente” que ali vinha “por ser lugar muy comodo”.¹⁷

Por esta carta ficamos a saber como e quem principiou em Macau, de facto, a fundação da primeira residência da Companhia de Jesus: foi, portanto, o Pe. Luís Fróis com o seu confrade Baptista do Monte. Tal casa ficava nas dependências do mercador espanhol,

Pedro Quinteiro, junto da actual igreja de Santo António. Além disso, essa casa viria a ser o embrião do futuro Colégio de São Paulo e a pedra angular da Igreja da Madre de Deus, assente 40 anos mais tarde, para nascente, no meio da colina do Monte, conforme ainda hoje se pode verificar.¹⁸

Acerca do trabalho levado a cabo pelos dois inicianos reza o manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa:

“Quanto as nossas occupações louvado seia Ds. nunca estamos ociosos mas âtes continuame(n)te occupados e principalme(n)te em cõfissões, assi na Igreja como em nossa Casa.”¹⁹

E o texto sublinha a principal actividade do jesuíta português deste modo: “o padre Luis froes prega todos os dias sanctos e domingos na Igreja com muy boa satisfação de todos os auditores”, concluindo: “despois que ca prega emme(n)danse muito os home(n)s de seus peccados e vicios em que estavam metidos”.²⁰

A carta do Pe. Monte, que temos vindo a citar, prossegue no mesmo tom, dando-nos assim o primeiro testemunho do labor missionário dos jesuítas em Macau, continuando da seguinte maneira:

“todas as oras temos homes em nossa casa que nos vem pedir conselho acerca de suas consciencias por ser esta terra de muy grosso trato, por se fazerem muitos tratos de Chatinaria.”²¹

Aqui, o missionário roga ao Senhor que lhes dê “o saber e espirito necessario” para bem resolverem os casos que por eles passam.

Quanto às gentes da terra, ou seja, os chineses, escreve o Pe. Monte: “não os achamos muy despostos para se fazere(m) christãos”. Em contrapartida, aponta a necessidade que há no Japão de missionários, pois pelas notícias providas de “Hu(m) home(m) honrado mercador”, vinham em “certa parte” as mulheres japonesas “com os filhos nos braços arogarlhe que os quisesse por amor de ds. fazer christãos”.²²

Pelo testemunho deste “honrado mercador”, poderemos, portanto, aquilatar das labaredas de entusiasmo ateadas na alma não só destes abnegados missionários em viagem para o Japão, mas ainda nos colegiais de Santo Antão de Lisboa ou nos vários colégios europeus aonde chegavam tais ecos e eram lidas as cartas.

Enfim, termina esta primeira carta do Pe. Monte referindo-se mais uma vez ao jesuíta português: “O Pe. Luis Frois Esta mui bem desposto e se encomenda

HISTORIOGRAFIA

m.to nas vossas orações e sacrificios. La screvera mas largamente que eu”. No final, subscrive: “deste Porto de Machao partes da China 22 de deze(m)bro de 1562 de todos indino João Baptista Italiano da Comp^a. de Iesu”.²³

NARRATIVA DO PADRE GONÇALVES

Até aqui estivemos acompanhando o relato da primeira carta de Macau, de João Baptista do Monte, acerca da chegada e sobre os primeiros trabalhos de Luís Fróis, durante as primeiras semanas da sua estadia na Cidade do Nome de Deus.

Existe, porém, um segundo texto, datado dos inícios do século XVII que nos descreve, em várias páginas, especialmente o trabalho apostólico do Pe. Fróis durante a Quaresma e Semana Santa de 1563, completando assim a informação da carta supracitada. Trata-se de uma passagem significativa inserta na *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus* do Pe. Sebastião Gonçalves (Ponte de Lima, 1555-Goa, 1619). Este jesuíta viveu na Índia na segunda metade do século XVI, e a sua *História*, até há pouco inédita, ficou concluída a partir de 1614.²⁴ Um século mais tarde (1710), o relato do Pe. Gonçalves seria aproveitado por Francisco de Sousa na obra *Oriente Conquistado a Jesus Cristo*.

Pois bem: Sebastião Gonçalves, ao falar nos primeiros anos da Cidade do Nome de Deus, escreve que, no ano da passagem do Pe. Fróis para o Japão, havia em Macau novecentos portugueses e que, além disso, havia muitos que “frequentavam cada oito e quinze dias os sacramentos”.²⁵

Refere, por outro lado, que os missionários que haviam chegado neste ano de 1562, “visitavam os doentes ajudando-os a bem morrer e buscando esmolas para os pobres”. E concretiza Gonçalves: “Ensinavam ao domingo e dias santos a doutrina na igreja, a qual se enchia até ao alpendre”. Quanto às muitas centenas de escravos que havia então em Macau, afirma o Pe. Gonçalves que muitos deles “por via das confissões e pregações” deixavam “as ocasiões de pecado”. Por outra parte, acentua que na Quaresma de 1563, “ouve bem que fazer”, com “pregações aos domingos e quartas-feiras”.²⁶

Relativamente à actividade específica do Pe. Luís Fróis, nesta Quaresma de 63, informa Sebastião Gonçalves, por exemplo, que “A semana Santa foi

celebrada com muita devoção” e que o Pe. Fróis pregou no domingo de Ramos “obra de duas horas, metendo alguns passos da paixão do Senhor que grandemente moverão o auditório”.²⁷

Após descrever os vários ofícios nos diferentes dias da Semana Santa de 1563, Gonçalves afirma ainda que “A igreja estava muito bem armada com muitos panos ricos da China e da Flandres” e que os ornamentos da igreja eram “riquíssimos”. Também no domingo de Páscoa nos informa a obra que estamos a citar: “O Pe. Luis Froes levou o Santissimo Sacramento, por assy lhe pedir o Padre Provisor”. Pensamos que se trata aqui, não do “Padre Provisor”, mas do padre vigário, como interpreta o jesuíta Francisco de Sousa.²⁸ Tal vigário, em 1562-63 era o Pe. Gregório Gonçalves, que em Macau acompanhou os portugueses durante os primeiros 12 anos.²⁹

Voltando à *História dos Religiosos*, podemos ler que “muita gente” que assistiu à festa e à procissão da Páscoa de 63, estava “ricamente vestida”. E à festa não faltaram também as “charamellas, frautas, violas d’arco, folias, danças”, em que “Hião diante vinte e quatro tochas e quinhentas vellas que sairão da igreja”, com as ruas “ricamente armadas”.³⁰

No que respeita à pregação do Pe. Fróis, igualmente podemos ler na obra do Pe. Gonçalves que os chinas e naturais da terra

“Acudião no dia da pregação à igreja e pondo-se às portas pasmavam de ver tanta gente ouvir o pregador com tanto silêncio. Quando entravam na igreja para ver o concerto della e as imagens punhão-se de joelhos, beijavam o chão e alevantavam as mãos para o ceo.”³¹

Pois bem, que poderemos concluir desta narrativa do Pe. Sebastião Gonçalves? Cremos sinceramente que a descrição das festas da Páscoa não é pura retórica. No texto, até podemos observar uma das facetas mais esquecidas do Pe. Luís Fróis – a arte da pregação – que completa, de alguma forma, a sua vocação inata de epistológrafo eminente. Com efeito, Luís Fróis é não somente o historiador do Japão; ele é, do mesmo modo, o missionário activo e disponível para as diferentes tarefas do apostolado. E até o facto de ter sido ele o escolhido, para levar o “Santíssimo Sacramento”, na procissão do Domingo de Páscoa, naquele ano de 63 – privilégio destinado, em regra, ao clérigo de maior categoria –, denota bem o grau de generosidade e dignidade do jesuíta português. Sendo assim, Macau

HISTORIOGRAPHY

ter-lhe-á servido de bom tirocínio para as árduas missões que se avizinham no Japão.

LUÍS FRÓIS NO JAPÃO

Desta feita, aos 6 de Julho de 1563, como Fróis nos relata na *Historia de Japam*, entrava noite fora, no porto de Yokoseura, o navio de D. Pedro da Guerra, levando em sua companhia os padres Fróis e Monte e o irmão Miguel Vaz, os quais seriam recebidos com grande consolação pelo superior, Cosme de Torres, ao qual se juntaram “Os christãos de Yocoxiura [...] obra de duzentos, com tanto alvoroço a recebê-los que parecia os querião levar pelos ares”.³²

De Yokoseura seguiu mais tarde o missionário português para a ilha de Tacuxima aonde, com o irmão João Fernández, aprendeu a língua japonesa e se adaptou à melhor forma de propagar a fé cristã entre os japoneses. Decorrido ano e meio, partiu Luís Fróis com o irmão Luís de Almeida, em direcção ao Meaco (Quioto), onde durante 12 anos se consagrou às diferentes tarefas missionárias, ora sozinho, ora com o vice-provincial, Gaspar Coelho, ora acompanhado do Pe. Organtino Soldo. Digamos, de passagem, que aquela viagem de Fróis com Luís de Almeida para a capital do Império, está registada por Luís Fróis nos capítulos 55, 56 e seguintes, da sua *Historia de Japam*, encontrando-se aí páginas de pungente dramatismo e invulgar recorte literário. Quanto a Luís de Almeida, esse, deixou-nos desta viagem para o Meaco uma narrativa de tal maneira minuciosa que chegou a merecer o reparo dos superiores romanos. Os interessados poderão lê-la na edição de Évora de 1598.³³

Digamos, outrossim, que a estadia do Pe. Fróis na antiga capital do Japão, foi repleta de “grandes privações e sacrifícios”, com muitos vexames, sobressaltos e expulsões, apenas mitigados pelas visitas feitas aos imperadores Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi pelos jesuítas Francisco Cabral e Alessandro Valignano. Igualmente com Gaspar Coelho, esteve Luís Fróis na mal-afortunada visita a Toyotomi Hideyoshi, na véspera da publicação do édito contra os cristãos, em Julho de 1587.³⁴

Mais tarde, nas Congregações da vice-província japonesa, realizadas em Fevereiro e em Julho de 1592, esteve o jesuíta português sempre activo como secretário.

Deixo esta breve resenha, à maneira de interlúdio, para vermos quanto Luís Fróis, apesar da precária

saúde, se mostrava sempre disponível, quer para acudir aos cristãos necessitados, quer para acompanhar os superiores maiores, quer ainda para elaborar as Cartas Anuas ou, mais tarde, escrever a *Historia de Japam*.

SEGUNDA ESTADIA EM MACAU

Viremos, contudo, esta página da vida do Pe. Fróis no Japão e regressemos novamente às partes da China. Estamos agora em Outubro de 1592. Luís Fróis voltava ao porto de Macau, como consultor e secretário do visitador, Alessandro Valignano.

Na segunda estadia do missionário luso-nipónico em Macau, vamos dar conta essencialmente da existência de quatro cartas particulares. Nestas, o jesuíta português fala-nos, em concreto, da sua vida e dos seus problemas, designadamente aqueles que se referem à publicação da *Historia de Japam*. De uma destas cartas só conhecemos, porém, alguns fragmentos publicados por António Franco. Mas as três restantes, conhecemo-las na íntegra.

Assim, na carta de Macau, de 18 de Janeiro de 1593, Fróis transmite para Roma ao prepósito geral a consolação que havia recebido pelas suas notícias. Tece elogios ao governo do visitador e informa que no Japão fazem falta os padres portugueses para assistirem ao governo daquela Cristandade. Por outro lado, Fróis menciona ainda algumas queixas dos padres e irmãos do Japão, afirmando que as encomendas providas da Europa, nos navios da Índia para os particulares, “raramente chegam” ao Japão, não deixando, por isso, os padres, “maxime italianos”, de falar constantemente no caso. Implora, para isso, a protecção do padre geral, e dá-lhe conta, ao mesmo tempo, da conclusão da *Historia de Japam* que o padre visitador trouxera para Macau, para limar e rever.³⁵

CARTA (CONCLUDENTE) DO PE. FRÓIS

Todavia, é na carta de 12 de Novembro de 1593 que Luís Fróis vai mais longe e é mais preciso no que concerne ao termo da sua *Historia de Japam*. Vamos fixar-nos aqui alguns momentos, pois verificamos que o Pe. Fróis, por uma vez, chega a perder a paciência.³⁶

Antes de mais, o missionário português salienta, nesta carta, a “necessidade” que ele tem de “consolação” e “ânimo” da parte dos superiores, sobretudo, diz ele, “para quien ya estaa en el cabo de la jornada”. Em seguida refere que, após trinta anos de ausência,

HISTORIOGRAFIA

regressara a Macau na companhia do visitador, para o ajudar na correspondência para a Índia e para a Europa. Recordemos que o Pe. Valignano trouxera do Japão para Macau mais de um milhar de cartas para escrever.³⁷ Escrever não; ditar. Quem escrevia era o Pe. Fróis. Por isso, Luís Fróis diante desta tarefa ciclópica, queixar-se-á em especial do clima, dos ares e da alimentação, mas diz ainda ter sentido em Macau um “tão grande abalo”, não havendo conhecido “um só dia de saúde”. Apesar disso, confessa que continuava a escrever “7 y 8 oras” por dia, aquilo que o visitador lhe ditava.³⁸

Esta passagem da carta do jesuíta português merece-nos um breve comentário. Com efeito, vislumbramos nela um “grito abafado” contra a prepotência do visitador. Notemos, por outro lado, que Luís Fróis afirma nesta carta duas vezes, em duas linhas seguidas, que tivera de escrever “7 y 8 oras” durante tres meses contínuos.³⁹ E tanto mais dura era aquela situação que, dez meses antes, num passo similar para o mesmo geral da Companhia, Fróis dizia quase a mesma coisa, acrescentando, até, que, por ser já idoso e “ruin scrivano”, lhe tremiam as mãos.⁴⁰

Voltemos, porém, à mesma carta de 12 de Novembro de 93. Fróis aborda nela, longamente, a questão da sua *Historia de Japam*, a fim de poder responder a um capítulo da carta do padre geral, em que este lhe recomendava para “atender e acabar” a História, a fim de poder ser útil aos futuros missionários.

O jesuíta português, respondendo a Acquaviva (como só ele sabia fazer), afirma, antes de mais, que fora o vice-provincial, Gaspar Coelho, quem o encarregara de semelhante tarefa. Acrescenta que, apesar da sua insuficiência, não desejara, contudo, “perder esta ocasião”, tanto mais que ele era o único missionário vivo que tinha conhecido, na Índia, Francisco Xavier, quando este embarcara para o Japão, em 1549. Por outro lado, tendo estado 29 anos no Japão, Fróis notava que não havia lá quem tivesse tão larga notícia, experiência e conhecimento das coisas nipónicas.⁴¹

De facto, cremos ver aqui, não tanto uma ponta de imodéstia, mas, fundamentalmente, uma censura velada às exigências do visitador, como iremos ver melhor.

O ADIAMENTO DA *HISTORIA DE JAPAM*

Efectivamente, Luís Fróis passa a relembrar que, apesar do grande esforço durante “cerca de seis anos”

em compor a sua *Historia* e em ordená-la em três partes (Fróis dirá “três volumes”), não obstante todo esse trabalho de compilação e redacção, também “não deixava de acudir ao ministério das coisas que ocorriam” nem às constantes “obrigações”.⁴²

E é seguidamente que o Pe. Fróis penetra na parte que julgamos mais polémica acerca da publicação da *Historia de Japam*, ou seja, o seu protelamento indefinido, afirmando tão-só que o visitador já a tinha em seu poder há bastante tempo e que a trouxera para Macau com o fim de a rever para ser reduzida a um só volume.⁴³

Sem embargo, dêmos a palavra ao missionário português, porque ele explica o caso melhor do que alguém. Escreve Luís Fróis:

*“Quando el año pasado nos partimos de Japón me dixo el Pe. Visitador que truxiesse la Istoria comigo y que aquí en la China quando tuviesse alguna vacación se ocuparía en la rever y limarla para que se pudiesse inbiar a V. P., e ia en Japón tenía el Padre visto algo della. Mas como aquí cargan sobre él tantas y tan frequentes ocupaciones, que apenas puede attender a otras cosas de mucho más momento e importancia, no se ha en todo este año entero ofrecido comodidad para esso.”*⁴⁴

E acrescenta:

*“Y algunas vezes, platicando sobre la misma Historia, me tiene dicho el Pe. Visitador que, aunque de la manera que hasta agora estaa scripta puede servir con mucha comodidad para los Padres e Hermanos que quedan en Japón se recrearen, viendo por extenso las particularidades de lo que los primeros Padres sus antecessores an padecido en hechar los primeros fundamentos de aquella christandad, que todavía para se inbiar a Roma y ser vista por todo el mundo, que era necessario abreviarla y resumirla en hun compendio más breve, de manera que todo lo essencial della se comprehendesse en hun volume poco maior que una annua de las que vienen impresas de Roma.”*⁴⁵

Portanto, não é difícil para nós hoje vermos neste passo da carta de Luís Fróis dois pontos de vista bastante diferentes entre aquilo que Fróis escrevia acerca da realidade e aquilo que o visitador queria que, da mesma realidade, se dissesse para o exterior, isto é, para a Europa. Trata-se, por conseguinte, de duas concepções distintas que correspondem a duas mentalidades que, de certo modo, se completam: o

HISTORIOGRAPHY

lógico e o vivencial, o racional e o místico. Com efeito, Alessandro Valignano era um jurista de formação, ou seja, um positivista do direito, fazendo planos, relatórios, organizando as missões e definindo os picos de seda que deveriam caber aos jesuítas nos navios de Macau para o Japão. Fróis era um missionário no terreno, em contacto permanente com os cristãos, ouvindo as suas súplicas, esclarecendo as suas dúvidas e enxugando as suas lágrimas. Notemos que são frequentes as páginas do Pe. Fróis em que aparecem os termos consolar, consolação, choro e lágrimas. Daí, o carácter acentuadamente sensorial, emocional, que repassa as centenas de páginas das cartas e, depois, a sua *Historia de Japam*.⁴⁶ As cartas do Pe. Valignano são “outra coisa” muito diferente, onde não encontramos nem emoção nem coração, mas apenas normas e directrizes descarnadas.

Por isso, Valignano pedia ao Pe. Fróis apenas um volume, ou seja, um pequeno manual, seco e frio, sobre as missões do Japão, contrariamente à sensibilidade do missionário português, que desejava transmitir uma informação mais completa, não só dos factos, mas ainda dos momentos mais tocantes do dia a dia das missões.

Não obstante, observemos o resto da carta de Macau que estávamos a citar.

Com efeito, Fróis apresenta ao geral as suas razões, contrárias às do visitador, afirmando que ele (Fróis) só concebe

*“huna Historia como la de Japón, en que de necesidad se an de apuntar por orden en las más de las cosas esenciales, que se hallan recitadas en las cartas que de acá se an inbiado y andan en Europa estampadas.”*⁴⁷

Eis, portanto, o método e os objectivos de Luís Fróis: fazer uma história sobretudo cronológica, com base nas cartas que registavam o dia a dia das missões, e cujas ideias já circulavam na Europa. Por conseguinte, a sua *Historia* seria um vasto compêndio das “*cosas principales*” de “*tan larga materia*”. E, por isso, não via como é que os factos relativos a tão vasta “matéria” pudessem caber, como desejava o visitador, em um “*tan coartado compendio*”.⁴⁸

No prosseguimento, o jesuíta português é ainda mais claro sobre as várias circunstâncias que corroboram o seu ponto de vista. Em primeiro lugar, deseja que se envie ao geral da Companhia a *Historia de Japam* “ansi como estaa”; depois, julga que lhe

poderia retirar algumas coisas, mas encontra nisso dois inconvenientes, a saber: antes de mais, a sua *Historia* está redigida em português (“*de cuja nación yo soi*”, sublinhando o seu portuguesismo); e, depois, havia o facto de ter sido escrita unicamente pelo seu próprio punho, como ele confessa: “*nunca tuve mano ajena de quien me pudiesse ayudar*”; por último, Fróis indica que escreveu a *Historia de Japam* numa altura em que “*no tenía tantas enfermedades*”. Assim sendo, nesta altura em Macau, Fróis não encontra pelo muito trabalho, idade avançada e indisposições contínuas, qualquer forma para a retomar e, desta feita, para fazer duas cópias, uma para ser enviada para a Europa e outra para ficar na sua posse, não se desse o caso de perder-se a primeira pelo caminho. Remata dizendo que só ele (Fróis) a teria de escrever “*por la falta que tenemos de scrivanes*”.⁴⁹

Nesta expressiva carta de Macau, Luís Fróis dá-nos ainda diversos pormenores que comprovam aquilo que pretendemos inculcar, ou seja, a dependência total do missionário das directrizes inquestionáveis do visitador. Fróis aponta no termo da carta que havia já quatro anos que a sua *Historia* estava parada, ou seja, desde 1589 (estávamos agora em 1593). Por outro lado, confessa que gostaria muito que o geral tivesse conhecimento, antes do termo da sua vida (pois sentia-se no ocaso), da situação em que se encontrava a *Historia de Japam*, sobre a qual o encarregara havia dez anos.⁵⁰

A carta conclui, verdadeiramente num tom amargo, diríamos mesmo desesperado, contra as imposições do visitador. Com efeito, Luís Fróis escreve no termo da carta:

*“Algunos Padres nuestros doctos y que tienen buena inteligencia de las cosas de Japón la an visto y me an afirmado en grande manera se avía V. P. de alegrar si le fuere ter a las manos.”*⁵¹

E acrescenta de seguida, esgotando todos os recursos:

*“Resta que V. P. ordene de allá al Pe. Visitador o al Pe. Viceprovincial de Japón lo que más in Domino le pareciere, porque yo aparejado estoy, si aun biviere quando bolver la respuesta de V. P., para en todo y por todo humildemente me subjectar a lo que V. P. o qualquiere otro superior inferior me ordenar sin en esso hazer ninguna instantia.”*⁵²

Por consequência, julgamos que esta conclusão é bastante clara e elucidativa, sem precisar de comentários especiais.

HISTORIOGRAFIA

OS PORTUGUESES E ALESSANDRO VALIGNANO

Sem embargo, e a fim de projectarmos mais luz sobre a figura humilde e subjugada do Pe. Luís Fróis e a sua “História”, olvidada durante mais de 300 anos,⁵³ apraz-nos perguntar, aqui e agora: mas, quem era, afinal de contas, e o que é que pensavam os portugueses acerca do visitador, Alessandro Valignano?

O visitador surge-nos, antes de mais, em Portugal, na véspera de Natal de 1573, à testa de uma expedição de 41 missionários, na maior parte espanhóis, com destino ao Oriente.⁵⁴

Sacerdote juridicamente bem preparado (era, como já vimos, formado *in utroque Iure*), Valignano revelou-se, por vezes, desumano e até incipiente.

Creio que não nos afastamos muito da verdade – e friso isto para projectar maior luz sobre a figura radiante do Pe. Luís Fróis, – dizendo que o Pe. Valignano nos aparece, logo em Lisboa, nessa quadra do Natal de 73-74, como alguém excessivamente autoconvencido, que não reprimia a vaidade e desprezava inferiores e superiores.

Para vermos bem isto, bastará dar a palavra ao Pe. Francisco Rodrigues que, no segundo volume da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, publicado há cinquenta e oito anos, viu assim a figura de Alessandro Valignano:

“O Provincial [de Portugal] Jorge Serrão, bem que lhe reconhecia virtude, prudência e talento ‘para ajudar muito aquela Província da Índia’, censurava-lhe a condição colérica e altiva, com manifestações de estimação própria, demasiada liberdade, pouco respeito pelos outros, ainda dos mais antigos, tenacidade de juízo e certa jactância no dizer muitas vezes que ia fundar a Índia e remediá-la.”⁵⁵

E quanto às impressões de outro notável jesuíta, Gonçalves da Câmara, mestre do rei D. Sebastião, escreve Francisco Rodrigues:

“Luís Gonçalves da Câmara parecia notar-lhe alguma astúcia misturada com a prudência, e ver que o cargo de Visitador ‘o levantava um pouco acima do solo’. De mortificação, humildade e desejo de padecer não descobria nêles mostras notáveis.”

Assim ajuizavam, conclui Francisco Rodrigues, do que foi, sem dúvida nenhuma, o maior promotor e organizador das missões do Oriente.⁵⁶

Deixamos, portanto, aqui registadas as impressões do Pe. Rodrigues acerca do que pensavam os portugueses sobre Alessandro Valignano. Contudo, podemos ler essas mesmas impressões tiradas dos textos originais, agora publicados no volume IX da colectânea *Documenta Indica*, pelo Pe. Josef Wicki.⁵⁷

Há um provérbio português que diz: “dos fracos não reza a história”. Todavia, penso que não castigaremos demasiadamente Valignano se acrescentarmos ainda que, pelo feitio notoriamente autoconvencido, ele fez sofrer ou alarmar muitos dos seus confrades, sobretudo da Índia, v. g., Francisco Cabral, Francisco de Monclaro e Francisco Vieira. Nomeadamente estes, que não deixaram de enviar para Roma diversos relatórios sobre o visitador Valignano,⁵⁸ com impressões que mancham hoje algumas das páginas da gesta missionária no Oriente e acerca das quais o visitador teve, por vezes, necessidade de se penitenciar perante o geral da Sociedade de Jesus, por ter sido demasiado “áspero e pesado” (ele o confessa!) para os seus confrades.⁵⁹ E, para com o nosso Luís Fróis, que mais nos importa aqui salientar, Valignano chegou a formular juízos apressados e injustos, como poderemos verificar nos documentos que encerram o primeiro volume da edição da *Historia de Japam* organizada pelo Pe. Wicki. Por exemplo, na carta para o geral Mercuriano, Alessandro Valignano, seis meses após a primeira chegada ao Japão, censura o Pe. Fróis da seguinte maneira:

“*nè tiene l'animo necessario per rompere per li travagli et pericoli che qui coronano, nè per opporsi et farsi temere et obedire dalli nostri quando et como conviene*”.⁶⁰

Perante tal testemunho, feito por quem estava no Japão apenas há 6 meses, sobre quem lá vivia há já dezasseis anos, não nos é difícil opinar acerca da leviandade do visitador e, depois, sobre o modo como Valignano concebia um “superior maior”. Este ponto também é relevado por Josef Wicki.⁶¹

Enfim: mais considerações sobre outros juízos apressados do visitador acerca do Pe. Fróis poderíamos ainda aduzir, mas chega aquilo que acabamos de frisar para vermos quanto não terá sofrido Luís Fróis com a excessiva autoridade (ou falta de caridade) da parte do visitador das missões da Índia. Daí, “o grito abafado” que notamos nessa carta escrita pelo jesuíta português em Macau, em 12 de Novembro de 1593. Em suma: dois homens e dois estilos.

HISTORIOGRAPHY

A ÚLTIMA CARTA (DE MACAU) DO PE. FRÓIS

A última carta conhecida do Pe. Fróis escrita em Macau tem a data de 3 de Janeiro de 1594, continuando inédita nos arquivos da casa mãe da Companhia de Jesus.⁶² Temos uma cópia em nosso poder, e dela destacaremos três aspectos essenciais: o primeiro diz respeito ao trabalho epistolar cometido ao Pe. Fróis pelo visitador quando este, na Casa da Madre de Deus, em Macau, pela noite fora passeava no escritório de um lado para o outro, ditando para o jesuíta português, as inúmeras cartas que o visitador tinha para pôr em dia. Luís Fróis afirma que Valignano chegava a desmaiar, pelo volume de trabalho e pela falta de repouso.⁶³

O segundo aspecto desta carta de Fróis prende-se com o bispo D. Pedro Martins, o qual nesta altura estacionava em Macau à espera do momento mais propício para embarcar para o Japão, o que veio a acontecer em 1596. Fróis constata e lamenta que o bispo Martins viva em Macau os seus dias muito alheado dos problemas que viria a encontrar (como de facto encontrou) no País do Sol Nascente. Se o bispo Martins se tivesse interessado, na verdade, pelos problemas referentes às missões do Japão, como não estaria ele, decerto, mais bem preparado para mitigar, escassos meses após a chegada, no Outono de 96, o desgraçado processo que levou ao martírio, os cristãos em Nagasáqui, em 5 de Fevereiro de 1597. Ainda hoje alguns críticos (como Álvarez-Taladriz) têm dúvidas sobre o grau de inocência do bispo Martins, por falta de uma actuação mais eficaz.⁶⁴

Vamos, porém, à parte principal da última carta (pessoal), escrita pelo Pe. Fróis em Macau.

Este ponto já foi posto em relevo tanto por José Schütte, como pelo autor destas linhas, na *Revista Macau*, de Novembro de 1994.⁶⁵ Tal facto diz respeito à construção do Colégio de São Paulo, em Macau, para os estudantes japoneses.

Com efeito, após a terceira Consulta Geral dos missionários reunidos em Nagasáqui, em 1592, ficou decidida a criação de um colégio para estudantes jesuítas japoneses, fora do País do Sol Nascente.⁶⁶ É que não só as perturbações das guerras civis no Japão em nada beneficiavam a paz do estudo, como, por outro lado, ponderava-se que os jovens japoneses muito teriam a ganhar, estudando num ambiente cristão de tipo ocidental, como era, apesar de tudo, o ambiente de Macau. Aqui os estudantes aprenderiam não somente

a língua e a história, mas também a maneira de ser dos europeus. Daí a insistência do visitador – apesar da discordância do provincial da Índia, Francisco Cabral –, pela construção do Colégio Universitário de S. Paulo, em Macau, no meio de um monte, com uma “excelentíssima vista”.⁶⁷

Luís Fróis, na sua carta, dá-nos conta designadamente do entusiasmo de Valignano e do andamento das obras. É mais um documento histórico feito por uma testemunha invulgar. Vejamos esse passo da carta do missionário português:

*“Quanto a la fabrica del collegio para en el se criarem los hermanos Japones como tambien el Pe. Vizitador escribe a V. P. no fue sin grande consideration lo que en Japón en la congregation que se hizo se ha tratado desta materia por que ventilada con mucha ponderation se no halló remedio mas eficaz que esto para reduzir los hermanos Japones al intento que la Comp^a. dellos pretende que es sacarlos de su R.no, custumbres y conversaciones para se mejor domesticaren y unirem con los nuestros de Eoropa, y son tantas las utilidades que deste adventum se pueden seguir asi para la solida direction de los hermanos Japones en las vertudes y letras y para el bien universal da la christandad y aun tambien desta mission de la China”.*⁶⁸

Acerca do entusiasmo posto neste projecto pelo Pe. Valignano e sobre o trabalho nele dispendido, vejamos ainda, da mesma carta, estas palavras de Luís Fróis:

*“Es increíble quán de veras ha tomado [el P. Alexandro Valignano] el assumpto desta fábrica, y todos los Nuestros y los Flaires de las otras Relegiones y personas siculares que la miran no se acaban de admirar y dizir que ninguna otra persona que no fuera el Pe. Visitador, cometéra cosa tan ardua y dificultosa por la aspereza del sitio y la gran muchidunbre de piedras mui grandes que a fuerça de braço se an quebrado para aplanar la superficie del lugar, y con esta solícita y mui vehemente eficacia tiene ya por la gratia del Señor quasi a mitad de la obra echa.”*⁶⁹

CONCLUSÃO

Verificámos que o Pe. Luís Fróis estacionou duas vezes em Macau: na primeira, à espera da monção para o Japão, colaborando activamente nos serviços religiosos da cidade, como deram conta os padres

HISTORIOGRAFIA

Monte e Gonçalves; na segunda vez, após 30 anos, como secretário efectivo para as “*infinitas cosas que escribir*” trazia do Japão o Pe. Valignano. E conhecemos, de facto, muitas páginas compactas escritas em Macau pela mão, já trémula, do abnegado missionário, principalmente referentes aos múltiplos problemas que rodearam a construção do Colégio de São Paulo, para além das quatro cartas particulares atrás referidas.

Como quer que seja, antes de rematar, agradeço ainda um breve momento para destacar dois aspectos que julgo pertinentes, e que me fizeram reflectir muito, enquanto preparava este trabalho. O primeiro diz respeito à qualidade da vocação do missionário Luís Fróis, durante a primeira estadia em Macau, tudo fazendo, através da pregação e do exemplo, para orientar a conduta dos mercadores portugueses. Sobre este aspecto até lembraria as reflexões do antigo cônsul de Portugal em Hong Kong, Eduardo Brazão, acerca do “espírito da Igreja” por saber “fundir em monumento de glória” os “bons e os maus instintos” dos homens;⁷⁰ neste caso, dos mercadores e mareantes portugueses. Por outra parte, o cônsul Brazão não deixou de sublinhar no seu livro *Macau. Cidade do Nome de Deus. Não Há Outra Mais Leal*, que somente em 1622 terá sido assegurada aos portugueses a cedência de Macau, por parte das autoridades chinesas.⁷¹ Desta forma, durante mais de cinquenta anos, muito tiveram de fazer os missionários para orientar a população portuguesa, pois, como escreve Brazão, “eram rudes os tempos, as tentações enormes; a distância e os perigos da longa viagem diminuía, até quase apagar, o ideal sincero que existia na partida”.⁷²

Daí, portanto, o trabalho abnegado e constante, entregue sobretudo a missionários de carisma, como nos parece ser a pessoa do Pe. Luís Fróis.

Por outra banda, verificamos ainda, aquando da segunda estadia do jesuíta português em Macau, já no declinar da vida, que ele viera do Japão com imenso sacrifício da sua débil saúde. De facto, Luís Fróis só foi convocado pelo visitador, dois ou três dias antes do embarque para Macau.⁷³

Ora, tudo isto nos indica o grau de generosidade de que sempre deu provas este missionário português, constantemente activo e zeloso e de uma dedicação sem limites.

Se quiséssemos, porventura, ver um exemplo de grande perseverança, poderíamos recordar aquele caso relatado pelo mesmo Fróis na *Historia de Japam*, quando, doente, desembarcou em Yokoseura, logo em 6 de Julho de 1563, e sobre cujo estado de saúde, sempre preocupante, ele deixou assim escrito:

“Quizera [Cosme de Torres] tornar a mandar o Pe. Luiz Frois, por estar doente e desamparado, para a China, e que convalecendo em Macao tornaria para Japão o anno seguinte; todavia lhe fez instancia que, por onde o mesmo Pe. Cosme de Torres passasse passaria elle que era mancebo: e assim se rezolveo o bom velho, por não haver outro remédio, mandar o Pe. Luiz Frois com o irmão João Fernandes que estivessem por entretanto em huma ilha por nome Tacuxima [...] athé se abrir alguma porta ou missão aonde os podesse enviar.”⁷⁴

Razão sobeja tivera, por consequência, o Pe. António Franco para dedicar algumas dezenas de páginas à excelsa figura de Luís Fróis, na “Imagem da Virtude de Lisboa”, e depois chamar-lhe no *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, “venerável P. Luís Fróis [...] varão excelente no proceder e no escrever”.⁷⁵ **RC**

NOTAS

- 1 Luís Fróis, *Historia de Japam*, edição de José Wicki, S. J., 5 volumes, Lisboa, 1978-1984. Cf. Vol. I, pp. 404 e ss.
- 2 António Franco, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa na qual se Contem a Fundaçam da Caza & os Religiosos da Virtude que em Lisboa forão Noviços*, Lisboa, 1717, pp. 201-254.
- 3 *Documenta Indica*, edição de José Wicki, S. J., Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, Roma, 1954, Vol. III, p. 320.
- 4 *Ibidem*, p. 363.
- 5 *Ibidem*, p. 312.
- 6 Cf. Luís Fróis, *Historia de Japam*, p. 6*.
- 7 *Documentos del Japón*, edição de J. Ruiz-de-Medina, S. J., Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1995, p. 139.
- 8 *Ibidem*, p. 207.
- 9 *Ibidem*, p. 300.
- 10 *Ibidem*, p. 322.
- 11 *Ibidem*, pp. 627-628.
- 12 Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. II das “Cartas do Japão”, 13, ff. 387v-388v.
- 13 *Documentos del Japón*, pp. 631 e ss.
- 14 Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. II das “Cartas do Japão”, 13, ff. 387v-388v.
- 15 *Ibidem*.
- 16 *Ibidem*.
- 17 *Ibidem*.
- 18 Cf. António Baptista, “Os Jesuítas em Macau e o legado cultural de S. Paulo”, *Revista Macau*, II série, n.º 31, 1994, p. 20.
- 19 Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. II das “Cartas do Japão”, 13, ff. 387v-388v.
- 20 *Ibidem*.
- 21 *Ibidem*.
- 22 *Ibidem*.
- 23 *Ibidem*.
- 24 Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, edição de José Wicki, S. J., Coimbra, Atlântida Editora, 1957, Vol. I, pp. v e x.
- 25 *Ibidem*, Vol. III, p. 144.
- 26 *Ibidem*.
- 27 *Ibidem*, p. 145.
- 28 Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo*, Porto, Lello & Irmão Ed., 1978, p. 651.
- 29 Sobre Gregório Gonçalves, ver António Baptista, “Dos planos de Xavier às obras de Gregório González”, *Revista Macau*, II série, n.º 24, 1994, pp. 78-83; e idem, “A fundação de Macau e os Espanhóis nas Filipinas”, *Revista Macau*, II série, n.º 62, 1997, pp. 50-55.
- 30 Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, Vol. III, p. 145.
- 31 *Ibidem*, p. 146.
- 32 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. I, p. 326.
- 33 Cf. Primeira Parte, ff. 159 e ss.
- 34 Luís Fróis, *Historia de Japam*, pp. 10* e 26*.
- 35 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. I, pp. 458 e 459.
- 36 *Ibidem*, pp. 406-409.
- 37 Cf. Edward J. Malatesta, S. J., “Alessandro Valignano, Fan Li-An (1539-1606), estratégia da missão jesuítica na China”, *Revista de Cultura* (Macau), II série n.º 21, Outubro-Dezembro de 1994, pp. 64, n. 1.
- 38 Carta de Macau, 18-1-1593, in Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. I, p. 405.
- 39 *Ibidem*, Vol. I, p. 407.
- 40 *Ibidem*, pp. 399 e 405.
- 41 *Ibidem*, p. 407.
- 42 *Ibidem*.
- 43 *Ibidem*, p. 408.
- 44 *Ibidem*.
- 45 *Ibidem*.
- 46 O verbo “consolar” é muito frequente também nas cartas de outros padres.
- 47 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. I, p. 408.
- 48 *Ibidem*.
- 49 *Ibidem*.
- 50 *Ibidem*.
- 51 *Ibidem*, pp. 408-409.
- 52 *Ibidem*, p. 409.
- 53 De facto, a *Historia de Japam* somente foi publicada no século xx. Cf. António Baptista, “A obra invulgar de Luís Fróis”, *Revista Macau*, II série, n.º 67, 1997, pp. 176-188.
- 54 *Documenta Indica*, Vol. IX, 1966, pp. 15*-32*.
- 55 Francisco Rodrigues, S. J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1931, Tomo II, Vol. II, pp. 456-457.
- 56 *Ibidem*, p. 457.
- 57 *Documenta Indica*, Vol. IX, docs. 17, 31, 32.
- 58 *Documenta Indica*, Vol. XVI, 1984, docs. 40, 61, 83; Vol. XVII, 1988, doc. 77.
- 59 *Documenta Indica*, Vol. XIV, 1979, doc. 107.
- 60 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. I, p. 398.
- 61 Fróis escreve textualmente, na carta de 3 de Janeiro: “*Los dias passados le dió un açidente de vertigine en la cabeça q(ue) lo trato mui mal y ya le dio dos vezes. Y un poquito q(ue) dite luego siente el desfalecime(n)to de la cabeça*”.
- 62 J. L. Álvarez-Taladriz, “Primera Información Auténtica de los 26 Santos de Japón”, *Ósaka Gaikokugo Gakuhó*, n.º 17, 1967, pp. 36-37.
- 63 Cf. António Baptista, “Os Jesuítas em Macau e o legado cultural de S. Paulo”, *Revista Macau*, II série, n.º 31, 1994, p. 19.
- 64 *Ibidem*, p. 15.
- 65 Cf. António Baptista, “Os Jesuítas em Macau e o legado cultural de S. Paulo”, *Revista Macau*, II série, n.º 31, 1994, pp. 16-17.
- 66 Jap. Sin. 12, I, 148-149 (autógrafo espanhol inédito).
- 67 *Ibidem*.
- 68 Eduardo Brazão, *Macau. Cidade do Nome de Deus na China. Não há Outra Mais Leal*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957.
- 69 *Ibidem*, p.
- 70 *Ibidem*, p.
- 71 Cf. Jap. Sin. 12, I, 96-97: “*dos o 3 dias antes de su partida me lo hizo saber*”. Carta de Luís Fróis, Macau, 18-1-1593 (autógrafo espanhol inédito).
- 72 Luís Fróis, *Historia de Japam*, Vol. I, p. 340.
- 73 António Franco, *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, s.l., s.n., 1931, p. 363.

Os Têxteis Bordados Sino-Portugueses do Victoria & Albert Museum

MARIA JOÃO PACHECO FERREIRA*



INTRODUÇÃO

No quadro do vastíssimo e diversificado acervo que integra o espólio do Victoria & Albert Museum, em Londres, merece-nos atenção no presente texto a sua colecção de peças bordadas chinesas destinadas ao mercado de exportação, em concreto o português, as quais, que tenhamos conhecimento e até à data, nunca mereceram particular atenção em termos de estudos individuais e, muito menos, enquanto conjunto.

Trata-se de uma produção cujo início e desenvolvimento terá, muito provavelmente, coincido com a retoma oficial das relações entre Portugal e a China por volta de 1554, após três décadas de interregno e de mal-entendidos, e com a fixação, três anos mais tarde, de uma colónia portuguesa em Macau a qual permaneceu autónoma, do ponto de vista administrativo, até 1999.

Não obstante as diferenças de mentalidade e dos modos vivenciais que caracterizavam as duas nações, depressa se desenvolveram condições propícias ao eclodir de um relacionamento que visava ir de encontro às respectivas motivações, sendo que destas constava, da parte lusitana, o seu envolvimento no comércio das mercadorias locais, concretamente, da produção têxtil chinesa, cuja matéria-prima de referência era a seda. A criação de uma imagem mítica desde a Antiguidade clássica em torno da seda chinesa e o confronto directo dos portugueses (desde a conquista de Malaca em 1511) com esta produção particularmente exótica, requintada e, sobretudo, rentável face à extraordinária influência que a arte e cultura do Celeste Império exerciam nas comunidades adjacentes e na generalidade dos locais do globo onde chegava ou dela se tinha notícia, tornava-a num dos mais apetecidos e distintos artigos a circular pelo antigo espaço lusófono, ou sob a forma de fio ou já transformada em tecidos e peças têxteis.

Por outro lado, a liderança portuguesa do Oriente até ao final do século XVI e o consequente controle das principais rotas de transacção ali estabelecidas bem como o estatuto de quase exclusividade de que os lusitanos, ainda no início do século XVII, beneficiavam no seu relacionamento com a China – facultando-lhes

* Licenciada em Artes Decorativas Portuguesas (1994), concluiu em 2002 o Mestrado em História da Arte. Tem como área de investigação a produção têxtil bordada chinesa destinada à exportação e prepara actualmente o seu doutoramento na qualidade de bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Graduate in Portuguese Decorative Arts (1994), MA in Art History (2002). Currently researching a Ph.D. on Chinese embroidered textiles for export as a scholarship from the Portuguese Foundation for Science and Technology.

o acesso e a participação na feira anual de Cantão (o mais importante evento comercial de todo o Celeste Império) – faziam deles os principais interlocutores para a sua comercialização. Cientes desse protagonismo e da sua dependência no escoamento da produção interna para o exterior, também os chineses, deveras interessados naquela parceria, depressa encetaram esforços no sentido de agradar e de cativar uma potencial clientela, o que se confirma, desde logo, através do seu envolvimento numa actividade que, embora realizada por chineses, se revela consentânea com os interesses dos seus compradores.

Estavam assim reunidas condições para o implemento de uma manufactura artística original muito apelativa e mutuamente rentável, cujas características patenteadas se viriam a revelar uma verdadeira síntese cultural e artística que, entrecruzando referentes conotáveis com ambas as partes, apresentava especificidades próprias, coincidentes com uma nova identidade, a sino-portuguesa.

Uma análise sistémica, ao longo dos últimos dez anos, de mais de 150 exemplares têxteis existentes em colecções privadas e públicas portuguesas permitiu o reconhecimento não apenas das opções adoptadas aquando da sua manufactura mas também de um perfil consigo consonante, extraordinariamente constante e coerente, que ultrapassa a sua contextualização e finalidade. Este caracteriza-se por uma interpenetração de elementos, observável, de forma cumulativa ou não, em diferentes domínios, quer do ponto de vista material e dos procedimentos técnicos empregues, quer do tipo de iconografia, abordagem plástica e até funcional adoptada, sendo que os mesmos se apresentam em clara sintonia com os dois universos artísticos em causa e respectivos princípios estéticos.

Acerca da função que a estas peças cumpria desempenhar, de entre os espécimes bordados sino-portugueses estudados e das respectivas particularidades morfológicas identificadas, distinguem-se exemplares com diferentes desígnios, passíveis de serem agrupados em dois universos funcionais distintos, respectivamente, o religioso e o profano. No âmbito do primeiro reconhece-se uma manufactura vocacionada para o culto católico, eminentemente complementar aos esforços da missionaçã encetada pelos representantes do Padroado Português a Oriente e que integra alfaia litúrgicas destinadas à celebração e à ornamentação do espaço sagrado. No segundo domínio, considera-se a

produção dirigida à comunidade civil europeia, em particular a lusófona, seja aquela fixada em cidades e entrepostos ultramarinos sob alçada portuguesa seja a da própria metrópole, sendo que nele se integram sobretudo peças destinadas ao recheio e decoração de espaços públicos e privados residenciais, bem como o vestuário civil (infelizmente, do que nos foi dado apurar, com pouca representatividade entre o património têxtil se não subsistente, pelo menos, estudado e exposto até ao momento).

Tratava-se, afinal, de uma manufactura dirigida a todos os intervenientes no empreendimento ultramarino, em particular aqueles representantes da nobreza, clero e burguesia nacionais, a quem as peças provenientes do Oriente evocavam e emulavam, sob diferentes perspectivas, a respectiva participação e empenho na Expansão Portuguesa, designadamente através da intervenção administrativa e coordenação militar desempenhada, da missionaçã e apoio religioso encetado ou das actividades administrativas, económicas e comerciais desenvolvidas no terreno.

Não obstante a diversidade de opções estéticas que caracteriza esta manufactura dotada de uma forte intensidade cromática, potencial decorativo, natureza exótica e carga simbólica face aos múltiplos referentes que reúne e a sua forte representatividade no quadro do património têxtil que ainda hoje se conserva em colecções públicas e privadas portuguesas e estrangeiras, de que é exemplo a do Victoria & Albert Museum, a mesma não tem conseguido cativar o interesse dos investigadores e o seu ulterior estudo sistémico e aprofundado.

Esperamos que o reconhecimento da existência de um núcleo de peças sino-portuguesas num museu como o Victoria & Albert bem como a respectiva análise que, no presente texto, se pretende encetar possam contribuir para a inversão desta realidade e alentem a sua redescoberta quer por especialistas quer pela generalidade do público.

1. APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

A colecção de exemplares bordados sino-portugueses existentes no Victoria & Albert Museum, consiste num conjunto muito coerente que, mau grado o facto de se encontrar na sua maior parte nas reservas do museu, se afirma, na nossa opinião, como relevante e merecedor de maior atençã.

HISTORIOGRAFIA

Temos conhecimento de cerca de 14 peças,¹ datáveis de entre o final do século XVI e o século XVIII, cuja inclusão no acervo museológico foi tendo lugar desde a década de noventa de Oitocentos até aos anos 60 do século XX. Do seu passado pouco se conhece, excepto o modo como entraram na colecção – por aquisição ou oferta, por exemplo – e o nome dos seus últimos proprietários, alguns deles estrangeiros.

O mesmo se reconhece com os motivos subjacentes à sua incorporação, os quais apenas podemos justificar à luz do espírito romântico oitocentista, que redescobre o passado e promove as antigas e exóticas culturas e do crescente interesse despertado pelas artes da Península Ibérica, que marcam o dealbar da centúria de 1900. Esses aspectos encontram-se bem patentes não só ao nível da produção artística desenvolvida no âmbito das belas-artes, claramente influenciadas pelas novas referências, mas nas grandes exposições retrospectivas, então realizadas a nível nacional e internacional, que deram a conhecer, de entre o variado espólio apresentado, espécimes das denominadas artes coloniais, não só portuguesas mas também espanholas e de outras nações europeias.

Fig. 1. Colcha em cetim salmão. Cortesia de V&A Images/Victoria & Albert Museum (N.º Inv. T. 4016-1855).



No que respeita especificamente a Portugal, só nas últimas décadas de Oitocentos tiveram lugar quatro importantes exposições: a *Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art*, em Londres em 1881; as exposições de *Arte Ornamental* e *Distrital de Aveiro*, ambas realizadas em Lisboa e Aveiro no ano seguinte; e ainda a *Exposição de Arte Sacra Ornamental*, também em Lisboa, já em 1895. No decurso do século XX seguiram-se outras exhibições, mais de pendor regional e sobretudo de arte sacra, das quais nos permitimos destacar aquela promovida pela Agência Geral do Ultramar para comemorar o Ano Santo de 1950 e que, alusiva à Arte Sacra Missionária, esteve patente no Vaticano, em Madrid e em Lisboa.

Do ponto de vista historiográfico, trata-se de verdadeiros acontecimentos, na medida em que dão a conhecer amplos conjuntos artísticos da história da arte nacional, ao mesmo tempo que promovem e fomentam a sistematização de novas abordagens e teorias interpretativas, designadamente, no domínio das manufacturas conotadas com o antigo espaço lusófono²; é disso exemplo maior o surgimento e aplicação de um novo conceito, o da arte indo-portuguesa, que, com o avançar dos estudos, se veio a fragmentar noutros de essência mais específica, como o cingalo-português, nipo-português e o sino-português.³

Pese embora o panorama consideravelmente árido que caracteriza a história deste núcleo do museu inglês, urge notar as atribuições que muitos destes espécimes logo mereceram aquando da sua integração na referida colecção. Em comparação com o que actualmente ainda se verifica em muitos dos nossos museus, além da descrição compositiva das peças, dos materiais e dimensões que cada uma delas comporta, reconhece-se uma classificação consentânea, se não com a sua proveniência, pelo menos com a conjuntura histórico-artística em que o seu surgimento terá ocorrido. Mais interessante do que procurar fazer corresponder uma determinada designação a um determinado contexto é a data em que tal acontece, se atentarmos que três das peças mais antigas no museu (uma casula e dois fragmentos), integradas em 1899, 1896 e 1926, são apresentadas nas respectivas fichas de inventário como indo-portuguesas; outras, cuja entrada no V&A Museum ocorreu na década de 60 do século passado surgem já assinaladas como sino-portuguesas, um termo que, muito embora tenha surgido em Portugal pela mesma altura, ainda hoje conhece pouca difusão entre nós.

HISTORIOGRAPHY

O conjunto do museu inglês integra peças destinadas a funções religiosas e civis pautadas por diferentes particularidades e estados de conservação, cuja análise nos permite entrever alguns procedimentos adoptados ao nível da sua manufactura e utilização ao longo do tempo. Algumas mantêm-se com a sua morfologia original e em bom estado de preservação – ainda que com uma maior ou menor descoloração da paleta cromática, sobretudo perceptível em peças a que se tem acesso ao avesso – como se reconhece numa colcha (Fig. 1) em cetim salmão, com campo dominado por uma águia bicéfala, e num frontal de altar (T. 201-1948) em cetim carmesim com a figuração, ao centro, da pomba do Espírito Santo. Outras há que evidenciam posteriores intervenções, já que nelas se detectam algumas transformações e até mutilações das formas primitivas, muito provavelmente com vista ao cumprimento de novas funções ou padrões



Fig. 2. Casula. Cortesia de V&A Images/
Victoria & Albert Museum
(N.º Inv. T. 1962-1899).

estéticos e até como forma de eliminar eventuais zonas danificadas pelo uso ou pela acção de agentes externos (como os roedores, o sol ou a humidade). São disso testemunho uma colcha (T. 199-1968) em que, de acordo com as informações constantes da respectiva ficha de inventário, os cantos foram cortados e alterados de forma ligeira; uma casula (Fig. 2) cuja amplitude original seria francamente maior do que aquela que preserva nos nossos dias, face ao corte de que foi alvo, privando-a de grande parte da sua cercadura; um exemplar (Fig. 3) que, embora na actualidade apresente forma rectangular – talvez correspondente a uma utilização enquanto frontal de altar –, aparenta ter sido uma capa ou pluvial, do qual ainda se reconhecem a quase totalidade do sebasto e do campo, cortado e delimitado, ao nível dos cantos inferiores, por uma barra curvilínea, certamente a primitiva cercadura.

Fig. 3. Capa ou pluvial. Cortesia de V&A Images/Victoria & Albert Museum.
(N.º Inv. T. 215-1926).



HISTORIOGRAFIA

Trata-se, afinal, de exemplos que, independentemente da sua índole civil ou religiosa, nos confirmam a prática corrente da conversão de peças têxteis, uma realidade para a qual terá com certeza concorrido o seu estatuto, valor comercial, proveniência e requinte decorativo que justificavam, assim, o seu máximo aproveitamento e manutenção.

A colecção integra também alguns fragmentos dos quais destacamos dois, com características díspares: um, porventura correspondente a parte de uma cercadura de uma colcha, cuja composição se desenvolve no sentido horizontal e integra aves sobre montes rochosos entre enrolamentos de peónias (T. 202-1896); e um outro, muito maior, composto por um painel decorativo de organização vertical animado por albarrada e hastes vegetalistas, com o tecido suporte não em cetim, como os outros, mas em veludo (T. 527-1877).⁴



Fig. 4. Pormenor da colcha da colecção do Museu da Fundação Oriente (n.º Inv. FO/1340).

Não menos interessante é uma outra peça que, embora intacta, se encontra inacabada e que consideramos da maior relevância, porquanto nos permite recolher informações quanto aos métodos operativos usados na fase precedente ao preenchimento da superfície com fio – que contempla não só a passagem do desenho para os suportes têxteis como a transferência de todas as coordenadas necessárias à sua correcta execução –, nem sempre possível de observar em peças em bom estado de conservação. Trata-se de uma colcha (T. 78-1891) em damasco amarelo na qual, além do delineamento prévio da composição a bordar com tinta negra, se distinguem várias anotações em caracteres chineses, de localização coincidente com os motivos marcados.

Os vestígios de tinta observados nesta peça e na generalidade dos exemplares atrás indicados (em zonas pior conservadas) constituem-se como uma referência comumente utilizada neste tipo de produção, que nos confirma o recurso ao método tradicional chinês na transposição do desenho a bordar para o tecido base. Ainda que este processo se baseie sobretudo no corte dos motivos à escala definitiva em papel e ao seu posterior contorno a pincel e tinta⁵ sobre o suporte,⁶ ele pode também ser concretizado através de pontos

e de moldes em cartão que podem permanecer, em ambas as situações, sob os motivos bordados, após a conclusão do trabalho e que, uma vez parte integrante do bordado, protegem da humidade, ajudam a manter o desenho e actuam como enchimento.

Este procedimento pode fazer-se acompanhar de outras informações consideradas úteis à fase seguinte do trabalho como, por exemplo, quais as cores dos fios ou pontos a empregar, sendo que se nos afigura disso provável exemplo os caracteres chineses que distinguimos no interior de alguns dos elementos compositivos delineados na referida colcha.

Não obstante a pertinência da sua presença e do seu uso enquanto auxiliares de trabalho – em particular quando considerada uma produção faseada e sob responsabilidade de diferentes protagonistas, como seria decerto o caso –, será importante assinalar que, de

entre os muitos espécimes que até à data nos foi dado analisar, apenas conseguimos reconhecer a marcação de caracteres chineses (sobre o suporte de uma peça bordada) na colcha mencionada, numa outra colcha da colecção do museu da Fundação Oriente (Fig. 4) e numa alcatifa pertencente ao espólio da catedral de Sevilha, na Andaluzia (n.º Inv. T2423). Perante um tão reduzido número de peças com a presença destes elementos não podemos deixar de equacionar até que ponto se trata de uma mera coincidência, justificada pelo razoável estado de conservação da generalidade dos espécimes observados, em simultâneo com uma localização específica, ou se o uso dos mesmos tão-somente se aplica a peças de maior dimensão ou complexidade compositiva, como é o caso da alcatifa, com cerca de 90 metros quadrados, que obrigam à participação de mais do que um bordador e, por esse motivo, de mais coordenadas, com o intuito de assegurar a uniformidade da execução.

É ainda de assinalar que em algumas destas peças é possível observar as ourelas – verdadeiros indicadores de identidade – facto raro e que também ele se reveste do maior interesse, porquanto pode indiciar a proveniência dos centros de fabrico, pelo menos, no que aos respectivos suportes respeita.

2. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Ainda que modesta quanto ao número de peças que integra, a colecção do V&A Museum constitui-se como uma importante referência de estudo dos têxteis bordados sino-portugueses na medida em que integra exemplares não só datáveis de um período relativamente lato de tempo, coincidente com o início e apogeu da sua produção para exportação (entre os séculos XVI e XVIII) como também representativos das tipologias que elegemos no âmbito do estudo desta manufactura têxtil, em termos morfológico-funcionais e plástico-compositivos,⁷ como adiante se verá. Com efeito, verificamos que, dentro da relativa quantidade e diversidade de peças que reúne, se reconhecem não só as mesmas opções técnico-materiais e iconográficas, como também espécimes muito semelhantes aos que identificámos no núcleo inventariado em Portugal continental, o que se revela assaz interessante, atendendo ao facto de se tratar de um acervo reunido num único local, fora do país.

No que respeita aos materiais usados, as soluções observadas coincidem com aquelas que tivemos já ocasião de identificar, isto é, reconhece-se o fio de seda, o fio dourado de papel laminado⁸ e o cordãozinho de seda de dupla torção, três elementos imprescindíveis à arte de bordar do Celeste Império, sendo que estas matérias se apresentam utilizadas segundo três conjugações possíveis:

- bordado apenas a fio de seda, por norma sem torção apreciável (dito frouxo), preferido pelos chineses relativamente ao fio torcido (também observado) e que, não obstante a sua menor resistência e durabilidade, dificultava a distinção entre o suporte e as áreas bordadas graças ao seu maior brilho e à menor textura⁹; em ambas as opções, os filamentos podem apresentar-se compostos por cabos monocromos ou policromos, sendo que no segundo caso estes se afirmam como garantes de um efeito final matizado sem a necessidade de recorrer a pontos mais complexos, elaborados com esse intuito;
- bordado apenas com fio de papel dourado laminado a que, por vezes, acresce a respectiva demarcação dos contornos dos motivos com cordãozinho de seda de dupla torção;
- bordado que recorre aos fios de seda e de papel dourado laminado, em que os motivos preenchidos

a seda são contornados com fio metálico chinês, normalmente dois fios estendidos, e aqueles a fio dourado são contornados a cordãozinho de seda de dupla torção de cor contrastante, na maior parte das vezes azul, branco ou cor de tijolo, sendo no entanto de referir que o mesmo cordão se pode articular com o bordado a fio de seda.

Esta afinidade com a produção chinesa revela-se extensível ao léxico dos pontos e técnicas de laboração usadas, cujos procedimentos adoptados se coadunam com o bordado e a concepção artística extremo-oriental, em que os métodos empregues não visam o simples preenchimento e delineamento das composições, antes actuando como uma linguagem indutora das próprias formas que constituem a ornamentação. Por esse motivo se verifica o recurso a soluções dominadas por um forte dinamismo e organicidade, como se reconhece na aplicação do ponto de cetim ou lançado; na exploração dos efeitos padronados criados através de verdadeiras teias, definidas por pontos de fixação usados para sustentar amplas superfícies preenchidas a ponto lançado, bem visível no tratamento dos vários montes rochosos que decoram algumas das peças; na disposição do fio metálico estendido de forma particularmente maleável e em consonância com a morfologia dos motivos, segundo o método chinês; ou no constante realce das linhas de contorno e de definição dos elementos compositivos, por norma em materiais cromática e materialmente diferentes, como já tivemos ocasião de notar.

Do mesmo modo se reconhece a conjugação destas metodologias com outras, como a denominada técnica do *voiding*¹⁰ – em que os bordadores chineses deixam por bordar uma pequena linha de tecido entre as diferentes cores ou componentes dos ornatos, um pormenor que acentua a gradação das tonalidades que constituem o conjunto e confere um maior efeito de textura e de relevo – e a da gradação cromática em bandas, de pendor bastante artificial, podendo ambas ser conotáveis com a estilização formal e plástica que tanto caracteriza a estética extremo-oriental.

Estas opções apresentam-se, no entanto, muitas das vezes articuladas com procedimentos mais tradicionalmente associados à produção ocidental europeia. É disso bom exemplo o recurso a fio de papel dourado laminado usado em simultâneo com materiais de enchimento – principalmente rolos de papel e fios de algodão de espessura apreciável, responsáveis por intensos efeitos de relevo – a imitar na perfeição o

HISTORIOGRAFIA

método europeu do bordado a fio de ouro de feira sobre cordão, como se reconhece, aliás, nos motivos bordados a ouro, com efeito entretecido, da colcha com a águia bicéfala e, melhor ainda, no fragmento em veludo, cujo mau estado de conservação permite a observação dos materiais usados para relevar a composição. Sobre este assunto é, no entanto, de referir que o recurso à técnica de enchimento não é de todo uma opção exclusiva do bordado ocidental, tendo a mesma constado da produção bordada sobretudo, durante a dinastia Ming (1368-1644), em particular, no realce de alguns pormenores decorativos, como os olhos de animais ou os centros de flores, ainda que nunca com um efeito de conjunto tão relevado como aquele que, *grosso modo*, encontramos nas peças para exportação.

Pese embora estes aspectos, importa salientar o uso de relativamente poucos recursos na sugestão de uma tão considerável diversidade de meios e de efeitos, a que acresce uma qualidade de execução variável entre as peças, factos que pensamos irem de encontro aos próprios objectivos desta produção: além de eficazes do ponto de vista visual, garantes de clientela, os métodos operativos adoptados contribuíam para a maior celeridade e rentabilização do trabalho, de que é óptimo exemplo o uso de fios mesclados na obtenção de efeitos matizados, numa estratégia consentânea com o espírito dos chineses que, mais do que a perfeição, visam a rentabilidade económica do seu trabalho.

Também no plano iconográfico e plástico que caracteriza o programa decorativo do conjunto em análise se verifica a presença de vocabulário oriental e ocidental e se confirmam as tendências que, já em anteriores momentos da nossa investigação, tivemos oportunidade de elencar com vista à sua mais fácil abordagem. Com efeito, confrontados com a considerável diversidade de opções temáticas que se reconhecem bordadas nas composições ornamentais dos espécimes inventariados e da sua conjugação em função de diferentes programas decorativos, procedemos ao agrupamento das peças em diferentes tipologias plásticas elegendo, como critério metodológico, o aparente predomínio de uma das culturas e respectivos referenciais sobre a outra.

Assim, estabelecemos dois grandes grupos: o de peças de cariz europeu e o de peças de cariz chinês. No primeiro, como a nomenclatura adoptada sugere, o que prevalece nas peças nele incluídas é uma ornamentação de ascendência e influência plástica europeia, cuja

proximidade e similitude é evidenciada de diferentes formas, seja através da iconografia observada, do tipo de estruturação e organização compositiva ou do tratamento plástico por que prima o conjunto.

Já no segundo consideram-se os exemplos nos quais se distingue uma maior liberdade no processo criativo, no sentido em que, à parte a morfologia intrínseca ao modelo e à respectiva funcionalidade (normalmente consentânea com formulários de essência europeia), se reconhece o recurso a soluções que os aproximam muito mais da cultura autóctone de quem os produz do que da ocidental, ao contrário do que se verifica nos espécimes de cariz europeu.

A estes acresce um terceiro grupo, entretanto considerado face ao reconhecimento de obras cujas características aparentemente não se coadunavam com as prerrogativas estabelecidas para os dois agrupamentos tipológicos pré-definidos, e que denominámos de influência. Nele se incluem exemplares em que a manufactura parece não ter sido apenas da responsabilidade de chineses e estritamente no âmbito do seu universo cultural, comportando, por isso, uma maior complexidade quando da sua análise. Como já tivemos ocasião de assinalar, contempla peças cujas características suscitam a ideia de uma produção que, embora se possa aproximar ou evidenciar o recurso a um arquétipo originalmente chinês que lhes garante a manutenção de um cunho sinizante, parece resultar muito mais numa filiação e interpretação do que numa criação original; esta aparente incoerência tende a estender-se aos próprios aspectos intrínsecos à sua manufactura, em termos materiais e técnicos, como não acontece nos outros dois grupos.

Assim, tomando como referência as tipologias por nós estabelecidas, verificamos que as peças da colecção do Victoria & Albert Museum se enquadram nas três categorias eleitas, sendo aqui de notar que a categoria que conhece maior representatividade é aquela que integra obras de cariz europeu.

A este respeito importa frisar que o reconhecimento sistemático de peças com estes perfis, e também com características extraordinariamente semelhantes entre si, não só nos aponta para conjunturas de produção e de destinatários potencialmente distintos como nos confirma a questão, tantas vezes debatida, do uso de modelos nos diferentes agrupamentos.

Neste contexto, o conjunto em análise do referido Museu revela-se, de igual modo, interessante

HISTORIOGRAPHY

e importante para o estudo da produção têxtil bordada sino-portuguesa ao integrar e comungar das especificidades que caracterizam os grupos enunciados, ao mesmo tempo que comporta exemplares análogos a outros já por nós anteriormente estudados.

2.1 PEÇAS DE CARIZ EUROPEU

No que respeita à primeira tipologia, que integra peças de cariz europeu, esta é, como referimos, marcada por uma profunda ascendência europeia ao nível da iconografia, da plasticidade e do tipo de estruturação compositiva que caracterizam os espécimes que assim designamos.

Dentro deste grupo, consideram-se exemplares em tudo europeus (excepto na componente técnico-material, que permanece maioritariamente de índole extremo-oriental) e outros cujas composições evidenciam a conjugação de temática europeia com chinesa, segundo um modelo de coexistência algo semelhante ao que se verifica na porcelana fabricada na China para exportação: referimo-nos concretamente ao modo como a gramática de essência chinesa tende a concentrar-se nos elementos constituintes ou em zonas de teor secundário das peças, reservando as áreas mais importantes para a ornamentação ao gosto europeu como atestam as vestes religiosas que integram temática sacra católica, concentrada nos respectivos sebastos, ou as colchas, nas quais se destacam os medalhões centrais, dominados por assuntos de natureza heráldica.

Na primeira variante podemos destacar o já mencionado frontal de altar (T. 201-1948) em cetim carmesim exclusivamente bordado a fio de papel dourado laminado com enchimento (de cartão ?) e lantejoulas, no qual se destaca a representação, ao centro, da pomba do Espírito Santo envolta num resplendor, por sua vez ladeado por composições florais a saírem de cornucópias de localização coincidente com as bissectrizes dos ângulos da peça. As suas particularidades permitem-nos que o aproximemos a outros espécimes entretanto

identificados: é o caso de um paramento existente na Igreja de Santa Isabel em Lisboa, ainda composto por casula (Fig. 5), dalmática, capa de asperges, frontal de altar, véu de ombros, manípulos e estola, no qual se reconhecem exactamente o mesmo tipo de opções, quer do ponto de vista técnico-material, quer da própria abordagem plástico-compositiva. Neles se destacam: a conjugação do suporte carmesim (muito leve) com a composição bordada integralmente realizada a fio de papel laminado dourado; o vocabulário decorativo assente nos mesmos elementos vegetalistas e sujeito

a idêntico tratamento plástico, dotado de grande fluidez e quase filigranado, de que sobressaem as cornucópias e as flores, integradas em estruturas definidas por verdadeiras malhas geometrizaras preenchidas com lantejoulas; também o tipo de organização da tira que, neste caso, apenas circunscreve o frontal e, no caso do paramento de Lisboa, define e separa os respectivos elementos constituintes das peças (inclusivamente do frontal que o integra, com modelo definido por fronteira dividida em seis compartimentos e três campos) – um elemento em torçal composto por finos ramos com flores estreladas e quadrifólios, interlaçados com fita animada por perlados de lantejoulas.

É de salientar que as mesmas referências podem ser observadas em dois conjuntos (compostos por casula,

dalmática, estolas e manípulos) existentes em outras duas igrejas lisboetas, a de Nossa Senhora dos Mártires e a de Nossa Senhora da Encarnação (Figs. 6 e 7), ambas na zona do Chiado, sendo que os tecidos-suporte, embora de cores diferentes (roxo e preto, respectivamente), se revelam dotados da mesma leveza que se reconhece no paramento de Santa Isabel e no frontal do V&A Museum.

Completamente europeístas na sua essência e estruturação – de que é paradigma a dalmática de Santa Isabel, a única peça desta tipologia que identificámos com modelo segundo a forma romana, caracterizada por uma ampla banda segmentada em três painéis horizontais de decoração autonomizada em ambos os



Fig. 5. Casula, Igreja de Santa Isabel em Lisboa.

Fig. 8. Casula. Musée National de la Renaissance (N.º Inv. E.Cl.13140A). Cortesia de Réunion des Musées Nationaux. Foto RMN, René-Gabriel Ojéda.



HISTORIOGRAPHY



Fig. 6. Dalmática. Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, Lisboa.

panos (da frente e das costas) –, interessa notar que nas vestes de dois destes paramentos se vislumbram pequenos apontamentos decorativos, em particular ao nível da decoração dos respectivos sebastos, que não escondem a sua proveniência extremo-oriental (excluindo os aspectos técnico-materiais a que já atrás aludimos): trata-se de motivos de forma lobular, de intenso efeito decorativo, evocadores do ceptro de *ruyi*, termo que inicialmente denominava um ceptro de algumas divindades budistas e dos mandarins – um objecto decorativo ou bastão de autoridade –, cuja forma terá sido apurada a partir do cogumelo *lingzhi*. Com o tempo perdeu a sua função primitiva para se tornar num símbolo de votos de sucesso e de concretização de desejos, acabando por se constituir como uma das “oito jóias”, um conjunto de ícones de riqueza e prosperidade, usados na ornamentação de trajes de corte e nas insígnias das categorias hierárquicas oficiais.¹¹

O facto de encontrarmos diferentes paramentos com este modelo, mais ou menos completos e dotados de ligeiras variações, segundo as cores do calendário litúrgico, sugere-nos que o mesmo poderá ter conhecido bastante receptividade e, de igual modo, sofrido alguma evolução, se atendermos à composição que anima um outro terno branco localizado no Museu da Igreja da Misericórdia de Évora: integrando casula, dalmática e pluvial, embora a composição que anima estas vestes

litúrgicas se revele dominada pela disposição, de forma isolada, de pequenos ramos de flores com laçarias, tão ao gosto rococó de Setecentos, e de abordagem francamente mais pesada, sobretudo perceptível ao nível da ornamentação dos sebastos, ainda nos parece possível detectar algumas remeniscências dos aspectos assinalados, quanto mais não seja no que respeita à tarja com motivo de torçal, aqui bordada numa versão mais simplificada.

Na mesma situação, isto é, no âmbito das peças em tudo europeias, reconhecem-se duas bandas de tecido, uma, em cetim castanho dourado (T. 945-1897) e outra em veludo (T. 527-1877), ambas predominantemente bordadas a fio de papel dourado laminado sobre enchimento de papel e fios de espessura apreciável de algodão e contorno com cordãozinho de seda de dupla torção, com apontamentos a fio de seda.

A primeira ostenta uma composição definida por malha padronada que se repete ao longo do suporte e se apresenta composta por uma roseta inscrita numa malha polilobada de onde arrancam, longitudinalmente, enrolamentos floridos simétricos e unidos por formas anelares.

A segunda corresponde a uma banda animada por composição organizada no sentido ascendente a partir de uma albarrada, de onde irradia uma haste vegetalista axial que se constitui como eixo de simetria de duas outras colaterais, de perfil contra-curvado, a terminarem em

enrolamentos floridos articulados com folhagem e gavinhas, sendo que os três caules estão interligados por sucessivas formas cilíndricas e contam ainda com a presença de pássaros pousados sobre si.

Com um modelo próximo das *candelabra* características do repertório renascentista, trata-se de um exemplar extraordinariamente interessante, que se aproxima de veras das composições bordadas que animam os panos da frente e das costas de uma casula existente no Musée National de la Renaissance, nos arredores de Paris (Fig. 8)¹²: ainda que com suporte em cetim



Fig. 7. Pormenor de dalmática. Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, Lisboa.



Fig. 9. Casula. Museu Nacional de Arte Antiga (N.º Inv. 3407). Cortesia do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., Lisboa. Foto José Pessoa.

HISTORIOGRAPHY

branco e com as composições cortadas em função da morfologia da peça em que se integram e segundo um esquema de simetria definido pelo próprio sebasto, é possível reconhecer na zona mais ampla dos panos, de localização coincidente com a base das costas, uma organização em tudo semelhante, composta por duas hastes vegetalistas extremamente maleáveis que ascendem, de forma simétrica entre si e a partir de uma albarrada, em enrolamentos floridos repetidamente entrelaçados. Se no caso dos panos da casula que tomamos para comparação não existe um eixo de simetria, coincidente com uma terceira haste como se observa no fragmento, nem pássaros pousados, nem flores diferentes e alternadas entre si ao nível dos enrolamentos, não deixa de ser bem visível a grande similaridade entre as peças no que se refere à composição que as anima bem como aos próprios ornatos que a integram, em particular, as flores de lótus estilizadas em que rematam os enrolamentos, de plasticidade afim.

Trata-se, na nossa opinião, de duas variantes do mesmo programa decorativo, para o qual conhecemos uma terceira alternativa, bem mais complexa, observável numa casula pertencente à colecção têxtil do Museu Nacional de Arte Antiga (Fig. 9): nela se vislumbram panos laterais preenchidos pelo mesmo tipo de esquema compositivo e de modelação que, embora sem albarrada, se apresenta também dominado por caules vegetalistas dotados de grande maleabilidade, aqui de preenchimento mais denso graças à menor amplitude dos enrolamentos e a uma maior densidade de folhagem e gavinhas, a que acresce a forte presença de pássaros dispersos por entre os ramos.

A forma como este modelo plástico se apresenta nos três exemplares têxteis assinalados (a banda decorativa do Victoria & Albert Museum e as duas casulas) alerta-nos para a compreensão de um outro aspecto também ele correlativo à produção desta tipologia têxtil, não tanto no que se refere à execução da sua componente bordada mas do corte e respectiva montagem das peças a realizar.

Com efeito, através da análise comparativa de mais de uma centena de peças apercebemo-nos do recurso a dois métodos operativos no que respeita à concretização de peças bordadas sino-portuguesas, a saber: um em que as fases de montagem e corte dos espécimes bem como a elaboração da respectiva componente decorativa se podem apresentar autónomas entre si e outro consonante com uma concepção prévia do trabalho a realizar.

Na primeira situação contam-se exemplares cuja manufactura não advém de um processo sequencial sendo que, na maior parte dos casos, o corte e montagem da peça parecem sobrepor-se à sua componente ornamental. Aqui integram-se, na maioria das vezes, espécimes compostos por componentes de diferentes cromias e tipos de suporte (como o cetim e o veludo), cujos tecidos-base foram previamente bordados e depois cortados e montados em consonância com a forma pretendida, frequentes vezes sem respeitar o esquema estrutural e decorativo definido pelo bordado ou sem ter o cuidado de o dispor de forma coerente entre si, por exemplo, segundo composições organizadas em função de eixos de simetria. É nesta circunstância que pensamos poder reconhecer os exemplares em análise correspondentes, afinal, (não obstante as diferenças detectadas entre as peças) a uma casula (do Musée de la Renaissance) cujos panos que a integram terão sido previamente bordados e depois cortados – segundo o modelo para si prescrito e, neste caso, divididos ao meio, transformando o respectivo sebasto num eixo de simetria da composição resultante da montagem – a partir de suportes como aquele que constitui o fragmento bordado por usar, ainda existente no Victoria & Albert Museum.

*... a gramática de essência
chinesa tende a concentrar-se
nos elementos constituintes
ou em zonas de teor secundário
das peças, reservando as áreas
mais importantes para
a ornamentação ao gosto
europeu...*

No segundo procedimento reconhecem-se peças em que o modelo definido foi previamente cortado ou, pelo menos, delineado no suporte, o mesmo se verificando com o esquema compositivo ornamental, também ele concebido e bordado atendendo à forma a que se destinava, o que se traduz no seu devido acompanhamento ou adaptação à respectiva

HISTORIOGRAFIA

tipologia morfológico-funcional que deveria animar. Curiosamente, a outra casula mencionada (MNAA), na qual distinguimos uma terceira variante do modelo assinalado, parece evidenciar aspectos que apontam para uma manufactura coincidente com esta modalidade, designadamente o facto da mancha bordada não exibir quaisquer dos elementos que a compõem interrompidos ou da mesma se apresentar como que moldada ao espaço disponível, o que não se confirma na casula do museu francês.

O reconhecimento destes dois sistemas de elaboração das peças parece confluir para a nossa teoria de que, paralelamente à manufactura de raiz na China, em sintonia com as directrizes facultadas pelos compradores ou pelos que as encomendavam, se assistiu a um fenómeno de produção e importação, em grande escala, de suportes têxteis (bordados, pintados ou simplesmente tecidos) com modelos plásticos de estruturas compositivas que, dada a sua natureza repetitiva, permitiam o seu corte e associação segundo diferentes conjugações e situações, trabalho esse que podia ser mais tarde assegurado por artífices especializados em outros locais que não o da sua fabricação.

Trata-se de um aspecto que nos é confirmado não só através das notícias que encontramos a este respeito mas também do reconhecimento da existência de consideráveis quantidades de suportes ainda por usar (designadamente no próprio acervo do Victoria & Albert Museum¹³) ou, melhor ainda, do próprio espólio que temos vindo a identificar ao longo dos anos.

Pensamos ser disso um bom exemplo um conjunto de peças que, pese embora o facto de integrarem diferentes acervos patrimoniais e de corresponderem a exemplares de tipologias distintas, evidenciam o recurso, não a um, mas a dois suportes bordados comuns, cortados e articulados de diferente modo entre si: uma dalmática e uma casula (ambas do Museu Nacional de Arte Antiga), um frontal de altar (Igreja de S. Cristóvão, Lisboa) e um pálio (Igreja de Marmeleiro, Monchique). É neste último (Fig. 10) que, pelas suas características morfológico-funcionais (uma peça ampla de perímetro cruciforme), destrinchamos o que podemos considerar as matrizes dos suportes bordados, também utilizados nas outras peças, sendo que em ambos os casos correspondem a bandas animadas pela repetição contínua de módulos compositivos dominados por temática floral.

Com efeito, o respectivo céu do pálio compõe-se de três tiras de cetim branco bordado, dispostas entre si de forma contígua no seu sentido longitudinal, formando, no conjunto, uma composição padronada tipo tapete da qual sobressaem seis florões; os quatro lambrequins que o circunscrevem são, de igual modo, definidos por uma tira de cetim castanho animado por uma malha horizontal de caules com disposição ovalóide, que se articula com flores nos seus pontos de tangência e no seu interior.

Ora, o suporte bordado que reconhecemos no céu é precisamente idêntico ao usado nos panos que integram a frente e costas da casula e da dalmática, enquanto aquele que define os lambrequins pode ser observado nas barras laterais e na fronteira do frontal de altar, bem como nos sebastos das duas vestes, ainda que com algumas variantes que apenas uma análise mais atenta permite descortinar —, aqui claramente concebido de modo a ser utilizado no sentido vertical, graças não só à orientação dos motivos mas ainda da presença de um eixo vertical que interliga flores diferentes daquelas que animam a primeira versão.

Embora a questão do local onde as peças poderão ter sido montadas se revele naturalmente difícil de detectar a partir do próprio acervo inventariado, análises mais aturadas, sobretudo associadas a intervenções de restauro, têm contribuído para o seu esclarecimento, ainda que pontualmente. Foi o caso da descoberta realizada no âmbito de uma intervenção de restauro efectuada numa bolsa de corporais, pertencente a um paramento da Igreja Matriz de Santo Aleixo, no distrito de Beja que, quando manuseada e aberta, revelou conter, como enchimento, algumas camadas de tecido e documentos manuscritos e impressos datáveis do século XVII, directamente relacionados com Goa, sendo que entre eles se encontrava uma sequência truncada de provas de uma primeira tiragem — escrita e editada por jesuítas em Goa — abandonada e entretanto reutilizada com esta função.¹² Cientes da exportação de peças religiosas sino-portuguesas para a Índia desde, pelo menos a década de 60 de Quinhentos, e da sua utilização em institutos inacianos ali implantados, designadamente em Goa, afigura-se-nos claro a montagem de peças pelas próprias comunidades religiosas em função quer do material disponível, quer das necessidades de alfaia com que se iam deparando no seu quotidiano.

HISTORIOGRAPHY

Ainda dentro das peças de cariz europeu que a colecção do Victoria & Albert Museum integra merecem-nos agora atenção aquelas caracterizadas pela coexistência de referentes conotados com o mundo ocidental e com o Extremo Oriente sendo de notar que, também neste domínio, os exemplares assim considerados comungam das características por nós consignadas para esta vertente da produção sino-portuguesa, ao mesmo tempo que se destacam pela sua originalidade temática.

Trata-se de quatro exemplares – uma casula, dois panos e uma colcha – nos quais se regista a presença de iconografia cristã e heráldica europeia, em simultâneo com temas de pendor naturalista do foro botânico e zoológico, particularmente apreciados e cultivados pelos chineses enquanto tópicos de representação. Nos mesmos se reconhece um indiscutível protagonismo dos temas ocidentais relativamente aos autóctones os quais tendem a destacar-se do conjunto seja pelo posicionamento que tomam, sempre nas zonas mais importantes e centrais das peças em torno das quais se dispõe a restante composição, seja pela escala em que são bordados.

No caso particular dos assuntos de cariz religioso – integráveis no núcleo temático com maior representatividade entre os espécimes até hoje analisados – que animam três das peças mencionadas, é de salientar a novidade iconográfica que os acompanha,

face aos repertórios inventariados até ao momento, pautados por uma relativa diversidade de opções dentro das quatro grandes vertentes sistematizadas, em concreto: a da temática mariana, a de figuras de santos que integram o hagiológico, monogramas cristológicos ou emblemas heráldicos das diferentes ordens religiosas e, não menos importante pese embora a sua menor assiduidade, a das cenas historiadas (do antigo Testamento).

Analisemos a primeira das quatro peças, uma casula bordada a fio de seda e fio de papel dourado laminado (T.1962-1899) com frente e costas muito parecidas, que merece a nossa dupla atenção, atendendo ao seu programa plástico e ao facto de ser muitíssimo semelhante a uma outra que esteve patente, conjuntamente com estola e manípulo, na *Exposição de Arte Ornamental do Distrito de Viana do Castelo*, realizada em 1896.¹⁵ Trata-se de uma veste pertencente à paróquia de São Martinho da Gandra, em Ponte de Lima, que, segundo conseguimos apurar, se encontra desaparecida há algumas décadas,¹⁶ facto que, juntamente com a data em que a fotografia foi tirada e o nome constante da ficha de inventário do respectivo Museu, responsável pela sua entrega, nos leva a pensar se não se tratará do mesmo espécime que, por condicionalismos que desconhecemos, foi parar à instituição inglesa.

Com corte segundo modelo espanhol – de perfil em forma de violino e sebasto em coluna, em ambos os panos –, exhibe os dois sebastos preenchidos por enrolamentos filiformes animados por folhagem, interrompidos, na metade superior, pela figuração de Nossa Senhora com o Menino e de Sant'Ana, um dos temas marianos que Louis Réau integra na tipologia da Virgem com o Menino¹⁷ e que temos pela primeira vez oportunidade de observar entre o espólio bordado sino-português: neles podemos distinguir o mesmo modelo compositivo, ainda que com ligeiras variantes, no qual se reconhecem as duas mulheres sentadas numa cátedra, a primeira com o Menino ao colo e a segunda com um livro aberto no seu regaço (como alusão à promoção da leitura piedosa das Sagradas Escrituras), superiormente enquadradas por um arco pleno com sugestão de baldaquino ao centro.

Este tema inclui-se na série das denominadas Virgens da Ternura que proliferam na arte, a partir do século XII, e se destacam pela sua natureza mais humanizada (em comparação com as Virgens em

Fig. 10. Pormenor de pálio, Igreja de Marmalete, Monchique.



HISTORIOGRAFIA

Majestade que as precedem) e, consequentemente, por uma atitude mais terrena na relação afectiva que se estabelece entre a Virgem, no seu papel de mãe, e Jesus Cristo, ainda menino. A mesma traduz-se, do ponto de vista da sua representação, em conjuntos de maior naturalidade, expressos na forma como se posicionam e interagem os intervenientes, neste caso, complementados pela presença de Ana, mãe de Maria. Ora, são disso exemplo as duas imagens bordadas na casula onde, a par da relevância conferida ao Menino – visível no plano compositivo, dada a sua colocação exactamente ao centro, e latente no plano simbólico pela mensagem de esperança que de Si emana para a Humanidade –, se reforçam os laços familiares e de intimidade entre as três figuras, como nos sugere o modo como se apresentam interligadas entre si: através dos braços abertos e das mãos do Menino em contacto com as duas figuras femininas colaterais, e as respectivas posturas e semblantes, dotados de uma imensa harmonia e serenidade.

Acerca desta composição refira-se que a introdução de Sant'Ana em programas figurativos da vida da Virgem e de Jesus conhece grande sucesso no decurso do século XVI, numa altura em que o culto a esta figura é intensificado e disseminado. A promoção da sua participação bem como da de outros familiares directos, como S. José e S. Joaquim, pode ser compreendida sobretudo à luz da nova estratégia pedagógica contra-reformista implementada junto dos fiéis. Temas como o observado, o da Sagrada Família ou da Santa Parentela reforçam o culto da família e fomentam as relações entre os seus membros, ao mesmo tempo que evocam a responsabilidade dos progenitores na instrução dos seus descendentes nas virtudes e costumes católicos,¹⁸ salientando a dimensão divina de Cristo e o papel de intermediários que coube aos progenitores e avós na Sua história e na da Humanidade; exaltam ainda a sua dimensão terrena, enquanto comuns mortais, fazendo de si exemplos a seguir e trazendo para todos os momentos da nossa existência a presença e participação divina.

Com uma amplitude original provavelmente maior do que aquela que mantém na actualidade, face ao corte visível que a privou de grande parte da sua cercadura, a casula apresenta campos animados por caules sinuosos de peónias que, repletos de flores e folhagem, irradiam de modo ascendente, a partir de montes rochosos localizados nas zonas inferiores dos panos. Além de alguns pássaros dispostos sobre e entre



Fig. 11. Pano representando S. Sebastião. Cortesia de V&A Images/Victoria & Albert Museum (N.º Inv. T. 245-1921).

os ramos, nos campos das costas reconhecem-se ainda dois casais de veados nas proximidades dos montes rochosos, onde se encontram pousados dois outros pares de fénix, que são substituídos na frente da casula por pares de lebres e de faisões, respectivamente.

Já no que se reporta aos exemplares que genericamente denominamos como panos, dada a sua incógnita funcional, também eles se apresentam animados por composições que integram iconografia cristã, neste caso respeitantes ao hagiológico, sendo que neles se distinguem as monumentais figurações de dois importantes santos, respectivamente, S. Sebastião (Fig. 11) e Santo António (Fig. 12). Trata-se de peças que assumem um importante papel não só entre o conjunto do museu inglês mas entre todas aquelas que até hoje analisámos, uma vez considerada a escala em que as imagens dos santos foram integralmente bordadas sobre fundo de cetim, no primeiro caso de cor salmão e, no segundo, branco.

O S. Sebastião, também pela primeira vez identificado em peças desta tipologia, surge representado no seu martírio, segundo um modelo que se impõe a

HISTORIOGRAPHY

partir de Quatrocentos (contanto que a sua promoção tenha tido início no século XIII), em detrimento de um outro mais arcaico difundido a partir do século VII, que o exibia como soldado envergando a sua armadura, de idade já avançada com barba e cabelos brancos: jovem algo efeminado, com farta cabeleira castanha pendente sobre o peito e praticamente nu, apenas envergando um cendal, com corpo ensanguentado crivado de flechas, surge com pés e braços atados ao tronco de uma palmeira¹⁹ e, ainda assim, com uma aparência deveras descontraída e um semblante nada carregado ou portador de sofrimento, bem evocador do espírito da Contra-Reforma, entretanto implementado, que eleva os santos mártires como exemplos a imitar e a seguir²⁰ e os estabelece como paradigmas da dedicação à fé cristã enquanto via para a salvação humana.

Dentro da diversidade de interpretações que podemos distinguir em torno da figuração deste santo militar – terceiro patrono de Roma e grande protector contra a peste²¹ –, mais concretamente, do posicionamento dos seus membros, julgamos interessante assinalar que a sua pose não coincide com aquelas mais frequentemente observadas, por norma com os braços amarrados em conjunto.

Quanto ao outro pano, nele se reconhece a imagem de Santo António, o santo de Portugal e um dos mais importantes oradores de todos os tempos, em especial contra os vícios, como a usura e a avareza. Surge figurado segundo modelo alusivo a um dos temas essenciais da sua iconografia, a *Visão de Santo António*, referente à aparição do Menino no decurso de uma viagem do Santo por terras de França, que lhe determina um dos seus atributos privilegiados, o do Menino em pé ou sentado sobre o livro.

Curiosamente, ainda que Santo António se apresente segundo a tradicional imagem dos frades menores – com tonsura, vestido apenas de túnica com capuz e descalço –, uma análise mais atenta da representação revela-nos algumas variantes de interpretação: embora o traje se apresente coincidente com o modelo franciscano ao nível do corte, o mesmo não se verifica com a cor nele usada, o branco, conotado com os dominicanos, em vez do cinza, do castanho ou do preto. Referimo-nos a estas três tonalidades uma vez considerada a cor original do hábito de S. Francisco de Assis (cinzento) que, embora adoptada pela comunidade franciscana, com o passar do tempo e a fragmentação da ordem em frades menores conventuais

e capuchinhos, acabou por ser substituída pelo preto e o castanho, as cores escolhidas por cada um dos ramos da ordem.²² É ainda de assinalar que a túnica se encontra cingida por fúniculo com apenas dois dos três nós alusivos aos votos de pobreza, castidade e obediência que caracterizam a ordem franciscana.

Também nestas duas peças se verifica a preponderância das figurações religiosas sobre a envolvente, em ambos os casos caracterizada pela representação de pequenos amontoados de terra ou colinas com ramagens vegetalistas que se articulam, no caso do pano com S. Sebastião, com duas palmeiras colaterais, e no de Santo António, com quatro rostos alados sobre nuvens, concentrados na metade superior e a sobrepujar a figura do santo. Em ambas as peças reconhece-se ainda a presença de pássaros bordados, cuja escala se revela desajustada comparativamente com aquela usada na representação dos elementos naturais, bem como o recurso a cercaduras florais.

Finalmente, o último exemplo considerado neste agrupamento apresenta temática de ascendência

Fig. 12. Pano representando Santo António. Cortesia de V&A Images/Victoria & Albert Museum (N.º Inv. T. 246-1921).



HISTORIOGRAFIA

heráldica e corresponde a uma colcha (T. 4016-1855) com suporte em cetim salmão.²³ Esta é animada por composição com campo dominado por motivo central, decorado por uma águia bicéfala inscrita numa forma cartelar superiormente rematada por coroa animada, na sua linha média, pela alternância de losangos e pequenos círculos e sobrepujada pela sugestão de cinco florões.

Nos extremos superior e inferior do eixo vertical de simetria do referido campo distinguem-se dois caules presos por laçarias, os quais se desenvolvem sob a forma de enrolamentos floridos com folhagem que, animados pela presença de pássaros, preenchem todo o espaço, segundo uma composição organizada em função dos dois eixos ortogonais da peça. O campo apresenta-se articulado com uma cercadura também ela definida por enrolamentos vegetalistas e florais e cantos assinalados por flores, delimitada por barras compostas por pequenas folhas trilobadas dispostas regularmente na vertical, por sua vez circunscritas por tarjas ritmadas pela alternância de losangos e pequenos círculos.

Que saibamos, é um dos poucos espécimes da colecção que, a par da casula com a figuração de Sant'Ana,²⁴ nos parece ter merecido uma maior divulgação ao constar como exemplo de análise e comparação em, pelo menos, dois títulos publicados, sendo que em ambos se reconhecem diferentes atribuições, nenhuma delas coincidente com a sino-portuguesa: são eles o artigo editado por G. F. Wingfield Digby, "Some Silks Woven Under Portuguese Influence in the Far East", em que a colcha é classificada como trabalho indo-português do século XVI, e a obra de Reinaldo dos Santos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito*, onde surge como portuguesa, atribuída aos séculos XVII-XVIII, segundo indicação do especialista John Irwin, então conservador da secção da Índia do Victoria & Albert Museum.²⁵

Trata-se de um espécime em tudo idêntico a outros dois que tivemos oportunidade de inventariar

em Portugal – um exposto numa cama da designada Câmara de São Dâmaso no Paço dos Duques (n.º Inv. 467), em Guimarães, e o outro pertencente à colecção do arquitecto José Lico (Fig. 13) –,²⁶ excepto ao nível da paleta cromática usada, quer no suporte quer na componente bordada, já que as cores dos tecidos-base são o azul e o branco, respectivamente.

As três peças constituem-se como bons exemplos da figuração da águia bicéfala, um tema que, oriundo da heráldica europeia de natureza quimérica, se tornou um importante elemento de vocabulário ornamental, de acentuado destaque e intensidade decorativa na produção bordada (e também tecida) sino-portuguesa, face à sua ampla versatilidade e força plástica, que tornam

as peças em acessórios de grande aparato.

Curiosamente, a análise dos exemplares que identificámos até ao momento com a sua figuração revela-nos que foi um motivo usado tanto em peças civis como religiosas e, genericamente, alvo de um processo de sinização, responsável por algumas transformações no que concerne à sua abordagem formal e plástica: composta por duas cabeças colocadas em direcções opostas e corpo, asas e garras comuns,²⁷ a águia bicéfala tende a



Fig. 13. Colcha pertencente à colecção do Arq. José Lico.

apresentar-se preferencialmente inscrita em medalhões circulares ou, quando tal não se verifica, com as asas e cauda abertas e esticadas sugerindo a inscrição num círculo imaginário sendo que, em algumas situações, esta sugestão é coadjuvada pela cauda, disposta em leque. Com esta disposição reconhecemos um modelo plástico chinês que podemos encontrar na produção autóctone de têxteis, lacas e porcelana, animadas, por exemplo, pela representação de aves, isoladas ou emparelhadas, dispostas segundo um círculo imaginário (e sugerindo rotação, quando aos pares). Trata-se de uma opção visível em alguns emblemas hierárquicos (Fig. 14) datáveis da dinastia Ming e inícios da Qing (1644-1911), em particular naqueles dos oficiais civis

HISTORIOGRAPHY

de primeira categoria representados pela imagem do grou e que os chineses parecem ter transposto para a produção destinada à exportação, designadamente para o mercado português.

Nas representações das águias que animam estas três colchas, além da questão da sua exploração segundo um perímetro, aqui mais cordiforme do que circular, distingue-se ainda uma outra particularidade observável em outras peças dominadas pelo mesmo assunto e que consideramos como uma característica da produção desta variante temática: o facto da sua fisionomia tender a ser alterada, sobretudo ao nível do tratamento do bico, do pescoço e das asas, tornados mais alongados, o que as aproxima deveras das fénix. Para esta mutação contribui indiscutivelmente a aposição de escamas que se reconhecem, na maior parte das vezes, ao longo dos pescoços e das cabeças das aves sugerindo uma espécie de crista. Consideramos disso óptimo exemplo as imagens bordadas num pano de armar do Museu do Caramulo (Fig. 15) e noutro do Museu-Escola de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (n.º Inv. 423).

Ainda a este respeito cumpre-nos assinalar que, independentemente de uma maior ou menor apropriação da forma que caracteriza o motivo original da águia bicéfala, este terá sido, sem dúvida, um dos mais apreciados e difundidos elementos da iconografia europeia na produção bordada sino-portuguesa destinada ao espaço civil, seja sob a forma de colchas ou panos de armar, como nos indiciam os vários exemplares que temos tido ocasião de inventariar em Portugal e no estrangeiro, entre os quais se inclui um espécime pertencente à colecção do Museum of Fine Arts de Boston (n.º Inv. T.5007).²⁸

Para este sucesso terão, muito provavelmente, contribuído não só a sua pujança decorativa e versatilidade plástica como também o significado convergente que a águia (e a fénix) comporta no Ocidente e na China antiga – enquanto símbolo de poder e combatividade e de força e solidez, respectivamente²⁹ – os quais lhe asseguram a inclusão em peças de feição ora mais chinesa ora mais europeia.

2.2. PEÇAS DE CARIZ CHINÊS

Relativamente às peças que se inscrevem nesta segunda tipologia, consideram-se os exemplares que, além de uma manufactura segundo os preceitos do



Fig. 14. Emblema hierárquico, dinastia Qing, publicado por Jessica Rawson, coord., *The British Museum Book of Chinese Art* (Londres, British Museum, 1999), p. 36. Cortesia do British Museum.

bordado chinês, reúnem também características compositivas, iconográficas, plásticas e até cromáticas (cumulativamente ou não) consentâneas com os formulários artísticos chineses. Contam também com a particularidade de, muitas das vezes, corresponderem a espécimes cujas morfologias patenteadas se adequam ao

Fig. 15. Águia bicéfala. Pormenor de colcha. Cortesia da Fundação Abel de Lacerda – Museu do Caramulo (N.º Inv. 270). Doação António Peres de Campos.



HISTORIOGRAFIA

cumprimento de funções no espaço vivencial ocidental, como é o caso das alfaías religiosas, usadas ao serviço do culto católico.

Neste agrupamento inclui-se uma tira estreita e comprida de largura irregular (T. 202-1896) correspondente a um fragmento, cujos elementos bordados se encontram mutilados, como resultado do corte de que foi alvo. Era, claramente, uma peça de maiores dimensões, pelo menos em altura. Apresenta ornamentação desenvolvida no sentido horizontal, composta pela repetição contínua de um módulo definido por montes rochosos onde se apoiam, alternadamente e em direcção oposta, uma fénix e pavões e de onde irradiam caules vegetalistas sinuosos com folhagem a sugerirem enrolamentos que terminam em peónias de várias cores e estados de crescimento.

Curiosamente, trata-se de uma peça que, aquando da sua aquisição a um espanhol em 1896, foi catalogada como chinesa ou japonesa, uma atribuição que, três anos mais tarde, foi revista e alterada por A. Kendrick para indo-portuguesa. Face à introdução deste conceito, então recentemente criado e entretanto sistematizado por Sousa Viterbo em 1883,³⁰ perguntamo-nos se esta actualização não se terá ficado a dever ao contacto do responsável pela mudança, com espécimes afins, exibidos no âmbito das exposições de arte ornamental realizadas em Portugal e Inglaterra, nos anos de 1881 e 1882 e com a bibliografia que, nesse contexto, se foi produzindo.

Existem ainda duas colchas no museu britânico (T. 145-1961 e T. 387-1970) que, por motivos de ordem diversa, aqui gostaríamos de abordar. Da primeira, apenas temos conhecimento da sua existência através das informações constantes da respectiva ficha de inventário. Trata-se de uma colcha em seda creme bordada que, embora classificada como indo-portuguesa, exhibe campo “*with a large circle with a chevron-pattern border within which two exotic birds are arranged around a large peony blossom*”.

Contanto que nunca a tenhamos observado – nem mesmo indirectamente, pois que saibamos dela não existem fotografias –, e que a mesma possa ter sido feita fora da China, num outro qualquer contexto artístico, não podemos deixar de assinalar o reconhecimento de um esquema compositivo de clara origem chinesa, como é o recurso a um medalhão circular com duas aves exóticas (fénix ?) em torno de uma peónia, semelhante àquele que anima uma outra

colcha actualmente em exposição no museu inglês (T. 495-1894). Como já tivemos ocasião de referir, a figuração de aves, isoladas ou emparelhadas, segundo um círculo imaginário seria vulgar em emblemas hierárquicos das dinastias Ming e Qing. No caso de serem fénix, Shelagh Vainker informa-nos que o motivo definido por pares destes animais quiméricos, dispostos segundo morfologias circulares, terá aparecido pela primeira vez em cerâmicas e pratos da dinastia Tang (618-906), datáveis dos séculos VIII e IX, e que o mesmo era comum na porcelana Ming.³¹ Aparentemente, esta solução compositiva terá transitado para os têxteis (Fig. 16), nos quais se tornou uma opção muito característica da produção bordada Liao (907-1125) e Yuan (1279-1368).³²

Cumpre-nos ainda acrescentar que as referidas aves, denominadas *feng huang*, em alusão às componentes masculina e feminina deste animal quimérico, quando surgem em torno de peónias evocam um registo conotado com o amor. Em termos simbólicos, a associação de duas fénix com uma flor pode ser interpretada como uma referência à união matrimonial, sendo que, actualmente, no noroeste da China, esta criatura fantástica representa o amante e a peónia, o amado.³³

Quanto à segunda colcha (T. 387-1970), ao contrário dos outros espécimes abordados ao longo do texto, esta não é uma obra que possamos considerar verdadeiramente direccionada para o mercado português. Datável de entre as décadas de 70 e 90 do século XVIII,³⁴ esta colcha exemplifica antes a produção bordada destinada ao mercado europeu que, a partir do início de Setecentos, se tende a uniformizar e a adquirir um carácter mais internacional, consentâneo com os parâmetros estéticos à época vigentes na generalidade das diferentes nações do Velho Continente, inclusive em Portugal.

Os espécimes tornam-se mais homogéneos entre si e sobretudo dominados pela temática floral, aves, borboletas e os próprios mamíferos, abdicando da representação de espécies animais de essência exótica ou autóctone como aqueles que integram o bestiário chinês (como a fénix e o unicórnio, por exemplo), como bem testemunha esta colcha. Em cetim amarelo, exhibe um medalhão circular central animado por florão e campo com os cantos assinalados por composições semelhantes a um quarto do motivo axial; a restante superfície do campo é preenchida por ramos autonomizados

HISTORIOGRAPHY



Fig. 16. Fénix emparelhadas, formando um círculo. Casaco de senhora, meados da dinastia Ming. reproduzido de Shelagh Vainker, *Chinese Silks. A Cultural History* (Londres, British Museum, 2004), p. 159. Cortesia do British Museum.

com folhagem, flores e frutos de diversas espécies (crisântemos, peónias, flor de ameixeira, mão-de-buda) assim como pássaros e borboletas que, de forma regular, se distribuem por entre a vegetação, segundo um esquema de tipo simétrico relativamente ao eixo vertical da peça o qual, pese embora a harmonia entre o todo e as partes, não é rigorosamente cumprido, nem em termos cromáticos nem da distribuição dos motivos.

Segundo Verity Wilson, este tipo de composição, assente na disposição de amplos motivos florais que cobrem uma considerável área, sem grande trabalho, em torno de um medalhão central, revela-se como típico exemplo de manufacturas orientadas para a exportação, como é o caso, em contraposição àquele muito mais denso e sujeito a esquemas decorativos de rigorosa simetria, concebidos em função do gosto dos consumidores autóctones.³⁵ Acresce a este aspecto a própria laboração, na medida em que se esta colcha se revela vistosa e eficaz, no conjunto a mesma não prima, no entanto, por uma execução tão complexa e cuidada como se reconhece em outros exemplares, uma vez observado o leque de pontos (não) utilizados ou a própria distribuição das cores pelos elementos, como assinala a referida autora, usadas de forma quase aleatória, dada a aplicação de mais de uma tonalidade para o mesmo ornato.

Esta colcha afirma-se, por isso e também, como um bom exemplo de uma tipologia morfológico-funcional que, ainda que usada por chineses e europeus com as mesmas finalidades e sujeita sensivelmente aos mesmos princípios compositivos, evidencia diferentes opções, directamente vocacionadas para a respectiva clientela. Na nossa opinião, não tanto por uma questão de gosto, mas mais por motivos de rentabilização laboral e económica dos trabalhos.

Embora a colecção de bordados sino-portugueses do museu inglês não contemple mais peças integráveis nesta tipologia, permitimo-nos realçar alguns aspectos que apreendemos através da observação de outros espécimes existentes em Portugal, designadamente: o facto da temática chinesa neles identificada corresponder, *grosso modo* e de forma quase exclusiva, aos assuntos explorados em segundo plano nas peças de cariz europeu.

Enquanto a figuração humana parece estar ausente da componente ornamental chinesa da produção sino-portuguesa, talvez porque na cultura do Império do Meio o homem não beneficia de qualquer estatuto privilegiado relativamente aos outros elementos que compõem o universo onde, afinal, ele é apenas uma parte do todo,³⁶ já os assuntos representativos do mundo natural chinês (botânico e zoológico) dominam a vertente chinesa.

Trata-se quase sempre de ramagens floridas que irradiam de eflorescências rochosas, articuladas com aves de diferentes espécies, às quais se associam, frequentemente, mamíferos e outros animais fantásticos do bestiário chinês. A opção sistemática por este programa iconográfico atesta, do ponto de vista iconológico, não só a relevância da natureza na vivência chinesa enquanto fonte primacial e inesgotável de inspiração mas, sobretudo, a dependência, em termos de sobrevivência, desta sociedade completamente vocacionada para a agricultura. É na natureza e nas relações de ordem e harmonia que se estabelecem entre os elementos que a integram que a população chinesa reconhece os princípios universais e sociais por que se rege, os quais, com o progredir do tempo, se foram sedimentando em formas e símbolos verdadeiramente codificados que serviram, durante milhares de anos, como meio de expressão da personalidade, emoções, ideias e crenças deste povo. Como consequência, animais, flores e outros elementos do universo tornaram-se alvo de culto e devoção e transformaram-se em parte integrante

HISTORIOGRAFIA

da linguagem metafórica e simbólica adoptada pelas culturas autóctones para explicar e justificar o mundo que nos rodeia, nos seus bons e maus aspectos.

Assim, no contexto botânico são as flores e os frutos que sobressaem, sendo que das primeiras, a peónia é a grande protagonista deste universo: rainha das flores e introduzida no repertório temático chinês no final do século VII na sequência do encorajamento fomentado pela imperatriz Wu Zetian na promoção do seu cultivo,³⁷ a peónia constitui-se como emblema da honra, riqueza, distinção e glória. É quase sempre acompanhada pela flor de lótus, um dos mais importantes dos oito símbolos budistas e emblema do Verão, sinal de boa sorte, símbolo da pureza, idoneidade e perfeição, a par da flor da ameixeira, do crisântemo, da papoila e até do bambu.

Dos frutos, distingue-se a romã que, juntamente com outros frutos com sementes, foi integrada na iconografia de objectos associados ao casamento para expressar os votos de uma grande descendência, e a mão-de-buda, um fruto cítrico de forma multidigitada que simboliza a protecção divina e a riqueza, bem como a eternidade e felicidade.

No domínio animal são as aves, cuja presença pode ser genericamente entendida como uma alusão à fertilidade e fecundidade, que predominam nas peças, em particular os pavões – tidos como reis dos pássaros e símbolos do espírito do fogo, da beleza, dignidade e imortalidade – e as fénix, o segundo dos animais divinos. Enquanto os patos, perdizes e papagaios nos evocam o mundo real, já a fénix se distingue pela sua origem quimérica. Concebida pela imaginação humana, a fénix assume-se como típico animal compósito, com cabeça de faisão sobrepujada por uma crista de galo, pescoço escamado de tartaruga na base do qual se reconhece uma gola de penas que articula com uma cauda de pavão e uma exuberante plumagem que, no estado adulto, adquire cinco cores diferentes, em concreto, o azul acinzentado, o amarelo, o vermelho, o branco e o preto.

No grupo dos mamíferos prevalecem os cervos, apreciados na China pela sua natureza amorosa e lealdade para com o seu par bem como pela longevidade e riqueza com que são conotados. Também os cães, as lebres, os cavalos, os esquilos e os tigres, se observam com alguma assiduidade, sendo de assinalar a relevância dos últimos, apreendidos como líderes dos quadrúpedes e dos animais selvagens e como símbolos da ferocidade

e da força. Acresce a presença do leão que, embora real, se tornou mitológico na China em virtude da sua inexistência neste país, que apenas o conhece na sequência de importações quer do próprio animal quer de histórias consigo relacionadas. A sua representação, introduzida na China através do budismo, afigura-se um pouco distante daquela que singulariza o animal no seu habitat natural; além dos seus atributos normais, como a juba encaracolada e a cauda em tufo, aparenta-se com o cão pequinês (também apelidado cão-leão, cão búdico e cão de Fó) e com outro animal fantástico também presente na produção bordada sino-portuguesa, o *qilin* (vulgarmente conhecido como o unicórnio oriental) de quem herdou os olhos protuberantes e ferozes, assim como a espinha dorsal e os tentáculos flamejantes.

Enquanto a figuração humana parece estar ausente da componente ornamental chinesa da produção sino-portuguesa ... já os assuntos representativos do mundo natural chinês (botânico e zoológico) dominam a vertente chinesa.

Uma vez reconhecidos os motivos mais assíduos do programa decorativo de ascendência chinesa que anima as peças bordadas estudadas, importa assinalar que os mesmos, do ponto de vista da sua representação, tendem a apresentar um tipo de abordagem quase modular, quer em termos de ornatos usados, quer das suas conjugações, permitindo a sistematização de propostas que, apesar de algumas variantes, se revelam mais ou menos constantes de uns exemplares para outros, independentemente do seu contexto funcional ser religioso ou civil.

Esta regularidade alarga-se à própria paleta cromática usada na manufatura chinesa – dominada por tonalidades quentes como os amarelos, laranjas e castanhos, às quais se associam o carmesim, os verdes e

HISTORIOGRAPHY

algumas tonalidades de azul – mas não necessariamente à qualidade de execução que caracteriza a produção para consumo autóctone (em concreto, aquela destinada às elites), muito provavelmente, porque, como já tivemos ocasião de notar em estudos anteriores, não só os portugueses se deparavam com a impossibilidade de adquirirem as melhores peças, porque a elas lhes dificultavam o acesso, mas também porque lhes interessava antes comerciar os produtos mais baratos e, por isso, de menor categoria.³⁸

Do ponto de vista compositivo é também interessante notar o quanto a componente chinesa da produção sino-portuguesa evidencia de comunhão com os valores estéticos do Celeste Império. Tomando como exemplo a peça actualmente correspondente a um frontal de altar (T.215-1926), que integramos na tipologia das peças de influência, e as composições que animam os panos laterais da casula com a imagem da Virgem e de Sant'Ana com o Menino, depressa nos apercebemos do modo como os motivos são dispostos e conjugados entre si, segundo uma espacialidade planificada, sem recurso a referências tridimensionais ou a qualquer envolvimento cénico; somente a estratigrafia dos elementos bordados sugere a distinção entre diferentes ambiências, como seja a terra, graças ao alinhamento dos motivos ao nível da base e do acentuar do papel dos rochedos enquanto elementos sólidos, estáveis e de desenvolvimento da componente orgânica, onde os mamíferos e as plantas coabitam, e o do céu, assinalado pela presença das aves e borboletas, bem como do sol entre nuvens (no caso do frontal).

No mesmo frontal e também no pano bordado com a imagem de Santo António, por exemplo, denota-se ainda uma outra particularidade: a de colocar num mesmo plano elementos de diferentes tipos, dimensões e até contextos. Atente-se, na primeira peça, ao desajuste de escala entre os mamíferos relativamente às aves, flores e frutos bordados que os rodeiam; o mesmo se regista, no pano com o santo lisboeta, entre os pássaros e os montes que enquadram o franciscano assim como na colcha amarela, ao nível das borboletas que esvoaçam por entre os ramos floridos, de tamanho equiparável ao dos pássaros, que também por ali vagueiam. Trata-se, uma vez mais, de uma opção disfarçar dos princípios de organização e harmonia interna que caracterizam a arte ocidental tradicional, pelo menos até ao final do século XIX, que pressupõem a coerência

temática e dimensional entre os motivos representados, sendo que aqui uma vez mais se desvaloriza a imagem em benefício da mensagem, enquanto resultado de um determinado conjunto e não dos elementos que o constituem.

Por outro lado, e como se poderá facilmente confirmar entre os exemplos que integram o *corpus* sino-português do Victoria & Albert Museum, as soluções que os caracterizam pugnam por um tipo de organização integrável no que Chung denomina de composições organizadas de modo consonante com princípios informais,³⁹ assentes em alguns aspectos como sejam: o jogo de equilíbrios criado entre os motivos, o qual pode ser obtido através da articulação de elementos com idêntica importância ou volumetria, em função de eixos de axialidade ou contigualmente entre si, através de uma organização de tipo simétrico, dotada de pequenas variantes, que apenas uma observação mais atenta reconhece; a noção de espaço complementar (o negativo do desenho), em estreita conexão com composições assimétricas, na qual se explora o equilíbrio do todo em função da complementaridade das massas; o recurso assíduo à utilização de motivos de menores dimensões por toda a superfície ou a jogos cromáticos, os quais podem contribuir para uma maior dinamização ou sentido de harmonia do conjunto, tal como atestam a generalidade das peças por nós inventariadas; o efeito de ilusão espacial conferido pelo recurso a soluções como o relevo – tão explorado na manufactura destas peças – que promovem o destacamento dos motivos bordados entre si e destes em relação ao suporte.

2.3 PEÇAS DE INFLUÊNCIA

Acerca da terceira tipologia, que designámos de influência, a mesma contempla obras cujas características patenteadas, do ponto de vista da manufactura ou da componente plástico-compositiva e iconográfica, não permitem, à partida, o seu enquadramento nos dois agrupamentos anteriores. Parecem pugnar por algum distanciamento, nem sempre facilmente perceptível ou explicável, relativamente às matrizes europeias ou chinesas observadas nesta produção. Trata-se de peças híbridas que parecem, de alguma forma, materializar o que John Irwin designa como o exercício da maneira ou estilo chinês por parte de outra cultura⁴⁰; nelas se reconhece uma ascendência, *grosso modo*, chinesa

HISTORIOGRAFIA

explorada não de um modo original, mas mais como ponto de partida ou de inspiração.

Do que nos é dado saber, o único espécime da colecção do Victoria & Albert Museum representativo das peças de influência corresponde a um fragmento (T. 215-1926, Fig. 3), no qual se reconhece a figuração de um símbolo cristológico, o pelicano, alusivo à Eucaristia e à Ressurreição. É um exemplar bordado a fio de seda frouxa que, embora na actualidade apresente forma rectangular, poderá ter correspondido a uma capa ou pluvial, uma vez considerada a estrutura compositiva subsistente, na qual ainda se reconhecem a quase totalidade do respectivo sebasto e campo, bem como parte do que julgamos poder ter sido a sua cercadura.

Ornamentado com profusa decoração vegetalista e zoomórfica, exhibe campo com composição de tipo

simétrico, organizada a partir de um motivo central correspondente a uma base, de onde irradiam para os lados e no sentido ascendente três hastes de peónias decoradas com folhagem e grandes flores, nas quais se apoia um pelicano a alimentar as suas crias. O mesmo tipo de ramagens pode ser observado a preencher os extremos laterais, aqui articulados com a presença de duas outras aves em posição afrontada – em concreto, um pavão do lado esquerdo e uma fénix do lado direito – e com romãs por entre a folhagem, algumas a serem alvo da atenção de pássaros, que delas se alimentam.

Complementam a decoração pequenos ramos de flores, entre elas crisântemos dispostos a sugerir uma linha de terra coincidente com a base da peça e reforçada pela presença de alguns mamíferos dispostos colateralmente ao assunto principal – um cavalo branco malhado e um



HISTORIOGRAPHY

tigre mosqueado, bem como coelhos e cães de menor dimensão – em contraposição aos vários pássaros e borboletas que povoam a parte superior do campo, assim alusivos à terra e ao céu, respectivamente, sendo que este último é reforçado pela figuração do sol.

O campo apresenta-se superiormente rematado por uma barra (que pensamos corresponder ao antigo sebasto) composta pela repetição contínua de um módulo em “S” com os extremos bifurcados e a terminarem em flores e frutos (malaguetas?), idêntico ao que se observa, parcialmente, nos cantos inferiores (a confirmar-se, a antiga cercadura da capa ou pluvial).

Entendemos tratar-se de uma peça muito curiosa, na medida em que nos apresenta a figuração de um tema cristológico plenamente integrado no universo

naturalista que caracteriza a vertente chinesa que anima os exemplares estudados até ao momento, tal como se reconhece num outro frontal de altar existente na Igreja de Nossa Senhora da Graça, na localidade de Cano (concelho de Sousel).

Se o programa iconográfico usado nesta peça nos pode sugerir a recriação miniaturizada chinesa do cosmos, através da evocação das suas forças vitais e dos seus protagonistas ou, tão-somente, circunscrever-se a uma leitura estritamente decorativista, de forte impacto visual e cenográfico quando utilizada num cenário ocidental, ele pode ainda integrar elementos que, embora realizados por nativos de outras culturas e integrados em conjuntos de grande complexidade iconológica à luz dos seus referentes, permitem leituras paralelas com significado no seio católico. É precisamente o caso: uma verdadeira ode à ressurreição de Cristo, evocada não só através da presença do pelicano, o único assunto estranho aos chineses – e que se assume como símbolo do amor paternal, que não recua perante qualquer sacrifício, e como figura da morte sacrificial de Cristo e da Sua ressurreição –, como também da fénix, outro dos animais que integram o bestiário medieval dos símbolos da ressurreição cristológica, ao renascer das cinzas. A mesma imagem é reforçada pelas figuras do pavão, do próprio Sol e da romã, sendo que os primeiros eram utilizados como símbolo da renovação e ressurreição enquanto a romã, quando representada a mostrar as sementes vermelhas, aludia não só à ressurreição mas também à esperança.

Contanto estes aspectos, em sintonia com o quadro mental chinês, não podemos deixar de notar algumas discrepâncias que nos parecem detectáveis não tanto no domínio compositivo, antes na abordagem plástica e na execução do programa decorativo que ostenta: não obstante os motivos representados comungarem daqueles que normalmente animam os espécimes bordados sino-portugueses, como acima assinalámos, os mesmos evidenciam, sobretudo ao nível da componente vegetalista – o modo como os ramos se distribuem (cujo desenho é ainda bem perceptível dado já quase não subsistir bordado nestes elementos) e o tipo de perfil das folhas –, uma considerável simplificação formal, assente num desenho que consideramos demasiado primário, que não a aproxima nem da



Fig. 17. Frontal de altar. Museu Nacional de Machado de Castro (N.º Inv. T541). Cortesia do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., Lisboa. Foto José Pessoa.

HISTORIOGRAFIA

interpretação plástica que os chineses tendem a conferir a estes elementos nem daquela que genericamente caracteriza o *corpus* estudado.

Os aspectos mencionados parecem-nos tanto mais perceptíveis quando comparados com os animais ali representados, dotados de um imenso dinamismo conferido pelas poses adoptadas, bem patente nos mamíferos e nas pequenas aves bordadas que voam por entre a folhagem, debicam borboletas ou as romãs, e acentuados por uma execução que se nos afigura mais cuidada quer em termos de distribuição cromática, quer de pontos usados ou dos pormenores que exibem. Questionamo-nos se as duas componentes poderão ter sido delineadas e ou realizadas por diferentes mãos, cuja competência ou experiência de trabalho podia diferir drasticamente.

Ainda a respeito deste espécime gostaríamos de chamar a atenção para uma outra peça existente no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra (Fig. 17), na qual reconhecemos alguns pontos de afinidade com aquela aqui em análise: desde logo, a sua própria morfologia e provável funcionalidade, porquanto se apresenta muito similar à peça do museu inglês, isto é, campo com os cantos inferiores articulados com parte de uma cercadura curvilínea e sobrepujado por uma barra, porventura correspondente ao antigo sebasto de uma capa que, à imagem do fragmento do Victoria & Albert Museum, também terá sido transformada em frontal de altar; por outro lado, o mesmo tipo de dificuldade quanto à sua caracterização ou tentativa de integração numa tipologia. Ao mesmo tempo, é nela que reconhecemos a outra única figuração do Sol inventariada até ao momento: entre nuvens, tal como no espécime inglês, ainda que apenas a ladeá-lo superiormente e bordadas às listras horizontais, fazendo com que no conjunto passem despercebidas ou pareçam folhas.

Embora o Sol integre o repertório temático chinês e se assuma como símbolo imperial e um importante elemento *yang* ou princípio activo e masculino da filosofia taoísta por oposição à Lua, elemento *yin* passivo feminino,⁴¹ do que nos foi dado observar, a sua figuração na China, designadamente nos emblemas hierárquicos, corresponde a um corpo esférico vermelho, também denominado disco solar, que nada tem que ver com o modelo aqui representado, com os raios alternadamente rectilíneos e ondulados e de diferentes cromias. Portanto, pese embora a

familiaridade com o motivo, o mesmo não terá sido alvo de interpretação ou de transposição para o figurino chinês como de alguma forma se reconhece com o tratamento conferido ao pescoço do pelicano, que em nada o aproxima dos formulários tradicionalmente atribuídos à sua morfologia no Ocidente. Do mesmo modo urge assinalar a interpretação plástica conferida ao tigre e ao cavalo: no primeiro, não fosse o tratamento conferido à pelagem e à cabeça do animal pensaríamos tratar-se de mais um cão, uma vez registada a sua atitude e posicionamento, de pouca afinidade não só com a sua natureza selvagem mas com a da própria abordagem chinesa para este motivo; no cavalo chama-nos a atenção a sugestão de movimento que dele emana, ao ser representado quase a galope e o facto de ser malhado, uma característica dos cavalos originários da Ásia do Norte, que apenas cativaram a atenção dos chineses no início da dinastia Tang e que, ao que tudo aponta, permaneceram mais na tradição artística da arte da Ásia Central Oriental do que propriamente na do Celeste Império.⁴²

CONCLUSÃO

Contanto que a colecção de peças têxteis bordadas sino-portuguesas do Victoria & Albert Museum não seja, como afirmámos, extensa ou sequer dotada de peças de absoluta excepção, entendemos que a mesma se pode e deve constituir como um incontornável *corpus* de referência. O facto de reunir um conjunto coerente de exemplares que, não só se revela consentâneo com as particularidades desta manufactura nas suas múltiplas vertentes (técnico-materiais, plásticas, compositivas, iconográficas, morfológicas, cromáticas), como é ainda portador de novidades iconográficas que contribuem para a consolidação e alargamento do nosso conhecimento acerca desta manufactura, confirma-o. Por outro lado, apresenta ainda como mais-valia o facto de se concentrar num único espaço, por sinal, um dos mais importantes e conceituados museus actualmente existentes no mundo, uma vez conhecida a quantidade, a qualidade e a diversidade do espólio que alberga.

Talvez o seu reconhecimento e consequente divulgação possam alertar para a relevância de uma produção que tem permanecido ignorada (ou erradamente entendida como indo-portuguesa) embora ainda se encontre muitíssimo representada em

HISTORIOGRAPHY

coleções públicas e privadas portuguesas e estrangeiras, de que é exemplo a do Victoria & Albert Museum. Tanto mais que a mesma ter-se-á seguramente afirmado entre os séculos XVI e XVIII como uma importante e

incontornável referência do exotismo e orientalismo que então se difundiu na Europa, a par dos famosos *palampores*, sobretudo destinados aos mercados holandês e inglês. **RC**

NOTAS

- 1 Deste conjunto, lamentavelmente apenas nos é possível apresentar imagens de cinco peças, dadas as dificuldades logísticas colocadas pelo Victoria & Albert Museum quanto à possibilidade de reprodução dos restantes exemplares.
- 2 J. C. Robinson, (coord. de), *Catalogue of the Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art*, Londres, R. Clay, Sons and Taylor, 1881; *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1882; Francisco Marques de Sousa Viterbo, *A Exposição de Arte Ornamental: Notas ao Catálogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883; Joaquim de Vasconcelos, *Exposição Distrital de Aveiro em 1882*, Aveiro, [s.n.], 1883; *Exposição de Arte Sacra Ornamental. Catálogo da Sala de Sua Magestade El-Rei*, Lisboa, Comissão do Centenário de Santo António em Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1895; *Catálogo da Exposição de Arte Sacra Missionária*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951.
- 3 Sobre o termo indo-português e a sua evolução *vide*: Maria João Pacheco Ferreira, “O Conceito sinoportuguês. Problemáticas inerentes ao seu surgimento, identidade e aplicação”, in *Lusiada. Arqueologia, História da Arte e Património*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, n.º 2/4 (2004), pp. 139-151.
- 4 Que nos foi dada a conhecer pela nossa colega Ana Pires a quem agradecemos a informação.
- 5 Embora, como refere Verity Wilson, também seja frequente o uso de giz branco com a mesma finalidade que a tinta, não tivemos ainda oportunidade de reconhecer qualquer exemplo do seu uso no âmbito das peças bordadas sino-portuguesas estudadas; cf. Verity Wilson, *Chinese Dress* (Far Eastern Series), Londres, Victoria & Albert Museum, 1996, p. 107.
- 6 Cf. Young Yang Chung, *The Art of Oriental Embroidery. History, Aesthetics and Techniques*, Nova Iorque, Charles Seribner's Sons, 1979, pp. 157-158.
- 7 Maria João Pacheco Ferreira, *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (Séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Editorial Minerva, 2007.
- 8 Chung distingue as variedades de fio dourado usado no bordado chinês Míng e Qíng, as duas dinastias contemporâneas da presença portuguesa na China: a par dos fios metálicos de ouro de 20 quilates, cuja secção podia atingir 0,5 a 1mm, recorriam a soluções mais económicas das quais constavam o uso de tiras planas cortadas a partir de folhas de ouro, de papel ou couro dourados e também fios de papel dourado enrolado a volta de seda. Cf. Young Yang Chung, *Silken Threads. A History of Embroidery in China, Korea, Japan, and Vietnam*, Nova Iorque, Harry N. Abrams. Inc. Publishers, 2005, p. 115.
- 9 Young Yang Chung, *The Art of Oriental Embroidery...*, p. 38.
- 10 Uma designação utilizada por Verity Wilson para este procedimento e para a qual não conhecemos um termo equiparável em português; cf. Verity Wilson, *Chinese Dress*, p. 108.
- 11 AAVV, *A Cidade Proibida*, Lisboa, Fundação Oriente, 1992, pp. 93-94; Michel Culas, *Grammaire de l'objet chinois*, s.l., Éditions de l'Amateur, 1997, p. 60.
- 12 Marie-Anne Privat-Savigny, *L'Église en broderie. Ornaments liturgiques du Musée National de la Renaissance*, Paris, Réunion des Musées Nationaux - Musée National de la Renaissance, 2005, p. 81.
- 13 Sobre este acervo *vide*: Verity Wilson, “Chinese Painted Silks for Export in the Victoria and Albert Museum”, in *Chinese and Central Asian Textiles. Selected Articles from Orientations 1983-1997*, Hong Kong, Orientations Magazine Ltd, 1998, pp. 20-25.
- 14 Cf. Madalena Ataíde Garcia e Maria Manuela Santana, “Bolsa de Corporais”, in José António Falcão, coord., *Entre o Céu e a Terra. Arte Sacra da Diocese de Beja*, tomo III, Beja, Departamento de Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000, pp. 49-53.
- 15 *Exposição de Arte Ornamental do Distrito de Viana*, Viana do Castelo, s.n., 1898. A mesma casula surge com o número 331 no referido catálogo e classificada como trabalho indo-português.
- 16 Informação de que dispomos através de contacto telefónico com o pároco local, Padre José António Araújo de Freitas, a quem aproveitamos para agradecer a amável colaboração prestada.
- 17 Cf. Louis Reau, *Iconographie de l'art chrétien*, Vol. II, tomo 2, Paris, Presses Universitaires de Paris, 1955-59, pp. 74 e ss.
- 18 Como assinala Federico Palomo, “Em certo sentido, a família tornava-se o primeiro espaço dessa acção de instrução religiosa da criança...”; cf. Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 69.
- 19 As representações conhecidas com este tema apontam-nos outras estruturas de apoio como sejam os troncos de árvores, mas de espécies botânicas mais europeias, de colunas ou pilares ou, tão simplesmente, com as mãos amarradas atrás das costas, um variante introduzida por Piero de la Franscesca, Michel Pastoreau, *La Bible et les saints. Guide iconographique*, Paris, Flammarion, 1994, p. 310.
- 20 Pe. Manuel Cardoso Mendes Atanásio, *Arte Moderna e Arte da Igreja. Critérios para Julgar e Normas de Construção*, Coimbra, Centro de Estudos de Urbanismo, 1959, p. 39.
- 21 Michel Pastoreau, *La Bible et les saints...*, p. 309.
- 22 Giancarlo Rocca, coord., *La sostanza dell'effimero. Gli abiti degli ordini religiosi in Occidente*, Roma, Edizioni Pauline, 2000, p. 27.
- 23 De acordo com Verity Wilson seria originalmente vermelho; cf. Verity Wilson, *Chinese Textiles*, Londres, V&A Publications, 2005, p. 26.
- 24 Veja-se *Brief Guide to the Chinese Embroideries*, Londres, V&A Museum, Department of Textiles, 1931.
- 25 Cf. G. F. Wingfield Digby, “Some Silks Woven under Portuguese Influence in the Far East”, in *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, Londres, Vol. LXXVII, 1940, Agosto, n.º 449, pp. 52-63 e Reynaldo dos Santos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito*, 3.º vol., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d., p. 215.

HISTORIOGRAFIA

- 26 A quem aproveitamos para agradecer a possibilidade que nos deu de estudar e fotografar a referida peça.
- 27 De acordo com o *Dictionnaire des symboles*, a duplicação da cabeça coincide, em termos de significado, com o acentuar do próprio simbolismo implícito à águia, isto é, a águia bicéfala enquanto sinónimo de uma autoridade mais que real, de uma soberania verdadeiramente imperial. Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles*, 14.^a ed., Paris, Robert Laffont/Jupiter, 1993, p. 16.
- 28 De cujo conhecimento tivémos notícia através da colega Barbara Karl, a quem agradamos a informação.
- 29 Michel Cazenave (dir.), *Encyclopedie des symboles*, 6.^a ed., Paris, Librairie Générale Française, 2004, pp. 12-13.
- 30 Vide nota 3.
- 31 Cf. Shelagh Vainker, *Chinese Silks. A Cultural History*, Londres, British Museum, 2004, p.158.
- 32 Young Yang Chung, *Silken Threads. A History of Embroidery...*, p. 37.
- 33 Madeleine Hallade, *Arts de l'Asie ancienne. Thèmes et motifs. La Chine*, Vol. 3, Paris, Presses Universitaires de France, 1954, p. 63; Wolfram Eberhard, *A Dictionary of Chinese Symbols. Hidden Symbols in Chinese Life and Thought*, 6.^a ed., Londres, Routledge, 1995, p. 236.
- 34 Verity Wilson, "Silk", in Craig Clunas (dir.), *Chinese Export Art and Design*, Londres, Victoria & Albert Museum, 1987, p. 22.
- 35 *Ibidem*, p. 26.
- 36 Cf. Daisy Lion-Goldschmidt, *L'Art Chinois* (col. Artistique Guarnier), Paris, Librairie Garnier Frères, 1931, p. 11; Madeleine Paul-David, *Arts et styles de la Chine*, Paris, Librairie Larousse, 1951, p. 12 ; Derk Bodde, "Dominant Ideas in the Formation of Chinese Culture", in *Essays on Chinese Civilization*, Princeton, Princeton University Press, 1981, p. 133.
- 37 Jessica Rawson, *The British Museum Book of Chinese Art*, 3.^a ed., Londres, British Museum Press, 1999, p. 265.
- 38 Maria João Pacheco Ferreira, "Notícias da Seda. Referências à seda chinesa na documentação impressa dos séculos XVI a XVIII e seu impacto na sociedade europeia", in *Revista de Cultura* (Ed. Internacional), n.º 16, 2006, Macau, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, pp. 125 e ss.
- 39 Cf. Young Yang Chung, *The Art of Oriental Embroidery...*, p. 160.
- 40 John Iewin e Katherine Brett, *Origins of Chintz with a Catalogue of Indo-European Painting in the Victoria & Albert Museum*, Londres/Toronto, Butler & Tanner, Ltd./The Royal Ontario Museum, 1970, p. 19.
- 41 Wolfram Eberhard, *A Dictionary of Chinese Symbols...*, p. 278; cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles*, p. 892.
- 42 James C. Y Watt e Anne E. Wardwell, *When Silk was Gold. Central Asian and Chinese Textiles*, Nova Iorque, The Metropolitan Museum of Art – Harry N. Abrams, Inc., 1997, p. 172.

A Colonial Diaspora Between Empires The Macanese and the Fiction of Henrique de Senna Fernandes

DAVID BROOKSHAW*

The European colonial empires that emerged, spearheaded by Portugal and Spain in the 16th century, sparked the first widespread transoceanic migrations of officials, traders, soldiers and adventurers. In the New World, these migrations were such that, with some exceptions, the demographic and ethnic balance shifted away from the indigenous populations towards the new settlers, and depending on the particular local environment, the new mixed populations that emerged through inter-cultural contact. Elsewhere, in parts of Africa and in Asia, shortage of settlers meant that Portuguese political influence was to some extent legitimised by the creole communities that emerged as a result of lone Portuguese men setting up home with local women. Nowhere was this more so than in Macao, where the local Eurasian population (originating not only in the mixture between Portuguese and Chinese, but also incoming Goans, Malaccans, Timorese among others) identified themselves, for the most part, as Portuguese, even though most of them never visited the country whose cultural identity they claimed to buy into. Like most buffer groups, they were a frontier

ethnicity, notionally loyal to the political status quo, from which they derived their own social status in the colony, identifying themselves as Portuguese speaking and Roman Catholic. Yet, they were also recipients of other cultural influences, chiefly of course, those emanating from Southern China: they were usually fluent in spoken Cantonese, and had also absorbed popular Chinese cultural habits into their domestic life, including a wide range of culinary influences, which blended with others originating in Portugal, India and Southeast Asia, to produce what has come to be known as Macanese cuisine.

Over recent years, a debate has occurred over the essential features of Macanese identity. The magistrate and writer, Rodrigo Leal de Carvalho, who spent four decades in the city until 1999, suggested that the Macanese were peculiarly cosmopolitan in their outlook, while displaying traditional Portuguese qualities of hospitality, qualities that perhaps accorded with his own self-perception as an Azorean, therefore a mid-Atlantic Portuguese from the far western periphery of the empire, but where similar cosmopolitan influences abounded largely because of emigration and links with America:

“The Macanese community, predominantly Portuguese in culture enriched with oriental elements – Chinese, Malay, Indian –, combined a genuine tradition of hospitality, a capacity for living life to the full inherited from better days, and a cosmopolitan air that came from centuries of international trade.”¹

* Professor of Luso-Brazilian Studies at the University of Bristol, England. He is the author of *Perceptions of China in Modern Portuguese Literature – Border Gates* (2002) and compiler of the anthology, *Visions of China: Stories from Macau* (2002). His main specialist interests are in postcolonial literary discourse in Portuguese and in literary translation.

Professor de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade de Bristol, Inglaterra. Autor de Perceptions of China in Modern Portuguese Literature – Border Gates (2002), organizou a antologia Visions of China: Stories from Macau (2002). No âmbito da sua especialidade, interessa-se principalmente pelo discurso literário pós-colonial em Português e pela tradução literária.

LITERATURA

Frederic A. Silva, for his part, claimed that being Macanese was largely a state of mind, and did not depend so much on descent as on a willingness to belong to the group and to identify with the tiny homeland of Macao. Silva therefore seemed to suggest a willingness to accommodate outsiders into some sort of a Macanese identity. His position may be explained by the fact that he had been born in Hong Kong and spent many years in the United States, and therefore had to adopt the most liberal interpretation possible of this particular ethnicity:

“A son of Macao is not so much a description of a racial type as a frame of mind. One belongs to the community because one wants to belong, and in turn the community accepts, with no barriers other than a willingness to belong.”²

For his part, the anthropologist, João de Pina-Cabral, focused on the changing relationship between the Macanese and their Portuguese and Chinese heritages during the course of the 20th century, demonstrating an ability on the part of the group to survive in a fast changing world. As a result of a series of crises during the course of the century, which seemed to signal the inevitable end of Portuguese rule, the Macanese gradually adapted to the flow of history, accommodating themselves to the Chinese side of their heritage, which they had hitherto underplayed or even formally ignored, preferring instead to invest in what Cabral terms their “Portuguese capital”.³

There are, however, two important factors to remember about the Macanese, which could be said to apply to other diasporic groups. The first relates to social class. The Eurasian population of Macao of course had its own social hierarchy, and therefore it is important to consider to what extent ethnic and cultural cohesion transcended sometimes profound social differences. In his study of the Cape Verdean diaspora in Lisbon, Luís Batalha found that the old creole elite, whose members opted to move to Portugal when Cape Verde became independent, had little if any contact with Cape Verdean economic migrants in Portugal, who had moved and continued to move to the old mother country after independence, in search of work. These two groups have different meeting places, different social aspirations, and these social differences are usually underpinned by skin colour (the old elite tends to be less distinguishable phenotypically from the Portuguese themselves), while the poor economic

migrants are darker skinned. What do unite these two broad groups are an affection for the creole language that all Cape Verdeans speak when in the islands, and an attachment to certain aspects of Cape Verdean culture such as food. This identification with an ancestral culture tends to fade away when middle-class Cape Verdeans (or Portuguese of Cape Verdean parentage), marry into the Portuguese middle class, while a younger generation of Black Portuguese (the offspring of Cape Verdean economic migrants) gravitate towards more militant cultural models than those of their parents, in the face of discrimination.⁴ It would therefore be more exact to see this diaspora, not as a cohesive unit, but as a continuum between Africa and Portugal, or Europe. The same could be said of the Macanese, as depicted in the fiction of a writer who is considered the doyen of Macanese writing in Portuguese, and who affords us a glimpse into the world of Macao and the Macanese during the first decades of the 20th century: Henrique de Senna Fernandes.

Fernandes was born in 1923, into a family whose roots in Macao went back centuries. The onset of the War of the Pacific meant that he and his family lived through the hardships of the years between 1941 and 1945, and it was only after the end of the conflict that he was able to leave for Europe, where he would take a law degree at Coimbra University. Upon returning to Macao in the early 1950s, he opened a lawyer's office, but also taught at the local secondary school. He belonged to a generation of Macanese intellectuals, which included the slightly older journalist and writer, Deolinda da Conceição, who began to gain an awareness of Macao's regional culture and place in the world.⁵ Fernandes himself began to write short stories, which were eventually published as a collection in 1978, under the title *Nam Van*.⁶ While the impetus of that generation of Macanese intellectuals could not be sustained for political reasons within Salazar's increasingly defensive empire (and within which Macao's position was distinctly ambiguous), a concern with Macanese identity would re-emerge in the late 1980s and 1990s, precisely between the signing of the Luso-Chinese joint declaration setting the agenda for Macao's return to China, and the handover in December 1999. It was then that Fernandes re-emerged, with the publication of two novels, both of which were adapted for the cinema or television. It is probably true to say that the most iconic of these two novels is *A Trança*

LITERATURE

Feiticeira (*The Bewitching Braid*), first published in 1992, and turned into a film in 1996.⁷ What is unique about Fernandes is the focus he places, in his novels and stories, upon the inner world of the Macanese, their values and situation within the wider world of Macao, and in particular their positioning in relation to both their Chinese and Portuguese cultural heritages.

The settings for Fernandes's fiction are almost always Macao during the first three or four decades of the 20th century – that is, when Macao was a tiny outpost of a still relatively secure Portuguese empire, and yet before the territory became more isolated from the Chinese mainland between the onset of the Chinese revolution in 1949, and the Portuguese revolution of 1974. Fernandes's Macao is a world where the Macanese sail across the harbour for picnics in China, where men go hunting in the adjacent countryside of Guangdong, and where others go off to seek their fortune in the treaty ports of China or in the international concession of Shanghai. Sometimes they disappear into the wider world of China, such as Vidal, the outcast of an old patriarchal Macanese family in the novel, *Amor e Dedinhos de Pé*, who begins his economic and social redemption in Shanghai. Sometimes they fail miserably, such as Chico Frontaria's father in the same novel, who dies a miserable death in a back lane of Foochow. Sometimes, like Santerra in *The Bewitching Braid*, they return from the mainland to Macao, having made their fortune. Sometimes, they are poor Macanese like the streetwise Maurício, in the short story, "Tea with Essence of Cherry", who makes his fortune by smuggling goods from neutral Macao into Free China during the War of the Pacific, running the gauntlet of the occupying Japanese. And then, there is the enigmatic Hong Kong Portuguese, Candy, from the short story of the same name, who marries into the British colonial elite. The rest of this paper will look at the dynamics of inter-Macanese relations in one of Fernandes's novels, *The Bewitching Braid*, and the two short stories mentioned above.

BECOMING MACANESE

The Bewitching Braid is a love story, in which the hero, Adozindo, is a young Macanese gadabout from a traditional family with its roots in the Saint Anthony parish – well within the heart of the so-called Christian City, an old area that speaks of blue-bloodedness rather

than new wealth. In physiognomy, he represents the various minglings of Macanese history: "He was a light-skinned child, with green eyes, maybe inherited from his Dutch great-grandmother; and with his brown hair, he was the picture of a grandfather from the North of Portugal"⁸. As a young dandy he was "proud of the silkiness of his curly, wavy hair, of his straight nose, of the roundness of his cheekbones that came from his Chinese side" (10) (although significantly, this Chinese side is unattributed to any particular senior relative or ancestor). Adozindo is drawn to a poor young water seller from the Chinese quarter, Ah Leng. At first, he thinks of her as just another beauty to seduce, but his attraction to her grows stronger as she rejects him, and this attraction is directed towards her long, luxuriant braid, plaited elaborately in the traditional Chinese style. Eventually, she succumbs and they embark on an affair. Ah Leng represents true love and natural attraction (not to mention attractiveness), in contrast to Lucrécia, the young Macanese widow, whose elderly husband, Santerra (who had made his fortune in mainland China and Shanghai), left her a rich marriage prospect. She lives in a mansion on the side of Monte Hill, unlike her unknown rival, Ah Leng, who lives in a hovel in the notorious area of Cheok Chai Un. And yet what does Lucrécia seek in Adozindo? It transpires that she was an orphan, the daughter of a "tropa" (a low-ranking metropolitan soldier) and a Chinese peasant woman from the lowlands abutting the border with China. Lucrécia had been saved from a youth of poverty and violence by Santerra. Adozindo, for her, represents the prestige of the old Macanese elite. For Adozindo's family, in spite of her condition as a widow, she represents an injection of much needed capital.

When the community of Cheok Chai Un discover that Ah Leng is having an affair with an outsider, a foreigner to the Chinese quarter, she is expelled from the area. When Adozindo's father discovers that he is sexually involved with a lowly Chinese girl, he gives him the stark choice of either giving her up or leaving the family home. Out of pride, he chooses the latter. The second half of the book therefore centres on the abandoned couple's efforts to make a living, raise a family, and become re-integrated into their respective communities. But it also focuses on their efforts to adjust to each other's cultural traditions and tastes, in particular in the area of cuisine, religion and language, the cornerstones of Macanese identity.

LITERATURA

Cuisine, as mentioned above, is a cornerstone of Macanese identity, and forms an important reference point in the work of Fernandes. Adozindo, while looked upon as a foreigner initially by Ah Leng, is, nevertheless more Chinese than either she or he is aware. Even before their meeting, he thinks nothing of taking an early morning snack of tofu custard at a downtown kiosk. He enjoys, of course, even more the dish of crabs (an aphrodisiac in Chinese cooking) washed down with special tea that Ah Leng cooks up for him on the evening that finally marks the consummation of their mutually felt attraction. He enjoys it far more than the European dishes and fine French wines of Lucrecia's dinner, at which the widow expects Adozindo to commit himself to her. Yet when he and Ah Leng are forced to strike out on their own, he begins to yearn for the food that Ah Leng cannot cook, and when she briefly abandons the home, it is significant that he spends his last few savings on dinner in a Portuguese restaurant, a happy choice in part as there he runs into Valdemero, a poor Macanese from his school days, who helps him to get his first job for a Chinese trader.

Once the couple marry and settle down to family life, Fernandes's evocation of their domestic adjustments and social relationships offers a sensitive glimpse into the life of a mixed family. Removed from the Chinese quarter, but not yet integrated back into the Macanese bourgeoisie, their social entourage consists mainly of low-class Macanese, whose knowledge of the old dishes of Macao cuisine is limited (given that these have been perfected over the years in the kitchens of the old patriarchal families). But they regularly assemble at Adozindo's house to play mah jong. Nevertheless, Ah Leng does develop skills to mingle Chinese with Portuguese/Macanese dishes, demonstrating her ability to adjust to his tastes. So while he becomes used to the light soups of Chinese tradition, she adapts, with some difficulty to coffee and bread. She also learns to use a knife and fork when eating Portuguese food, but he never adapts to chopsticks when eating Chinese. On the whole, and in spite of the author's statement that "these were habits and customs from two cultures that blended together without imposition on either side",⁹ there is little doubt that Ah Leng has to undergo greater adjustments in her cultural habits than Adozindo, and this is also evident in religion and language.

When Ah Leng lived in Cheok Chai Un, she frequented the Tou Tei Temple. But her affair with

a foreigner meant that she could never go back there, partly because it would involve her having to go through the old area from which she had been banished. However, at Adozindo's insistence, she must get baptised before they can marry, and because the old parish of St Anthony is closed to them, they do so at St Lazarus, traditionally the church of the so-called New Christians, that is, those Chinese who have adopted Catholicism. However, while Ah Leng assumes her husband's religion, her assumption of Catholicism is essentially a mark of her social rise into the fringes of society in the "Christian City". Underneath, she continues to observe her old beliefs, and to reconcile these with certain aspects of popular Catholicism. Towards the end of the novel, during the final stages of the family's re-integration into Macanese society, Ah Leng prays to St Anthony to deliver her wish for a further child, while using the rationale of traditional Chinese geomancy to persuade the Macanese matriarch, D. Capitolina, a pillar of the community and of the parish of St Anthony, to allow Adozindo to lease her property on the Monte Hill.

Significantly, she first approaches D. Capitolina in "a peculiar speech mingling Portuguese and Chinese that only true Macanese could understand" (166). When Adozindo first met Ah Leng, she spoke no Portuguese, but as occurred with her religious practices, she has made an adjustment, picking up his language sufficiently to be able to communicate in a Macanese way. Undoubtedly, then, it is Ah Leng who has undertaken the greater transformation in this marriage of opposites. The changes in her are of course necessitated by her social ascent. By leaving behind the Chinese quarter, rooted in the traditions and values of the rural China with which its inhabitants still maintain close links, she has entered the world of the Macanese, and in a very real sense has become Macanese. Adozindo's changes are minimal, and involve a greater appreciation of Chinese cultural values that he would have been brought up to despise, even though many of his cultural habits, as we have seen, were informally Chinese.

MACANESE BETWEEN EMPIRES

The social mobility of native Chinese in colonial Macao, and their partial assimilation of Portuguese cultural practices, was only one way of bridging cultures

LITERATURE

that were otherwise in conflict. There was also the physical mobility of native Macanese to other imperial spaces, in particular the nearby British colony of Hong Kong.¹⁰ Opportunities for employment in the tiny territory of Macao were severely limited, which meant that from the middle of the 19th century onwards, many Macanese migrated to Hong Kong, where they found clerical jobs in the newly created banks and trading companies, and in the various branches of the civil service. They formed a ready-made buffer group of the type that proved useful to the British colonial administration. On the other hand, as Portuguese Eurasians, they were caught between an emotional link with their ancestral past and a desire or need to integrate into the British colonial system. This, in part, is the theme of Fernandes's short story, "Candy", which is set over a day in 1970, when a Macanese migrant returning to Brazil after a first visit to his homeland in twenty-five years, runs into an old flame, Candy, while in transit in Hong Kong. Together, they recall their youth and catch up on each other's news. The story therefore consists of a series of flashbacks to Macao during the war years, when Candy, an orphaned Hong Kong Portuguese had fled the Japanese occupation of the British colony and taken refuge in Macao, where she had become the lover of a young local civil servant and future migrant to Brazil. Her ambitions, recalled as being the product of poverty, had then led her to abandon him. But what is interesting about Candy is that she seems to incarnate the predicament of a colonial diaspora living between two contrasting empires. She is clearly more at home speaking the crisp English that she had picked up at convent school in Hong Kong, and although she can understand Macanese *patois* – the Portuguese creole language of Macao – she refuses to speak it because she is unfamiliar with the standard Portuguese that most middle-class Macanese are familiar with. So the enigmatic Candy, whose flirtatious charm had attracted the youthful Macanese during the war years, also reveals a vulnerability based on the cultures in conflict within her: she is not Portuguese enough to belong to the higher strata of the Macanese bourgeoisie, for which she feels a certain shame, and not British enough because of her Portuguese Eurasian background. In Hong Kong, she is "Portuguese", in Macao, she is "British".

After the war, however, we learn that Candy had seduced and married her British boss, Mr Morris-White, and become the model wife in a partnership that

had seen her husband reach the peak of colonial society, symbolised by the large home she now inhabits near the summit of the Victoria Peak. In order to fulfil this function, she had been obliged to cut all links with her family and with the Portuguese community in Hong Kong. Like Ah Leng, who had been obliged to become a Catholic in order to marry Adozindo, the price Candy had to pay to marry Morris-White, was to abandon her Catholicism, to adopt her husband's Anglicanism. This led to her being ostracised by her own community, in what was still a highly stratified, colonial society. Now, a quarter of a century on, her ambitions achieved, she feels this loss of roots: her children look like the father and have no trace of their mother's physical features, a detail that seems to emphasise the eradication of Candy's cultural heritage from this British colonial family. It is at this point that the final twist in her drama unfolds, as she confesses to her former lover that she had given birth to his child, a daughter, whom she had given away for adoption in Canton and lost all trace of. This is her punishment, and to some extent that of her one-time lover, as she admits: "If I'd married you, I would never have felt this remorse that seems to get worse the older I grow. Our children would be ours, with our face, and they would share their parents' faith..."¹¹

For Fernandes, the realization of material ambition comes at the cost of loss of roots and true love. In this sense, the Hong Kong Portuguese orphan, Candy, is little different from the Macanese orphan, Lucrécia. Both rise to the dizzy heights of the Governor's circle in their respective social and political environments, but their success is not reflected in their conjugal happiness. Can the pursuit of wealth be achieved without loss of roots, for Fernandes? His answer may lie in the figure of Maurício, a young Macanese orphan and main character in the story "Tea with Essence of Cherry".

ROOTED ROOTLESSNESS

Like so many of Fernandes's stories, the main part of "Tea with Essence of Cherry" is set during the War of the Pacific, when Macao, because of Portugal's neutrality, was the only part of the East Asian mainland not occupied by the Japanese. Once again, it takes the form of a recollection by a narrator of his friendship with a poor orphan, Maurício, who had dropped out

LITERATURA

of school early and devoted his life to accumulating material wealth. As a result, we see the subtle differences between middle-class and poor Macanese in relation to their Chinese heritage. It may well be that this difference in class and culture is also based upon descent. We know, for example, that the narrator is from an old family, while Maurício is the son of a Portuguese soldier and a “bambina” – that is, a Chinese orphan girl brought up by a Catholic order. So, as with Lucrecia, the mixture is recent and without social pedigree on either side. Maurício’s absence of social constraints and ease within the Chinese milieu, contrasts with the narrator’s initial unease when surrounded by Chinese in a situation in which his lack of fluency in the language is demonstrated. Nowhere is this illustrated with more clarity than at Maurício’s banquet in a Chinese restaurant to celebrate his winning of a virgin bride, Yao Man, an orphan who has been brought up to be a “sing-song girl”, in effect a prostitute, and has now come of age to embark on the profession for which she has been prepared. Maurício is totally at home with the Chinese customs of the occasion, while the narrator adopts the position of an outsider, an onlooker. Maurício is therefore the Macanese intermediary between the narrator and the Chinese world of Macao. His winning of the bride is a type of reward in advance for his daring and courage in penetrating the Japanese lines and doing business with Free China.

After the war, the narrator loses track of Maurício, knowing only that he left for Hong Kong (Macao was too limited for his ambitions), and was conducting his business activities in various war zones in Southeast Asia. Yao Man had entered the profession destined for her, but had later been taken on as the concubine of a rich old Chinese man. But when the narrator chances upon Maurício again in Tokyo, he discovers that he and Yao Man have finally been reunited, have married and are raising a family, thus producing one of Fernandes’s trademark happy endings.

A gendered view of Candy’s and Lucrecia’s ambition alongside that of Maurício, might well conclude that Fernandes’s relative indulgence with regard to his male hero reveals a degree of preconceived assumptions with regard to the roles of men and women: ambition in men, as family providers, is justified; in women ambition should be directed towards homemaking. But what is deeply important to Fernandes is somehow a return to roots, which in

this case takes the form of a return to the primacy of true love, a theme which, of course, is the basis of his novel, *The Bewitching Braid*. Maurício experiences a close brush with death during the Vietnam War, which induces in him a desire to make amends with Yao Man. He then returns to seek her out, discovers that her “husband” has died and that her children have been taken by the husband’s first wife, and marries her. In this sense, the cosmopolitan Macanese, Maurício, does not forget his origins.

CONCLUDING REMARKS

Although so much of Fernandes’s work is set during the first half of the 20th century, many of the author’s concerns reflect very closely the need for Macanese to identify more closely with the indigenous Chinese culture that surrounded them, at a time when it was becoming more apparent that the days of Portuguese rule in Macao were coming to an end. If the inhabitants of Macao had not begun to feel the winds of change already, the 1974 coup in Portugal, which brought down the right-wing dictatorship, was certainly a tangible development on the road to a possible handover. The reassumption of diplomatic relations with China that ensued, the rise to power of Deng Xiao Ping, the pursuit of modernization and then the emerging concept of one country two systems that led to the accord with the United Kingdom for the return of Hong Kong, and finally the equivalent agreement with Portugal over Macao, all caused the Macanese to reflect upon their own future in the territory they called home. Fernandes’s answer was to reconcile the Macanese with their Chinese cultural roots, while also seeking to provide a literary evocation of Macanese cultural identity and Macanese cultural history during the 20th century for posterity.

What this author’s fiction also illustrates are the degrees of “Macanese-ness” that exist among the Eurasian population of this former Portuguese territory and its diasporas. Maurício, the poor boy made good, displays the Macanese qualities of bonhomie and cosmopolitanism mentioned by Carvalho at the beginning of this paper, but is also at home in an essentially Chinese world. Candy is a captive subject of the British Empire, a kind of lost soul, whose recalled links with family and ethnic origin are only articulated later in her life, when they have been irretrievably

LITERATURE

lost. It may well be that Adozindo is Fernandes's "doppelganger": a man who never leaves the tiny world of Macao, is enabled to overcome the centuries of prejudice among the Macanese towards their Chinese

heritage, but who at the same time helps assimilate his Chinese wife into his own hybrid, frontier culture, suggesting that Macanese cultural values may survive into the years beyond Portuguese colonial rule. **RC**

NOTES

- 1 Carvalho, 1996: 25.
- 2 Pittis & Henders, 1997: 222.
- 3 Pina-Cabral, 2002.
- 4 Batalha, 2004.
- 5 I use the term generation in its loosest form, but among Fernandes's contemporaries were Luís Gonzaga Gomes, who wrote about traditional Chinese cultural influences in Macao, José dos Santos Ferreira (Adé), the major exponent of a literature in *patois*, and a number of journalists or newspaper editors, such as Hermman Monteiro, António da Conceição, Raúl Rosa Duque of the *Notícias de Macau*, not to mention the magazine, *Mosaico*, linked to the "Círculo Cultural de Macau".
- 6 His first short story, "A-Chan, a Tancareira" (Ah Chan, the tanka woman) won a prize in 1950, when Fernandes was studying in Portugal. It featured in an anthology of overseas Portuguese writing, published in Angola in 1961. But when *Nam Van* was first published in Macao in 1978, it contained this and five other stories written up until that point. The timing of the publication is revealing: four years after the 1974 revolution in Portugal, which had brought down the old dictatorship and ushered in independence for the Portuguese colonies in Africa. In the intervening years, African literature in Portuguese began to flourish, and Fernandes almost certainly felt a desire that Macao should be represented among these new literatures in Portuguese.
- 7 The film was directed by Cai Yuanyuan, and starred Ning Jing and Ricardo Carriço.
- 8 Fernandes, 2004: 9.
- 9 Fernandes, 2004: 141.
- 10 Hong Kong island was occupied by the British in 1842, some three hundred years after the Portuguese had established their trading post on the Macao peninsula, forty miles south west, on the other side of the Pearl River estuary. Hong Kong rapidly supplanted Macao as a trading emporium, and many Macanese migrated to the new colony, especially after the assassination of the Portuguese Governor of Macao, Ferreira do Amaral, in 1849. For an account of this migration, see Luís Andrade de Sá, *The Boys from Macau. Portugueses em Hong Kong* (Macao, Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1999).
- 11 Brookshaw, 2002: 152.

BIBLIOGRAPHY

- Batalha, Luís: *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Lanham, Lexington Books, 2004.
- Brookshaw, David (ed.), *Visions of China. Stories from Macau*, Providence RI/Hong Kong, Gávea Brown/Hong Kong University Press, 2002.
- Carvalho, Rodrigo Leal de, *A IV Cruzada*, Macao, Livros do Oriente, 1996.
- Fernandes, Henrique de Senna, *The Bewitching Braid*, Hong Kong, Hong Kong University Press, 2004. (Translated by David Brookshaw).
- Pina-Cabral, João de, *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*, New York/London, Continuum, 2002.
- Pittis, D. & Henders, S.J. (eds.), *Macao: Mysterious Decay and Romance*, Hong Kong, Oxford University Press, 1997.

RESUMOS

RESUMOS

Nova Tradução de *Teppōki* (Crónica da Espingarda)

Embora o ano de 1543 seja, de um modo geral, aceite como a data “oficial” da chegada dos Portugueses ao Japão, até agora só foram exploradas algumas das muitas fontes japonesas, ibéricas e chinesas disponíveis para o estudo desta temática. Parece estranho que as fontes chinesas coevas não tenham merecido até aqui a mesma atenção atribuída às fontes nipónicas e ibéricas. Neste trabalho, de forma a colmatar esta lacuna, pretendemos realizar uma nova tradução anotada de *Teppōki*, juntamente com a revelação duma fonte chinesa, pouca conhecida, publicada em 1592, sobre a introdução da espingarda e o fabrico de pólvora em Bungo. O objectivo desta investigação é apresentar uma nova perspectiva sobre a chegada dos portugueses ao Japão. Assim a pretensão e possibilidade de Fernão Mendes Pinto de ter sido um dos primeiros portugueses a chegar ao Japão e quem teria introduzido a espingarda no Bungo fica bastante mais remota. Todos os elementos aqui apresentados levam-nos a concluir que a chegada dos portugueses ao Japão, assunto que parecia ter sido encerrado há algumas décadas, continua em aberto e só um cruzamento das fontes europeias com as inúmeras fontes asiáticas o poderão esclarecer. É neste contexto que os documentos chineses assumem particular relevo, na medida em que foram navegantes chineses os principais actores nos primeiros contactos que se estabeleceriam entre gentes do longínquo Ocidente e terras do Extremo Oriente.

[Autores: Jin Guoping e Wu Zhiliang, pp. 6-24]

As Questões Militares no Comércio entre Macau e Nagasáqui em 1587

Este artigo aborda as estruturas clientelares privadas e as estruturas portuguesas oficiais que procuravam organizar e controlar a circulação de mercadorias nos mares do Extremo Oriente. Recorrendo a fontes portuguesas, espanholas, italianas e japonesas foi possível compreender que as relações políticas entre os jesuítas

e o governante japonês Hideyoshi foram fundamentalmente organizadas em torno de objectivos militares e económicos.

[Autor: Lúcio de Sousa, pp. 25-41]

Armas de Fogo de Estilo Chinês no Dai Viet (Vietname). As Provas Arqueológicas

Baseando-se principalmente em provas arqueológicas, este documento debruça-se sobre as armas de fogo de estilo chinês no Dai Viet essencialmente durante os séculos XV e XVI, complementando assim as investigações do autor sobre a tecnologia da pólvora vietnamita, maioritariamente baseadas em fontes escritas. A presente investigação destaca algumas armas de fogo representativas e analisa a sua tipologia, dimensões, inscrições, data e relação com os protótipos chineses, entre outras características. Demonstra que foi fabricado no Vietname um volume relativamente elevado de armas de fogo de estilo chinês, especialmente durante os séculos XV e XVI, acrescentando provas suplementares ao argumento prévio deste autor de que a tecnologia da pólvora de concepção chinesa influenciou a história do sudeste asiático continental em geral e do Dai-Viet em particular. As investigações sobre a tecnologia da pólvora de concepção chinesa no sudeste asiático acabam de começar, não se tendo ainda iniciado estudos com base em provas arqueológicas neste campo (daí o presente estudo constituir a primeira tentativa). Este artigo visa também contribuir para a compreensão do fenómeno do alargamento da tecnologia da pólvora chinesa ao sudeste asiático, da tecnologia da pólvora vietnamita e da história vietnamita durante os primórdios da era moderna.

[Autor: Sun Laichen, pp. 42-59]

A Fortaleza de Quelang: Passado, Presente e Futuro

Uma das técnicas do Renascimento exportadas para todo o mundo pelas potências europeias, e geralmente negligenciada pelos eruditos, é a arquitectura militar. O primeiro castelo construído no Novo Mundo foi erigido em Santo Domingos em 1503, seguido mais tarde (1558) por La Fuerza Real

em Cuba, uma fortaleza quadrada mas de tamanho muito reduzido. A tendência manteve-se ao longo dos séculos e o exemplo mais proeminente é o castelo de San Marcos (1672) em Santo Agostinho (Florida). Este novo tipo de arquitectura tinha sido desenvolvido na Europa no século XVI e alcançou o Extremo Oriente pouco depois, através dos portugueses, dos espanhóis e dos holandeses. Depois do Tratado de Vestefália, alguns dos castelos perderam algum do seu valor estratégico e entraram em ruína. Mais tarde, após as Guerras do Ópio, novos modelos de fortificações emergiram no litoral da China, fazendo com que as fortificações do Renascimento ficassem completamente ultrapassadas. Este artigo pretende explicar a história da fortaleza de Quelang (Formosa) no seu contexto colonial, demonstrando as suas características. As primeiras notícias sobre a sua existência datam do período dos espanhóis que começaram a construir a fortaleza principal e outra mais pequena, chamada La Mira, no topo do monte, assim que chegaram à ilha de Quelang, em 1626. Sabe-se que o autor da planta foi o engenheiro Nicolás Bolen, cujo o sobrenome desmente que fosse de ascendência flamenga ou holandesa.

[Autor: José Eugénio Borao, pp. 60-77]

Apontamento Histórico sobre a Fortaleza Portuguesa de Malaca (1511-1641)

Malaca era considerada por Tomé Pires a mais estratégica cidade portuária na Ásia marítima. De acordo com este farmacêutico e geógrafo português setecentista, ficava “no fim das monções”. A sua fantástica posição geográfica, na zona de ligação do oceano Índico com o mar do Sul da China, significava que Malaca era o ponto de encontro das rotas marítimas asiáticas mais importantes. Cientes deste facto, pouco após a sua chegada à Índia, os portugueses começaram a cobiçar o porto malaio que em breve iria ser de vital importância para o seu império ultramarino. Durante 130 anos, desde a sua conquista por Afonso de Albuquerque em 1511 até à queda desta na posse dos holandeses em 1641, o Estado

ABSTRACTS

da Índia português controlou a cidade portuária de Malaca. A supremacia portuguesa em Malaca devia-se, em grande parte, à poderosa fortaleza que durante décadas foi uma das mais impressionantes erigidas na orla marítima do Sudeste Asiático. Com base em diversos desenhos portugueses dos séculos XVI e XVII, é possível esboçar a história da Famosa, como aparece denominada em fontes europeias de inícios da era moderna. [Autor: Rui Manuel Loureiro, pp. 78-96]

Luís Fróis em Macau

Falar do jesuíta Luís Fróis em Macau é falar de dois momentos capitais da sua vida: o primeiro, diz respeito aos seus propósitos missionários; o segundo, refere-se ao balanço da sua obra. O Pe. Fróis esteve em Macau, em duas épocas distintas, entre Agosto de 1562 e Junho de 1563; e entre Outubro de 1592 e Junho de 1595. Este artigo baseia-se no escasso mas significativo material disponível, designadamente, duas cartas, inéditas, escritas em Macau; uma pelo padre italiano, João Baptista do Monte, e outra pelo próprio Fróis, e as três cartas (pessoais) deste, também escritas em Macau e já parcialmente

publicadas, na edição da *Historia de Japam* de 1976. Neste estudo, apontaremos os traços mais marcantes do carácter do padre jesuíta. Por um lado, a qualidade da vocação do missionário Luís Fróis, durante a primeira estadia em Macau, tudo fazendo, através da pregação e do exemplo, para orientar a conduta dos mercadores portugueses. Por outro, o grau de generosidade de que sempre deu provas, constantemente activo e zeloso e de uma dedicação sem limites – um aspecto mais acentuado aquando da sua segunda passagem por Macau, com a saúde já extremamente debilitada.

[Autor: António Rodrigues Baptista, pp. 97-107]

Os Têxteis Bordados Sino-Portugueses do Victoria & Albert Museum

No quadro do vastíssimo e diversificado acervo que integra o espólio do Victoria & Albert Museum, em Londres, merece-nos atenção no presente texto, a sua colecção de peças bordadas chinesas destinadas ao mercado de exportação, em concreto o português. Trata-se de um conjunto que, embora pequeno,

se constitui como uma importante referência de estudo dos têxteis bordados sinoportugueses, na medida em que integra exemplares, não só datáveis de um período relativamente lato de tempo, coincidente com o início e apogeu da sua produção para exportação (entre os séculos XVI e XVIII), como também representativos das tipologias que elegemos no âmbito do estudo desta manufactura têxtil, em termos morfológico-funcionais e plástico-compositivos. Com efeito, verificamos que, dentro da relativa quantidade e diversidade de peças que reúne, se reconhecem não só as mesmas opções técnico-materiais e iconográficas, como também espécimes muito semelhantes aos que identificámos no núcleo inventariado em Portugal continental, o que se revela assaz interessante, atendendo ao facto de se tratar de um acervo reunido num único local, fora do país. É precisamente o que nos propomos confirmar ao longo do texto, através da análise das peças do museu inglês e da sua comparação com outros espécimes estudados. [Autora: Maria João Pacheco Ferreira, pp. 108-134]

ABSTRACTS

New Translation of *Teppoki* (Chronicle of the Rifle)

Although the year 1543 is, in general, accepted as the “official” date of the arrival of the Portuguese in Japan, until now only a few of the many Japanese, Iberian and Chinese sources available for study on this theme have been exploited.

It seems strange that contemporary Chinese sources have not merited up to now the same attention attributed to the Japanese and Iberian sources. In this study, in order to fill this shortfall, we intend to carry out a new annotated translation of *Teppoki* (Chronicle of the Rifle), together with the revelation of an almost unknown Chinese source, published in 1592, about the introduction of the rifle and production of gunpowder in Bungo.

The aim of this research is to present a new perspective on the arrival of the Portuguese in Japan. Therefore, the supposition and possibility that Fernão Mendes Pinto was one of the first Portuguese to arrive in Japan and the man who introduced the rifle in Bungo becomes more remote. All these details lead us to the conclusion that the arrival of the Portuguese in Japan, a discussion that seemed to have been closed some decades earlier, continues in open debate and only by cross-referencing the European sources with numerous Asian sources can the matter be clarified. It is in this context that the Chinese documents take on particular relevance, insofar as it was the Chinese sailors who were the main actors in the first contacts

that were established between peoples from the distant West and the Far East. [Authors: Jin Guoping & Wu Zhiliang, pp. 6-24]

Military Issues in the Trade Between Macao and Nagasaki in 1587

This article looks at the private clientele structures and the official Portuguese structures that attempted to organise and control the circulation of goods in the seas of the Far East. Using Portuguese, Spanish, Italian and Japanese sources, it was possible to understand that the political relations between the Jesuits and the Japanese governor Hideyoshi were essentially based on military and economic goals. [Author: Lúcio de Sousa, pp. 25-41]

RESUMOS

Chinese-style Gunpowder Weapons in Dai Viet (Vietnam): The Archaeological Evidence

Based primarily on archaeological evidence, this paper deals with the Chinese-style firearms (guns and cannon) in Dai Viet (Vietnam) during the 15th and 16th centuries, supplementing the author's previous research on Vietnamese gunpowder technology, based mainly on textual sources. The current research selects some representative firearms and discusses their typology, measurements, inscriptions, dates, and relationship with Chinese prototypes. It demonstrates that relatively large quantities of Chinese-style firearms were manufactured in Vietnam especially during the 15th and 16th centuries, and thus provides more evidence substantiating this author's argument that Chinese-derived gunpowder technology affected the history of mainland Southeast Asia in general, and Dai Viet in particular. The research on Chinese-derived gunpowder technology in Southeast Asia is very new, and this paper is the first attempt at approaching the topic from archaeological evidence. This article also aims to contribute to the understanding of the spread of Chinese gunpowder technology to Southeast Asia, of Vietnamese gunpowder technology, and of Vietnamese history in the early modern period. [Author: Sun Laichen, pp. 42-59]

The Fortress of Quelang (Jilong, Taiwan): Past, Present and Future

One of the Renaissance techniques exported throughout the world by European powers, and usually neglected by scholars, is the military architecture. The first castle built in the New World was made in Santo Domingo in 1503, latter followed La Real Fuerza (1558) in Cuba, which was a square fortress but very small in size. The trend continued along centuries being one of the most outstanding the castle of San Marcos (1672) in Sant Augustin (Florida). This new architecture had been developed in Europe in the 16th century and reached the Far East soon later, being brought by the Portuguese, the Spaniards and by the Dutch. After the Treaty of Westphalia (1648) some of the castles loosed their strategic value and stated to be ruined. Later, after the breakout of the Opium Wars, new models

of fortifications emerged in the coastline of China, outdating totally those Renaissance fortifications. This paper tries to explain the history of the fortress of Quelang (Taiwan) in its colonial context, showing that it was one of a kind, and will deal with the present situation of the old foundations. The first news about the fortress comes from the Spanish Period. The Spaniards started to build the main fortress and a small one, called La Mira, on top of the hill, as soon as they reached the island of Quelang in 1626. It is known that the planner of the construction was an engineer named Nicolás Bolen, whose surname already belies that he was at least of Flemish or Dutch descent.

[Author: José Eugenio Borao, pp. 60-77]

Historical Notes on the Portuguese Fortress of Malacca (1511-1641)

Within maritime Asia, Malacca was a very strategic port-city, located, in the words of 16th century Portuguese apothecary and geographer Tomé Pires, "at the end of the monsoons". Its outstanding geographic position, at the connecting point of the Indian Ocean with the South China Sea, meant that Malacca was a crossroads for the most important Asian maritime routes. Well aware of this fact, the Portuguese, after their arrival in India, soon began to cast covetous eyes on the Malayan port that soon was to play a vital role in their overseas empire. For 130 years, the Portuguese *Estado da Índia* controlled the port-city of Malacca, from its conquest by Afonso de Albuquerque in 1511 until its fall to the Dutch in 1641. Portuguese supremacy in Malacca was due, in large part, to the powerful fortress that for decades was one of the most impressive strongholds in maritime Southeast Asia. On the basis of several Portuguese drawings produced in the 16th and 17th centuries, it is possible to outline the history of *A Famosa*, as this mighty fortress was styled in early modern European sources.

[Author: Rui Manuel Loureiro, pp. 78-96]

Luís Fróis in Macao

The life of the Jesuit Luís Fróis can be summarized in two parts: his missionary zeal and his life work. Father Fróis stayed in Macao during two distinct periods

in his life: from August 1562 to June 1563, and from October 1592 until June 1595. This article looks at scant but significant material in the form of two unpublished letters written in Macao—one by the Italian priest Giovanni Batista da Monte, and the other by Fróis himself—and three personal letters from Fróis, parts of which were published by J. Wicki in an 1976 edition *Historia do Japam*. The study looks at the most important characteristics of the Portuguese Jesuit missionary: firstly, his efforts during his first sojourn in Macao to guide the behaviour of the Portuguese merchants by example and preaching; secondly, his constant and active generosity which was even more obvious during his second visit to Macao when his health was already much weakened. [Author: António Rodrigues Baptista, pp. 97-107]

The Embroidred Chinese-Portuguese Textiles Housed in the Victoria & Albert Museum

Among the vast and wide-ranging collection of the Victoria & Albert Museum in London, this text focuses on its collection of Chinese embroidered pieces destined for the export market, specifically for Portugal. It is a set that, although small, constitutes an important reference for study of Chinese-Portuguese embroidered textiles, insofar as they are samples, not only datable to the broad period of time, coinciding with the start and height of their production for exportation (between the 16th and the 18th centuries), but they also represent the different kinds of textile items in morphological-functional and plastic-compositional terms. Indeed, we see that, within the relative quantity and diversity of the pieces, one can recognise not only the same techniques/materials and iconography, but also very similar specimens to those we identified in the inventory found in mainland Portugal. The items are extremely interesting given that they are a collection gathered in a single place outside the country. This is precisely what we intend to confirm throughout this text, by analysing the pieces accommodated in the English museum and comparing them with other specimens studied. [Author: Maria João Pacheco Ferreira, pp. 108-134]



郵 票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China

RC

Boletim de Assinatura Subscription Form Aquisição de Publicações Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____

Endereçar a / Send to

Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China

- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card

☐ Visa

☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

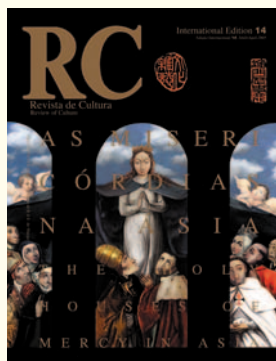
Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



N.º 13 Janeiro/January 2005

Macau e o Comércio no Delta do Rio da Pérola
Macao and The Pearl River Delta Trade



N.º 14 Abril/April 2005

As Misericórdias na Ásia
The Holy Houses of Mercy in Asia



N.º 15 Julho/July 2005

Macau Património Mundial
Macao World Heritage



N.º 16 Outubro/October 2005

Memória e Identidade
Memory and Identity



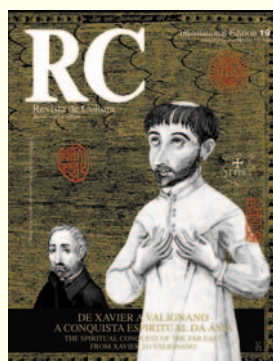
N.º 17 Janeiro/January 2006

A Primeira Viagem Histórica da Globalização
The Historic First Journey of Globalisation



N.º 18 Abril/April 2006

Relações Históricas Macau - Timor-Leste
Macao - East Timor Historic Relations



N.º 19 Julho/July 2006

De Xavier a Valignano. A Conquista Espiritual da Ásia
The Spiritual Conquest of the Far East. From Xavier to Valignano



N.º 20 Outubro/October 2006

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - I
European Travellers and the Asian Natural World - I



N.º 21 Janeiro/January 2007

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - II
European Travellers and the Asian Natural World - II



N.º 22 Abril/April 2007

Mulheres, Casamento e Família em Macau
Women, Marriage and Family in Macao



N.º 23 Julho/July 2007

Hong Kong e Macau Relações Históricas e Culturais
Hong Kong and Macao Historical and Cultural Relations



N.º 24 Outubro/October 2007

Arte e Comércio: Macau, China, Europa
Arts and Trade: Macao, China, Europe

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.